

**GISELE ELAINE DE ARAÚJO BATISTA SOUZA**

**RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES – AC:  
OS DESAFIOS DE GESTÃO (COM)PARTILHADA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2010

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729r  
2010

Souza, Gisele Elaine de Araújo Batista, 1978-  
Reserva Extrativista Chico Mendes – AC : os desafios de  
gestão (com)partilhada / Gisele Elaine de Araújo Batista  
Souza. – Viçosa, MG, 2010.  
xxiii, 218f. : il (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: France Maria Gontijo Coelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 196-203

1. Reserva Extrativista Chico Mendes (AC). 2. Reservas  
florestais - Amazônia - Condições sociais.  
3. Desenvolvimento sustentável. 4. Áreas protegidas -  
Amazônia. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDO adapt. CDD 634.990712

GISELE ELAINE DE ARAÚJO BATISTA

**RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES-AC: OS DESAFIOS DE  
GESTÃO (COM)PARTILHADA**


Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das exigências do  
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural para  
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de novembro de 2010.



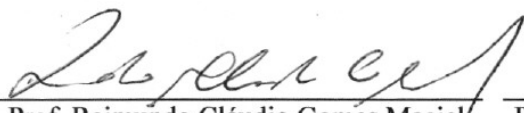
---

Prof. José Norberto Muniz



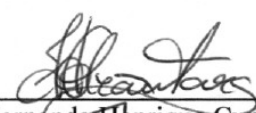
---

Prof. Nora Beatriz Presno Amodeo



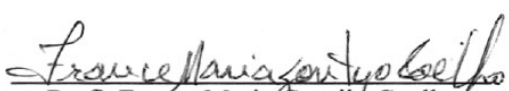
---

Prof. Raimundo Cláudio Gomes Maciel  
(Coorientador)



---

Prof. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara  
(Coorientadora)



---

Prof. France Maria Gontijo Coelho  
(Orientadora)

*Querido Deus,*

“Não tenho palavras para agradecer Tua bondade  
Dia após dia me cercas com fidelidade  
Nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho  
tudo o que sou, o que vier a ser  
Vem de Ti, Senhor  
Dependo de Ti, Preciso de Ti  
Sozinha nada posso fazer  
Descanso em Ti  
Espero em ti  
Sozinha nada posso fazer.”

Autoria:  
Ana Paula Valadão

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus Amado e Fiel que esteve sempre comigo todas as etapas da minha vida e nessa, em especial, me cobriu com seu amor, graça e misericórdia. Obrigada Senhor! Sem o teu apoio eu não teria conseguido.

À Universidade Federal de Viçosa, em especial, a todo o corpo docente do Mestrado em Extensão Rural, especialmente a minha orientadora France, Marcelo Miná, Ambrósio e Norberto. Também agradeço aos demais funcionários do Departamento de Extensão Rural, especialmente, Carminha, Anízia, Tedinha e Brilhante.

Ao Departamento de Economia Rural, pelo apoio a esta pesquisa.

À coordenação do Programa de Mestrado em Extensão Rural, pela compreensão e apoio nos momentos em que precisei dar uma pausa na elaboração da dissertação, para dar luz ao Davi e me adaptar aos primeiros dias de mãe. Obrigada!

À minha orientadora, professora France Maria Gontijo Coelho, que mais que uma orientadora foi uma mãezona. Obrigada pelo convívio, amizade, motivação, compreensão nos momentos mais difíceis e pela orientação, que muito contribuiu para a realização deste trabalho. Aprendi muito com a senhora. Aos co-orientadores Fernanda Cupertino e Raimundo Cláudio, por compartilhar textos e por suas preciosas sugestões. Aos professores Vera Lúcia Travençolo Muniz e Alexandre Bragança Coelho, membros da banca de defesa do Projeto de Pesquisa que contribuíram ricamente para a melhor definição do problema de pesquisa. À professora Maria Isabel, pela participação como debatedora no seminário de defesa da dissertação e, pelas sugestões realizadas. Aos professores Norberto Muniz e Nora Presno, pela participação na banca de defesa desta dissertação e pelas preciosas críticas e sugestões realizadas que permitiram o aprimoramento deste trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo, sem a qual dificilmente poderia dedicar-me à realização do curso.

Ao Governo do Estado do Acre, por intermédio do FDCT/FUNTAC que proporcionou o apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao Projeto ASPF/UFAC por acreditar nesta pesquisa e auxiliar na obtenção dos recursos financeiros necessário à realização da pesquisa de campo. Agradeço, ainda, pela liberação das estudantes Ana Cláudia Rossetto e Keyse Campos, que auxiliaram na pesquisa de campo. Obrigada a vocês também meninas!

Ao IBAMA e ICMBio pelo apoio em todas as fases desta pesquisa, mediante a disponibilização de documentos oficiais e relatórios técnicos, de outros recursos como computador, impressora e mesa de “trabalho” para a elaboração do Projeto de Pesquisa e, principalmente pelo apoio logístico na realização da pesquisa de campo e disponibilização de um técnico para acompanhar a equipe.

Aos servidores do IBAMA e ICMBio, Sebastião Santos, José Alberto (Pepe), Vilany da Silva, Adalberto Iannuzzi, Fernando França, Elaine, Rosenil Oliveira, Dalmo Rufino, Lincoln Schwarzbach e Marcos P. Oliveira pelo apoio prestado nas diversas fases de realização desta pesquisa. Valeu! Sem essa força, tudo teria sido mais difícil.

Aos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes que acolheram a equipe desta pesquisa com o carinho e a hospitalidade própria dos povos da floresta. Obrigada por acreditarem nesse trabalho e pela grande paciência em participar das reuniões e conceder as entrevistas. Espero sinceramente que esta pesquisa preste alguma contribuição para a melhoria das ações dos gestores e demais organizações e instituições públicas na Reserva e, por conseguinte, proporcione alguma melhoria na qualidade de vida da população extrativista ali residente.

Aos presidentes e demais lideranças das Associações Concessionárias, AMOPREAB, AMOPREB, AMOPREX, AMOPRECARB e AMOPRESEMA pelo apoio logístico na organização das reuniões, como também pela concessão das entrevistas.

Aos amigos da RESEX Chico Mendes, Sr. Severino Silva, Rosa Maria, Sr. Edmar que ajudaram na mobilização dos moradores e organização das reuniões. Da mesma forma agradeço o amigo Cecílio Evangelista que também auxiliou nesta tarefa.

Aos amigos João do Moisés, Ednilce e seus filhos, João Vítor e Gabriel que me acolheram em sua casa, em Xapuri, na época da realização desta pesquisa.

Aos representantes de instituições públicas e organizações pela disponibilidade de tempo e confiança em conceder as entrevistas para este trabalho.

À minha amada mãe Edna, mulher forte e batalhadora que me ensinou a correr atrás dos meus sonhos, sem jamais desistir. Obrigada por acreditar nesse projeto de realizar o mestrado e me apoiar das mais diversas formas, inclusive financeiramente. Te amo mãe!

Ao meu pai João, pelo apoio e amor incondicional que sempre me deu. Embora o senhor não seja de conversar muito, só de saber o quanto me ama e zela por mim, já me sinto feliz e privilegiada.

À querida vó Bibi, pela constante ajuda em oração que certamente fizeram a diferença nos momentos de elaboração da dissertação. Valeu vó! Conseguimos!

À minha irmã Edjane, exemplo de luta e perseverança. Obrigada pelo apoio logístico com o Davi.

Ao meus amados sobrinhos, Amanda e João Marcos, que me motivam a lutar por um futuro cada vez melhor.

Aos meus cunhados, Francisco, Elly, Júnior, Éccio e Aldeísa pelo apoio e força.

Aos meus sogros, Raimundo e Raimundinha, por apoiarem na realização do mestrado, inclusive financeiramente. Agradeço, ainda, de forma especial à minha sogra pela grande ajuda nos cuidados com o Davi, principalmente quando precisei concentrar esforços para concluir a dissertação.

Ao meu amado esposo, Elyson, pelo constante incentivo para a realização e conclusão deste curso e, principalmente pelo amor e paciência que sempre dedicou a mim. Foi difícil, mas conseguimos! Lembre-se, em Cristo, somos um, então, a minha vitória é sua também. Te amo!

Que alegria! Pela primeira vez vou dedicar algo ao meu filho Davi. À você Davi, razão da minha felicidade, que mesmo tão pequeno tem me dado grandes lições de vida. Amo você!

Aos colegas de mestrado, das turmas 2008 e 2009, em especial, Adriana, Rose, Laene, Eliana Castela, Fernanda, Pricila, Diego e Cleiton, pela amizade e convívio, nessa difícil, mas compensadora jornada.

Aos colegas da xérox da UFV, especialmente, a Tereza e Débora, pelas palavras de apoio e motivação.

Aos amigos, Eufraim e Leoneide, pela hospitalidade nos nossos primeiros dias de estadia em Viçosa-MG. Muito obrigada!

Ao amigo Fadell, pela motivação e torcida constante para que cumpríssemos com esse objetivo.

À tia Chica, babá do Davi, que pacientemente me ajudou nos cuidados com o meu filho, nessa fase tão difícil e desgastante que vivi.

Aos amados Pastores Afonso Geber e Mariscilda por apoiar a mim e meu esposo quando decidimos pleitear vaga no curso de mestrado e pela cobertura espiritual concedida que certamente nos ajudou a vencer essa batalha.

Aos amados Pastores José Lúcio e Luzinete, da IEQ Viçosa - MG, que além de nos receber na Igreja [eu e meu esposo] e nos ensinar princípios cristãos dos quais nunca vamos esquecer, também contribuíram muito para o nosso crescimento espiritual. Agradeço ainda, pelos cinco meses, que me acolheram em seu próprio lar, para que eu pudesse concluir os créditos do Programa de Mestrado. Vocês cuidaram de mim como se fossem meus pais. Nunca vou esquecer isso! Além disso, agradeço pelo apoio incondicional na realização da nossa mudança, desde a retirada dos nossos pertences do apartamento até o transporte para o Acre, extensivo aos irmãos em Cristo que foram os braços fortes dessa mudança.

Aos irmãos em Cristo da Igreja do Evangelho Quadrangular, do Bairro XV, em Rio Branco – AC e de Viçosa - MG, pela amizade e orações nos momentos difíceis.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta e indireta contribuíram para a realização deste sonho.

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE FOTOS.....	xiii
LISTA DE TABELAS.....	xv
LISTA DE QUADROS.....	xvi
LISTA DE SIGLAS.....	xvii
RESUMO.....	xx
ABSTRACT.....	xxii
<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1. Estrutura do Trabalho.....	1
1.1. A Criação de Unidades de Conservação como as Reservas Extrativistas.....	3
1.2. Pequena revisão dos estudos sobre a RESEX Chico Mendes	4
1.3. Problema de realidade.....	12
1.4. Problema de pesquisa.....	14
1.4.1. <i>Gestão de Recursos Naturais</i> .....	15
1.4.2. <i>Participação</i> .....	19
1.4.3. <i>Desenvolvimento na perspectiva de geração de liberdades                 substantivas</i> .....	22
1.4.4. <i>Movimentos Sociais</i> .....	24
1.4.5. <i>Organizações e Instituições</i> .....	26
1.5. <i>Objetivos</i> .....	29
<b>CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
1. Caracterização da área de pesquisa.....	31
1.1. Determinação da Amostra 1: escolha dos seringais.....	36
1.2. Determinação da Amostra 2: adaptações operacionais.....	38
2. Descrição dos momentos da pesquisa de campo.....	42
2.1. Pesquisa de campo – Fase 1: Pesquisa Exploratória	42
2.2. Pesquisa com os moradores da RESEX Chico Mendes.....	46

2.3. Pesquisa com as organizações e instituições públicas.....	57
<b>CAPÍTULO 3 - O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....</b>	<b>60</b>
1. A ocupação do território.....	60
2. Os movimentos sociais dos seringueiros.....	63
<b>CAPÍTULO 4 - A GESTÃO DA RESEX CHICO MENDES NO DISCURSO DA AUTORIDADE.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO 5 - O QUE DIZEM OS MORADORES DA RESERVA: ESPAÇO, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>88</b>
1. O espaço descrito pelos moradores.....	88
2. As organizações e as instituições públicas na Reserva.....	96
3. Organização comunitária.....	138
<b>CAPÍTULO 6 - OS IMPASSES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>147</b>
1. Produtos do extrativismo: produção e destino.....	148
2. Outros produtos: a diversificação da produção na Reserva.....	168
<b>CAPÍTULO 7 - A GESTÃO DA RESEX CHICO MENDES NA OPINIÃO DOS MORADORES.....</b>	<b>181</b>
<b>CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES.....</b>	<b>188</b>
1. Recomendações para a gestão.....	195
<b>CAPÍTULO 9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>204</b>
Anexo A - Autorização para atividades com finalidade científica.....	204
Anexo B - Pedido formal de autorização para realização da pesquisa.....	205
Anexo C - Autorização de Pesquisa na RESEX Chico Mendes Concedida	206

pela Chefia da Unidade de Conservação.....	
Anexo D - Roteiro de Entrevistas com a Comunidade.....	207
Anexo E - Roteiro de Entrevistas com as Organizações.....	208
Anexo F - Imagens dos Mapeamentos e Diagramas de Venn elaborados com os moradores.....	209
Anexo G - Organizações e pessoas citadas na listagem inicial do Diagrama de Venn, por ordem de citação.....	217

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 - Regionais de Desenvolvimento do Estado do Acre.....	32
Figura 2 - Localização da RESEX Chico Mendes no Estado do Acre.....	33
Figura 3 - Comunidades/Seringais Pesquisados.....	34
Figura 4 - Categorias de Unidades de Conservação.....	73
Figura 5 - Mapa Geopolítico da Reserva Extrativista Chico Mendes.....	82
Figura 6 - Estrutura de Gestão da RESEX Chico Mendes.....	87

## LISTA DE FOTOS

	<b>Página</b>
Foto 1 - Aplicação da técnica de mapeamento, durante a pesquisa exploratória, no Seringal São Francisco do Iracema, em Rio Branco – AC. (março/2009).....	43
Foto 2 – Participação na reunião de esclarecimento sobre o reordenamento territorial da RESEX Chico Mendes, realizada no Seringal Nova Olinda, em Sena Madureira – AC, sob a coordenação do Ibama/AC. (abril/2009)....	43
Foto 3 – Participação na reunião de revisão do estatuto social da AMOPREX, realizada em Xapuri – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (maio/2009).....	44
Foto 4 - Participação na reunião de revisão do estatuto social da AMOPREAB, realizada em Assis Brasil – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (maio/2009).....	44
Foto 5 - Participação na reunião de nivelamento do estatuto social das associações concessionárias da RESEX Chico Mendes, realizada em Brasília – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (junho/2009).....	44
Foto 6 - Participação na reunião de avaliação do Projeto PNUD BRA 99/024, realizada em Brasília – AC, sob a coordenação da antropóloga Mary Allegretti. (junho/2009).....	44
Foto 7 – Reunião na sede da Associação do Porvir, em Brasília – AC.....	49
Foto 8 – Reunião na escola do Seringal Dois Irmãos, em Xapuri – AC.....	49
Foto 9 – Reunião na Colocação Pincel, no Seringal São Pedro, em Xapuri – AC.....	49
Foto 10 – Reunião na comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco, em Assis Brasil – AC.....	49
Foto 11 – Reunião na sede da Associação Verde Floresta, no Seringal Filipinas, em Brasília – AC.....	49
Foto 12 – Reunião na escola Santa Ana, no Seringal Santa Ana, em Sena Madureira – AC.....	49

Foto 13 – Reunião na sede da associação do Seringal Vila Nova, em Capixaba – AC.....	50
Foto 14 – Entrevista na Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco, em Assis Brasil – AC.....	50
Foto 15 - Aplicação da técnica de mapeamento no Seringal São Pedro, em Xapuri - AC.....	52
Foto 16 - Aplicação da técnica de mapeamento no Seringal Santa Ana, em Sena Madureira - AC.....	52
Foto 17 – Registro das organizações indicadas no Seringal Vila Nova, em Capixaba – AC.....	53
Foto 18 – Aplicação da técnica de diagrama de Venn no Seringal Porvir, em Brasiléia – AC.....	54
Foto 19 – Aplicação da técnica de diagrama de Venn na Comunidade Bela Vista - Seringal São Francisco, em Assis Brasil - AC.....	54
Foto 20 – Realização de entrevista com um morador do Seringal São Pedro e com um vereador do município de Xapuri – AC.....	56
Foto 21 – Entrevista com a Presidente da AMOPREAB, em Assis Brasil - AC.....	58
Foto 22 - Entrevista com o Prefeito de Xapuri – AC.....	58
Foto 23 – Entrevista com o Gestor de Projetos da WWF Brasil no Escritório Regional de Rio Branco – AC.....	58
Foto 24 - Entrevista com o Gerente de Produção da Cooperacre e Gerente de Campo da Fábrica de Preservativos Masculinos Natex, em Xapuri – AC.	58
Foto 25 - Acesso ao Seringal Dois Irmãos, Xapuri - AC.....	90
Foto 26 - Acesso ao Seringal Santa Ana, Sena Madureira - AC.....	90
Foto 27 - Acesso à Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco do Iracema, Assis Brasil - AC.....	90
Foto 28 - Acesso à Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco do Iracema, Assis Brasil - AC.....	90
Foto 29 - Acesso ao Seringal Filipinas, Brasiléia - AC.....	90
Foto 30 - Acesso ao Seringal Vila Nova, Capixaba - AC.....	90

Foto 31 – Moradia no Seringal Dois Irmãos com Placa Solar.....	122
Foto 32 – Ponto de Recolhimento do Látex no Seringal Porvir.....	150
Foto 33 – Sapato artesanal fabricado com a FDL, na comunidade Cumaru, Seringal São Francisco, em Assis Brasil.....	156
Foto 34 – Equipamentos para utilização na coleta de castanha melhorada, entregues aos moradores do Seringal Dois Irmãos, em Xapuri – AC.....	159

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
Tabela 1 - Malha viária do interior da Reserva Extrativista Chico Mendes...	36
Tabela 2 - Amostra prévia das áreas para a realização da pesquisa.....	38
Tabela 3 - Amostra final das áreas para a realização da pesquisa.....	41
Tabela 4 – Número de moradores presentes nas reuniões realizadas nos seringais.....	51
Tabela 5 – Organizações indicadas e entrevistadas, diferenciadas por abrangência e categorias.....	58
Tabela 6 – Pontos indicados nos mapas pelos moradores de oito seringais da RESEX Chico Mendes.....	92
Tabela 7 – Sistematização do Diagrama de Venn: classificação das citações de pessoas, organizações e instituições, por categorias e abrangência (local, estadual, nacional ou internacional).....	98
Tabela 8 – Valor do crédito instalação pago por família no intervalo de 2003 a 2008.....	116
Tabela 9 – Número de famílias beneficiadas e aguardando o crédito moradia.....	117
Tabela 10 - Organização local encontrada nas áreas visitadas.....	139
Tabela 11 - Produtos considerados pelos moradores como mais importantes na renda, na ordem em que foram mencionados.....	148
Tabela 12 - Avaliação da Gestão da RESEX Chico Mendes na Visão dos Moradores.....	182

## LISTA DE QUADROS

	<b>Página</b>
Quadro 1 - Tipos de Participação.....	21
Quadro 2 - Zoneamento das Áreas da RESEX Chico Mendes.....	78
Quadro 3 - Aspectos positivos e negativos nas ações das instituições públicas, na visão dos moradores.....	106
Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações representativas, na visão dos moradores.....	129
Quadro 5 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações deliberativas, na visão dos moradores.....	130
Quadro 6 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações sociais, na visão dos moradores.....	135
Quadro 7 - Aspectos positivos e negativos nas ações das empresas privadas, na visão dos moradores.....	136

## LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AMOPREAB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
AMOPREBE	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia e Epitaciolândia
AMOPRECARB	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Capixaba e Rio Branco
AMOPRESEMA	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri
ANIA	Asociación por La Niñez y su Ambiente
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASIBAMA	Associação Nacional dos Servidores do IBAMA
ASPF	Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre
ASPRUTACA	Associação de Seringueiros e Produtores Rurais Unidos dos Seringais Tabatinga, Nova Olinda e Canamari
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
CAEX	Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri
CAPEB	Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento

CONDIAC	Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba
CONTAG	Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERACRE	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
COOPERFLORESTA	Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPERIACO	Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco
COOTAF	Cooperativa dos Trabalhadores em Atividades Florestais das Regiões do Baixo e Alto Acre
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVP	Cernambi Virgem Prensado
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIBIO	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DIUSP	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
ECOAMAZON	Instituto de Econegócios da Amazônia
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FDCT/FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
FDL	Folha Líquida Defumada
FIDAM	Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
FLOC	Projeto Floresta das Crianças

FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IAPs	Ilhas de Alta Produtividade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
PA	Projetos de Assentamento
PAD's	Projetos de Assentamentos Dirigidos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PMFSC	Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PR	Ponto de Recolhimento da Fábrica Natex
PU	Plano de Utilização
RESEX	Reserva Extrativista
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF	Secretaria de Estado de Florestas

SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE	Superintendência da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília

## RESUMO

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2010. **Reserva Extrativista Chico Mendes – AC: os desafios de gestão (com)partilhada.** Orientadora: France Maria Gontijo Coelho. Coorientadores: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara e Raimundo Cláudio Gomes Maciel.

A presente pesquisa discute os desafios da gestão compartilhada na Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes), localizada no Estado do Acre. Oficialmente, a gestão da RESEX Chico Mendes está sob a responsabilidade de um Conselho Gestor, do qual participam desde o órgão gestor (ICMBio) até representantes dos moradores, de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil que atuam na área. Considerando essa configuração dessa estrutura e a intenção do compartilhamento da gestão pretendeu-se problematizar o sentido e a efetividade dessa proposta entre moradores em sua relação com as organizações e instituições públicas atuantes na área. Para esclarecer a efetividade desse compartilhamento buscou-se compreender como funciona esta RESEX, em sua dinâmica cotidiana de interações sócio-institucionais e como eram as formas de sobrevivência dos moradores da Reserva. Sob o ponto de vista dos moradores, foi possível identificar os tipos de organizações atuantes na área e o papel desempenhado por estas em seu dia-a-dia. A pesquisa deu-se em três etapas e foi realizada entre 2009 e 2010. Na primeira etapa, entendida como fase exploratória, caracterizou-se como aproximação inicial, tanto para com os órgãos gestores quanto com os moradores. Nesse momento foi realizada análise documental do acervo existente no IBAMA referente à criação das Reservas Extrativistas e estabeleceu-se os primeiros contatos com associações de moradores. A segunda etapa consistiu na realização do trabalho de levantamento de dados em campo, quando, em oito seringais da RESEX, foram aplicadas técnicas de metodologias participativas (Mapeamento e Diagrama de Venn) e feitas 14 entrevistas com moradores, consideradas pelos moradores como pessoas chave nessas áreas. A terceira etapa consistiu num levantamento feito junto a 32 organizações das 87 mencionadas pelos moradores dos seringais pesquisados. Com representantes dessas organizações foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas. Os principais resultados da pesquisa revelaram que, de modo geral, existem dificuldades na organização comunitária e na garantia de renda para as famílias, quando essa é oriunda de atividades ambientalmente sustentáveis. A melhora nessas condições seria a pré-condição para um compartilhamento da gestão. Além do mais, para

os gestores responsáveis pela área, merecem destaque os seguintes aspectos limitantes: dimensão da área e a intensa atuação de outros agentes externos, geralmente executando ações sob o *slogan* da “promoção do desenvolvimento sustentável da região”, sem resultar em ganhos reais para os moradores. A pesquisa permitiu verificar ainda a importância e a contribuição de muitas das organizações locais citadas pelos moradores. Entretanto, também foi verificado que, apesar dos esforços na realização de ações integradas entre o órgão gestor (ICMBio) e demais agentes externos, na prática, para resolução de problemas desejados ou necessários, ainda existe grande dificuldade para uma articulação efetiva, autônoma e mobilizatória da população. Além do mais, apesar do grande empenho do órgão gestor em fortalecer a gestão compartilhada e da intenção declarada de sua promoção na Reserva, efetivamente percebeu-se que os métodos utilizados pelos técnicos, do órgão gestor ou de outras organizações, são marcados pela formalidade e, em alguns casos, pela centralização e autoritarismo. Essas condutas metodológicas instituídas dificultam uma efetiva participação dos moradores, os quais, na maioria das vezes, não participam das decisões, ou quando o fazem, ela acontece na forma passiva ou apenas consultiva. Em poucos momentos, os relatos dos moradores permitiram identificar um nível mais alto de participação caracterizado pela automobilização. A dinâmica cotidiana explicitou dificuldades na comunicação estabelecida entre o órgão gestor e a população local. Esse fato é compreensível na medida em que os moradores se sentem pouco à vontade com um órgão gestor que acumula as funções de regulação, de polícia e de agente motivador da participação social no exercício democrático para obtenção de direitos. Nessa difícil articulação, no cotidiano, o compartilhamento das decisões fica comprometido. A desmobilização e o desinteresse dos moradores reinam, onde deveriam ser os motores das articulações sociais de processos de mudança. Muito menos que compartilhada, tudo indica que, por enquanto, a gestão é apenas partilhada, partida e desconectada.

## ABSTRACT

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2010. **Chico Mendes Extractive Reserve - AC: challenges of management (with) shared.** Adviser: France Maria Gontijo Coelho. Co-advisers: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara and Raimundo Cláudio Gomes Maciel.

This research discusses the challenges of managing shared in the Extractive Reserve Chico Mendes (Chico Mendes extractive reserve), located in the state of Acre. Officially, the Chico Mendes extractive reserve management is the responsibility of a Management Council, with the participation from the managing agency (ICMBio) by representatives of residents, public agencies and civil society organizations working in the area. Given this configuration of the structure and intent of sharing the management intended to discuss the meaning and effectiveness of this proposal among residents in their relationship with organizations and institutions working in the area. To clarify the effectiveness of this sharing we sought to understand how this RESEX in daily dynamics of socio-institutional interactions and how were the forms of survival of the inhabitants of the Reserve. From the point of view of residents, it was possible to identify the types of organizations active in the area and the role played by them in their day-to-day. The research took place in three stages and was conducted between 2009 and 2010. In the first stage, considered as exploratory phase, characterized as the initial approach, both to managers and agencies with the residents. At this moment presents a documentary analysis of the existing collection in IBAMA on the establishment of extractive reserves and established the first contacts with neighborhood associations. The second step in performing the work of data collection in the field, when, eight rubber RESEX techniques were applied participatory methodologies (mapping and Venn diagram) and made 14 interviews with residents, considered by residents as key people in these areas. The third step was a survey done among the 32 organizations mentioned by the residents of the 87 plantations surveyed. With representatives from these organizations were partially structured interviews. The main results of the survey revealed that, in general, there are difficulties in community organization and income security for families where this is coming from environmentally sustainable activities. The improvement in these conditions would be the precondition for a share of management. Moreover, the managers responsible for the area, one should note the following bounds: size of the area and the intense involvement of other external agents,

usually performing actions under the slogan of "promoting sustainable development in the region" without resulting in real gains for residents. This work established the importance and contribution of many of the organizations cited by local residents. However, also found that, despite efforts in the realization of integrated action between the managing agency (ICMBio) and other external agents, in practice, for troubleshooting desired or necessary, there is still great difficulty for effective engagement and autonomous mobilize population. Moreover, despite the strong commitment of the managing agency to strengthen the management of shared and stated intention of his promotion in the Reserve, effectively realized that the methods used by technicians, the managing agency or other organizations, are marked by formality and in some cases, the centralization and authoritarianism. These behaviors imposed methodological hinder the effective participation of residents, which, in most cases, not participate in decisions, or when they do, it happens in a passive or merely advisory. Within moments, the accounts of residents identified a higher level of participation characterized by automobilization. The daily dynamics explained difficulties in communication between the managing agency and the local population. This fact is understandable in that the residents feel uncomfortable with an agency that collects the regulatory functions of police and motivator of social participation in the democratic exercise for obtaining rights. In this difficult articulation in everyday life, the sharing of decisions is compromised. The demobilization and the disinterest of residents reign, where would be the engines of the joints of social change processes. Much less shared, it seems that for now, management is only shared, starting and disconnected.

# **CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO**

## **1. Estrutura do Trabalho**

Nesta dissertação são apresentadas questões relativas aos desafios de gestão na Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes), localizada na região sudeste do Estado do Acre. Este trabalho pretendeu, assim, problematizar o sentido e a efetividade da expectativa de uma gestão compartilhada conforme prevê documentos oficiais, como descritos em detalhes na seqüência deste texto. Em princípio, pretendeu-se indagar como funciona esta RESEX e como é possível uma gestão compartilhada nessas condições.

Neste Capítulo 1 tem por objetivo situar o leitor acerca deste trabalho desde o problema em foco, sua justificativa, o estado da arte dos estudos realizados na RESEX Chico Mendes, bem como estruturar um arcabouço conceitual sob o qual se conduziu o trabalho em campo.

No Capítulo 2 são descritas as estratégias metodológicas e a trajetória do trabalho de campo realizado entre os meses de março de 2009 e maio de 2010. O uso de metodologias participativas apresentou-se como estratégico e colocou a pesquisadora diante de um enorme universo de dados. O detalhamento neste capítulo justifica-se por se tratar de um campo com especificidades muitas vezes desconhecidas de muitos pesquisadores no Brasil. Esse texto metodológico tem a pretensão de um registro educativo aos novos e futuros pesquisadores que optarem pela aventura de enveredar pela Amazônia brasileira na busca da compreensão do cotidiano dos “Povos da Floresta”.

A partir do Capítulo 3 são apresentados os resultados. Os resultados exigiram sistematizações só possíveis quando orientadas pelas concepções teóricas aqui elencadas e que ajudaram na construção da situação problema que envolve a gestão de uma área de reserva extrativista que tem as dimensões, o histórico e a complexidade da RESEX Chico Mendes. Assim, inicialmente é apresentado um histórico das lutas que levaram à constituição da Reserva.

Já no capítulo 4, por meio da análise documental do acervo do IBAMA, é descrito o processo que regulou a institucionalização da RESEX Chico Mendes. Este discurso pode ser considerado um histórico do ponto de vista do discurso oficial.

No Capítulo 5, como contraponto, é apresentada a dinâmica cotidiana das formas de sobrevivência dos moradores da Reserva. A partir da aplicação de técnicas participativas de levantamento de dados (Mapeamento e Diagrama de Venn) as informações foram, assim, obtidas por meio de reuniões e entrevistas semi-estruturadas realizadas em oito seringais dos 53 existentes na área da Reserva. Desse levantamento foi possível identificar limites e potencialidades já instituídos nesse cotidiano. Além disso, é possível ler sobre as organizações e as instituições públicas identificadas pelos moradores pesquisados, durante a aplicação do Diagrama de Venn. Buscou-se neste momento não só identificá-las, mas descrever como elas são consideradas pelos moradores e qual o papel desempenham no dia-a-dia da Reserva.

No Capítulo 6 são apresentadas informações sobre as formas de produção e comercialização das famílias, como também as organizações que viabilizam ou não esses processos. Essa discussão revela-se muito importante quando se discute a sustentabilidade na Reserva.

No Capítulo 7 é feita uma análise crítica de como a gestão da Reserva tem sido realizada, a partir da visão e percepção dos moradores da Reserva.

Nas considerações finais pode-se ver como os conflitos de poder, de autoridade e de representatividade compõem um espaço complexo em interações sociais. Como se poderá ver, a tão aclamada e desejada sustentabilidade ambiental e gestão compartilhada são resultado da tensão entre a pressão das demandas para atendimento das necessidades básicas de sobrevivência dos moradores e os compromissos institucionais de um tipo de agente público que é gestor. Muitas dificuldades surgiram na efetividade desta gestão e podem ser explicadas tanto por razões estruturais quanto por concepções que orientam as práticas de mobilização política e as práticas produtivas para o desenvolvimento e sustentabilidade na Reserva.

Nessa difícil articulação entre desenvolvimento e conservação, o compartilhamento das decisões fica muitas vezes comprometido. A desmobilização e o desinteresse reinam onde deveria ser espaço privilegiado de articulações sociais de processos de mudança. Muito menos que compartilhada, tudo indica que, por enquanto, a gestão é apenas partilhada, partida e desconectada.

### ***1.1. A Criação de Unidades de Conservação como as Reservas Extrativistas***

Antes de qualquer discussão que se possa realizar sobre as Reservas Extrativistas no norte do país, faz-se necessário admitir que essas unidades de Conservação surgiram como resultado da luta dos movimentos sociais dos seringueiros, contrários à política desenvolvimentista implantada na Amazônia pelo Governo Federal, no final da década de 60. Essa política desconsiderou as especificidades de uma região com a economia de base extrativista e, portanto, dependente da floresta e de seus recursos naturais. Ao promover a expansão da pecuária extensiva no norte do país, além do aumento significativo das queimadas e desmatamentos, essa política do regime militar levou à expulsão de famílias inteiras para as periferias das cidades, que no Acre dirigiram-se, sobretudo, para a capital Rio Branco (DUARTE, 1987).

Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados na região Amazônica suscitaram intensas reações por parte das populações tradicionais, organizadas nos movimentos sociais dos seringueiros, que aliados aos movimentos ambientais e ecológicos contribuíram para a criação das Reservas Extrativistas (BATISTA, 2004). A importância e força desses movimentos são notórias. Como esclarece Sztompka (1998), esses movimentos são “[...] coletivos fracamente organizados que atuam juntos, de maneira não-institucionalizada, para produzir alguma mudança na sociedade” (p. 465). Pode-se dizer, então, que esses movimentos não só foram resultado de mudanças sociais anteriores impostas pela política desenvolvimentista do Governo Federal, mas também foram os atores promotores de novas transformações sociais, concretizadas na instituição das Reservas Extrativistas.

As Reservas Extrativistas foram regulamentadas pelo Governo Federal, pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990<sup>1</sup>, tendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão gestor (CAVALCANTE, 1993). Contudo, com a promulgação da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, esta função foi assumida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão criado pelo governo federal para administrar as Unidades de Conservação do País. A partir de então, o IBAMA passou a atuar nessas áreas apenas como fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento

---

<sup>1</sup> Atualmente existem cinco Reservas Extrativistas no Estado do Acre, a saber: Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Reserva Extrativista Alto Juruá, Reserva Extrativista Alto Tarauacá, Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema e Reserva Extrativista Chico Mendes ACRE (2009).

ambiental (IBAMA, 2009b).

Dentre as Reservas Extrativistas criadas, o presente estudo investigou a RESEX Chico Mendes que tem área aproximada de 970.570 hectares (ha)<sup>2</sup> e está localizada na região sudeste do Estado do Acre, abrangendo os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Sena Madureira (BRASIL, 2006).

De acordo com o Cadastramento dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizado no ano de 2005 pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA), os habitantes da área, denominados popularmente como “seringueiros”, eram aproximadamente 9.240 pessoas distribuídas entre 1.700 famílias. Estas famílias, geralmente moram distantes umas das outras, em pequenas localidades nas florestas denominadas “colocações”, que representam o lugar de moradia e o espaço de produção dos seringueiros. Segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (*apud* Costa Filho, 1995), cada colocação possui em média 300 ha, sendo seus limites e demarcações todos naturais, ou seja, demarcada pelos “varadouros” (caminhos entre as colocações), rios, “igarapés” (córregos), árvores de seringueiras e castanheiras, etc. Por conseguinte, a reunião de um grupo de colocações forma um “seringal”. Atualmente, no interior da RESEX Chico Mendes, existem 1.694 colocações, distribuídas entre 53 seringais (CNPT/IBAMA, 2005; ICMBIO, 2008c).

## ***1.2. Pequena revisão dos estudos sobre a RESEX Chico Mendes***

A criação das Reservas Extrativistas representou um marco na história da Política Ambiental Brasileira até então influenciada pela concepção naturalista norte-americana, de que as Reservas deveriam se constituir em ilhas estratégicas de preservação da biodiversidade, excluindo a presença humana, considerando assim a natureza selvagem como intocada e intocável (CAVALCANTI, 2002; DIEGUES, 2001b).

Em contraponto a essa visão preservacionista, Diegues (2000) apresenta elementos para uma nova ciência que denomina como *Etnoconservação* ou *Gestão Comunitária dos Recursos Naturais*, pela qual se pretende construir uma nova aliança

---

<sup>2</sup> Equivalente a 9.705 Km<sup>2</sup>.

entre o homem e a natureza. Partindo dessa concepção, o referido autor enfatiza a necessidade de se valorizar os conhecimentos e práticas de manejo das populações tradicionais, considerando-os aliados dos conhecimentos científicos, de forma que possam contribuir no planejamento e execução de ações conservacionistas. Destaca ainda a importância da participação das populações tradicionais nos órgãos de decisão com poder deliberativo. Dessa forma, pretende-se que elas tornem-se não só sujeitos, mas, sobretudo, protagonistas da própria história.

Com essas informações, observa-se que a constituição das Reservas Extrativistas pode ser lida como um passo audacioso, tanto para o Estado quanto para os movimentos sociais, uma vez que, as Unidades de Conservação (UCs)<sup>3</sup> existentes até o momento seguiam a concepção naturalista americana que excluía a presença humana. Nessa nova proposta, além de se admitir a presença do homem, este passa a assumir o papel de co-gestor, transcendendo da posição de ameaça ao meio onde vive para a condição de aliado no processo de conservação ambiental (CAVALCANTI, 2002). Essa idéia prosperou e foi estendida para outras áreas de conservação.

Assim, como disposto no Art. 18, § 2º, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):

a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração [ICMBio] e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área [Associações de Moradores e Núcleos de Base], conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Esse modelo de gestão é denominado de **gestão compartilhada** e prevê a participação mais efetiva dos moradores nos processos decisórios relacionados às Reservas Extrativistas. Nele se reconhece como importante os saberes das populações tradicionais que vivem há gerações na floresta. Um exemplo dessa perspectiva de gestão pode ser visto na participação da comunidade como co-autora na elaboração do Plano de Utilização (PU) das Reservas Extrativistas. De acordo com Almeida e Franco (2000) esses planos teriam como propósito “[...] registrar por escrito as formas costumeiras e já implementadas de manejo dos recursos naturais, que se haviam mostrado eficazes no passado para manter a floresta em pé e conservar as seringueiras e a caça” (p. 3).

---

<sup>3</sup> O capítulo 1, Art. 2o, da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define Unidade de Conservação como “[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

O Plano de Utilização pretende fixar normas, regras, crenças e costumes locais elaborado pelos próprios moradores da área, funcionando como instrumento para regulamentar a utilização dos recursos naturais e os comportamentos a serem seguidos pelos moradores, com vistas na auto-sustentabilidade das Reservas Extrativistas (BRASIL, 2006). Enfim, nesse plano estão fixadas o que se convencionou denominar como instituições, enquanto *modus operandi*, da vida na Reserva.

Um aspecto fundamental que deve ser observado sobre a criação das Reservas Extrativistas é que estas surgiram num momento oportuno, em que se consolidava mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, publicado em 1987, no Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland (CAVALCANTE, 1993). Este relatório definiu desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que satisfaz às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987 *apud* BUARQUE, 2002, p.59).

Até então, na discussão corrente entre a comunidade científica, sobretudo, entre os economistas, considerava-se desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, medido prioritariamente pelo resultado total da produção de bens e serviços de um país. Apesar das dificuldades de interpretação do termo “desenvolvimento sustentável”, essa expressão tornou-se amplamente aceita, especialmente, por indicar um desenvolvimento que considera mais do que pressupostos econômicos, ou seja, que também leva em conta a prudência ecológica e a justiça social (DALY, 1996; ROMEIRO, 2001).

Todavia, essa discussão foi enriquecida após a incorporação dos pressupostos de Sen (2000) que considera o desenvolvimento não só como resultado do crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Este autor esclarece que só haverá desenvolvimento se o processo for capaz de ampliar as “liberdades substantivas dos indivíduos”. Essas liberdades seriam, por exemplo, a capacidade de evitar privações (fome, subnutrição, morbidez evitável, morte prematura), bem como de ter acesso à educação básica, assistência médica e, principalmente, de ter direito à participação política e liberdade de expressão. Essas liberdades, por sua vez, podem ser alcançadas a partir do investimento em liberdades instrumentais.

Considerando o novo enfoque dado aos temas desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, a discussão sobre Reservas Extrativistas assume um

significado especial. Além delas surgirem como alternativa atenuante para o problema fundiário de concentração de terra, também se caracterizaram numa proposta de grande apelo ambiental, uma vez que indica a necessidade de uso sustentável e a gestão compartilhada dos recursos naturais pelas populações tradicionais. As Reservas Extrativistas passaram, então a ser identificadas dentro da proposta de desenvolvimento sustentável, tornando-se o novo paradigma de desenvolvimento para a região amazônica (CAVALCANTI, 2002).

No entanto, apesar das Reservas Extrativistas serem consideradas como parte integrante da política de desenvolvimento sustentável específica para a Amazônia, a sustentabilidade desse tipo de Unidade de Conservação, especialmente, econômica, tem sido alvo de muitas controvérsias. Na literatura corrente podem-se identificar alguns autores que debatem categoricamente essa questão.

Do ponto de vista econômico clássico Homma (1993) apresenta um posicionamento bastante pessimista no que se refere à viabilidade das Reservas Extrativistas. Este autor argumenta que as reservas, que têm como cerne o extrativismo vegetal tradicional, mais precisamente a produção de borracha, não podem ser consideradas modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia. Isso porque os baixos rendimentos da terra e da mão-de-obra, aliados ao baixo progresso tecnológico, incentivam o processo de domesticação – plantios racionais de seringueiras – e a substituição por produtos sintéticos, conduzindo a atividade extrativa tradicional ao desaparecimento no médio e longo prazo. Em linhas gerais, esse autor considera que a instabilidade na atividade extrativista vegetal não permite considerá-la um modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia.

A análise econômica deste autor desconsidera o passivo ambiental (meio ambiente degradado) gerado pelas ações extrativistas na medida em que elas dependem da conservação para sua continuidade. Nessa contabilidade convencional não é preciso perceber que a relação entre custos e benefícios neste contexto deveria se fazer de forma distinta. Seus resultados extrapolam o mero somatório dos resultados obtidos nas unidades de produção. Contudo, para se poder antever a possibilidade de formas mais ampliadas de percepção dos benefícios socioambientais do extrativismo e as implicações da reprodução dos recursos das florestas, uma análise na perspectiva da economia política faria a diferença necessária. Com certeza a ação de políticas públicas distributivas é que poderia redirecionar os processos de descapitalização que se dão nas formas capitalistas de comercialização dos produtos do extrativismo.

Corroborando com uma perspectiva mais otimista e crítica do extrativismo e que tem implicações sobre o entendimento do papel das RESEX, em outro extremo da discussão e em contraposição às idéias de instabilidade econômica da atividade, emerge o posicionamento de Kageyama (1996). Esse autor admite que com o cultivo intensivo da seringueira, o extrativismo tradicional estaria até fadado ao extermínio. No entanto, acrescenta que isso não ocorrerá desde que haja um avanço para o sistema de produção ao que ele denomina “Neoextrativismo”.

Esse sistema também é defendido por Rêgo (1999) que com o trabalho intitulado “Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo”, lançava ao final dos anos noventa um primeiro ensaio no sentido de organizar e esclarecer a abordagem neoextrativista propondo uma visão mais ampla sobre o extrativismo vegetal. Este autor constrói sua argumentação a partir do conceito de extrativismo, normalmente considerado como “[...] atividade de coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais ou vegetais [...], sem intervenção racional para sua ampliação” (p. 3). O mesmo diz que esta “[...] concepção supõe uma separação entre o homem e a natureza, ao admitir a existência de áreas naturais intocadas pelo homem” (p. 3). Assim, dada a situação concreta do extrativismo na Amazônia, de interação constante entre o homem e a natureza, o autor recomenda a construção de um conceito mais específico, pois acredita que no caso desta região “[...] não se pode admitir como objeto uma natureza intocada” (p.3).

Esse novo conceito seria o neoextrativismo, definido por ele como “[...] a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular” (p.5) ou como se convencionou definir, seria “[...] a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências sócio culturais dos seringueiros” (RÊGO, 1996, p.1). Ademais, Rêgo ressalta ainda a importância das RESEX como impulsionadoras de “[...] uma economia baseada nas atividades extrativas e na organização familiar do trabalho” (p.5) na região amazônica.

Com base nos argumentos descritos, observa-se, contudo, que todos os autores concordam com o “atraso tecnológico” predominante na prática do extrativismo tradicional da seringueira e apontam a necessidade urgente de superação desse entrave para um efetivo desenvolvimento. Entretanto, os autores divergem quanto à hipótese do desaparecimento do extrativismo no médio e longo prazo.

A seguir, serão descritos outros estudos sobre a área para melhor explicitar o problema desta pesquisa. A tentativa de superação do dilema da sustentabilidade econômica das RESEXs levou à execução de variados projetos de intervenção e pesquisa nessas localidades, com o intuito de encontrar caminhos para o efetivo desenvolvimento sustentável. No caso da RESEX Chico Mendes, poder-se-ia elencar um número significativo de projetos de intervenção e pesquisa desenvolvidos e/ou em desenvolvimento na região. Tomam-se aqui apenas alguns a título de exemplo.

Dentre os projetos de intervenção implementados na RESEX Chico Mendes, destaca-se o **Projeto Reservas Extrativistas (Projeto RESEX)**. Este projeto foi executado pelo IBAMA, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e tinha como objetivo geral

[...] testar em quatro Reservas Extrativistas [Rio Ouro Preto – Rondônia, Rio Cajari – Amapá, Chico Mendes – Acre e Alto Juruá – Acre] na Amazônia brasileira modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por intermédio da co-gestão entre Governo e Sociedade (CNPT/IBAMA, 1999).

O Projeto foi desenvolvido no período de 1995 a 2001, sendo encerrado antes do previsto, por problemas relacionados à aplicação e gerenciamento dos recursos.

Na revisão aqui realizada para fins de instrução desta dissertação, ainda na categoria projeto de pesquisa, destaca-se o **Projeto “Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre (ASPF)”**, desenvolvido pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC), do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas. O mesmo foi criado em 1996, estando até hoje em execução, tendo como objeto de pesquisa as áreas representativas da realidade sócio-econômica rural da mesorregião do Vale do Acre, onde se localiza a RESEX Chico Mendes, como também as regiões do Vale do Juruá e Tarauacá/Envira. Tem como objetivo principal realizar a análise econômica e sócio-cultural da produção familiar rural do Estado do Acre, formular alternativas de desenvolvimento sustentável e difundir os resultados no Estado (RÊGO *et al.*, 2003). Sua importância configura-se pela carência, ainda hoje, de dados socioeconômicos da produção familiar rural no Estado do Acre, essenciais para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento. Este projeto está em execução há aproximadamente 14 anos, tendo gerado neste período um amplo banco de dados sobre a produção familiar rural no Estado que contribuiu na orientação de programas de Governo e formulação de políticas públicas.

Outra pesquisa que deve ser citada refere-se à que resultou na intervenção realizada pelo **Projeto Ilhas de Alta Produtividade (IAP`s)** que desenvolveu suas ações na RESEX Chico Mendes no período de 1995 a 2004, sob a coordenação do Parque Zoobotânico/UFAC e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP, contando com o financiamento do IBAMA-Brasília, e as parcerias do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, da Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Xapuri - AMOREX, e as cooperações do IBAMA local, entre outras organizações. A execução do mesmo na RESEX Chico Mendes ocorreu mediante a realização de pequenos plantios de seringueira, partindo-se da hipótese que a diversidade da floresta natural existente ao redor, propiciaria um ambiente favorável para a inibição do fungo *Microcyclus ulei*, principal responsável pelo fracasso dos cultivos de seringueira em regiões úmidas como a Amazônia. A implantação dessa proposta, combinada com o uso de técnicas adequadas e específicas pretendia gerar um aumento na produção e na produtividade do extrativismo, tornando-o competitivo no âmbito nacional e internacional. As Ilhas de Alta Produtividade apresentaram-se como uma alternativa produtiva para a viabilização do extrativismo. Foram implantadas aproximadamente 90 IAP`s, distribuídas entre nove seringais da RESEX Chico Mendes (SOUZA, 1997).

Em 1999, essa proposta foi incorporada como política pública do Estado do Acre, sendo construído um “Jardim Clonal” para produção de mudas de seringueiras, localizado na estrada de acesso ao município de Xapuri – AC. Atualmente o projeto não está em atividade, dificultando de certa forma a inferência sobre o êxito dos plantios, demonstrando assim a necessidade de maiores estudos sobre os mesmos. No entanto, acredita-se nessa proposta não só por apresentar-se como alternativa de viabilização do extrativismo, mas, principalmente, pela forma que foi construída e implementada, conciliando os conhecimentos tradicionais com o conhecimento científico.

Outro trabalho a ser destacado é o **Projeto de Manejo Florestal Comunitário para o Aproveitamento do óleo de Copaíba** (*Copaifera spp.*), desenvolvido em 2004, sob a Coordenação do Parque Zoobotânico/UFAC. O objetivo do mesmo era “[...] explorar os recursos naturais existentes de forma organizada, contínua e duradoura, resultando na preservação e manutenção dos ecossistemas e garantindo um retorno econômico direto para a comunidade local” (LEITE *et al.*, 2004).

Além desses, certamente outros projetos foram executados no âmbito da RESEX Chico Mendes, contudo seria demasiadamente exaustivo relatá-los aqui. Em

termos de pesquisas acadêmicas para produção de monografias, dissertações, teses e artigos científicos não é possível especificar a quantidade de trabalhos realizados na RESEX Chico Mendes. Entretanto, acredita-se que a quantidade seja expressiva, tendo em vista que a mesma constitui uma das Reservas Extrativistas mais antigas do País, além de localizar-se no espaço onde foram originadas as discussões sobre a criação dessa modalidade de Unidade de Conservação. Além disso, por levar o nome do líder seringueiro Chico Mendes, a área chama atenção de muitas instituições de pesquisas e Ong's ambientalistas na medida em que ele é considerado figura emblemática do movimento ambientalista, nacional e internacionalmente.

Em síntese pode-se citar os autores Allegretti (2002), Batista (2004), Cavalcante (1993), Cavalcanti (2002), Costa Filho (1995), Fadell (1997), Homma (1993), Kageyama (1996), Maciel (2007) e Rêgo (1999), que, de alguma forma, têm estudado temas relacionados à sustentabilidade econômica dessa Unidade de Conservação. Além desses, merecem destaque outros estudos que têm outros objetivos e que são de outras áreas do conhecimento, mas que contribuem com o melhor entendimento da importância e especificidade da RESEX. Alguns são da geografia (CUNHA & LOUREIRO, 2009) e outros da etnobotânica e etnoecologia (MING, 2007).

Apesar dessa gama de trabalhos realizados sobre a RESEX Chico Mendes, tanto por pesquisadores quanto por organizações, pouco de seus resultados foram compartilhados com os gestores da Reserva. Conforme relato do ex-chefe da referida Unidade de Conservação, Sebastião Santos da Silva, prestado em junho de 2009, ainda na fase exploratória e de construção do problema desta pesquisa, esses resultados, talvez fossem importantes no sentido de propor recomendações para o efetivo desenvolvimento da RESEX Chico Mendes. O gestor ainda mencionou o fato de muitos pesquisadores e/ou organizações atuarem na área até mesmo sem o devido conhecimento e anuência dos gestores da Reserva.

Nesse depoimento é possível perceber que, apesar dos esforços no sentido de produção de conhecimento e busca de alternativas sustentáveis para a RESEX Chico Mendes, esta ainda enfrenta o dilema de tentar conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais. Esse dilema se expressa em problemas concretos enfrentados pelo órgão gestor na localidade, tais como controle do crescimento da pecuária, da exploração madeireira e caça ilegal, realizadas por alguns moradores e também por agentes externos.

### ***1.3. Problema de realidade***

Desde a fase exploratória desta pesquisa, observou-se que o tem despertado o interesse dos seringueiros é a criação de gado, fato que choca e parece incongruente com a idéia de Unidade de Conservação. Contudo, a característica peremptória dessa opção produtiva (algo que foi instalando-se aos poucos) exige análise acurada e implica em indagações do tipo: como estariam as alternativas de sobrevivência do seringueiro e de sua família; ou outra, como pode o poder público coibir ou controlar isso.

A justificativa, do ponto de vista de quem cria o gado é de que, ao apresentar um baixo custo de produção e exigir um baixo investimento tecnológico, também oferece maior facilidade de transporte e comercialização. Essa facilidade produziu uma expressão que se tornou lugar comum na Amazônia: “o gado sai andando com os próprios pés”, o que facilita as trocas comerciais na medida em que os percursos na região não são muito fáceis, como se poderá ver adiante na metodologia. Além disso, esse produto tem demanda garantida e bom preço de mercado. Nota-se que, nesse caso, o “baixo nível tecnológico” é apresentado como fator vantajoso, diferentemente da expectativa de muitos estudos econômicos que sempre atribuem a esse fato o fracasso dos empreendimentos econômicos. Dessa primeira observação já é possível perceber como a sustentabilidade, para além das expectativas, ainda é um gargalo na sua efetividade, mesmo nas condições de Unidades de Conservação no norte do país.

Apesar de ser categorizada no Plano de Utilização como atividade complementar, a criação de gado tem se tornado cada vez mais forte e freqüente no interior da Reserva, tendo em vista a dificuldade de garantia de renda para as famílias (BRASIL, 2006). Ademais, em muitas localidades a RESEX Chico Mendes encontra-se vulnerável à essas mesmas pressões, porém vindas de moradores da área do entorno da RESEX.

Este é o cenário atualmente encontrado e descrito pelo responsável pela gestão da Reserva. Daí porque ter se colocado, inicialmente, como desafio da pesquisa as seguintes questões: como funciona a RESEX Chico Mendes e como é possível uma gestão compartilhada nessas condições? Quais seriam as pré-condições e as implicações para esse tipo de gestão socioambiental? Qual é a rede de organizações e de instituições públicas que efetivamente atua na RESEX Chico Mendes e como ela é vista por seus moradores? Como esta rede se relaciona/articula com a estrutura oficialmente estabelecida?

Até o momento de proposta desta pesquisa não existiam informações detalhadas sobre a efetividade desta gestão compartilhada, pois ainda não se tinha feito nenhuma pesquisa sobre este tema na referida Reserva. Alguns estudos similares foram realizados em outra Reserva Extrativista, localizada no Acre, a RESEX Cazumbá-Iracema. Um primeiro deles teve como título “Diálogos, Práticas e Espaços Participativos: A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália”, defendido por um estudante do programa de Mestrado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em julho de 2007. A partir do mesmo concluiu-se que no âmbito do Programa não existe a prática da governança democrática. O segundo teve o título “Identidade Territorial e Organização Social: Reserva Cazumbá-Iracema no Município de Sena Madureira-AC”, defendido por uma estudante do programa de Mestrado da Universidade de Brasília (UNB), em agosto de 2006. Este estudo concluiu que as organizações sociais locais são fundamentais para a manutenção e fortalecimento da identidade do território das populações que residem em Reservas Extrativistas na Amazônia.

Além disso, a preocupação com a gestão da RESEX Chico Mendes tem sido um tema recorrente no ICMBio, que desde 2007 é o principal órgão gestor desta Unidade de Conservação. Para se ter uma idéia da importância do tema, já desde a época de gestão coordenada pelo IBAMA (entre 2004 e 2007), foram desenvolvidas diversas ações com o propósito de fortalecimento da gestão da RESEX Chico Mendes, tais como: execução de programas para o fortalecimento da gestão no âmbito do Projeto RESEX, desenvolvido no período de 1995 a 2001 (IRVING & MILLIKAN, 1997); execução do Projeto “Gestão Participativa da RESEX Chico Mendes”, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, no ano de 2003; realização de oficinas que resultaram no relatório preliminar produzido junto com as lideranças comunitárias para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo de Uso Múltiplo, publicado em dezembro de 2006 (IBAMA, 2006).

Ainda preocupados com o tema gestão da Reserva, desde o ano de 2008 o ICMBio vem trabalhando no Reordenamento Territorial da Reserva de forma a viabilizar melhorias na gestão da RESEX Chico Mendes. Dentre estas ações, destaca-se a definição do que se tem chamado de “nova geopolítica da Reserva” que consiste na reconfiguração da área de atuação das três associações de moradores, integrantes da estrutura formal de gestão e a criação de mais duas associações. A expectativa declarada

é de facilitar as ações das lideranças nas comunidades. Partindo dessa reconfiguração, a área da Reserva passa a ser dividida em cinco zonas de atuação, ficando cada uma delas sob a responsabilidade de uma associação diferente, chamadas pelo órgão gestor de Associações Concessionárias (ICMBio, 2008).

Adicionalmente, o ICMBio, vem desenvolvendo, em parceria com a WWF/Brasil, desde maio de 2010, o trabalho de “Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre”. Este trabalho tem em vista “superar o desafio de estruturar as associações e qualificá-las para a gestão” (WWF/Brasil, 2009).

Essas ações, consideradas estratégicas para os órgãos oficiais envolvidos com a reserva, carecem de uma análise crítica e de pesquisa sistemática sobre sua operacionalização. Por isso, esta pesquisa pretendeu contribuir no sentido de melhor visualização da efetividade da “gestão compartilhada”. Ao analisar as interações e intervenções que acontecem, a partir do olhar dos “não oficiais”, das instâncias da vida cotidiana e dos contextos políticos locais, a pesquisa teve a pretensão de apontar novas estratégias de intervenção e de políticas locais mais efetivas no sentido da sustentabilidade. Para isso, acreditava-se que o envolvimento e a participação dos moradores seriam fator importante.

A visão local que se quis dar a conhecer por este trabalho é entendida aqui como referência importante nas tomadas de decisão. Ela é resultado das interações entre moradores, em suas condições concretas de vida, com funcionários de instituições públicas e agentes de outras organizações, nas quais se incluem desde organizações não governamentais e até de empresas de interesse privado. Essas interações podem trazer verdades, mas também equívocos. Por isso devem ser passadas por uma análise criteriosa, crítica e de natureza mais teórico-conceitual.

#### ***1.4. Problema de pesquisa***

Por isso, na construção das questões para pesquisa foi necessário buscar alguns conceitos que são aqui apresentados, mesmo que de forma resumida, para melhor qualificar e orientar o levantamento de dados, a sistematização e sua análise. O primeiro conceito a ser apresentado é o de gestão e gestão de recursos naturais, feito a partir de Godard (1997), McKean & Ostrom (2001) e Diegues (2001). Também foram

importantes para o entendimento do que se buscava e do que foi possível encontrar em campo: a idéia de desenvolvimento como apresentado por Sen (2000); algumas noções relativas aos movimentos sociais como apresentado por Sztompka (1998); e o debate sobre organizações e instituições como discutido por Berger & Lukmann (1985) e Appendini & Nuijten (2002).

#### 1.4.1. *Gestão de Recursos Naturais*

Antes de qualquer referência à gestão de recursos naturais, faz-se necessário clarear o significado de alguns termos como recursos naturais e gestão.

Resende (2002, p. 40) define **recursos naturais** “como quaisquer recursos ambientais que possam ser usados pelo homem, classificados em renováveis e não renováveis”. Deste conceito já se pode ver que o uso e reprodução desses recursos tornam-se um problema social e ambiental. Os possíveis usos é que garantirão as condições de reprodução dos recursos que seriam renováveis, como seria o caso dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros. Daí porque na criação de áreas de conservação, a gestão dos mesmos tornar-se tão importante. Contudo, esta gestão não se refere a ações de domínio privado, mas ações de coletividades, ações públicas.

Segundo Godard (1997), o conceito de **gestão** surgiu originalmente no domínio privado e concerne à administração de bens pelo seu proprietário. A partir deste conceito, os autores revelam duas idéias importantes:

- a) Os bens (ou, como aqui, os recursos) podem ser apropriados por pessoas, porém também podem ser separados das mesmas, podendo chegar ao ponto de sua administração ser conferida a terceiros;
- b) A partir do direito de propriedade o sujeito é o titular desse direito ou seu representante e o objeto consiste no bem possuído. Nessa condição, a relação de gestão pressupõe que o destino do objeto depende do sujeito, inclusive a sua destruição, já que, em sua última forma, o direito de propriedade implica também no direito de destruir, conforme manifestado por Rémond-Gouilloud *apud* Godard (1997).

De acordo com o Código Civil da legislação brasileira *apud* Resende (2002, p. 41), a palavra **propriedade** é definida como “o direito da pessoa, física ou jurídica, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou não”. Porém, o autor esclarece que esta

visão individualista, fundamentada na autonomia do proprietário, tem passado por um processo de mudança, tendo em vista o avanço do ordenamento jurídico, principalmente quando questões ambientais são postas em pauta.

McKean e Ostrom *apud* Diegues (2001, p. 99) classifica a propriedade em seis categorias gerais, a saber:

- a) recursos de livre acesso (ex: atmosfera);
- b) propriedade pública (ex: parques nacionais);
- c) propriedade do Estado (prédios governamentais);
- d) propriedade privada possuída conjuntamente, onde as quotas podem ser vendidas sem consulta (ex: corporação por ações);
- e) propriedade comum (*common property*), propriedade privada possuída conjuntamente, onde os co-proprietários não podem vender suas quotas;
- f) propriedade privada possuída individualmente (propriedade privada de uma casa).

McKean & Ostrom (2001) alertam que apesar da classificação, as categorias não são compartimentadas e mutuamente excludentes, podendo, por vezes, compartilhar atributos umas das outras. Assim, há que se reconhecer que a propriedade comum é **propriedade privada compartilhada**, ou seja, gerida coletivamente, devendo ser considerada permeável “a parcerias, sociedades anônimas e cooperativas comerciais.” (p. 82)

O debate sobre o regime de propriedade comum foi lançado no clássico ensaio de Hardin de 1968 *apud* Diegues (2001) sobre a **Tragédia dos Comuns**. Neste trabalho, o autor afirma que sob o regime de propriedade comum, cada comunitário orientaria sua atitude pela racionalidade individual, aumentando seus rendimentos com base no aumento da pressão sobre os recursos naturais, causando assim a exploração excessiva dos mesmos e a queda da rentabilidade da atividade. Como solução, o autor propõe a privatização ou a intervenção estatal nesses espaços, por meio da instituição de normas governamentais para usos e usuários. Essa visão acredita severamente que somente o capital privado ou o Estado podem explorar os recursos naturais de forma adequada, sem destruí-los, subestimando a capacidade das populações tradicionais em instituírem suas próprias normas de utilização dos recursos, criando inclusive restrições ao livre acesso.

McCay & Acheson (1987) *apud* Diegues (2001a) são severamente críticos à

solução proposta por Hardin, por acreditarem que a conversão de áreas de uso comum em áreas de propriedade privada ou administrada pelo Estado vem demonstrando, com frequência, uma solução duvidosa. Ao invés de apoiarem as propostas do livro a **Tragédia dos Comuns**, os referidos autores acreditam mesmo que o que tem ocorrido é a **Tragédia dos Comunitários**. Isso porque muitos dos comunitários (moradores) foram expulsos de “seus territórios tradicionais pela expansão da grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos” (p.99), a exemplo do que ocorreu na região Amazônica, no início da década de 70.

McKean & Ostrom (2001) definem **propriedade comum** ou **regime de propriedade comum** como “arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo ‘propriedade’ está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos.” (p.80)

Os autores mencionaram ainda que, estranhamente, o termo propriedade comum parece ter sido apropriado para expressar a ausência de propriedade ou até mesmo para se referir a recursos de livre acesso, aos quais direitos e responsabilidades não tenham sido definidos, e não a um determinado tipo de propriedade. Todavia, o regime de propriedade comum se caracteriza pelo “acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns” (MCKEAN & OSTROM, 2001, p. 81), configurando uma forma de propriedade, ao invés de sua ausência.

Assim, para McKean & Ostrom (2001), diferente do que Hardin (1968) presumia, em regime de propriedade comum, a tragédia dos comuns não sucederia em razão do compartilhamento do uso dos recursos, mas da liberdade de acesso, ou seja, da ausência de direitos de propriedade ou de regimes de manejo.

De acordo com Ostrom, Gardner & Walker (1994) *apud* McKean & Ostrom (2001, p. 87-91), existem alguns princípios ou condições para que haja sucesso no regime de propriedade comum, enquanto instituição, tais como:

- a) Grupo de usuários devem ter o direito de organizar suas atividades, ou ao menos o da garantia de não interferência;
- b) As fronteiras dos recursos devem ser claras;
- c) Os critérios para o ingresso a grupos de usuários devem estar claros;
- d) Os usuários devem ter o direito de modificar suas regras de uso ao longo do tempo;
- e) As regras de uso devem corresponder ao que o sistema pode tolerar e

- devem ser ambientalmente conservadoras para possibilitar margens de erro;
- f) Regras de uso devem ser claras e facilmente impostas;
  - g) Infrações das regras de uso devem ser monitoradas e punidas;
  - h) A distribuição de direitos de tomada de decisão e de direitos de uso aos coproprietários dos comuns não precisa ser igualitária, mas deve ser vista como “justa”;
  - i) Métodos baratos e rápidos para a solução de conflitos menores devem ser concebidos;
  - j) Instituições para o manejo de sistemas muito amplos devem ser estabelecidas, devotando considerável autoridade a pequenos componentes.

Conforme Godard (1997), a **gestão integrada dos recursos naturais** deve assegurar:

[...] por um lado, assegurar sua boa integração ao processo de desenvolvimento econômico; e por outro assumir as interações entre recursos e condições de reprodução do meio ambiente, organizando uma articulação satisfatória com a gestão do espaço e aquela relativa aos meios naturais. Naturalmente a orientação de uma gestão desse tipo depende dos interesses sociais representados, dos objetivos que anima o desenvolvimento sócio-econômico e dos meios e instrumentos que se encontram à disposição dos ‘gestores.’ (p.210)

Além disso, Godard (1997) *apud* Resende (2002) distingue dois conceitos de gestão, referente aos recursos naturais, a saber: de **gestão cotidiana** e a de **gestão de longo prazo (global)**.

[A primeira é] feita através das ações e decisões relativas a um uso determinado e nos arranjos e arbitragens para conflitos de uso. Está a jusante da opção de desenvolvimento, constituindo uma atitude defensiva ou de limitação de prejuízos. Busca a adaptação da oferta de recursos naturais à demandas prevista. [A segunda] busca gerir os potenciais de recursos e influir na definição de opções de desenvolvimento, das quais estaria a montante. Atua nos meios biofísico e social, na demanda e na oferta. Dever ter enfoque contextual, os seus objetivos devem penetrar as políticas e também as decisões sobre recursos naturais devem aprender as diversas preocupações da sociedade, como emprego, equilíbrio regional etc. (p. 47-8)

Em oposição ao conceito de gestão cotidiana, Godard ainda apresenta o conceito de **gestão patrimonial**, pelo qual os recursos naturais devem ser entendidos como um patrimônio, pertencente a esta e às futuras gerações. Esse tipo de abordagem

[...] pressupõe **atores autônomos** e responsáveis, gestão refletida de relações patrimoniais com o meio ambiente, destacando o papel da negociação. **Não elimina o papel da administração estatal**, com interesses próprios, mas que também assume a função de facilitador das negociações. **Depende também de que todos os atores sejam bem identificados e mutuamente**

**reconhecidos**, com **interesses patrimoniais compartilhados**, permitindo o reconhecimento mútuo e uma diferença de interesses que legitima e alimenta a negociação, que é feita em locais físicos e institucionais determinados. [...] (*apud* RESENDE, 2002. p.48-9) (grifo nosso)

Atualmente, nas sociedades modernas, os dois principais agentes de gestão de recursos naturais têm sido o mercado e o poder público estatal. Mais recentemente surgiu o que é denominado por alguns autores como “terceiro setor”, ou seja, a sociedade civil organizada. Esse setor tem assumido um papel expressivo na questão ambiental, mas não influenciando de forma decisiva nas regras do jogo. (RESENDE, 2002)

A importância da participação de integrantes da sociedade civil nos processos decisórios foi destacada por Diegues (2000), que, além de admitir a regulação de áreas de uso comum por comunitários, também valoriza os conhecimentos tradicionais e a forma de manejo dos recursos assumidos por essas comunidades. Esse autor considera esses conhecimentos e práticas tão importantes quanto os conhecimentos científicos, recomendando, por último, o envolvimento dessas populações em instâncias específicas para tomada de decisões, o que permitiria aos usuários desses espaços transformarem-se em sujeitos e protagonistas da sua própria história.

Contudo, o envolvimento de populações tradicionais na gestão de espaços de uso comum, como as Reservas Extrativistas, exige a criação de instituições próprias para a orientação da gestão. Assim, a gestão dos recursos naturais vai depender principalmente da ação institucional, tendo como ponto de partida a definição dos direitos de propriedade e da regulação pública dos direitos privados e/ou comuns. (RESENDE, 2002)

#### *1.4.2. Participação*

O conceito de participação desponta também como referência importante, pois é por ele que se poderá analisar a efetividade, ou não, do envolvimento dos moradores da Reserva nas instâncias deliberativas.

Inicialmente pode-se citar o trabalho de Pimbert & Pretty (2000) para os quais existe uma longa história quanto à **participação comunitária** nas atividades de desenvolvimento. O termo participação, hoje em dia, é comumente utilizado por diversas agências de desenvolvimento, desde organizações não-governamentais

(ONGs), departamentos governamentais, empresas privadas e até bancos.

No entanto, muitas vezes esse termo assume acepções diferentes para estes agentes, fazendo com que na aplicação prática do mesmo sejam criadas relações que não necessariamente criam independência dos atores. Esse resultado diminui a consecução dos objetivos de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, produz situações que não têm continuidade após o término do projeto. Isso por que são poucos os esforços feitos “para construir habilidades locais, interesses e capacidade” na população, que não cria nenhum compromisso para “manter ou apoiar novas práticas quando esses investimentos deixam de existir” (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 196).

Dessa forma, para se evitar distorções de compreensão e também a reprodução de atitudes paternalistas, os autores sugerem que “é essencial que os profissionais incentivem processos apropriados de participação na consecução dos objetivos de sustentabilidade e conservação da biodiversidade” (p. 197).

No intuito de esclarecer a participação motivada pelas organizações desenvolvimentistas, Pretty *apud* Pimbert & Pretty (2000) desagregou participação em sete tipos diferentes, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de Participação

Tipo de participação	Características da participação
1. <i>Participação manipuladora</i>	Nas reuniões, pode haver representantes dos atores interessados, mas eles não são eleitos democraticamente e não têm nenhum poder de decisão. Em tais circunstâncias, a participação é uma farsa, pois a presença de indivíduos supostamente representando determinadas organizações não tem qualquer influência no processo decisório.
2. <i>Participação passiva</i>	Os participantes são apenas informados sobre o que já foi decidido ou já aconteceu. Este tipo de participação geralmente envolve o anúncio unilateral de decisões por parte dos gerentes do projeto, mas sem ouvir as opiniões dos participantes; a informação é compartilhada apenas entre os 'profissionais'.
3. <i>Participação por consulta</i>	Os atores sociais participam sendo meramente consultados. Agentes externos definem os problemas e controlam os processos de coleta e de análise dos dados. Tal processo não compartilha qualquer tomada de decisão e os profissionais responsáveis pelo planejamento não têm qualquer obrigação de levar em consideração a opinião dos participantes.
4. <i>Participação por incentivos materiais</i>	Os atores sociais participam dos testes de uma nova abordagem ou tecnologia através da contribuição dos seus recursos, freqüentemente sua força de trabalho em troca de comida, dinheiro ou de outros incentivos materiais, mas não são envolvidos na experimentação de novas idéias ou processos de aprendizado. Os envolvidos não participam na continuação do uso das novas abordagens ou tecnologias quando os incentivos acabam.
5. <i>Participação funcional</i>	A participação é vista por agências externas como um meio para atingir os objetivos de um determinado projeto. Apesar de haver um envolvimento interativo envolvendo inclusive a tomada compartilhada de decisão, a participação só ocorre depois que decisões capitais já foram tomadas pelos agentes externos. Na pior dos cenários, participantes locais podem ser cooptados com o fim único de servir aos interesses dos agentes externos.
6. <i>Participação interativa</i>	Os participantes se envolvem em análises conjuntas que produzem planos de ação e ajudam no fortalecimento de instituições locais. Tal processo envolve metodologias interdisciplinares que buscam criar perspectivas múltiplas e usam processos de aprendizagem sistêmicos e estruturados. O grupo controla as decisões, determina como os recursos disponíveis são usados e têm também um interesse coletivo na manutenção das estruturas e práticas resultantes do trabalho participativo.
7. <i>Participação por auto-mobilização</i>	Os atores sociais participam para mudar o <i>status quo</i> por iniciativa própria, independentemente de instituições externas. Eles desenvolvem contatos com instituições para conseguirem os recursos e o aconselhamento técnico de que precisam, mas mantêm o controle sobre o uso dos recursos. A auto-mobilização pode se expandir se o governo e organizações não-governamentais propiciarem o apoio necessário. A auto-mobilização pode ou não questionar a distribuição de recursos e poder pré-existente.

Fonte: Pretty (1994).

Desse quadro pode-se ver um processo que vai da heteronomia à autonomia dos sujeitos na ação e nas decisões. Continuando o debate, remete-se a Alencar (1990) para quem o ato de participar não implica só associação a um grupo. Para o autor o que interessa é, principalmente, “o envolvimento dos membros do grupo na identificação dos problemas e de suas causas, na tomada de decisões, planejamento e execução de ações que visam à solução dos problemas identificados” por esses membros. (p. 31)

Freqüentemente, o termo participação induz a se pensar em algo que é feito em conjunto ou todos fazendo a mesma coisa, no mesmo sentido. Admite gradações, indo da forma articulada até a forma harmoniosa e integrada. Entretanto essa é uma concepção ingênua de se pensar participação, pois se admite apenas as conotações como algo positivo, construtivo, e por isso, traz a idéia de algo feito a partir da opinião

consensual de muitos. Assim, há expectativa de que, quando em uma comunidade se faz algo de cunho participativo, grande parte da comunidade estará presente, objetivando uma construção comum a partir de uma visão de todos.

Esse consenso harmonioso nem sempre é o resultado dos processos participativos. Por isso, o termo também exige uma discussão sobre o poder e a democracia e as reais condições para essa participação.

Numa forma democrática as regras do jogo são claras para todos. Ela pode se dar na forma direta ou por representação de forma que se garanta o direito de jogar para que surjam as diversidades nos momentos de decisão e das escolhas. A superação da ingenuidade das análises e das expectativas em torno da participação é obtida quando se percebe as diversas condições de possibilidade para o exercício da democracia. Dependendo do tipo de regras em jogo que orientam as ações de um grupo, um tipo de participação pode ser vivenciado ou promovido. Ela será mais ou menos representativa. Ela viabiliza um tipo de representação, que pode, ou não, representar o que a maioria das pessoas deseja ou impedir que as diversas visões possíveis apareçam no jogo. Por essas regras, a participação pode levar à dependência comunitária ou à afirmação da autoridade instituída. Assim, necessariamente ou não, participação leva à autonomia ou à representação dos interesses das comunidades afetadas ou envolvidas nos processos de decisão e mudança social.

A condição de cidadão, como explicou Gohn (1999), é viabilizada quando os atores têm clareza dos direitos e lutam por eles. Num ambiente democrático a conquista desses direitos e dessa cidadania é uma busca. A idéia da liberdade, necessariamente, entra no debate. Com a criação de espaços públicos ou colegiados de decisão, com regras claras de representatividade, a liberdade individual vai sendo aprimorada, na *práxis* cotidiana, pela idéia de liberdade socialmente acordada. Essa seria a precondição contratual de vida em sociedade. Assim, quando se discute participação são postos problemas políticos que envolvem democracia, liberdades sociais e os desafios à cidadania.

#### *1.4.3. Desenvolvimento na perspectiva de geração de liberdades substantivas*

Ao longo do tempo, as concepções sobre desenvolvimento foram adquirindo diversos sentidos e significados. Na literatura econômica, percebe-se a existência de três

conceitos básicos do que é desenvolvimento. A primeira corrente defende a idéia de que desenvolvimento seja sinônimo de crescimento econômico. A segunda corrente afirma que o desenvolvimento não passa de uma ilusão. Por fim, uma terceira visão assevera que o crescimento econômico é indispensável, mas não suficiente, uma vez que o desenvolvimento deve ter como base o aspecto qualitativo do ponto de vista social, sem necessitar de desempenho desgastante, má remuneração e realização de padrões de consumo irresponsáveis (FURTADO, 2000; SOUZA, 2008; VEIGA, 2005).

Para efeitos gerais, sem entrar em maiores discussões sobre o mérito de cada visão, segue-se essa última conceituação, na qual se compreende o desenvolvimento como um processo mais abrangente que o resultado total da produção de bens e serviços ou, ainda, o aumento econômico constante. Ademais, busca-se observar como o crescimento econômico consegue gerar resultados na vida do ser humano, trazendo benefícios nos aspectos econômicos, sociais e auxiliando no processo de conservação e preservação dos recursos ambientais.

Há que se ressaltar a dificuldade de interpretação do termo desenvolvimento sustentável, que se constitui numa expressão amplamente aceita, mas não se tem, exatamente, um significado único a ponto de direcionar as ações de mudança. Como um conceito normativo, ele surgiu com o nome de ecodesenvolvimento indicando um desenvolvimento que levasse em consideração a eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social (DALY, 1996; ROMEIRO, 2001).

Nota-se o valor prático dessa proposição quando se evidencia um anseio de construção de uma alternativa produtiva sustentável para a Amazônia. De acordo com Sachs (1986), “[...] o planejamento do desenvolvimento envolve a elaboração de políticas no intuito de moldar ou, pelo menos, influenciar a ação do homem em relação à natureza e a si mesmo, no processo de utilização do meio natural” (p. 46). Ademais, enfatiza-se o desenvolvimento sustentável na Amazônia mediante duas faces ambientais complementares: a conservação da biodiversidade concomitante com a manutenção das populações tradicionais (HALL, 2000).

Na perspectiva apontada por Sen (2000) na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, as condições de vida não se limitam a serem enfocadas somente sob a ótica da renda, mas num contexto mais amplo que envolve a superação da privação das capacidades. Segundo este autor, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Dentre as muitas escolhas e

opções que as pessoas podem fazer na vida, o autor aponta quatro que, segundo ele, são imprescindíveis: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas, as outras possíveis escolhas estariam indisponíveis ou inacessíveis.

Sen (2000) apresenta uma discussão sobre desenvolvimento que ultrapassa as visões restritas que o consideram apenas como resultado do crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. (Ver com a France se devo excluir) A sua visão em relação ao desenvolvimento é aquela que tem como fator primordial, a expansão das liberdades reais dos indivíduos, podendo assumir os papéis: a) **constitutivo**, ou seja, de ampliar as liberdades substantivas, que incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações (fome, subnutrição, morbidez evitável, morte prematura), bem como de ter acesso à educação básica (ler, fazer cálculos aritméticos), assistência médica, ter participação política e liberdade de expressão; b) **instrumental**, isto é, a liberdade global que as pessoas têm de viver como desejarem. Desenvolvimento para Sen (2000) é superar as privações.

Não obstante, em relação aos fatores estritamente econômicos, o autor aponta que são consideravelmente importantes como meios necessários para expandir a liberdade das pessoas, mas ela também depende de outras influências. Sen (2000, p. 28) justifica que “[...] [as riquezas] são desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar.”

Desta singela revisão fica a idéia de que a definição do tipo de desenvolvimento necessita estar relacionada com aquilo que as pessoas afetadas ou envolvidas pelas mudanças consideram como melhoria de vida e como ações que lhes garantem liberdades substantivas. Há expectativa de que a expansão destas liberdades torna pessoas e coletividades mais completas, capazes de interagir e influenciar o meio em que vivem.

#### *1.4.4. Movimentos Sociais*

A concepção de movimentos sociais que norteará este trabalho será aquela defendida por Sztompka (1998) na obra “*A Sociologia da Mudança Social*”. Este autor refere-se aos movimentos sociais como “[...] coletivos fracamente organizados que

atuam juntos, de maneira não-institucionalizada, para produzir alguma mudança na sociedade” (p.465). Sem dúvida, os movimentos sociais têm sido na sociedade moderna, uma das mais importantes formas de ação coletiva e um dos meios mais eficazes para produzir transformação nos padrões societários.

Por meio desses movimentos, grandes conquistas marcaram a sociedade contemporânea, no Brasil e no exterior. Dentre tantas conquistas pode-se citar a liberalização feminina, a instituição de direitos trabalhistas para os camponeses, a redemocratização do país, o reconhecimento público da diversidade presente com as populações tradicionais e seus modos de vida, como no caso dos seringueiros do Acre.

Para Sztompka (1998) existem quatro categorias de mudança social decorrentes dos movimentos sociais:

- 1) **mudança latente vinda “de baixo”** (p. ex. as mudanças econômicas, demográficas, de costumes e modos de vida etc. que as pessoas efetuam vivendo a sua vida cotidiana, fazendo escolhas e tomando decisões tendo em vista objetivos privados. [...]);
- 2) **mudança latente vinda “de cima”** (p. ex. as ações governamentais que produzem efeitos bumerangue e colaterais não-esperados – mudança oposta à pretendida);
- 3) **mudança manifesta vinda “de cima”** (p. ex. a implementação bem-sucedida de um plano, o sancionamento de reformas por agentes governamentais, administrativos e decisores); e
- 4) **mudança manifesta vinda “de baixo”** (p. ex. a imposição de reformas políticas pelas massas mobilizadas). (p.464, grifos nossos)

A partir da análise das referidas categorias de mudanças, percebemos que elas interagem entre si, uma vez que determinada mudança social pode influenciar/determinar outros tipos de mudança. Sobre este aspecto, Sztompka (1998) ressalta que os movimentos sociais são, ao mesmo tempo, “produto de mudanças sociais anteriores e produtores (ou pelo menos co-produtores) de novas transformações sociais” (p.468).

Outro aspecto mencionado por Sztompka (1998) refere-se ao duplo caráter dos movimentos sociais, ou como ele diz a dupla morfogênese. Nessa abordagem, enfatiza que os movimentos sociais têm uma dinâmica interna de funcionamento, como também uma dinâmica externa. No primeiro caso, menciona que os movimentos sociais se transformam internamente, seja pela especialização resultante do aprendizado com os próprios erros e acertos (o que influencia mudanças em seus participantes, ideologias, regras, formas de organização, etc.), seja em razão de mudanças externas que se deram na sociedade (mesmo aquelas sobre as quais não tiveram influência direta, como, por

exemplo, aspectos de conjuntura local ou não). No que se refere à dinâmica externa, enfatiza que os movimentos sociais não somente são modificados pela sociedade na qual atua, mas também causam impacto sobre ela. Exemplo disso ocorreu com a Política Ambiental Brasileira quando da criação das Reservas Extrativistas, um modelo diferenciado de Unidade de Conservação, não só por admitir a presença do homem no seu interior, mas por confiar a este a co-responsabilidade no monitoramento e fiscalização das áreas de floresta.

Um ponto importante inferido por Sztompka (1998) é de que os movimentos sociais, em sua dinâmica interna, passam por diversas fases, decaem, podendo até mesmo encerrar suas funções ou motivos. A partir do estudo dos movimentos sociais, observa-se que além da gênese dos mesmos estar diretamente relacionada a mudanças sociais anteriores, eles também engendram outras, modificando normas, regras e costumes, proporcionando ganhos que jamais teriam sido alcançados não fossem suas organizações e lutas (ABRAMOVAY, S/D).

#### *1.4.5. Organizações e instituições*

A concepção de instituições e organizações tem aqui como referência inicial BERGER & LUCKMANN (1985). Esses autores esclarecem que as instituições se originam quando há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipo de atores. Na realidade, qualquer uma dessas tipificações representa uma instituição. Para os autores, “o que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas” (p.79).

Além disso, BERGER & LUCKMANN enfatizam que as instituições implicam historicidade e controle. Ou seja, as instituições são sempre originárias de um processo histórico. Assim, para compreendê-las, faz-se necessário compreender esse processo. Outro aspecto fundamental é que “**as instituições**, também, pelo simples fato de existirem, **controlam a conduta humana** estabelecendo padrões previamente definidos de conduta [...]” (p. 80). Com isso, ao se revelar que um segmento da atividade humana foi institucionalizado, pode-se dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social.

Já Appendini & Nuijten (2002) apresentam uma abordagem na qual as

instituições são analisadas em seu papel no contexto local. Assim, elas constituem-se em “instâncias mediadoras que vinculam as políticas macro com os agentes econômicos e sociais no nível da comunidade, bem como um quadro em que, dadas as reformas estruturais, as pessoas se defrontam com ‘regras do jogo em transformação’, seja como indivíduos ou coletivamente” (p.72).

Nessa perspectiva, Scott (1995) *apud* Appendini & Nuijten (2002) define as instituições como “estruturas de tipo regulativo, normativo e cognoscitivo que dão estabilidade, coerência e significado ao comportamento social. As instituições são transportadas por diferentes meios: cultura, estruturas e rotinas” (p.76). As instituições são, portanto, regras, normas, costumes estabelecidos em bases formais ou informais. Já as organizações são “entidades construídas em torno de processos definidos que garantem o sucesso de objetivos determinados. A estrutura organizacional é baseada na definição de papéis e funções distintas e as regras organizativas devem assegurar um desempenho confiável” (p.76).

Adicionalmente, têm-se como referências os trabalhos de Pondé (2004) e Conceição (2002) sobre o papel do arranjo institucional no ambiente econômico, cujas discussões sobre instituições são próximas às trabalhadas em Appendini & Nuijten (2002). Destaca-se que os referidos autores, que podem ser associados à chamada escola evolucionista, consideram que os conceitos como desenvolvimento, crescimento, inovação tecnológica e arranjo institucional são elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento e mudança tecnológica.

Assim, conforme Maciel (2007),

do ponto de vista das comunidades florestais na Amazônia, destaca-se o arranjo institucional organizado para proteger e apoiar a acumulação de um conjunto distinto de competências organizacionais em torno das RESEX – cuja criação em si pode ser considerada uma inovação institucional –, ou seja, apoiando inovações em um distintivo modo de fazer coisas. (p.73)

Para incremento do debate para uma análise mais crítica da gestão, com vistas em superar a visão do desenvolvimento com sentido de crescimento viabilizado por meras alterações nos arranjos e/ou inovações tecnológicas, retoma-se aqui o debate de Chauí (1999) quando ela discutiu sobre a universidade enquanto instituição pública.

Em seu trabalho ela faz uma distinção entre instituição social de organização social e alertava, na época em que publicou, para o processo que estava levando a colocar direitos sociais no setor de serviços. Isso se dava na medida em que as instituições estatais vinham perdendo seu caráter público e sendo transformadas em

organizações sociais prestadoras de serviços. Quando se fala em direitos fala-se de coisas a serem garantidas. Já os serviços, podem ser prestados ou não.

Essa distinção só é possível com a problematização da concepção neoliberal de gestão para a qual não haveria diferença administrativa na gestão de uma escola, de uma reserva ou de um *shopping Center*. A autora destaca em sua análise o conteúdo político implicado na discussão da gestão, pois essa gestão se dá em meio a lutas políticas, que atualmente são demarcadas pelas disputas em torno do acesso e controle do fundo público.

Sua argumentação busca esclarecer certos fundamentos, retomados aqui pelo entendimento que propiciam acerca das dificuldades nas quais se vêem envolvidos os agentes públicos na gestão da RESEX Chico Mendes.

Inicialmente, Chauí (1999) esclarece que certas opções de gestão demarcam um tipo de concepção de gestão para a qual “democracia é o regime da lei e da ordem” e cabe apenas seguir o estatuído. Essa concepção está fundada numa noção de direito que não o diferencia de privilégios e de carências, outra distinção importante.

Quanto aos privilégios, diz Chauí (1999) que eles são particulares e não podem generalizar-se num interesse comum e nem universalizar-se como direito, porque assim deixariam de ser privilégios. Já as carências são sempre específicas e particulares, mas da mesma forma, não conseguem ultrapassar essa especificidade e particularidade rumo a um interesse comum. Como nos privilégios, as carências não são universalizáveis em direitos.

Por isso, a autora denomina de “cantilena neoliberal” as proposições que pretendem possibilitar a instituição de uma “ação criadora de direitos” que não distingue privilégios e carências como uma definição constitutiva da própria democracia. Sua crítica vem sobre o sentido excludente desta perspectiva, pois: “Somente a idéia de **igualdade de condições** (e não a propalada igualdade mercantil de oportunidades) sustenta a idéia de criação e conservação de direitos e estabelece o vínculo profundo entre democracia e justiça social.” (CHAUÍ, 1999, p. 215)

A partir dessas premissas, a autora ressalta que a perspectiva neoliberal em disputa na sociedade capitalista atual, como é a nossa, não distingue instituições sociais de organizações sociais. Para ela essas duas formas de ação política e de intervenção social trazem implicações sérias para a vida social, como se pode melhor visualizar em suas conceituações. Por **instituição social** Chauí (1999) entende:

“(...) uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.” (p. 217)

Já por **organização social**, Chauí entende como uma forma de prestação de serviços e como uma entidade administrada. Além disso, ela alerta que as organizações são distintas das instituições e tendem a substituir as instituições sociais no contexto do Estado neoliberal. Essa reconfiguração nas formas de ação tem implicações políticas sobre as condições democráticas da vida social. Assim, uma organização social

“difere de uma instituição social por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua **instrumentalidade**: está referida ao conjunto dos meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma [mera] administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. **Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classe**, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é para a organização, uma dado de fato. Ela [a organização social] sabe (ou julga saber) porque, para quê ou onde existe.” (p.219)

Diante dessa revisão o problema da pesquisa pode ser recolocado da seguinte forma: como de fato acontece a gestão da reserva e o que ela traz de representação da vida cotidiana de seus moradores. Que tipo de gestão efetivamente vem se dando e como a participação tem garantido representatividade e cidadania aos moradores. Que mudanças vêm sendo instituídas? Que lições essa experiência coloca para outras gestões compartilhadas e outros contextos sócio-institucionais?

### **1.5. Objetivos**

#### *Geral*

Analisar a gestão da RESEX Chico Mendes identificando impasses e estratégias oficiais e não oficiais de gestão com vistas num desenvolvimento com conservação.

#### *Específicos*

- Sistematizar a estrutura oficial de gestão e as regulamentações legais para a RESEX Chico Mendes;

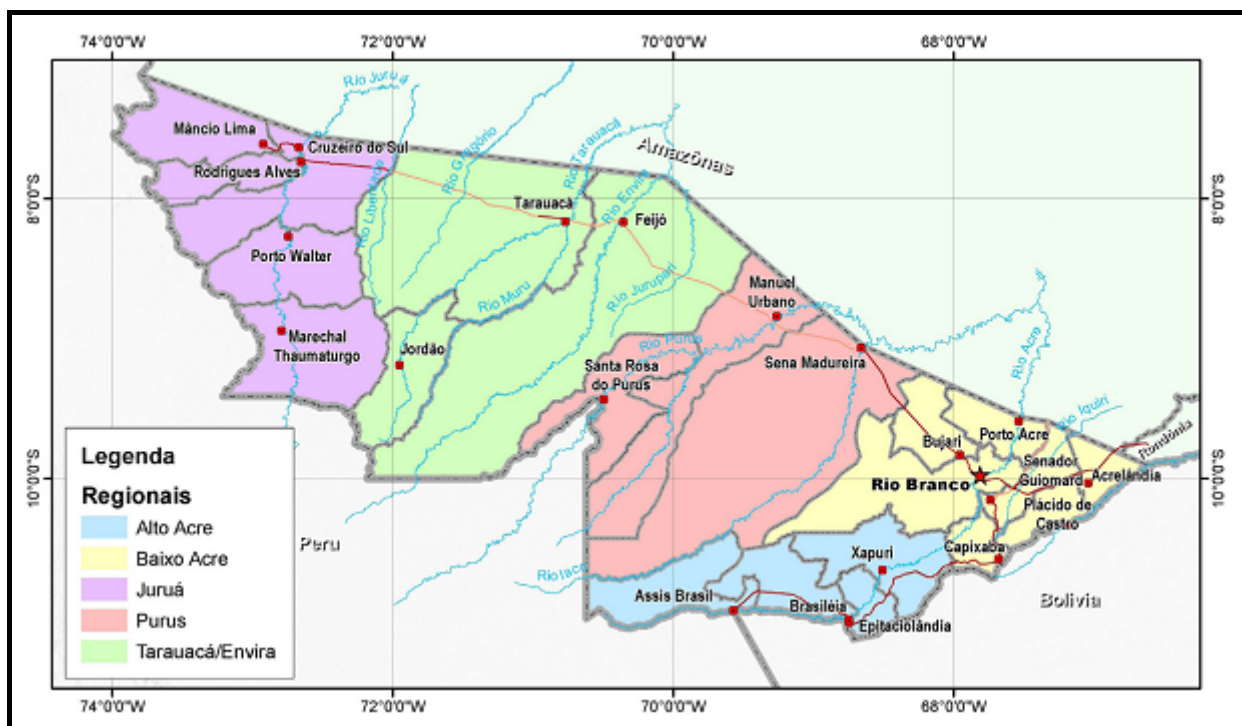
- Descrever as organizações e instituições atuantes na área da RESEX Chico Mendes a partir da percepção dos moradores e sistematizar diálogos possíveis com os responsáveis públicos pela gestão;
- Identificar expectativas de ações de gestão entre moradores e gestores;
- Comparar essas expectativas com as determinações oficiais;
- Verificar as razões que tem limitado a gestão compartilhada na RESEX Chico Mendes;
- Apontar aspectos que potencializam a gestão compartilhada da RESEX Chico Mendes;
- Sugerir formas e temas a serem trabalhados no sentido da institucionalização de uma gestão compartilhada;

## **CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **1. Caracterização da área de pesquisa**

O Estado do Acre está localizado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07S e 11°08S, e as longitudes de 66°30W e 74°WGr, apresentando uma extensão territorial de 164.122,280 Km<sup>2</sup>, correspondente a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional (ACRE, 2006; IBGE, 2010). “Constitui uma área de fronteiras de 853 km com outras unidades da Federação, limitando-se ao Norte com o estado do Amazonas (831 km) e a Leste com o estado de Rondônia (22 km). Apresenta também 2.183 km de fronteiras internacionais, limitando-se a sudoeste com o Peru (1.564 km) e a sudeste com a Bolívia (618 km)” (BRASIL, 2006, p.15).

Em 1999, tendo como princípio norteador a rede hidrográfica, o Governo do Acre, organizou o Estado em cinco Regiões de Desenvolvimento: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá. (Figura 1) A rede hidrográfica, formada principalmente pelos rios Tarauacá, Envira, Purus, Caieté, Iaco, Acre e Juruá, foi “determinante em face à geografia dos rios que correm no sentido sudoeste-nordeste, tornando extremamente difícil as [sic] comunicações entre os vales, acarretando diferenças ambientais, culturais e étnicas entre os mesmos” (ACRE, 2000, p.41). Essa divisão política, além de seguir a distribuição das bacias hidrográficas dos principais rios acreanos, também corresponde às microrregiões estabelecidas pelo IBGE. O propósito da mesma é possibilitar uma melhor gestão do Estado, considerando as diferenças regionais no planejamento e execução da ação governamental (ACRE, 2000; ACRE, 2006).



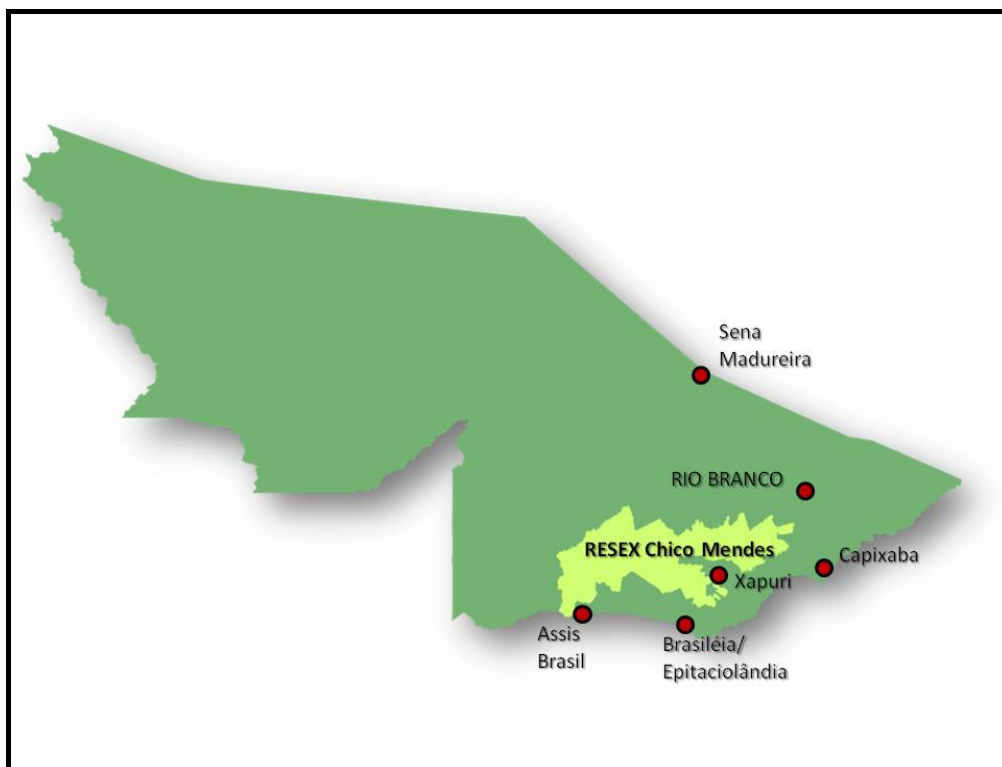
Fonte: ACRE, 2009b.

Figura 1 - Regionais de Desenvolvimento do Estado do Acre

O Acre é formado por 22 municípios distribuídos nas cinco regionais mencionadas, com uma população de 732.793 habitantes e densidade demográfica de 4,46 hab./km<sup>2</sup>. No entanto, 73% destes concentram-se nas áreas urbanas, principalmente na região do Baixo Acre, onde se localiza a capital Rio Branco (IBGE, 2010).

Esse contexto de região de fronteira, de vazio demográfico e de dificuldade de acesso a várias localidades marcou as definições estratégicas desta pesquisa. Os levantamentos de campo foram realizados na Reserva Extrativista Chico Mendes. Esta RESEX foi instituída pelo Decreto N° 99.144, de 12 de março de 1990. Ela está localizada na região sudeste do Estado do Acre, entre as seguintes coordenadas geográficas: 10° 06' 11" a 10° 58' 39" de latitude Sul e 67° 56' 13" a 69° 48' 00" de longitude Oeste. Sua extensão territorial é bastante significativa pois é de aproximadamente **970. 570 hectares** (ha)<sup>4</sup>, mesmo que corresponda a apenas **5,66%** da área total do Estado do Acre (BRASIL, 2006). Os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Sena Madureira (Figura 2) circundam a reserva ou são referências urbanas que permitem acesso a seus moradores.

<sup>4</sup> Equivalente a 9.705 Km<sup>2</sup>



Fonte: Adaptado de ACRE (2010).

Figura 2 – Localização da RESEX Chico Mendes no Estado do Acre

Segundo o CNPT/IBAMA (1999), no ano de 1999 viviam em torno de **9.000 moradores** ou **1.500 famílias** na Reserva Extrativista Chico Mendes, com uma densidade demográfica de **0,93 hab./km<sup>2</sup>**. Mais recentemente esse quadro sofreu alterações pois houve um aumento de 15,8% no número de famílias dentro da Reserva, de acordo com os dados preliminares do recadastramento realizado pelo ICMBio e IBAMA, em parceria com o Governo do Estado do Acre e organizações não-governamentais, em 2009, moravam aproximadamente **1.737 famílias** na Reserva (ACRE, 2009a). Estas famílias estão distribuídas entre 53 seringais<sup>5</sup>, dispostos em cinco zonas geopolíticas, dentre os quais, oito compuseram a amostra final desta pesquisa, conforme ilustrado na Figura 3 (ICMBio, 2008c).

---

<sup>5</sup> Na realidade, existem 47 seringais na Reserva Extrativista Chico Mendes. No entanto, seis destes foram divididos em duas partes, incorporados em zonas geopolíticas diferentes, totalizando 53 áreas de seringais. De acordo com o ICMBIO (2008c), cada zona geopolítica deve ser administrada por uma das cinco Associações Concessionárias, integrantes da estrutura formal de gestão da Reserva.

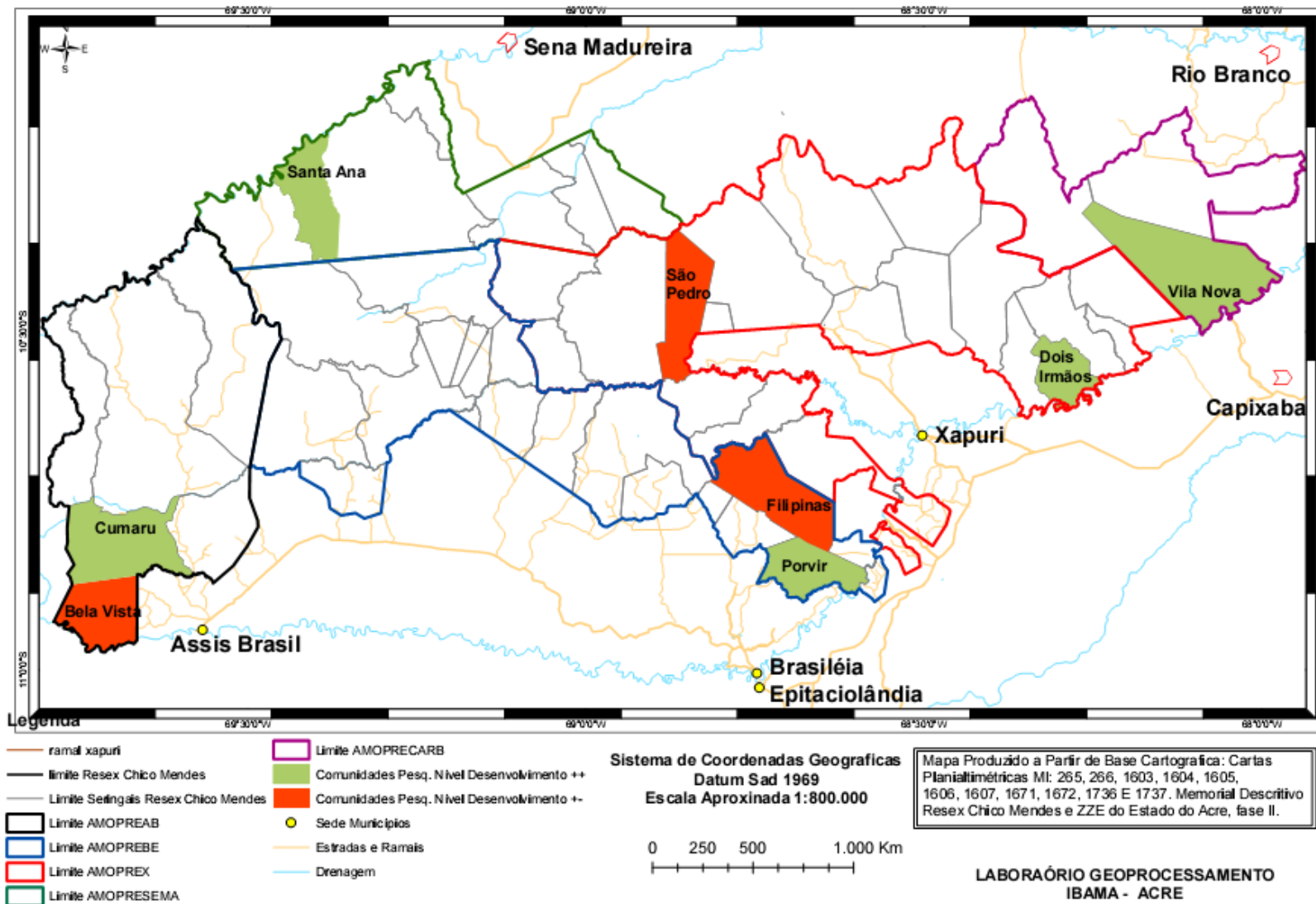


Figura 3 – Comunidades/Seringais Pesquisados

O acesso à Reserva Extrativista Chico Mendes não é coisa fácil. Aqui se faz o registro dos trajetos possíveis, na expectativa de que ele venha a ser útil para outras pesquisas.

Assim, esse acesso pode ser feito tanto por via terrestre quanto por via fluvial. No caso do percurso por terra, a BR 317 consiste na principal rodovia de ingresso aos municípios onde a Reserva está situada, ou seja, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasília e Assis Brasil. No entanto, o deslocamento até os seringais localizados no município de Rio Branco é realizado pela estrada AC 90 (Transacreana), com destaque na dificuldade de locomoção no período chuvoso, uma vez que grande parte da mesma não é pavimentada. Além disso, por esta mesma estrada é possível chegar diretamente nos seringais localizados na cidade de Sena Madureira. Todavia, em virtude das dificuldades de tráfego mencionadas, este trajeto praticamente não é utilizado. Assim, a viagem até a referida cidade é realizada mediante a rodovia BR 364. No que diz respeito ao deslocamento interno, existe uma malha viária de aproximadamente 1.110 km de ramais (estradas de terra) no interior da Reserva (Tabela 1). Além disso, existe uma grande quantidade de “varadouros” (caminhos), interligando as moradias da região, normalmente percorridos “a pé” ou no lombo de um animal (cavalo ou boi).

Tabela 1 - Malha viária do interior da Reserva Extrativista Chico Mendes

<b>Município</b>	<b>Seringais com ramais</b>	<b>Principais ramais</b>	<b>Km</b>
Assis Brasil	Guanabara, Icuriã, Paraguaçu, Petrópolis e São Francisco.	Icuriã, Catianã, Recife, São Francisco, Preguiça e Zé Félix.	220
Brasília	Amapá, Apodi, Etelve, Triunfo, São José, Pindamonhagaba, Guanabara, Tabatinga, Pacuara, Vale Quem Tem, São Salvador, São Cristóvão, Humaitá, Porongaba, Porvir, Filipinas, Robicon e Santa Fé.	Km 19, Km 26, Km 52, Km 59, Km 75, Km 84, Porongaba, Porvir e Santa Fé.	500
Xapuri	Floresta, Dois Irmãos.	Estrada do Petrópolis, Ramal da Pimenteira, Ramal do Tupã, Ramal dos Paulinos, Ramal do Pólo e Ramal dos Mirandas, Ramal dos Padres.	250
Rio Branco	Bonfim	Ramal Caipora	100
Capixaba	Seringal Vila Nova.	Ramal do Zé do Côco	40
Sena Madureira	Seringal Nova Olinda	Estrada Transacreana (AC 90)	-

Fonte: IBAMA (2009)

A entrada na Reserva, por via fluvial, pode ocorrer por meio dos Rios Acre e Xapuri e seus afluentes, exceto no período da seca, quando o nível das águas caem, formando grandes bancos de areia, o que dificulta ou até mesmo impossibilita a navegação nos rios. Além destes, é possível utilizar outro acesso, porém “pela parte mais ocidental da Reserva, no município de Sena Madureira”, seguindo pelos rios Iaco, Macauã e seus afluentes. “Por via aérea, é possível chegar a todas as Cidades no entorno da Reserva que possuam campo de pouso, sendo o principal o Aeroporto Internacional de Rio Branco” (BRASIL, 2006, p. 13).

De acordo com o CNPT/IBAMA (2003), os seringais localizados no município de Assis Brasil apresentam uma distância média de 47 quilômetros da cidade, os de Xapuri localizam-se à aproximadamente 55 quilômetros, os de Rio Branco a 81 quilômetros, os de Brasiléia a 83 quilômetros e os de Sena Madureira a 380 quilômetros!!!

### *1.1. Determinação da Amostra 1: escolha dos seringais*

Para a **determinação das áreas de pesquisa** decidiu-se selecionar: a) dois seringais por zona geopolítica da RESEX; b) seringais com níveis de desenvolvimento diferenciados, sendo um considerado com situação de melhor de desenvolvimento e outro menos desenvolvido; e c) seringais com localização espacial e condições de acesso diferentes.

O estabelecimento destes critérios justifica-se pela extensão territorial da RESEX Chico Mendes, que apesar de conservar certas características comuns, mesmo em meio à diversidade de seringais existentes no seu interior, também representa um universo complexo e com variados níveis de desenvolvimento.

Para a classificação dos seringais por nível de desenvolvimento foram observados alguns critérios, tais como: a) organização social; b) grau de politização da comunidade; c) atuação institucional dos movimentos sociais locais; d) atuação institucional dos agentes externos; e) acesso a políticas públicas; f) infra-estrutura; g) volume de produção extrativista; h) volume de produção agrícola/criações.

Na execução desta ação considerou-se estratégico alguém que conhecesse bem a realidade da Reserva. Na impossibilidade de promover uma reunião com os moradores da Reserva e demais representantes da sociedade civil, na fase de elaboração do projeto

de pesquisa (1º semestre de 2009), optou-se por contar com o apoio e bom senso do técnico do IBAMA, José Alberto Ribeiro Rodrigues, exímio conhecedor de toda extensão da Reserva e de sua realidade, e, portanto apto a realizar esta tarefa com base na observância dos critérios estabelecidos.

Concluída a etapa de classificação dos seringais por nível de desenvolvimento e condições diferenciadas de ambientes e de acesso, realizou-se efetivamente a seleção dos seringais para a pesquisa observando os critérios descritos. Posteriormente, as áreas escolhidas foram submetidas à avaliação dos dirigentes das Associações de Moradores e Produtores de Assis Brasil e Xapuri, na reunião de revisão do Estatuto das Associações Concessionárias, realizada nestes municípios no início do mês de maio de 2009. Ao final a escolha feita foi considerada por eles como representativas das diversidades existentes na Reserva Extrativista Chico Mendes. Percebe-se, portanto, que a metodologia de definição da amostra foi do tipo “amostra orientada por *expert*”.

Dos 53 seringais integrantes da Reserva Extrativista Chico Mendes, foram selecionados 10 para a realização da pesquisa, sendo dois em cada zona geopolítica, um representando uma situação de melhor desenvolvimento e outro uma situação inferior. Além disso, foram escolhidos seringais com localização espacial e acessos diferentes, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Amostra prévia das áreas para a realização da pesquisa

ZONA GEOPOLÍTICA/ MUNICÍPIO	SERINGAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ACESSO
	Icuriã	++	A 40 km cidade	BR 317/ Ramal do Icuriã
I – Assis Brasil	Paraguassú	+	A 17 km cidade	BR 317/ Ramal do Icuriã
	São Cristóvão	++	A 86 km/ Brasília	BR 317/ Ramal do Km 52
II – Brasília e Epitaciolândia	Guanabara	+	A 130 km/Brasília	BR 317/ Ramal do Km 84
	Floresta	++	A 36 km cidade	Estrada de Petrópolis
III – Xapuri	São José	+	A 140 km cidade	Estrada da Borracha-Xapuri/ BR 317/ Ramal do Km 59
	Tabatinga	++	A 15 horas voadeira (barco) cidade	Rio Iaco
IV – Sena Madureira	Nova Olinda	+	A 12 horas voadeira (barco) cidade e + 16 km a pé da margem ao Seringal	Rio Iaco/ Varadouros
	Vila Nova	++	A 133 km/Rio Branco; A 56 km / Capixaba	BR 317/ Ramal do Zé do Côco
V – Rio Branco e Capixaba	São Francisco do Iracema	+	A 104 km / Rio Branco	Estrada AC 90 (Transacreana)

Fonte: Pesquisa (2010); IBAMA (2009).

### 1.2. Determinação da Amostra 2: adaptações operacionais

Em princípio, a pesquisa de campo estava programada para ocorrer no segundo semestre de 2009. No entanto, neste período, a presente mestranda estava concluindo o último crédito na Universidade Federal de Viçosa – UFV, já que no primeiro semestre de 2009, a mesma estava no Estado do Acre para realizar pesquisa documental e primeira aproximação com o campo, por meio da inserção no IBAMA e ICMBio, para melhor construção do problema de pesquisa.

Uma pesquisa de campo como esta demanda muitos recursos para sua execução. Por isso, ainda no segundo semestre de 2009, com vistas na obtenção dos recursos necessários, o projeto desta pesquisa foi inserido em outro Projeto ASPF/Deptº

de Economia/UFAC, coordenado pelo Profº Drº Raimundo Cláudio Gomes Maciel (co-orientador) e submetido ao Edital FDCT/FUNTAC Nº 006/2009. Este Edital foi lançado pelo Governo do Estado do Acre em julho de 2009 com o propósito de apoiar financeiramente pesquisas locais, realizadas no âmbito da RESEX Chico Mendes. Em novembro foi divulgado o resultado final do edital quando houve aprovação dos recursos solicitados para a pesquisa. Todavia, a liberação dos recursos só ocorreu em meados de fevereiro de 2010.

Assim, em virtude desses processos e adiamentos a amostra para a realização da pesquisa teve que ser modificada por algumas razões:

- a) A necessidade de reprogramação para a realização da pesquisa no 1º semestre/2010, devido aos acontecimentos mencionados anteriormente. Esta mudança, naturalmente prejudicou a amostra previamente selecionada, tendo em vista que nessa época iniciava-se o “inverno” no Acre, caracterizado por fortes chuvas, impossibilitando o acesso a algumas áreas, em virtude da intrafegabilidade nos ramais.
- b) Dificuldade de marcar reuniões específicas para a pesquisa de campo no 1º semestre de 2010, pois os seringueiros estavam muito envolvidos na coleta de castanha, realizada todos os anos no período de janeiro a março. Destaca-se que, atualmente, essa consiste num dos principais produtos geradores de renda na Reserva. Prevendo essa dificuldade na mobilização dos moradores para as reuniões, os Presidentes das quatro associações, denominadas pelo gestor como Associações Concessionárias (AMOPREBE, AMOPREAB, AMOPREX e AMOPRECARB), sugeriram a realização da pesquisa em comunidades de alguns seringais onde já havia uma programação de reuniões marcadas pela própria comunidade. Assim, aproveitando a mobilização em andamento e, ao mesmo tempo, garantindo público para a realização de uma pesquisa que pretendia utilizar técnicas participativas, o levantamento com os moradores foi feito como que por encaixe em outras programações. Isto pode explicar muitos dos sentidos atribuídos a alguns resultados e das adequações que tiveram de ser feitas nas dinâmicas metodológicas imaginadas originalmente. Essas sugestões de redirecionamento dos seringais foram acatadas e estabelecidas as atividades de pesquisa com os presidentes das mencionadas Associações no dia 22/12/2009, após o evento de Lançamento do Cadastro Unificado dos Moradores da Reserva, ocorrido na Semana Chico Mendes 2009, em Xapuri-AC.

- c) Outro fator decisivo para a adaptação da amostra consistiu na impossibilidade da presente mestranda em visitar algumas localidades de difícil acesso. Em muitos casos se fazia necessário realizar longas caminhadas pela mata ou montar a cavalo por horas consecutivas, tendo em vista que, no período da pesquisa de campo, a mesma estava ingressando no segundo mês de gestação.

Considerando todos estes fatores, sobretudo, as sugestões apresentadas pelos Presidentes das Associações Concessionárias, ainda no mês de dezembro de 2009, foi realizada uma atividade para redefinição conjunta das áreas de pesquisa. Além do envolvimento dos Presidentes das Associações nesta fase, foi recebido novamente um forte apoio do técnico do IBAMA, sobretudo na classificação das novas áreas por nível de desenvolvimento. Assim, essa adaptação foi novamente do tipo orientada por “*expert*”.

Para a seleção final das áreas, tentou-se manter a lógica de pesquisar dois seringais por zona geopolítica, com níveis de desenvolvimento diferenciados, como também a observância da localização e acesso aos mesmos, ponderando as condições naturais de acesso aos seringais e as condições físicas da referida mestranda.

Entretanto, no caso da zona IV (Sena Madureira), só foi possível selecionar um seringal, localizado na margem do rio Iaco, tendo em vista que o deslocamento para outro seringal situado ao centro se tornaria inviável, dado à distância e dificuldade de trafegabilidade nos varadouros no período chuvoso. Como esse percurso deveria ser percorrido a pé ou a cavalo, seria muito desgastante para a equipe se locomover até um seringal no centro, como também o seria para os moradores se dirigirem até a margem. Diante de tal situação, uma saída seria a substituição do seringal localizado no centro, por outro na margem. No entanto, não se considerou necessário pesquisar dois seringais na margem do rio, devido à semelhança entre os mesmos. Além do mais, no ano anterior, a presente mestranda havia visitado o Seringal Nova Olinda, localizado à 12 horas de viagem de voadeira (barco) em relação à Sena Madureira mais 8 horas montada a cavalo a partir da margem do rio Iaco, acompanhando uma atividade de campo do ICMBio, oportunidade em que coletou algumas informações que contribuíram para este trabalho. Assim, ao todo foram selecionadas nove áreas para as atividades de pesquisa desse segundo momento de levantamento de dados, conforme descritos na tabela a seguir.

Assim, a pesquisa foi efetivamente realizada em oito áreas da RESEX Chico

Mendes, pois o Seringal Bonfim, localizado em Rio Branco, teve que ser suprimido da amostra em virtude da intrafegabilidade do ramal de acesso ao mesmo, até o momento de conclusão do trabalho de campo.

Tabela 3 - Amostra final das áreas para a realização da pesquisa

ZONA GEOPOLÍTICA/ MUNICÍPIO	ÁREAS SERINGAL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ACESSO
I – Assis Brasil <sup>1</sup>	São Francisco (Comunidade Cumaru)	++	A 36 km cidade	BR 317/ Ramal do Icuriã
	São Francisco (Comunidade Bela Vista)	±	A 38 km cidade	Rio Acre (margem)
II – Brasiléia e Epitaciolândia	Porvir	++	A 28 km/ Brasiléia	BR 317/ Ramal do Porvir
	Filipinas	±	A 35 km/ Brasiléia	BR 317/ Ramal Porongaba
III – Xapuri	Dois Irmãos	++	A 50 km cidade	BR 317/ Ramal dos Padres / Travessia Rio Acre.
	São Pedro	±	A 54 km cidade	Rio Xapuri
IV – Sena Madureira	Santa Ana	++	A 380 km cidade	Rio Iaco
	Vila Nova	++	A 133 km/ Rio Branco e à 56 km Capixaba.	BR 317/ Ramal do Zé do Côco
V – Rio Branco e Capixaba	Bonfim <sup>2</sup>	±	À 58 km Rio Branco	Estrada AC 90/ Ramal Caipora

<sup>1</sup> Apesar de terem sido selecionadas duas áreas no mesmo seringal, as mesmas apresentam realidades bem diferentes, como também localização e acesso bem diferenciados.

<sup>2</sup> Essa área teve que ser suprimida da amostra, pois o acesso ao ramal estava intrafegável até a conclusão da pesquisa de campo.

Fonte: Pesquisa (2010); IBAMA (2009).

## ***2. Descrição dos momentos da pesquisa de campo***

Esta pesquisa foi dividida em três momentos específicos. O primeiro consistiu na fase exploratória quando um pequeno projeto orientou os trabalhos que ocorreram no período de março a junho de 2009. O segundo consistiu na aplicação efetiva das técnicas de concepção participativa com os moradores da RESEX Chico Mendes, no período de janeiro a março de 2010. O terceiro e último momento consistiu na realização de entrevistas com representantes de algumas instituições envolvidas na gestão da Reserva e com instituições elencadas pelos moradores na fase anterior da pesquisa de campo, realizadas nos meses de abril e maio de 2010.

### ***2.1. Pesquisa de campo – Fase 1: Pesquisa Exploratória***

Nesta fase foi realizada uma aproximação inicial com o ICMBio, IBAMA e Associações Concessionárias, integrantes do arranjo institucional organizado pelo Estado para implementar a gestão da mesma. Além desta aproximação, foi possível um contato com a população residente na RESEX. O primeiro contato com os moradores da Reserva para realização deste trabalho foi possibilitado pela participação em atividade de campo realizada, no mês de março de 2009, pelo Projeto Riozinho<sup>6</sup> que atua na área de entorno da Unidade de Conservação. Este contato viabilizado pelo Riozinho foi fundamental.

No período de abril a junho do mesmo ano, a continuidade do contato com os moradores da Reserva foi via pessoal do ICMBio e IBAMA, que possibilitaram a participação em reuniões com moradores e lideranças, realizadas tanto no interior da Reserva quanto na sede de associações e sindicatos localizados nos municípios de

---

<sup>6</sup> Desde o início de 2006, o Projeto O Homem e a Floresta, as Águas e o Solo: a integração necessária para a sustentação da vida na região acreana, conhecido pelo nome fantasia “Projeto Riozinho” está sendo realizado no Estado do Acre e tem como integrante da equipe a orientadora desta dissertação. Assim, no Projeto Riozinho estão envolvidos o Departamento de Engenharia Florestal (DEF) e Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o Governo do Estado do Acre através do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre (IMAC), a Prefeitura Municipal de Rio Branco, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE). A partir de abril de 2007 o referido projeto passou a ser financiado pela Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental, sendo seus recursos administrados pela Fundação Arthur Bernardes da UFV. Este projeto trabalha com a conservação e preservação de forma sustentável da bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla. (Fonte: <<http://www.projektoriozinhoac.net/oprojeto.html>>).

Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, no Estado do Acre. (Fotos 1 a 6) Além disso, as referidas organizações disponibilizaram documentos oficiais e relatórios técnicos relativos à RESEX Chico Mendes, bem como outros recursos como computador, impressora e mesa de trabalho para a elaboração do projeto de pesquisa desta dissertação. Como se vê, a pesquisa foi sendo viabilizada por essa ampla mobilização de apoios de instituições públicas e das organizações populares.



Foto 1 - Aplicação da técnica de mapeamento, durante a pesquisa exploratória, no Seringal São Francisco do Iracema, em Rio Branco – AC. (março/2009)



Foto 2 – Participação na reunião de esclarecimento sobre o reordenamento territorial da RESEX Chico Mendes, realizada no Seringal Nova Olinda, em Sena Madureira – AC, sob a coordenação do Ibama/AC. (abril/2009)



Foto 3 – Participação na reunião de revisão do estatuto social da AMOPREX, realizada em Xapuri – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (maio/2009)



Foto 4 - Participação na reunião de revisão do estatuto social da AMOPREAB, realizada em Assis Brasil – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (maio/2009)



Foto 5 - Participação na reunião de nivelamento do estatuto social das associações concessionárias da RESEX Chico Mendes, realizada em Brasília – AC, sob a coordenação da WWF Brasil. (junho/2009)



Foto 6 - Participação na reunião de avaliação do Projeto PNUD BRA 99/024, realizada em Brasília – AC, sob a coordenação da antropóloga Mary Allegretti. (junho/2009)

Este primeiro momento da pesquisa foi do tipo exploratório na medida em que tinha em vista não somente proporcionar uma maior familiaridade com o espaço gerador do problema a ser investigado, como também permitir à pesquisadora se fazer conhecer à algumas instituições públicas e organizações que seriam envolvidas. Mesmo sendo a pesquisadora moradora do estado do Acre, essa aproximação foi estratégica, pois possibilitou tornar o que seria familiar em um instigante momento de problematização e distanciamento. O aprimoramento do problema de pesquisa e a definição dos objetivos geral e específicos, muito devem a essas ações de imersão no campo. Conforme orientava Gil (2002), o planejamento da pesquisa exploratória é bastante flexível o que permite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Neste momento foram feitos levantamento bibliográfico sobre trabalhos acerca da RESEX Chico Mendes, identificação de fontes documentais e conversas informais

com pessoas que tem ou tiveram experiências práticas com o problema da gestão da RESEX. Essas informações subsidiaram, no retorno a Viçosa, a definição das novas revisões de literatura e das novas estratégias de inserção em campo. Também foram esclarecedoras as observações de discussões, realizadas no cotidiano do ambiente institucional do IBAMA e ICMBio, sobre o tema “gestão compartilhada na Reserva”. Na ocasião também foi possível acompanhar e observar as atividades realizadas em campo pelos técnicos das referidas organizações governamentais e até algumas não-governamentais.

## 2.2. Pesquisa com os Moradores da RESEX Chico Mendes

### *Atividades Preparatórias para a Pesquisa de Campo*

A realização de qualquer tipo de pesquisa exige organização e planejamento, principalmente quando executada em regiões isoladas como é o caso da RESEX Chico Mendes, o que fez desta pesquisa uma tarefa ainda mais complexa e desafiadora. Por isso, antes de descrever a pesquisa em si, considera-se importante mencionar as atividades preparatórias, cumpridas antes ou no decorrer do levantamento em campo, tais como: organização e capacitação da equipe, solicitação de autorização para atividade de pesquisa, mobilização dos moradores e organização da logística de campo.

No início foram contratadas duas estudantes do curso de Economia da UFAC, com experiência na realização de pesquisa de campo do tipo *survey*, para anotar as discussões realizadas nas reuniões e observar as reações e comportamentos expressados pelos moradores, como também auxiliar, de forma geral, na aplicação das técnicas participativas. Posteriormente, as referidas estudantes participaram de dois encontros de capacitação, realizados em janeiro de 2010, ocasião em que foram apresentadas as necessárias mudanças de concepção metodológica, de formal para participativa, esclarecendo os objetivos deste trabalho. Também foi esclarecido sobre as atribuições das auxiliares de campo nesse caso. Além disso, foram lidos e debatidos alguns textos sobre os temas: abordagem metodológica formal e participativa; o conceito de prática social e sua análise; ética na pesquisa e o uso da palavra do outro, dentre outros. Na ocasião, foram também vivenciadas algumas simulações da aplicação das técnicas de Mapeamento e Diagrama de Venn.

Outra atividade essencial da fase preparatória da equipe de campo foi a solicitação formal de autorização para a realização de pesquisa na RESEX Chico Mendes, conforme recomendada na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Inicialmente, realizou-se o cadastramento do projeto de pesquisa que orientou este trabalho no *site* do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio)<sup>7</sup>, obtendo-se o termo de **Autorização para atividades com finalidade científica** (Anexo A), expedido no dia 18 de novembro de 2009, 11h58, sob o nº 21927-1. Posteriormente, foi encaminhado à Chefia da Reserva um pedido formal de autorização para a realização da pesquisa

---

<sup>7</sup> Visitar o *site* <http://www4.icmbio.gov.br/sisbio/> para maiores esclarecimentos sobre os procedimentos necessários para a obtenção de autorização para a realização de atividades de finalidade científica em Unidades de Conservação.

(Anexo B), contendo como anexo a autorização concedida pelo Sisbio, obtendo-se no dia 15 de janeiro de 2010 a autorização requerida, sob o nº 001/2010, com a validade de 150 dias após aquela data. (Anexo C) Vale mencionar que o não cumprimento desses procedimentos pelas organizações ou pesquisadores atuantes na Reserva consiste em uma das principais reclamações realizadas pela chefia da Reserva.

Dentre as atividades preparatórias, a mobilização dos moradores e organização da logística de campo representou outra frente de trabalho crucial da pesquisa, exigindo grande cuidado e bom senso. Por acreditar que esse esforço difere de muitas pesquisas de levantamento de dados aqui se vai detalhar o processo por acreditar que seria interessante para outros pesquisadores.

Conforme mencionado na seção anterior, visando facilitar a mobilização dos moradores, decidiu-se realizar a pesquisa em locais onde já havia uma programação de reunião da própria comunidade, sendo necessário apenas confirmar com os Presidentes das Associações ou lideranças das comunidades sobre a inclusão das atividades desta pesquisa na pauta das reuniões. Porém, ao longo da pesquisa, das oito reuniões planejadas e realizadas, somente três delas ocorreram no âmbito de uma atividade já programada pela comunidade para outro propósito. Cinco das reuniões foram marcadas exclusivamente para a execução deste trabalho.

A mudança de estratégia foi resultado de uma conversa realizada entre os integrantes da equipe de pesquisa, os quais avaliaram que a experiência de aproveitar um evento para encaixar outro, apesar de se revelar vantajosa no aspecto da mobilização e, ao mesmo tempo, garantir público para as reuniões, apresentava a desvantagem de tornar a programação muito cansativa para os moradores, prejudicando, de certa forma, tanto as reuniões locais como a realização das atividades desta pesquisa. Assim, decidiu-se arriscar e solicitar a marcação das reuniões subsequentes exclusivamente para a pesquisa.

Para a realização das cinco reuniões seguintes, foi necessário um pouco mais de empenho na mobilização dos moradores, contando com a colaboração dos Presidentes das Associações de Moradores, lideranças das comunidades e técnico do IBAMA que realizaram o convite para a comunidade, explicando a importância do trabalho e da presença dos moradores no evento. Esse convite foi realizado de duas maneiras: aviso no rádio durante dias consecutivos e aviso a algumas pessoas-chave que auxiliaram na disseminação da informação nos seringais. Por estes procedimentos, o andamento da

pesquisa tornou-se mais lento, tendo em vista a necessidade de um tempo mais longo para a comunidade tomar conhecimento da reunião. Por outro lado, contribuiu para a realização das reuniões com maior tranquilidade e qualidade.

No que se refere à organização da logística de campo, convém destacar que para o planejamento de cada reunião foi realizada uma logística diferente, sendo novamente necessário o apoio constante dos Presidentes de Associações, lideranças locais, ICMBio e IBAMA, que auxiliaram da seguinte maneira: - organização dos locais de reunião; - cômputo de combustível necessário para o deslocamento, tanto de carro quanto de barco, conforme a distância da localidade; - cômputo de alimentação para o trabalho nos seringais, conforme a quantidade prevista de pessoas para cada reunião; - liberação de um técnico do IBAMA para acompanhar e auxiliar no trabalho de campo; - apoio das Associações de Moradores na intermediação de empréstimo de barco e motor de outras organizações; - empréstimo de veículo traçado nas datas solicitadas, tanto pelo ICMBio quanto pelo IBAMA, pois o órgão financiador desta pesquisa ainda não havia liberado os recursos necessários. Contudo, na ocasião que estes foram liberados, ainda manteve-se o apoio das referidas organizações, tendo em vista a dificuldade de se alugar transporte na fase avançada na qual a pesquisa se encontrava.

Vale ressaltar que havia consciência de que a presença de um técnico e veículo governamental, sobretudo, dos órgãos gestores da Unidade de Conservação poderia levar as pessoas a associar este trabalho às referidas instituições públicas o que poderia inibi-las durante a realização das atividades. Para minimizar esta possível sensação por parte dos moradores, no momento de apresentação do trabalho e da equipe, teve-se o cuidado de explicar que a pesquisa não tinha vínculo com os órgãos gestores e que na ocasião os mesmos não estavam à serviço das respectivas organizações, mas apenas prestando um apoio logístico no transporte. Além disso, o técnico presente teve o cuidado de manter-se distante do local das reuniões.

Quanto aos demais recursos necessários para a realização da pesquisa, tais como, material de consumo, gêneros alimentícios para as reuniões, diárias para a equipe, combustível, aluguel de barco, etc. foram pagos inicialmente com recursos próprios, mas posteriormente foram ressarcidos pela organização financiadora da pesquisa. Nesta fase de organização da logística também se teve o cuidado de revisar e ajustar a programação das reuniões, como também de organizar todo material necessário para a aplicação das metodologias planejadas.

## *Relato da Pesquisa de Campo*

A pesquisa com os moradores foi realizada no período de 09 de janeiro a 17 de março de 2010, em oito localidades da Reserva, ou seja, nas Comunidades Cumaru e Bela Vista, ambas, no Seringal São Francisco e nos Seringais Porvir, Dois Irmãos, São Pedro, Filipinas, Santa Ana e Vila Nova. (Fotos 7 a 12)



Foto 7 – Reunião na sede da Associação do Porvir, em Brasília – AC.



Foto 8 – Reunião na escola do Seringal Dois Irmãos, em Xapuri – AC.



Foto 9 – Reunião na Colocação Pincel, no Seringal São Pedro, em Xapuri – AC.



Foto 10 – Reunião na comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco, em Assis Brasil – AC.



Foto 11 – Reunião na sede da Associação Verde Floresta, no Seringal Filipinas, em Brasília – AC.



Foto 12 – Reunião na escola Santa Ana, no Seringal Santa Ana, em Sena Madureira – AC.



Foto 13 – Reunião na sede da associação do Seringal Vila Nova, em Capixaba – AC.



Foto 14 – Entrevista na Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco, em Assis Brasil – AC.

Para a execução das atividades foram realizadas sete reuniões nas áreas selecionadas, com exceção da Comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco, onde não foi possível realizar reunião, em virtude de outras programações em andamento, sendo trabalhado apenas de forma individual com alguns informantes-chave. Em sua maioria, as reuniões ocorreram nos finais de semana, por serem os únicos dias que os moradores dispunham para conversar, já que nos demais os mesmos costumam se dedicar às atividades produtivas de sua colocação. A equipe de campo era constituída pela presente mestranda, duas estudantes e um técnico do IBAMA.

Conforme descrito na tabela 4, nestas reuniões compareceram 122 moradores, uma média de 17 pessoas por reunião, oscilando entre o mínimo de nove e o máximo de 34 moradores. Com isso, percebe-se que os moradores da Reserva atenderam de bom grado o chamado para as reuniões, mesmo diante das inúmeras dificuldades de transporte interno, demonstrando uma boa receptividade com a proposta desta pesquisa.

Tabela 4 – Número de moradores presentes nas reuniões realizadas nos seringais

<b>Zona Geopolítica/ Município</b>	<b>Área Visitada</b>	<b>Número de Moradores/ Reunião</b>
I - Assis Brasil	Comunidade Cumaru/ Seringal São Francisco	*
	Comunidade Bela Vista/ Seringal São Francisco	21
II - Brasília e Epitaciolândia	Seringal Porvir	11
	Seringal Filipinas	13
III – Xapuri	Seringal Dois Irmãos	9
	Seringal São Pedro	17
IV - Sena Madureira	Seringal Santa Ana	17
V - Rio Branco e Capixaba	Seringal Vila Nova	34
<b>Total</b>		<b>122</b>

\* Nesta localidade não foi possível realizar reunião, sendo trabalhado individualmente com alguns moradores. Fonte: Pesquisa (2010).

Esta pesquisa foi do tipo descritiva<sup>8</sup>, mas também explicativa. As interpretações do problema da gestão compartilhada levaram em conta a percepção dos agentes envolvidos na mesma ao buscar caracterizar, descrever e compreender a efetividade e possibilidades abertas pela estrutura formal responsável pela gestão da Reserva.

Para o levantamento dos dados foram utilizadas várias técnicas, desde as mais formais e individuais, até as do tipo participativas. As entrevistas com moradores e representantes de organizações e instituições públicas foram do tipo **parcialmente estruturada**, pois eram orientadas a partir de um roteiro básico (Anexo E) previamente estruturado e adaptado a cada tipo de ator e condição institucional.

Quanto às técnicas do enfoque participativo houve a aplicação de técnicas de **Diagnóstico Rural Participativo Emancipador (DRPE)**. A utilização dessas técnicas justifica-se não só pela possibilidade de “identificar os recursos existentes em nível

<sup>8</sup> De acordo com Gil (2002, p.42) se incluem no grupo pesquisa descritiva “as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.” Este mesmo autor diz que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.”

local, mas também [por permitir] perceber como interesses sociais se estruturam e se articulam naquele espaço.” (COELHO, 2005, p.89) Além disso, essa perspectiva metodológica, ao focar o grupo e não indivíduos, permite identificar, de forma mais espontânea, lógicas presentes no pensamento e formas de percepção, disputas e dissensos, além de valores que circulam entre seus integrantes. De acordo com a mesma autora,

as informações coletadas devem ser entendidas como formas de representação e de compreensão presentes no grupo com o qual o técnico se vê envolvido. Os valores presentes nesse grupo, consensuais ou em disputa, aparecem nas manifestações expressas por esses protagonistas do DRPE. (p.89)

Dentre as técnicas existentes de pesquisa participativa, optou-se por realizar o que se tem chamado de Mapeamento e Diagrama de Venn. A técnica do **mapeamento** merece esclarecimentos. Nesta pesquisa ela teve a função de aproximar a equipe das representações dos moradores sobre o espaço no qual moravam e seu *modus operandi*. Para tanto, com os grupos reunidos foi solicitado que os moradores riscassem (com giz) no chão do local da reunião, normalmente a sede de alguma associação ou escola, os pontos de referência da comunidade pesquisada. A partir da configuração representada pelos moradores foram sendo destacados vários espaços de referência como os igarapés (córregos), estradas, armazéns, escolas, associação, colocações, estradas de seringa, castanhais, etc. (Fotos 15 e 16)



Foto 15 - Aplicação da técnica de mapeamento no Seringal São Pedro, em Xapuri - AC.



Foto 16 - Aplicação da técnica de mapeamento no Seringal Santa Ana, em Sena Madureira - AC.

A elaboração dos mapas possibilitou à pesquisadora realizar uma aproximação inicial com as pessoas da localidade, perceber a forma de organização do espaço social e da produção, a relação estabelecida com o mercado, a distribuição dos recursos

naturais e sua forma de manejo e a relação com as organizações, proporcionando elementos para melhor compreensão de como funcionava aquele seringal e o papel da gestão da Reserva. Além disso, permitiu a autocompreensão dos grupos de suas condições de existência. Em média, a aplicação do mapeamento durou 1h25min.

A técnica do **Diagrama de Venn** teve por objetivo identificar as organizações, instituições e/ou pessoas que influenciavam no desenvolvimento e gestão local da Reserva, e interpretar como os grupos sociais envolvidos nas atividades avaliavam suas ações. Para esta atividade foi utilizado um painel montado com papel A4, pincel, parede para afixar o painel, giz e chão do local para desenhar. Também chamada de Jogo das Bolas, essa técnica diagnóstica teve início com a seguinte indagação ao grupo: “quais seriam as organizações, instituições ou pessoas vocês contam aqui para tocar o dia-a-dia na Reserva?”<sup>9</sup> À medida que os nomes eram indicados, os mesmos eram anotados na mesma ordem, em uma folha branca fixada na parede. (Foto 17) Encerrada a relação, perguntava-se se havia mais alguma organização ou pessoa que ainda precisava ser incluída.



Foto 17 – Registro das organizações indicadas no Seringal Vila Nova, em Capixaba – AC.

Em seguida, a coordenadora da atividade desenhava no chão um círculo com o nome do Seringal no centro, de forma que os moradores se sentissem representados naquele círculo. Lia-se o primeiro nome da lista e solicitava-se que alguém, dentre as pessoas presentes, desenhasse um círculo do tamanho que considerasse a importância daquela organização ou pessoa em relação à comunidade, representada no círculo do centro. (Fotos 18 e 19) Caso ninguém se dispusesse a desenhar o círculo, indicava-se

---

<sup>9</sup> Cabe destacar aqui que a distinção teórica entre organizações e/ou instituições não faz nenhum sentido para o cidadão comum e a técnica aqui aplicada produziu, inclusive subsídios para melhor problematização da distinção apresentada na revisão desta dissertação.

alguém para fazê-lo, normalmente quem havia mencionado a referida organização. Depois se perguntava aos demais se concordavam com o tamanho do círculo, ou seja, a importância atribuída à organização, resultando em situações nas quais o tamanho era considerado adequado, indicando que a importância era aquela mesma, em situações em que diziam que a importância era muito maior e, por isso, o círculo deveria ser maior e, também casos que consideravam que a importância era menor e, por isso, o círculo deveria ser menor. Tinha-se o cuidado de anotar as discussões e negociações surgidas nessa atribuição de importância.



Foto 18 – Aplicação da técnica de diagrama de Venn no Seringal Porvir, em Brasília – AC.



Foto 19 – Aplicação da técnica de diagrama de Venn na Comunidade Bela Vista - Seringal São Francisco, em Assis Brasil - AC.

Após, chegar-se a um consenso do tamanho do círculo, dizia-se a seguinte frase de comando: Agora vamos chutar essa bola! Nesse momento, pedia-se para que informassem se aquela organização estava “próxima” ou “distante” da comunidade, ou seja, com presença significativa ou mais fraca. Conforme, os moradores classificavam a organização, apagava-se o desenho anterior e o reproduzia do mesmo tamanho decidido anteriormente, só que num posicionamento próximo ou distante ao círculo que representava a comunidade. Concluída a representação gráfica no chão daquela organização ou pessoa em relação à comunidade, perguntavam-se algumas questões tais como: 1) Por que essa organização é importante para vocês? 2) Quais as principais ações realizadas por elas ou o que deveriam fazer e não fazem? Nesse momento, as pessoas presentes iam expressando suas opiniões críticas ou elogios, que geravam reações tanto de concordância quanto de discordância entre os moradores. Encerrada a discussão sobre aquela primeira organização, usava-se o mesmo método com as demais organizações ou pessoas mencionadas. Em média, a aplicação da técnica do diagrama de Venn durou 1h45min.

Conforme a importância atribuída, a bola tornava-se maior ou menor. Além disso, essa bola poderia ficar perto, dentro, em intersecção ou longe do círculo que os representava. Por isso a idéia de jogo das bolas. Uma organização pode ser importante e estar longe e outra, com menos importância, pode estar dentro, muito próxima.

Vale mencionar que tanto na construção do mapeamento quanto do diagrama de Venn, a importância não está exatamente no desenho obtido ao final da aplicação das técnicas, mas o que interessa são os diálogos e os debates para captar os temas que são considerados importantes, os que estão em disputa e os que são consenso.

O registro das discussões realizadas na aplicação das técnicas participativas ocorreu mediante anotações por escrito, em cadernos de campo, e gravação do áudio das reuniões. Já os mapas e diagramas esboçados pelos moradores foram reproduzidos no caderno de campo e registrados por fotografias.

Para aplicação dessas técnicas de levantamento é necessário ter como premissa que o processo evidencia verdades espaço-temporalmente passíveis de mudança. Contudo, é a verdade possível naquele momento. Além disso, é necessário admitir e reconhecer que qualquer atividade de pesquisa deixa por onde passa marcas de entendimento ou de problematização. A própria pesquisa é uma forma de intervenção, que quando participativa pretende não ser interventiva e etnocêntrica. Daí se explica os cuidados éticos tomados pela equipe do projeto ao longo da pesquisa e, principalmente, ao marcar com os moradores os encontros de pesquisa e explicar os objetivos do trabalho, pois nesses levantamentos a população pesquisada é também agente produtor de conhecimento.

As **entrevistas parcialmente estruturadas** consistiram em conversas realizadas com moradores ou lideranças, identificados no transcorrer da aplicação das metodologias participativas, seguindo um roteiro específico conforme a sua classificação, morador ou organização. (Anexos D e E) buscou-se para as entrevistas realizá-las num ambiente permissivo, relaxado, calmo e, sobretudo, não intimidante, com vistas em permitir ao entrevistado que ele se sentisse à vontade para expressar suas idéias e opiniões. No entanto, em algumas delas foi difícil evitar a interferência de ruídos de animais, pessoas conversando ou se movimentando, porém, esses eventos não comprometeram a compreensão dos depoimentos. As entrevistas foram armazenadas em gravador digital e, posteriormente, transcritas e sistematizadas. Durante a pesquisa de campo, foram realizadas 14 entrevistas com os moradores e sete entrevistas com lideranças, sendo estas últimas feitas como representantes de organizações de moradores. Também foram realizadas três entrevistas para obtenção de informações específicas motivadas pelos mapeamentos e diagramas construídos com os moradores. Duas dessas foram com o profissional agente de saúde na Reserva e uma com um morador que confecciona produtos artesanais a partir da borracha. (Foto 20)

Cabe ressaltar que, em campo, essas técnicas não seguiram uma ordem ou seqüência rígida em razão das dificuldades de mobilização de grupos no trabalho de campo em uma área de floresta. Em alguns momentos, a equipe de pesquisa se viu obrigada a realizar entrevistas antes do mapeamento ou diagrama das organizações. As técnicas participativas são preferencialmente técnicas de levantamento com grupos, mas também, em alguns momentos, elas tiveram aplicação junto a indivíduos, o que exigiu cuidados nas análises dos resultados.



Foto 20 – Realização de entrevista com um morador do Seringal São Pedro e com um vereador do município de Xapuri – AC.

### *2.3. Pesquisa com as organizações e instituições públicas*

Concluída a etapa da pesquisa com os moradores da Reserva foi iniciado o trabalho preparatório para a realização das entrevistas com as organizações mencionadas na aplicação da técnica do Diagrama de Venn.

Inicialmente, todas as organizações, instituições e pessoas indicadas pelos moradores foram relacionadas em uma lista. Em seguida, as mesmas foram classificadas em dois grupos quanto à abrangência de sua atuação, se locais ou regionais, nacionais ou internacionais. Além disso, para sistematização, análise das informações e seleção das organizações a serem entrevistadas elas foram classificadas por sua natureza em seis categorias:

- 1) Movimentos Sociais e Representativas
- 2) Governamentais
- 3) Bancárias Governamentais
- 4) Não Governamentais
- 5) Pessoas
- 6) Empresas Privadas

De cada uma dessas categorias criadas foram selecionadas algumas organizações que tiveram maior ocorrência de citações, ou seja, aquelas citadas por um maior número de vezes nas reuniões. Além disso, observaram-se também aquelas que suscitaram maior debate nas atividades, acerca de suas avaliações de sua atuação, tanto positivas quanto negativas.

Assim, buscando compreender a representatividade ou importância da organização indicada na reunião ponderou-se abrangência e natureza, o que permite evitar erros de interpretação.

Dessa forma foi possível melhor ajuizar o impacto, percebido pelos moradores, de uma organização de abrangência local e de outras de maior abrangência de jurisdição.

De acordo com a tabela 5, na aplicação da técnica do Diagrama de Venn, os moradores dos oito seringais pesquisados indicaram 87 organizações/ instituições ou pessoas que seriam referência para eles e que têm atuação na Reserva Extrativista Chico

Mendes. Destas organizações e instituições públicas foram entrevistadas 32. (Fotos 21 a 24)

Tabela 5 – Organizações indicadas e entrevistadas, diferenciadas por abrangência e categorias

ORGANIZAÇÕES/ ABRANGÊNCIA	CATEGORIAS						TOTAL
	MOV. SOCIAIS	GOV.	PESSOAS	BANCÁRIAS GOV.	NÃO GOV.	EMPRE- -SAS PRIVA- DAS	
<b>Indicadas</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>87</b>
Abrangência Local	19	17	18	-	-	-	54
Abrangência Estadual, Nacional e Internacional	8	14		3	4	4	33
<b>Entrevistadas</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>32</b>
Abrangência Local	12	11	2	-	-	-	25
Abrangência Estadual, Nacional e Internacional	1	4	-	-	1	1	7

Fonte: Pesquisa 2010.



Foto 21 – Entrevista com a Presidente da AMOPREAB, em Assis Brasil - AC.



Foto 22 - Entrevista com o Prefeito de Xapuri – AC.



Foto 23 – Entrevista com o Gestor de Projetos da WWF Brasil no Escritório Regional de Rio Branco – AC.



Foto 24 - Entrevista com o Gerente de Produção da Cooperacre e Gerente de Campo da Fábrica de Preservativos Masculinos Natex, em Xapuri – AC.

Vale ressaltar que para a efetivação das entrevistas com as organizações, *à priori*, foi realizada uma revisão nas anotações de campo, com o objetivo de rememorar a forma como as comunidades avaliaram cada organização, auxiliando no momento da entrevista, conforme roteiro padrão (Anexo E). Esta estratégia possibilitou a triangulação das informações e uma melhor análise das informações prestadas pelos moradores e pelas organizações.

Concluída a etapa de revisão das anotações, foi iniciada a fase do planejamento para a execução das entrevistas, decidindo-se iniciar o trabalho com as organizações de abrangência local, localizadas no interior do Estado do Acre, como forma de facilitar a logística e, posteriormente, com as organizações de abrangência estadual e nacional, localizadas na capital Rio Branco. Em seguida, foi iniciado o contato por telefone com as organizações, objetivando agendar o dia das entrevistas. Esta etapa da pesquisa de campo foi realizada exclusivamente pela referida mestrandia, já que não havia necessidade de uma equipe na sua execução.

As entrevistas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2010, sendo este trabalho bem mais lento, em virtude da dificuldade em conciliar as agendas dos representantes das organizações. É importante mencionar que na ocasião de estadia nos municípios do interior, aproveitou-se para obter dados estatísticos e depoimentos nas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Agricultura, até mesmo naquelas não mencionadas pelos moradores.

## **CAPÍTULO 3 - O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

### **1. A ocupação do território**

A história da formação econômica da Amazônia, em especial do Acre, está diretamente relacionada ao chamado ciclo da borracha, que segundo Martinello (1985) “foi, sem dúvida [...] o fenômeno sócio-econômico mais expressivo que teve lugar na Amazônia” (p.23), no final do século XIX e início do XX.

Em sua fase inicial, a exploração gomífera experimentou uma intensa expansão, tendo em vista a crescente demanda da borracha no comércio internacional, uma vez que esse produto havia se tornado uma matéria-prima de larga aplicação na indústria, sendo, inclusive um importante componente da indústria de automóvel. Esse acontecimento propiciou à Amazônia um crescimento econômico jamais imaginado (SILVA, 1990; MARTINELLO, 1985).

No entanto, com a introdução dos seringais de cultivo na Malásia, tornou-se possível a produção de borracha de melhor qualidade e a custo notadamente menor que a *Hevea* nativa. Dessa forma, a partir de 1913, a borracha extrativa vegetal da Amazônia perdeu sua posição de destaque no comércio internacional, sendo sua produção superada por aquela obtida nas plantações do Oriente (DUARTE, 1987; SILVA, 1990).

Somente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, no período de 1942/1945, que a produção nativa da Amazônia foi procurada novamente, uma vez que os seringais de cultivo asiáticos haviam sido invadidos pelos japoneses, interrompendo subitamente o fornecimento de borracha aos Estados Unidos que se viram obrigados a procurar fontes alternativas de abastecimento. Contudo, ao cessar da grande guerra, em 1945, a produção natural foi mais uma vez abandonada à própria sorte (DUARTE, 1987).

No período subsequente à guerra, até o final da década de 60 do século XX, a economia extrativista enfrentou uma de suas piores crises, reforçada pela substituição gradativa da borracha vegetal nacional pela importada e pela nacional sintética (RÊGO, 2002). Porém, foi com a instalação do Governo Militar, em 1964, que a produção vegetal nacional sofreu o mais duro golpe, pois a política econômica traçada para o país não favorecia mais a exploração da borracha (COSTA FILHO, 1995).

No caso da Amazônia, o golpe foi mais forte ainda, pois as políticas de governo implementadas no início dos anos 70, conhecidas conjuntamente como “Operação

Amazônia”, desconsideraram as especificidades de uma região com economia enraizada numa base meramente extrativista e deram lugar, em nome do “desenvolvimento regional”, à instalação de grandes projetos agropecuários, minerais e de exploração madeireira, causando graves problemas sociais e ambientais na região. Na verdade, a pretensão do governo era promover a expansão capitalista sobre todas as regiões brasileiras, inclusive a amazônica (SILVA, 1990).

Em termos gerais, esse plano governamental visava “estabelecer ‘pólos de desenvolvimento’ e grupos de populações estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteiras); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infra-estrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais” (MAHAR, 1978 *apud* COSTA FILHO, 1995, p.7). Como órgãos gestores dessa nova política, foram criados a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A. (BASA), em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Além disso, foi criada mais uma série de instituições como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), entre outros (RÊGO, 2002).

Ao se comparar tais medidas desenvolvimentistas, impostas pelo Governo Federal, com as categorias de mudança social apresentadas por Sztompka (1998), percebe-se que estas se enquadram na categoria de mudança manifesta vinda “de cima”, tendo em vista a sua origem de implementação (Estado) e o “êxito” alcançado na sua implantação, conseguindo expandir e impor o capital sobre a região, considerada, na época, como a última fronteira do Brasil a ser alcançada pelo capital.

As mudanças na orientação da ocupação econômica da Amazônia e, sobretudo do Acre, levaram ao encerramento do monopólio da borracha exercido pelo BASA. Com este fato, consolidou-se a desativação dos seringais<sup>10</sup>, obrigando os seringalistas<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> A designação “Seringal” refere-se a uma propriedade extensa geralmente à margem de rios, composta por uma quantidade considerável de árvores de seringueira, dispostas aproximadamente entre si. O seringal é formado por várias colocações “(unidade produtiva dentro do seringal, onde vive e trabalha o seringueiro, com área aproximada de 300 ha)” (CUNHA, S/D, p.4). Conforme técnico do IBAMA, não dá para saber ao certo o tamanho em ha, pois existem seringais com mais de 30.000 ha como, por exemplo, o Tabatinga, Guanabara e Nova Olinda, entretanto também existem seringais com menos de 1.000 ha como o Vale Quem Tem e São Salvador.

<sup>11</sup> “Durante o ciclo da borracha, o seringalista era o proprietário do seringal, exercendo a função de patrão no contexto das relações semiservi imperantes neste período.” (CUNHA, S/D, p.31)

a venderem suas terras aos “paulistas”<sup>12</sup>, a preços irrisórios, como forma de liquidar suas dívidas no Banco. Aliado a este episódio, os incentivos fiscais (baratos e a longo prazo) concedidos pelos Governos Federal e Estadual também favoreceram a expansão da pecuária extensiva, em detrimento à atividade extrativista (COSTA SOBRINHO, 1992). Sob esta nova concepção, a terra passou a ser usada essencialmente como reserva de valor.

Em conseqüência a esse processo, observa-se a partir da década de 70 uma intensa depredação social, cultural e ambiental na região Amazônica. No Estado do Acre, em particular, foram gerados pelo menos dois efeitos nocivos. Um deles foi o intenso “fluxo migratório” das populações extrativistas e outro foi o aumento indiscriminado nas derrubadas e desmatamentos.

No que tange ao “fluxo migratório”, observa-se no Acre a expulsão de famílias inteiras dos seringais pelos novos donos da terra (pecuaristas) que usavam métodos que iam desde a indenização irrisória das benfeitorias às intimidações e uso de violência, dentre os quais se destacavam os desmatamentos dos seringais. Nesse ínterim, os seringueiros expulsos seguiram destinos variados: alguns recorreram a outros padrões seringalistas e continuaram como seringueiros cativos, desenvolvendo a atividade extrativista no sistema tradicional, o que se deu com maior frequência na região do Juruá. Outros se apossaram de colocações em outros seringais e continuaram como seringueiros autônomos e posseiros. Grande parte dos seringueiros migrou para as cidades, ocupando e formando principalmente as periferias da capital Rio Branco. Ainda outro grande número preferiu emigrar para a Bolívia, com o sonho de conseguir um pedaço de terra para continuar praticando a atividade extrativista. Uma minoria, entretanto, foi absorvida pelos trabalhos nas fazendas, muitas vezes como trabalhadores temporários nas atividades de desmatamento (ALLEGRETTI, 1989; COSTA FILHO, 1995; DUARTE, 1987).

No que se refere à questão ambiental, esse período foi marcado por uma intensa destruição das florestas que representavam para os seringueiros o seu meio essencial de vida. Sobre esse aspecto Costa Filho (1995) enfatiza que:

As derrubadas da floresta para a formação de campos de pastagens foi [sic] violenta; grande quantidade de seringueiras, castanheiras, árvores de madeira nobre, entre outras espécies, foram derrubadas para a formação de campos de pastagens para a instalação da pecuária (p.13).

---

<sup>12</sup> Denominação dada aos grandes compradores de terras vindos “de São Paulo, Minas Gerais, Paraná ou Rio Grande do Sul, mas na maioria eram realmente de São Paulo.” (OLIVEIRA, 1982, p.51)

Segundo Mahar (1990 *apud* Costa Filho, 1995) os desmatamentos na Amazônia aumentaram significativamente, principalmente a partir da metade da década de 70, tendo um crescimento da área desmatada de 125.000 Km<sup>2</sup> em 1980 para quase 600.000 Km<sup>2</sup> em 1988, contribuindo para que neste ano a área desmatada atingisse 12% da superfície total da Amazônia. Para as mesmas décadas de 70 e 80, estimativas do Inpe (1989) e da Sudam (1988) *apud* Serrão (1989) apontaram que,

foram desmatadas cerca de 25 milhões de hectares de florestas de diferentes densidades de biomassa para diversas finalidades agropecuárias. Estimando-se que, pelo menos, 70% dessa área foram utilizados para pecuária, então teríamos [...], pelo menos, 17 milhões de hectares de florestas que foram, de alguma forma, desmatadas para formar pastagens para criação de gado (p.119).

Para Fadell (1997), “os resultados mais notórios dessa investida [da Política de Ocupação da Amazônia] foram a desordenada agressão ao meio ambiente e o acirramento dos conflitos pela posse da terra” (p.3). A situação de humilhação e expropriação dos meios de produção, às quais os seringueiros foram submetidos, alimentou neles um grande sentimento de revolta, impulsionando-os a realizar ações de resistência aos fazendeiros, a princípio individualizadas, mas logo se tornando ações coletivas (DUARTE, 1987), posteriormente conformadas nos “Empates”, movimentos organizados e pacíficos, promovidos pelos seringueiros, com o propósito de impedir os desmatamentos realizados pelos fazendeiros. Essa seria a evidência da primeira contradição do processo de modernização predatória que orientou as políticas públicas durante o regime militar e que perdurou, ainda, alguns anos depois de término oficial da ditadura.

## 2. Os Movimentos Sociais dos Seringueiros<sup>13</sup>

Os impactos sociais e ambientais causados pela modificação na base produtiva alimentaram um grande sentimento de revolta entre os seringueiros que permaneceram nos seringais, a maioria deles reconhecidos como autônomos, dando início a um

---

<sup>13</sup> Para uma discussão dos movimentos sociais dos seringueiros como indutores de mudança social ler: SOUZA, COELHO e DIAS. **Movimentos Sociais dos Seringueiros e a RESEX Chico Mendes:** a cada conquista persiste a necessidade das lutas. *In:* XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2009, Porto Alegre-RS. XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/911.pdf>.

processo de resistência à expulsão que culminou em conflitos (luta pela posse da terra) entre estes e os novos donos da terra (pecuaristas e especuladores) (MACIEL, 1999).

A gravidade evidenciada nas ações assumidas pelos movimentos sociais dos seringueiros produziu novas mudanças na política socioeconômica para a Amazônia e, em particular, para o Acre. Visando atenuar os focos de tensão instalados no campo, o Governo Federal, nas décadas de 70 e 80, instituiu medidas de colonização oficial, de distribuição de terras e até mesmo de incentivo ao extrativismo, por meio da implantação de seringais de cultivo e a reabertura dos seringais nativos. Todavia, tais medidas, meramente paliativas, não conseguiram acalmar os ânimos das populações tradicionais da região (índios, seringueiros e posseiros) (DUARTE, 1987). Além disso, essas políticas, em sua maioria, revelaram-se contraditórias, pois serviram muito mais para a ampliação dos projetos agropecuários na região.

A princípio, os movimentos de resistência à expulsão ocorriam de forma desorganizada, contando apenas com o apoio da Igreja “que inicia já em 1963 um trabalho de esclarecer os trabalhadores rurais sobre os seus direitos” (CAVALCANTE, 1993, p.11). Até então, o Estado mantinha uma postura rígida com relação à política de ocupação das terras acreanas. Somente a partir de 1975, o Governo do Acre preocupou-se em defender os interesses da economia tradicional acreana e passou a incentivar a reativação do extrativismo, o fortalecimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, a contenção do êxodo rural. Em consonância com essa nova postura do governo local, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passou a restringir a ação dos grileiros e especuladores, dificultando as transações de terras com documentação irregular e colocando na pauta de discussões a garantia do direito à terra pelos posseiros (COSTA FILHO, 1995).

Todavia, foi com a instalação da Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no Estado do Acre, em 1975, que o processo de resistência foi reforçado. Essa instituição tinha grande capacidade de interagir com outras instituições interessadas pela causa, como a Igreja e alguns setores organizados. E, além disso, usar dessas relações para fortalecer a luta e convencer os trabalhadores da necessidade de se organizarem em sindicato, visto que eles eram os principais defensores de si mesmos, considerando a lentidão dos trâmites legais (COSTA

SOBRINHO, 1992).

A organização sindical dos trabalhadores rurais deu maior legitimidade à causa de luta pela posse da terra e foi essencial para a criação e consolidação de estratégias de luta, dentre as quais teve destaque o método denominado popularmente como “empate”, pelo qual, grupos de trabalhadores realizavam de forma pacífica e organizada o impedimento dos desmatamentos praticados pelos grandes proprietários e pecuaristas predominantes na região (DUARTE, 1987).

Ainda que as ações do governo local (INCRA, CONTAG) e Igreja tenham contribuído para minimizar os problemas de expropriação e especulação das terras acreanas, elas não foram suficientes para aniquilar com os focos de tensão instalados no campo. Neste ínterim, o Governo do Acre realizou a desapropriação, por interesse social, de seringais inteiros, com fins de assentar os seringueiros expropriados de suas terras, criando assim os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's) (DUARTE, 1987).

No entanto, as soluções propostas pelo Governo como a concessão de lotes individuais, conforme o modelo de colonização do INCRA, não corresponderam às aspirações dos povos da floresta. A preocupação iminente em encontrar uma alternativa sustentável para a população extrativista incentivou a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, no estado de Brasília, resultando na fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e na oficialização do pedido de criação das Reservas Extrativistas (RESEX's) (RUEDA, 2002).

A proposta de criação das RESEX's fundamentava-se em dois fortes argumentos: 1º - seria uma forma de legitimar a posse e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos, representando, portanto, uma espécie de “Reforma Agrária” para os extrativistas; 2º - possibilitaria a defesa do meio ambiente, uma vez que assegurado o direito de uso da terra pelo seringueiro, este manteria o extrativismo e, por conseguinte o devido respeito à floresta (RUEDA, 2002).

Em resposta à preocupação dos seringueiros e, considerando a ênfase dada ao tema Reforma Agrária pelo Governo Federal, naquela época, o INCRA decretou a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's), em julho de 1987. Estes, de certa forma, incorporavam a proposta das RESEX's à medida que destinavam áreas de seringais às famílias, com base no método de concessão de uso, para a efetivação de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis (RUEDA, 2002).

Todavia, os conflitos de terra persistiam e tornavam-se cada vez mais violentos

e os níveis de queimadas e desmatamentos, estavam notadamente mais perigosos. Tudo isso incentivava uma crescente onda de críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental no Brasil. Porém, foi o assassinato do líder sindical, ecologista e seringueiro Chico Mendes, em 1988, que se revelou como o grande estopim do movimento de luta dos seringueiros. A partir deste marco histórico, não só as populações extrativistas (representadas pelo CNS), mas também as organizações não-governamentais, universidades, instituições de pesquisa, ambientalistas, etc. passaram a exigir a constituição de um novo modelo de desenvolvimento para a região amazônica. Na verdade, este modelo já estava formulado e identificado na proposta das Reservas Extrativistas (CAVALCANTI, 2002; COSTA FILHO, 1995).

Com base nos argumentos de Sztompka (1998), verifica-se que as políticas de cunho desenvolvimentista impostas pelos militares foram determinantes para a organização dos movimentos sociais dos seringueiros que resultou na consolidação da proposta de criação das Reservas Extrativistas, configurando um tipo de mudança manifesta “vinda de baixo”, construída na base, por aqueles que conheciam com propriedade o modo de vida do seringueiro e sua relação com a floresta. Segundo Sztompka (1998), nesta situação “os indivíduos se reúnem e se organizam para produzir mudanças planejadas em sua sociedade.”. (p.464)

Segundo Allegretti (2002), a solução proposta pelo movimento para resolver a questão fundiária tinha pelo menos duas características marcantes: em primeiro lugar, era inusitada, pelo aspecto de transformar áreas em conflito em propriedade da União, administradas por comunidades locais via concessão real de uso; em segundo lugar, revelava-se como inovadora, por propor a proteção aos recursos naturais sob a forma de reservas, devendo ser protegidas como unidades de conservação da natureza voltadas para o uso sustentável pelas populações tradicionais.

Dessa forma, em 1990, o Governo Federal regulamentou a criação das Reservas Extrativistas pelo Decreto N° 99.144, de 12 de março, tendo como órgão gestor o IBAMA. Todavia, a partir de 28 de agosto de 2007, pela Lei N° 11.516, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que assumiu a função de administrar as Unidades de Conservação do país (SENADO FEDERAL, 2007). As primeiras reservas extrativistas foram criadas em 1990, sendo elas: a Alto Juruá (AC), com 506.186 ha; a Chico Mendes (AC), com 970.570 ha; a Rio Cajari (AP), com 481.650 ha; e a Rio Ouro Preto (RO), com 204.583 ha. (CAVALCANTE, 1993).

Conforme documento do Conselho Nacional dos Seringueiros (1993 *apud* CAVALCANTE, 1993), as Reservas Extrativistas devem ser compreendidas como:

parte da luta pela reforma agrária no Brasil, [...] questiona o modelo tradicional de assentamento em lotes agrícolas padronizados, propondo a utilização coletiva da terra. Junta a questão fundiária com a agroecológica propondo novos critérios no apossamento da terra, centrado no uso sustentável dos recursos naturais. A principal característica da reserva extrativista é o resgate da importância do homem numa nova perspectiva de ocupação do espaço amazônico associada à conservação do meio ambiente, onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais (p.20).

As Reservas Extrativistas passaram então a ser identificadas dentro da proposta de desenvolvimento sustentável, tornando-se o novo paradigma de desenvolvimento para a região amazônica. Além disso, um aspecto muito importante deve ser observado, a criação das mesmas consistiu num passo audacioso para o governo, uma vez que, as Unidades de Conservação (UCs) existentes até o momento excluía a presença humana. No novo modelo, além de se admitir a presença do homem, este assume o papel de co-gestor junto com o governo, transcendendo da posição de ameaça ao meio onde vive para a de aliado no processo de conservação ambiental (CAVALCANTI, 2002). Esta nova orientação na Política Ambiental Brasileira revela a força e importância dos movimentos sociais, com sua dinâmica própria de funcionamento, sendo, portanto, suscetíveis a mudanças impostas pela sociedade na qual atua, como também capazes de modificar as normas aparentemente cristalizadas.

No que se refere à dinâmica interna dos movimentos sociais, Sztompka (1998) argumenta que estes passam por diversas fases, decaem, podendo até mesmo encerrar suas funções ou motivos. Todavia, apesar dos movimentos sociais dos seringueiros terem alcançado os seus objetivos, não se pode considerar que estes tenham atingido o seu fim, pois na medida em que tiveram suas aspirações e anseios correspondidos, surgiu a necessidade de se elaborar novas agendas de discussão como, por exemplo, a elaboração de planos de manejo e desenvolvimento para as Reservas Extrativistas, das quais os movimentos sociais dos seringueiros podem e devem participar. Assim, a idéia de fim ou cristalização do movimento é um argumento que, até o momento, não correspondeu ao contexto do movimento dos seringueiros. Essa continuidade pode ser explicada por se tratar de um movimento que enfrenta questões estruturais por ter, no fundo, ainda não resolvido, o problema de controle e poder para superação da exclusão social, política e ambiental.

A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada no Art. 18º da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, como:

(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006, p.8).

Nesse novo modelo de desenvolvimento, “a gestão é compartilhada entre a unidade gestora [anteriormente o IBAMA e atualmente o ICMBio], as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas associações, núcleos de base ou outras formas associativas) e o Conselho Deliberativo” (BRASIL, 2006, p.48).

Vale ressaltar que a proposta dessa modalidade de Unidade de Conservação é de que as populações residentes participem de todas as etapas do processo de gestão, sobretudo da elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista, pelo qual se estabelece um acordo de convivência a ser seguido pelos moradores, quanto à exploração sustentável dos recursos naturais. O envolvimento da comunidade extrativista tem o propósito de criar um ambiente de maior compromisso para o monitoramento e fiscalização da Reserva, tendo em vista a elaboração e aprovação do regulamento pelos próprios moradores da Unidade. Além disso, a execução de uma gestão compartilhada com a comunidade valoriza os conhecimentos tradicionais e a convivência harmônica desta com o ecossistema florestal.

Outro aspecto fundamental que reforça esse modelo de gestão refere-se ao compartilhamento da responsabilidade entre a Unidade Gestora, as populações tradicionais (por meio das Associações Concessionárias e Núcleos de Base) e as organizações governamentais e não governamentais, possibilitada pela atuação do Conselho Gestor. Esse modelo, além de valorizar o envolvimento dos moradores da Unidade também atribui responsabilidade às organizações que atuam na localidade sob o lema de promover ações de desenvolvimento na região.

## **CAPÍTULO 4 - A GESTÃO DA RESEX CHICO MENDES NO DISCURSO DA AUTORIDADE**

Para compreendermos a Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes foi essencial reportarmos ao processo de criação do IBAMA e fazer uma análise de documentos deste órgão governamental para identificar os acontecimentos que podem ser considerados marcantes por influenciarem a atual política de gestão dessa Reserva Extrativista.

A criação do IBAMA ocorreu em 22 de fevereiro de 1989, sob a Lei Nº 7.735, formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; Superintendência da Borracha – SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, marcando o início de uma gestão ambiental integrada (IBAMA, 2003).

No ano seguinte, as Reservas Extrativistas foram regulamentadas pelo Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, tendo o IBAMA como órgão responsável pela gestão das Unidades. Posteriormente, foi criado no âmbito da instituição, pela Portaria Nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, “atendendo uma antiga reivindicação do movimento dos seringueiros e ONGs, para que existisse dentro da estrutura do IBAMA uma instância específica de apoio à criação e implantação de Reservas Extrativistas, e para atender outras demandas oriundas das populações tradicionais” (IRVING *et al.*, 1997, p.21).

De acordo com o IBAMA (2009a, p.1), a finalidade do CNPT era:

promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais.

A administração das Unidades de Conservação, inclusive da RESEX Chico Mendes, era executada diretamente pelo CNPT/IBAMA, sendo a gestão da unidade compartilhada com “as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas

associações, núcleos de base ou outras formas associativas) e o Conselho Deliberativo” (BRASIL, 2006, p.91).

Todavia, essa estrutura de gestão não foi criada tão logo após o surgimento da RESEX Chico Mendes e nem mesmo ocorreu de forma simultânea. No que se refere à organização das populações extrativistas, apenas em 1994, que foram criadas as Associações de Moradores, atualmente denominadas: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil – AMOPREAB, Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília e Epitaciolândia – AMOPREBE e Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – AMOPREX. Segundo o CNPT/IBAMA, a criação das associações fazia-se necessário para atender as demandas de gerenciamento da Unidade e também com fins de atender as exigências legais para o recebimento da concessão de uso (IRVING *et al.*, 1997). Enfim, elas surgiram como estrutura formal e não da articulação dos movimentos sociais.

Vale mencionar que, antes mesmo da fundação das referidas associações, foi dado início a um processo de discussão para a criação de um Plano de Utilização da Reserva, ou seja, de um conjunto de regras que orientassem a utilização dos recursos naturais, como também os direitos e deveres dos moradores ali residentes. De acordo com documentos consultados do IBAMA, a primeira versão do Plano foi elaborada em 1993, a partir de inúmeras discussões realizadas junto com os moradores, em reuniões específicas para tal. Essa versão foi discutida e aprovada na 1ª assembléia de moradores da Reserva, ocorrida em novembro de 1994, ocasião em que foram fundadas as associações dos municípios de Assis Brasil, Brasília e Xapuri. Posteriormente, foi submetida à apreciação da Comissão das Populações Tradicionais/IBAMA, aprovada pela Portaria IBAMA Nº 28-N, de 18 de abril de 1995 e publicada no Diário Oficial da União, em 19 de abril do mesmo ano. A partir de então, o Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, tornou-se o regulamento básico de conduta para todos os moradores da referida Unidade de Conservação (CNPT/IBAMA, 1995).

Em 2006, durante a elaboração do Plano de Manejo, o Plano de Utilização passou por algumas adaptações. Em 2008, novos critérios e regulamentos foram inseridos em seu bojo, a partir das deliberações da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva (denominado anteriormente como Conselho Deliberativo), realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, no Município de Xapuri-AC, originando a

Resolução Nº 07, de 31 de outubro de 2008. Em 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atual organização responsável pela gestão das Unidades de Conservação, realizou nova revisão no Plano de Utilização. O procedimento utilizado foi a distribuição de uma cópia do documento a cada morador, na ocasião do cadastramento dos moradores da RESEX Chico Mendes, realizado entre os meses de julho e agosto de 2009. O documento foi distribuído em forma de cartilha, constando no final um encarte para a realização de críticas e recomendações, as quais deveriam ser encaminhadas aos Núcleos de Base e, posteriormente às Associações Concessionárias, dentro do prazo limite de dois meses. Após, a apreciação das sugestões pelos Presidentes destas associações, as mesmas foram transformadas em propostas e apresentadas pelos mesmos na reunião do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes, realizada em outubro do mesmo ano.

A partir de 1996, foram criados os Núcleos de Base como uma forma de representação das associações nas comunidades, constituídos por grupos de lideranças locais. A idéia dos Núcleos surgiu entre os técnicos do CNPT/IBAMA, no contexto de execução da primeira fase do Projeto RESEX<sup>14</sup>, como proposta de descentralização das ações do projeto, após a verificação da fraca participação comunitária em seu primeiro ano de execução. O objetivo de sua criação não era substituir o papel da Associação, mas criar espaços democráticos, onde os moradores tivessem a oportunidade de discutir sobre os seus problemas, propor soluções e tomar decisões, sob o acompanhamento das lideranças locais. Enfim, havia expectativa do IBAMA que os núcleos representariam não somente uma importante instância de participação das comunidades, como também um forte elo entre estas e sua Associação representativa, reforçando o papel dos moradores como co-gestores da RESEX Chico Mendes (IRVING *et al.*, 1997; CNPT/IBAMA, 1999).

---

<sup>14</sup> O Projeto Reservas Extrativistas (RESEX), foi executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Este tinha como objetivo geral “testar em quatro Reservas Extrativistas [Rio Ouro Preto – Rondônia, Rio Cajari – Amapá, Chico Mendes – Acre e Alto Juruá – Acre] na Amazônia brasileira modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por intermédio da co-gestão entre governo e sociedade.” (IRVING *et al.*, 1997) O Projeto foi desenvolvido em duas fases, sendo a primeira efetivada no período de 1995 a 1999 e a segunda iniciada em seqüência, sendo interrompida, aproximadamente em 2001, antes do prazo previsto para o encerramento, por problemas relacionados à aplicação e gerenciamento dos recursos, de acordo com depoimentos colhidos em campo.

A expressão maior da importância das ações realizadas pelos núcleos de base está na capacidade de organização de trabalhos coletivos nas comunidades, tais como os mutirões para a abertura de um caminho, a construção de uma escola, um armazém, etc. Ao realizar essas ações coletivas acreditava-se que, na verdade, os moradores estariam gerindo os seus problemas cotidianos e, por conseguinte, contribuindo na gestão da Reserva como um todo (CNPT/IBAMA, 1999).

No período de elaboração do Plano de Manejo, existiam 54 Núcleos de Base na Reserva Extrativista Chico Mendes (BRASIL, 2006). No entanto, é possível que atualmente este número esteja um pouco menor, pois a partir do encerramento do Projeto RESEX, aproximadamente em 2001, as Associações Concessionárias deixaram de receber os aportes financeiros de antes, dificultando a manutenção de apoio financeiro aos núcleos que aos poucos foram sendo desfeitos. Outros, para continuarem vivos, buscaram a legalidade fundando pequenas Associações, podendo assim pleitear os recursos disponibilizados pelos Governos Estadual e/ou Federal (RODRIGUES, 2009).

Atualmente, o ICMBio está trabalhando para a reativação e fortalecimento dos Núcleos de Base, componentes essenciais da nova geopolítica e estrutura de gestão da Unidade, de acordo com deliberação da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor, realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, no Município de Xapuri – Acre, divulgada na Resolução Nº. 10, de 31 de outubro de 2008, conforme detalharemos adiante (ICMBio, 2008c).

Em 18 de julho de 2000, pela Lei Nº 9.985, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), finalmente estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Esse Sistema é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Segundo a Lei do SNUC, as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos de acordo com suas características: as Unidades de Proteção Integral que visam preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as Unidades de Uso Sustentável que têm o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (MMA, 2000). Os dois grupos dividem-se nas seguintes categorias:

USO SUSTENTÁVEL	PROTEÇÃO INTEGRAL
I - Área de Proteção Ambiental	I - Estação Ecológica
II - Área de Relevante Interesse Ecológico	II - Reserva Biológica
III - Floresta Nacional	III - Parque Nacional
IV - Reserva Extrativista	IV - Monumento Natural e
V - Reserva de Fauna	V - Refúgio de Vida Silvestre
VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável e	
VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.	

Fonte: BRASIL, 2006, p.9.

Figura 4 – Categorias de Unidades de Conservação

A partir da criação do SNUC, as Reservas Extrativistas são incorporadas na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, sendo definidas no Art. 18, Capítulo III da Lei Nº 9.985 como espaços territoriais utilizados por:

populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (MMA, 2000).

Como bem frisou Allegretti (2002, p.40), a criação do SNUC “consagrou de forma definitiva esse conceito [das Reservas Extrativistas] em lei, exatamente dez anos depois de sua formulação.”

Em 2002 foi assinado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso<sup>15</sup>, entre o IBAMA e as associações AMOPREX, AMOPREBE e AMOPREAB, denominadas, a partir de então, como Concessionárias. Pela Cláusula Primeira do presente contrato, o IBAMA “constitui, em favor das **CONCESSIONÁRIAS**, direito real de uso sob a Reserva Extrativista Chico Mendes”, com prazo de vigência de 30 anos, sendo admitida a sua prorrogação por igual período e nas mesmas condições. Por conseguinte, conforme o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, as Concessionárias obrigam-se a conceder o Reconhecimento de Posse individual das benfeitorias a todo morador que aceitar as condições do Contrato “e comprovar que, tradicionalmente se dedica à

<sup>15</sup> Segundo Allegretti (2002, *Idem*), “O conceito de concessão real de uso está na legislação que trata do direito de uso de propriedades públicas (Decreto-Lei N. 271, de 27/02/1967). Ao realizar a concessão para a comunidade e não para os indivíduos, assegura valores e responsabilidade partilhadas por todos e a garantia de que os recursos naturais serão extraídos de forma sustentável. A proposição deste modelo para os seringueiros e sua formulação nos termos do Decreto 98.987 de 30.01.1990 foi uma contribuição do advogado Manoel Eduardo Camargo e Gomes ao CNS e ao IEA.”

atividade extrativista, reside no local e não é proprietário de imóvel rural”, vigorando pelo período de 10 anos e sujeito à renovação (IBAMA, 2002, p.2-3).

Essa modalidade de regularização de posse, além de finalmente garantir em contrato o domínio coletivo da terra pelos moradores da Reserva Chico Mendes, também enfatiza a obrigação das Concessionárias, descrita em parte no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda que diz:

As **CONCESSIONÁRIAS**, por meio dos moradores que representam, se obrigam a conservar e fiscalizar a Reserva concedida, permitindo o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade de vida dos sócios e suas famílias, na extensão máxima da Reserva, bem assim o acesso ao crédito e demais serviços indispensáveis ao progresso social e econômico dos seus associados (IBAMA, 2002, p.3).

Em 2003, foi instituído o Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, atualmente denominado Conselho Gestor, através da Portaria nº 28 de 22 de maio de 2003, em acordo com o Art. 18, § 2º, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o SNUC. O Conselho funciona como um fórum de caráter permanente com atribuições deliberativas, no âmbito da RESEX Chico Mendes. O mesmo deve ser presidido pelo órgão gestor e constituído por representantes de organizações governamentais e da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, observando a devida paridade entre estes, representando, portanto, uma forma de governança ambiental (ACRE, 2006).

Conforme o documento ACRE (2006, p. 207), “a composição e o funcionamento dos conselhos são regulamentados através de seu instrumento legal de criação e regimento interno (elaborado e aprovado pelo Conselho).” Entretanto, o Regimento Interno (2005) foi aprovado apenas dois anos após a criação do Conselho, por unanimidade, na ocasião da Primeira Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, realizada no dia 18 de agosto de 2005, no município de Eptaciolândia – AC, sendo estabelecidos como objetivos do Conselho:

- I - realizar, junto com o IBAMA, a gestão da RESEX Chico Mendes;
- II - promover o desenvolvimento sustentável da RESEX Chico Mendes;
- III - promover a conservação dos recursos naturais no interior da RESEX Chico Mendes e cooperar para a conservação desses recursos em seu entorno;
- IV - fomentar a valorização das manifestações culturais das populações tradicionais residentes na RESEX Chico Mendes;
- V - agregar apoio político e institucional para promover a gestão e o planejamento da RESEX Chico Mendes, de forma participativa e propositiva,

envolvendo as diversas organizações da sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público;

VI - garantir o cumprimento do Plano de Uso da RESEX Chico Mendes;

VII - garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam a RESEX Chico Mendes;

VIII- orientar, acompanhar e deliberar sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à RESEX de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;

IX - acompanhar e apoiar, quando for o caso, as ações desenvolvidas pelas organizações que compõem o Conselho que forem de interesse e benefício da RESEX, com objetivo de efetivar a auto-gestão da Reserva.

Atualmente, as organizações que compõem o Conselho Gestor são as que estão abaixo relacionadas, de acordo com sua Portaria de criação e após deliberações da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor, realizada nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2009, no Município de Brasiléia – Acre, divulgadas em ICMBio (2009), a saber:

1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
4. Prefeitura Municipal de Rio Branco;
5. Prefeitura Municipal de Capixaba;
6. Prefeitura Municipal de Sena Madureira;
7. Prefeitura Municipal de Xapuri;
8. Prefeitura Municipal de Brasiléia;
9. Prefeitura Municipal de Assis Brasil;
10. Prefeitura Municipal de Epiaciolândia;
11. Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia – AMOPREB;
12. Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil – AMOPREAB;
13. Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – AMOPREX;
14. Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira – AMOPRESEMA (resultante da fusão entre a Associação de Seringueiros e Produtores Rurais Unidos dos Seringais Tabatinga, Nova Olinda e Canamari - ASPRUTACA e a Associação Agroextrativista Santa Ana);

15. Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Capixaba e Rio Branco – AMOPRECARB (resultante da fusão entre a Associação de Moradores, Produtores do Seringal Vila Nova – Capixaba, Associação de Moradores e Produtores Unidos do Rio Caipora e Associação e Associação de Moradores dos Desprezados do Vai se Ver);
16. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco;
17. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri;
18. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia;
19. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil;
20. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira;
21. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia;
22. Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri – CAEX;
23. Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
24. Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA;
25. Universidade Federal do Acre – UFAC/PZ;
26. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC;
27. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
28. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
29. Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF;
30. Secretaria de Estado de Florestas – SEF;
31. Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA.

Destaca-se que, das 31 organizações integrantes do Conselho Gestor, apenas 13 são representativas dos moradores. Conforme o Artigo 4º, Capítulo 2 do Regimento Interno do Conselho Gestor, o mesmo “[...] é composto por representantes titulares e respectivos suplentes das instituições públicas e da sociedade civil, conforme Portaria que o regulamenta.” De acordo com o Capítulo IV do mesmo regimento, para participar do Conselho as instituições devem ter: 1. relação com a Reserva; 2. indicação aprovada na reunião do Conselho. No entanto, este regimento não menciona sobre a paridade das organizações compondo o Conselho Gestor. Além disso, o SNUC também não faz essa determinação.

Estando finalmente composta a estrutura de gestão da Unidade, ou seja, tendo o CNPT/IBAMA como Unidade Gestora, as Associações Concessionárias funcionando

com o apoio dos Núcleos de Base e estando o Conselho Gestor instituído, fazia-se necessário criar um documento que orientasse a gestão da Unidade, sob a responsabilidade desse grupo.

Sobre esse aspecto, a Lei Federal Nº 9.985 (Lei do SNUC), no Art. 27, Capítulo IV diz que “as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. Essa mesma lei, no Capítulo I, Art. 2º, inciso XVIII, define o Plano de Manejo como:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (MMA, 2000)

O Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes, elaborado sob a coordenação geral de Mauro Sérgio Curtis Júnior, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, foi aprovado em reunião do Conselho Gestor, realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2006, com 15 (quinze) votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra. Aqui cabe uma observação. De acordo com o regimento interno do Conselho, os representantes de instituições públicas ou da sociedade civil, especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, que estejam nas reuniões na condição de observadores têm direito a voz, mas não têm direito a voto. Esta é uma regra democrática e facilita a construção de novas idéias sem deixar o processo a deriva e exposto a manipulações nos momentos decisórios, por exemplo, enchendo a sala de pessoas quando o tema é de interesse de um grupo.

Esse documento tem um papel fundamental, por constituir-se como instrumento orientador e balisador da gestão da Unidade, porque além de apontar a vocação econômica-ambiental, estabelece um zoneamento para a área, caracterizando o meio físico e identificando os usos e potencialidades de manejo dos recursos naturais, orientados pelo princípio do desenvolvimento sustentável. De acordo com a Lei Nº 9.985, Capítulo 1, Art. 2º, inciso XVI, o zoneamento consiste em “setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (MMA, 2000).

Seguindo esse princípio de zoneamento, as áreas da Reserva Chico Mendes foram subdivididas em áreas de uso restrito e de uso ampliado (Quadro 2).

Quadro 2 - Zoneamento das Áreas da RESEX Chico Mendes

<b>ÁREAS DE USO RESTRITO</b>
<b>Zonas Primitivas</b>
Áreas pouco antropizadas, sendo seu uso indicado apenas para as pesquisas científicas, desde que autorizadas pela Unidade Gestora (anteriormente o IBAMA e na atualidade o ICMBio) e o Conselho Gestor da Reserva.
<b>ÁREAS DE USO AMPLIADO</b>
<b>Zona Populacional</b>
Áreas antropizadas dentro dos limites da colocação, liberadas para os moradores instalarem toda a infra-estrutura necessária ao seu bem-estar (casa, paiol, casa de farinha, barracão e armazéns) e desenvolverem suas atividades agrícolas e criação de animais, depois de observadas as características do solo e relevo, bem como, a adoção de práticas conservacionistas.
<b>Zona de Manejo Florestal de Uso Múltiplo</b>
Áreas manejadas pelos moradores situadas em cada colocação, onde podem desenvolver as atividades extrativistas tradicionais, como também a extração de produtos florestais não madeireiros e madeireiros, caça e pesca de subsistência, manejo de fauna, respeitando as normas especificadas no Plano de Utilização. Contudo, a exploração comercial de produtos madeireiros será permitida apenas mediante aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFSComunitário pela Unidade Gestora e com anuência do Conselho Gestor.
<b>Zona de Uso Comunitário</b>
Áreas de uso comum como os rios, lagos, igarapé, nascentes, varadouros, praias e barrancos, conforme definidas no item 47 do Plano de Utilização. A manutenção e conservação das mesmas deverão ser realizadas pela comunidade, sendo proibido o desmatamento e a utilização de roçados nas margens dos cursos de água e varadouros. A realização de qualquer obra de impacto como construção de açudes, ramais e outras só poderão ocorrer após a realização de estudos técnicos que comprovem a sua viabilidade. Além disso, também deve ter a anuência da comunidade. Os ramais que forem abertos deverão ser controlados e mantidos pelas comunidades e Associações.
<b>Zona de Recuperação</b>
Áreas degradadas por ações antrópicas ou naturais, como queimadas e desmatamentos, nas quais devem ser realizadas ações de recuperação ambiental como plantios de Sistemas Agroflorestais (SAFs), reflorestamento com espécies nativas (inclusive frutífera) ou outras técnicas que pretendam recompor a vegetação nativa.
<b>Zona de Amortecimento</b>
Área no entorno da Reserva Chico Mendes, devendo as atividades ali desenvolvidas serem monitoradas pelo IBAMA, com fins de evitar impactos negativos sobre a Unidade. Além disso, devem ser planejadas e executadas atividades de monitoramento, fiscalização e educação ambiental junto aos ocupantes desta Zona.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2006, p. 59-63).

Segundo estabelecido na Lei Nº 9.985, Art. 27, § 2º, a população residente nas reservas extrativistas tem direito à ampla participação nos processos de elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo. (MMA, 2000) Em análise à

documentação sobre a metodologia de elaboração do Plano de Manejo da Reserva Chico Mendes, obtém-se a informação que o seu conteúdo, sobretudo aqueles relacionados à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade, foi discutido em oficinas participativas realizadas com os representantes das comunidades extrativistas (associações, sindicato e cooperativas) e posteriormente com os extrativistas da comunidade (BRASIL, 2006).

Da mesma forma, na Lei Nº 9.985, Capítulo 3, Art. 18, § 5º também estabelece a necessidade do Plano de Manejo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Unidade. (MMA, 2000) Atendendo a esta determinação da Lei, o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes foi aprovado na reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 13 de dezembro de 2006, na cidade de Xapuri – AC, por unanimidade (Ata do CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES, 2006).

De acordo com o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes (BRASIL, 2006, p.8), o mesmo foi elaborado com o propósito de:

servir como documento orientador e balizador na gestão da Resex Chico Mendes, subsidiando o seu órgão gestor (IBAMA), as associações representativas das populações tradicionais, as demais instituições que compõe [sic] o Conselho Deliberativo da Unidade e a própria comunidade residente, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis na área.

Todo o processo histórico descrito até o momento foi essencial para percebermos como foi sendo construída a estrutura para a governança ambiental da RESEX Chico Mendes, sendo certamente resultado de muitas idas e vindas, ou seja, de intensas negociações, principalmente entre a Unidade Gestora, as populações tradicionais e as instituições governamentais e não governamentais, envolvidas nas ações e gestão da Unidade.

A partir dessa reconstrução histórica, verificamos que nos primeiros anos de existência da RESEX Chico Mendes, o Plano de Utilização foi o principal instrumento de gestão da Unidade. Foi somente com a instituição do SNUC, em 2000, que as Reservas Extrativistas foram categorizadas na modalidade de Unidade de Conservação de Uso Sustentável e que foram estabelecidos os critérios para a gestão das mesmas, representando um divisor de águas na história das Unidades de Conservação. A partir de

então, o caminho foi aberto para a criação de outros instrumentos de gestão, não excludentes ao que existia, mas na verdade fortalecendo-o.

Um dos instrumentos criados foi o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, em 2002, pelo qual a posse da terra foi garantida aos extrativistas de forma coletiva e não individualizada, como tradicionalmente ocorre nos projetos de assentamento. De posse desse contrato, as Associações Concessionárias passam a ter o direito de emitir um reconhecimento de posse das benfeitorias aos moradores. No entanto, para que isso ocorra é necessário que os mesmos aceitem as condições do contrato, comprovem que tradicionalmente se dedicam à atividade extrativista, que residem no local e que não são proprietários de imóvel rural, cabendo às Concessionárias o papel de verificar o cumprimento desses critérios.

No entanto, a criação do Conselho Gestor, em 2003, configurou uma estrutura mais sólida de gestão da Unidade, tendo em vista o esforço de promover uma gestão compartilhada entre as populações tradicionais, representadas por instituições locais, e entre as organizações governamentais e não governamentais, com o propósito de deliberar sobre as questões relativas à Unidade. Finalmente, o Plano de Manejo, criado em 2006, incorporando o Plano de Utilização da Reserva, se tornou o instrumento de gestão norteador das ações desenvolvidas na Unidade, sobretudo por seu caráter de orientar as ações por zonas, conforme as características de cada uma, fornecendo subsídios para o ordenamento, uso e conservação dos recursos naturais e para minimização dos impactos resultantes das ações antrópicas na Unidade.

Conforme mencionado anteriormente, a administração direta das Unidades de Conservação, inclusive da RESEX Chico Mendes, era executada pelo IBAMA, através do CNPT. Todavia, em 26 de abril de 2007, foi decretada a Medida Provisória (MP) Nº 366, posteriormente convertida na Lei Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, estabelecendo a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, uma “autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente”, com a finalidade de “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União.”, dentre outras estabelecidas no Art. 1º da Lei Nº. 11.516, de 28 de agosto de 2007 (SENADO FEDERAL, 2007).

A partir da criação do ICMBio, o IBAMA deixa de ser a instituição responsável pela gestão das Unidades de Conservação, e passa a atuar especificamente nas áreas de fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento ambiental (IBAMA, 2009b).

No entanto, vale mencionar que a criação de uma nova instituição para assumir a gestão das Unidades de Conservação encontrou resistência por parte dos servidores do IBAMA, os quais se organizaram em movimento de greve durante dois meses, por meio da Associação Nacional dos Servidores do IBAMA (ASIBAMA) e suas representações nos Estados, durante o período em que aguardavam a votação da MP 366/07 no Congresso Nacional. A principal reivindicação dos servidores era a não divisão da instituição, por considerarem uma ameaça à unicidade da gestão ambiental conquistada.

A sede do ICMBio localiza-se em Brasília e sua estrutura organizacional é composta pelo:

órgão colegiado - Conselho Gestor, formado pelo presidente, diretores, Procuradoria e Auditoria, o órgão de apoio ao presidente - Gabinete, os órgãos seccionais - Procuradoria Federal Especializada, Ouvidoria e Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan) - e os órgãos específicos - Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (Direp), Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp) e Diretoria de Conservação da Biodiversidade (Dibio). (ICMBio, 2009)

Também fazem parte dessa estrutura “os órgãos descentralizados como centros especializados, unidades avançadas, coordenações regionais e unidades de conservação espalhados por todos os estados da federação” (ICMBio, 2009). De acordo com o MMA (2009), as coordenações regionais do ICMBio localizam-se nas cidades de Porto Velho-RO, Manaus-AM, Itaituba-PA, Belém-PA, Parnaíba-PI, F. N. Restinga de Cabedelo-PB, Porto Seguro-BA, P.N. da Tijuca-RJ, E.E. de Carijós-SC, P.N. da Chapada dos Guimarães-MT, A.P.A. do Carste da Lagoa Santa-MG.

Tendo em vista que no Estado do Acre não existe coordenação regional, as ações referentes às Unidades de Conservação locais estão sob a coordenação do escritório em Porto Velho – RO. Provavelmente este fato tem contribuído para a maior morosidade dos processos de trabalho, dado à localização pouco estratégica da coordenação regional a qual o Acre se reporta. Por enquanto, o funcionamento do ICMBio no Acre ocorre nas dependências do IBAMA. Até meados de 2009, o escritório



O propósito dessa nova lógica é facilitar o acesso das Associações nas suas respectivas áreas de atuação, pois na configuração anterior, a parte da Reserva localizada nos municípios de Capixaba e Rio Branco estava sob a jurisdição da Associação de Xapuri, e a parte localizada na cidade de Sena Madureira estava sob a jurisdição de Brasília, inviabilizando as ações das mesmas, por estas não conseguirem chegar nessas localidades. Esse isolamento acabava refletindo sobre os moradores, que tinham pouca ou nenhuma informação das ações desenvolvidas na Unidade, resultando em pouco acesso aos benefícios disponibilizados para a comunidade, tendo em vista que, em sua maioria, estes eram acessados através das Associações.

Para se compreender melhor o quanto os moradores de Sena Madureira, Rio Branco e Capixaba “sentiam-se” isolados e até mesmo abandonados, podemos citar o caso de uma Associação (não concessionária) criada pelos próprios moradores no município de Rio Branco, com o nome de Associação de Seringueiros e Produtores Rurais **Desprezados** do Vai-se-Ver, localizada no Igarapé Vai-se-Ver na fronteira da Reserva.

Outro propósito dessa nova geopolítica é que em cada zona tenha um Núcleo de Base, composto por lideranças da comunidade, com representatividade na Associação Concessionária. As cinco Associações, por sua vez, passam a formar um Colegiado que tem participação no Conselho Gestor da Unidade. A partir dessa lógica, pretende-se “resgatar a importante figura dos Núcleos de Base, atualmente fragilizada em função do enfraquecimento da atuação das associações concessionárias” (CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES, 2008, p.5).

Atualmente, o órgão gestor juntamente com as Associações Concessionárias está trabalhando para reativar os núcleos de base e no caso das comunidades onde estes foram transformados em associações locais, realizar o processo inverso de conversão para núcleo de base novamente, com o propósito de fortalecer a estrutura de gestão prevista no Plano de Utilização. Este assunto foi discutido e aprovado na V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizada em Xapuri, nos dias 30 e 31/10/2008, resultando na Resolução Nº 10, de 31 de outubro de 2008 que institui a nova geopolítica e a nova estrutura de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes. De acordo com LOPES (2009), a mesma pauta foi submetida à

apreciação dos moradores na ocasião da Assembléia Geral de cada uma das Associações Concessionárias, realizadas no ano de 2009, momento em que também aprovaram o novo estatuto social e formaram os núcleos de base de cada zona geopolítica. Além da criação de mais duas novas Associações, em suas respectivas Assembléias, também foi realizada a solenidade de fundação das mesmas e eleita a primeira diretoria, tudo no mesmo dia.

Tem-se a expectativa que por meio dessa nova geopolítica seja facilitada a atuação das Associações Concessionárias para a gestão da Reserva Chico Mendes, de forma que estas tenham melhores condições de atender os moradores e também possam dispor de um maior conhecimento e controle das ações executadas na Unidade, imprimindo maior respeito às instituições atuantes na região, quanto ao seu papel de gestoras da Reserva.

De acordo com Sebastião Santos da Silva - Gestor da RESEX Chico Mendes, no período de agosto de 2008 a dezembro de 2009, o desafio atual do ICMBio é estruturar as Associações e qualificá-las para a gestão da Unidade. Nesse sentido, o referido Instituto vem desenvolvendo, em parceria com a WWF/Brasil, desde maio de 2009, o trabalho de “Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre”, tendo como objetivo principal fortalecer a:

capacidade de gestão social, ambiental e participativa das instâncias que compõem o sistema de gestão da RESEX CM instituída pelo Conselho gestor da unidade, mediante a revisão e qualificação dos espaços e aspectos de gestão necessários aos atores envolvidos para consecução e qualificação de objetivos e papéis institucionais. (WWF/Brasil, 2009, p.3)

Para a consecução do objetivo proposto, foram delineados os seguintes objetivos específicos, conforme descrito no Plano de Trabalho (WWF/Brasil, 2009, p.3-4):

- a) Constituição de 02 novas associações Concessionárias da RESEX Chico Mendes conforme a resolução nº 11/2008 do Conselho Gestor da unidade na Zona geopolítica da região de Sena Madureira e Capixaba/Rio Branco; mediante aspectos sociais e legais pertinentes a este tipo de organização;
- b) Qualificação da gestão social, ambiental e administrativa das 05 Associações Concessionárias da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante aspectos e processos gerenciais e legais necessários a estas organizações e em relação ao seu papel na implementação da RESEX;
- c) Fortalecimento da gestão da RESEX Chico Mendes através do empoderamento dos moradores, núcleos de base, associações representativas e espaços de decisão sócio-participativos.

Depois de constituídas, as duas novas Associações foram incluídas no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, passando a exercer os mesmos direitos e deveres cabíveis às demais Associações Concessionárias.

A partir da Resolução Nº 10, que estabelece a nova geopolítica da Unidade, também são estabelecidos, no Art. 3º, os instrumentos legais de Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo eles: o Plano de Manejo, o Plano de Utilização, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e o Termo de Reconhecimento de Posse (ICMBio, 2008c).

No Art. 4º da mesma Resolução é instituída a Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo esta compartilhada entre:

o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a população extrativista beneficiária, representada pelas Associações Concessionárias e Núcleos de Base, e as instituições públicas e organizações da sociedade civil que integram o Conselho Gestor, necessária à efetiva implementação e cumprimento dos Instrumentos de Gestão. (ICMBio, 2008c, p.3)

Os integrantes da Estrutura de Gestão da RESEX Chico Mendes, definidos no Art. 4º da Resolução Nº 10, conforme ICMBio (2008c), têm as seguintes atribuições:

- I) Conselho Gestor: Órgão Consultivo e Deliberativo que tem as atribuições de acompanhar a implementação da Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo o órgão máximo de deliberação.
- II) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio: Órgão Executor e de Administração, que através da Chefia da Reserva Extrativista Chico Mendes tem a finalidade de administrar, coordenar e monitorar as ações necessárias à implementação da Unidade e de seu Plano de Manejo e à garantia do cumprimento das normas que regulamentam a ocupação e uso e demais legislação correlata, além de estabelecer as relações necessárias à implementação de políticas públicas.
- III) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: Órgão Licenciador e Fiscalizador, responsável pelo licenciamento dos projetos de exploração e uso dos recursos naturais da Reserva Extrativista Chico Mendes e subsidiariamente pelas ações fiscalizatórias.

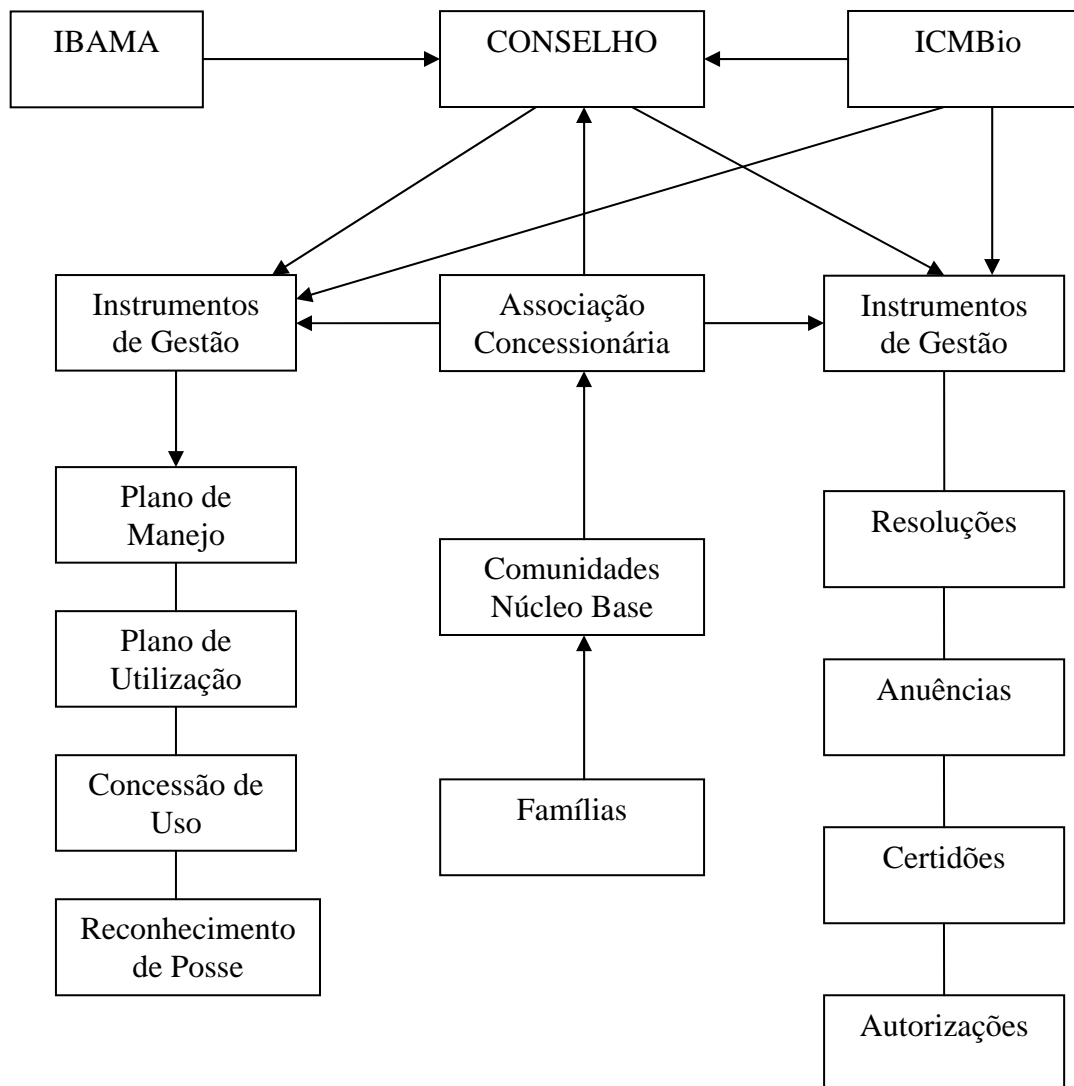
IV) Associações Concessionárias: Órgãos de Representação dos Moradores, responsáveis subsidiariamente pelas ações necessárias à implementação da Unidade e de seu Plano de Manejo e à preservação, recuperação, defesa e manutenção da Unidade de Conservação, além de estabelecer as relações necessárias à implementação de políticas públicas, cujas atribuições serão assumidas em três níveis, sendo:

a – Diretoria: Responsável pela coordenação geral das ações das Concessionárias em suas respectivas áreas de jurisdição, pela representação dos moradores junto às demais instâncias da Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes e, exclusivamente pelo cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

b – Núcleos de Base: responsável pela execução das atividades da Concessionária e pela manutenção dos espaços de uso comum em suas respectivas comunidades e pela representação dos moradores junto à Diretoria.

c – Unidades Familiares: compostas pelos membros das famílias legalmente reconhecidas como moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, representadas pelos chefes de família, responsáveis pelo cumprimento das normas e regulamentos de ocupação e uso estabelecidos para a Reserva Extrativista Chico Mendes, exclusivamente pelas obrigações assumidas no Termo de Reconhecimento de Posse, e pela execução direta dos Planos e projetos de uso sustentável dos recursos naturais e dos espaços destinados à agricultura familiar.

A estrutura oficial de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes pode ser melhor compreendida a partir da observação do organograma elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Escritório Acre, apresentado a seguir:



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Escritório Acre.

Figura 6 - Estrutura de Gestão da RESEX Chico Mendes

## **CAPÍTULO 5 - O QUE DIZEM OS MORADORES DA RESERVA: ESPAÇO, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

### **1. O espaço descrito pelos moradores**

No momento de elaboração do mapa com os moradores foi possível perceber a forma de visualização do espaço, como também identificar valores e desafios que tem implicações sobre a gestão. Para a grande maioria dos moradores que participaram das reuniões para a pesquisa, a referência inicial para a construção do mapa foi a cidade de localização do Seringal. Em alguns casos surgiram a estrada, ramal ou rio de acesso ao mesmo, como se pode ver nas figs. 1 a 8, reproduzidas no Anexo F. Tudo indica que os acessos e a cidade representam uma condição de atendimento de necessidades para os moradores. Os acessos representam não somente o meio de entrada e saída da localidade onde vivem, mas também um importante elo com a cidade, local que viabiliza a comercialização da produção e a compra de mercadorias que não produzem no seringal. Além disso, esses espaços é o que permitem o acesso a serviços de saúde e outros direitos sociais, como a obtenção de benefícios do tipo auxílio maternidade, aposentadoria, etc.. No caso específico do ramal, ele ainda representa a oportunidade de encurtar as distâncias, antes percorridas a pé, o que indica que meios para encurtar distâncias é um valor entre os moradores.

Alguns depoimentos evidenciam o valor desses espaços e as condições nas quais são utilizados:

O ramal serve para escoar a produção durante o verão “porque aqui a gente num trabalha à custa de colônia né [produzindo arroz, feijão e milho para vender], a gente trabalha assim só pra sobreviver, mas às vezes a gente tem de sobra, aí a gente tira um pouco, vai e vende. Aí, numa época que vem um caminhão, uma coisa aqui, o cara leva o produto e bota o arroz, um feijão, o que tiver aí.” (Morador, Seringal São Pedro)

“e a mudança que teve, transporte de gente vindo, mercadoria que tá sobrando [...] porque não existia mercadoria e agora tá uma beleza.” (Morador, Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco)

“olha eu avalio que [o ramal] foi uma coisa muito boa porque de primeiro a gente passava o dia todinho no rumo de Assis Brasil. Era o mesmo que de Assis Brasil pra Brasília que passava de semana, e que a gente passava o dia todo. Agora tô aqui com um pedacinho tô lá. Outro dia eu cheguei [...] No outro dia fui em Brasília [...] Fui lá ajeitemo lá no INSS, chegemo lá na casa, o marido dela veio me deixá. Quando eu liguei daqui, ela disse: - E a senhora já tá em casa? Já tô em casa! Bem rapidinho, fui, voltei, fiz tudo, cheguei aqui. Isso aí é uma coisa de muita importância aqui, e tá cada vez melhorando mais porque teve ano, nesse tempo tava atolando carro aí que

não saia mais e nesse ano tá saindo.” (Moradora, Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco)

“o ramal pra nós tem um grande valor, porque num caso de doença o cara ir pra cidade num barco é mais difícil.” (Morador, Seringal São Pedro)

“O rio aqui é muito importante porque é o meio de transporte direto aqui nosso. Nem todos tem barco próprio, mas os que não tem, pega carona com os que tem.” (Moradora, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

“o transporte de confiança mesmo é o rio.” (Morador, Seringal São Pedro)

Vale ressaltar que o acesso pelos rios e ramais coloca suas dificuldades, implicando em alguns problemas para os moradores da Reserva, pois os primeiros são navegáveis apenas no inverno ou período chuvoso e os últimos são trafegáveis apenas no verão. Com isso, os moradores ficam impedidos de sair de suas colocações e até mesmo de escoar a produção.

Sobre esse aspecto, um morador do Seringal Santa Ana desabafou:

“isso é, você tá vendo essa dificuldade agora no inverno, porque isso aqui no verão, você trevesa e a água nem molha a canela da tua calça aí não. Aí, vá lá o cara levar preço com cinco dia, oito dia de viagem descendo o rio aí pra ver! É por isso que a produção de arroz a gente tem que tirar agora, porque se tivesse o ramal aqui, muita gente deixava pra vender no verão né, porque o frete ficava melhor, mais barato né, mas não, ou leva agora ou como vai passar o ano? Não tem como escoar.”

Além disso, outro agravante no Seringal Santa Ana, refere-se à grande distância deste, em torno de 380 km, em relação à cidade onde se localiza, Sena Madureira, sendo a região da Reserva de mais difícil acesso. Sobre isso, o mesmo morador do Seringal Santa Ana disse:

“Na Reserva [...] a área mais longe de acesso à cidade é essa aqui. Ali em Xapuri você segue um pouco e já tá dentro da Reserva né, em Assis Brasil é do mesmo jeito e aqui não, aqui você vê que, quem veio uma vez, gastou um dia parece né? E ainda veio de voadeira! Se fosse num barquinho desse [...] era três dia, quatro dia pra chegar aqui.”

Com isso, verifica-se que apesar da grande importância do rio para o transporte dos moradores e da produção, assumindo até mesmo um significado de estrada, ao mesmo tempo torna-se um grande obstáculo para os mesmos objetivos. Isso não só por sua intrafegabilidade num determinado período do ano, mas, no caso da região de Sena Madureira, pela longa distância do Seringal em relação à cidade, estendendo o tempo necessário para sua navegação.

Com base no exposto, percebe-se que o acesso (estrada/ramal/rio) é o ponto de referência principal para os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, revelando

sua grande importância no auxílio da garantia de sobrevivência em localidades isoladas como esta. Ao longo da pesquisa foi possível notar que essa importância tem uma dimensão muito maior, quando se vivenciou que é por meio desses que são viabilizadas, ou não, ações institucionais para o desenvolvimento da região, o que tem implicações sobre as ações específicas da gestão. (ver as fotos 25, 26, 27, 28, 29 e 30)



Foto 25 - Acesso ao Seringal Dois Irmãos, Xapuri - AC.



Foto 26 - Acesso ao Seringal Santa Ana, Sena Madureira - AC.



Foto 27 - Acesso à Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco do Iracema, Assis Brasil - AC.



Foto 28 - Acesso à Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco do Iracema, Assis Brasil - AC.



Foto 29 - Acesso ao Seringal Filipinas, Brasiléia - AC.

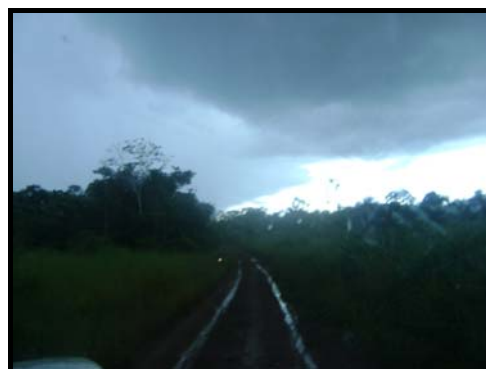


Foto 30 - Acesso ao Seringal Vila Nova, Capixaba - AC.

Outro aspecto que pode ser observado na representação espacial dos moradores é que ela, normalmente, foi esboçada tendo como ponto de partida construções ou locais de uso comunitário. Poucos foram os pontos de referência representados e que tinham uso privado (casas de algumas das colocações dos moradores), apenas o bastante para ilustrar o trajeto até um ponto de comercialização. Essa representação que tem por base as construções ou locais de uso coletivo expressa uma lógica de ordenamento do espaço. Esse espaço assim configurado traduz uma prática social que mantém a mesma forma de uso organizada desde o princípio dos seringais, ou seja, materializa a dinâmica e o fluxo da produção para comercialização.

A maioria das áreas visitadas constitui a sede do seringal ou comunidade, ou seja, o local de acesso central para os demais moradores, onde se costuma construir as benfeitorias de uso coletivo como forma de facilitar o escoamento da produção e também os encontros sociais.

Entretanto, evidenciar essa forma de organização não significa, exatamente, constatar que os seringueiros trabalhem de forma coletiva. Cada um tem sua colocação com sua família, nuclear ou extensa. Mas os locais coletivos são os espaços nos quais acontecem a maior mobilização dos moradores, trocas sociais e organização comunitária.

Durante a aplicação da técnica do mapeamento nos oito seringais visitados, foram identificados pelos moradores um total de 100 pontos de referência. Esses pontos podem ser agrupados em 22 categorias, de acordo com a semelhança da sua função (Tabela 6).

Tabela 6 – Pontos indicados nos mapas pelos moradores de oito seringais da RESEX Chico Mendes

<b>Nº</b>	<b>CATEGORIA DE PONTOS</b>	<b>CITAÇÃO POR SERINGAIS</b>
1	Cidade	8
2	Acesso (/estrada/ramal/rio)	8
3	Colocações	8
4	Organização local (Associação, Núcleo de Base)	8
5	Escola	7
6	Igreja	6
7	Armazém	5
8	Local para eventos	5
9	Peladeira	5
10	Áreas de limite da Reserva <sup>1</sup>	4
11	Campo de futebol	3
12	Posto de Saúde	3
13	Posto de Recolhimento do Látex (PR)	3
14	Açude	2
15	Igarapé	2
16	Seringal vizinho	2
17	Cantina comunitária	1
18	Alojamento da Embrapa	1
19	Barracão da borracha	1
20	Galpão da borracha( Folha Líquida Defumada - FDL)	1
21	Cozinha comercial	1
22	Telefone (orelhão da Embratel)	1

<sup>1</sup> Durante a elaboração do mapeamento, os moradores dos oito seringais visitados identificaram algumas áreas localizadas no entorno da RESEX Chico Mendes, sendo elas: Projeto de Assentamento do INCRA, Pólo Agroflorestal do Estado do Acre, Estação Ecológica, Reserva Indígena, Fazendas e Igarapés.

Fonte: Pesquisa (2010).

Aqui cabe destacar que alguns pontos de referência citados não são comumente encontrados pelos órgãos oficiais na Reserva. Nesse tipo pode-se citar um alojamento da Embrapa no Seringal Filipinas, um galpão da borracha para produção específica da folha líquida defumada (FDL) na Comunidade Cumaru (Seringal São Francisco) e um orelhão da Embratel no Seringal Santa Ana.

Segundo os moradores, a “Casa da Embrapa” como eles mesmos chamam, consiste num local de descanso dos pesquisadores da instituição que mantém na localidade uma base de pesquisa sobre a castanha, aonde vão pelo menos de dois em dois meses.

O galpão da borracha consiste num local reservado para produzir especificamente a FDL, confeccionada a partir do leite da seringa, com o propósito de comercializar para uma fábrica francesa de sapatos (Veja). Além disso, a partir da FDL os moradores confeccionam sapatos para comercializar em congressos, feiras e nos centros urbanos.

Já no caso do orelhão da Embratel, das áreas visitadas, o Seringal Santa Ana foi o único lugar onde se verificou a existência desse meio de comunicação, fazendo todo sentido para uma área tão isolada.

Curiosamente, de acordo com relatório da Embratel<sup>16</sup>, atualizado em 1º de dezembro de 2010, três localidades da RESEX Chico Mendes dispõem juntas de quatro orelhões, ou seja, acessos coletivos, conforme denominação oficial. Estes estão distribuídos entre os municípios de Brasília e Sena Madureira [duas unidades localizadas na área da pesquisa]. A possibilidade de se comunicar do interior da floresta traz inúmeras vantagens para a gestão de uma área com uma vasta extensão territorial e de difícil acesso como a RESEX Chico Mendes. Além disso, o telefone facilita a realização de denúncias, o acesso a informações de interesse coletivo, o estabelecimento de contato entre os moradores e órgão gestor, como também com as demais organizações atuantes na localidade. Enfim, este meio de comunicação aproxima muito os moradores da vida na cidade, abrindo um mundo de informações necessárias no dia-a-dia. Contudo, ainda há muito que se avançar neste sentido, pois o número de aparelhos disponíveis na Reserva está muito aquém das reais necessidades locais.

Nesse grupo de referências aqui chamados de **pontos em desuso**, destacam-se o barracão da borracha, localizado no Seringal Porvir e a cantina comunitária, na Comunidade Cumarú (Seringal São Francisco). O primeiro era usado para armazenar a borracha prensada produzida no seringal, mas atualmente está inutilizado, pois os seringueiros comercializam apenas o látex para a fábrica de preservativos masculinos Natex. A cantina comunitária consiste numa espécie de posto de venda e troca de mercadorias dentro da comunidade, funcionando sob a responsabilidade da Associação Concessionária, mas administrada localmente pelo núcleo de base. A cantina foi idealizada e criada no âmbito da execução do Projeto RESEX que repassou recursos (capital de giro) para a Associação abastecer a cantina, com a finalidade de vender

---

<sup>16</sup> Conforme *site* [www.embratel.com.br/Embratel02/files/.../Relacao\\_localidades.pdf](http://www.embratel.com.br/Embratel02/files/.../Relacao_localidades.pdf). Nele é possível visualizar a relação de localidades atendidas pela Embratel com acessos coletivos.

mercadorias a um preço mais acessível aos associados e comprar os produtos extrativistas para comercializar na cidade. Dessa forma, facilitava-se o acesso dos seringueiros aos produtos não perecíveis, como também a comercialização da borracha e castanha. Com o encerramento do referido Projeto e a ausência de seus aportes financeiros, aliado às dificuldades locais de administração, as cantinas foram sendo extintas e, portanto, desaparecendo da Reserva. Inicialmente considera-se um caso atípico a identificação de uma cantina comunitária em pleno funcionamento na Reserva e ainda recebendo apoio financeiro da Associação. Isso revela que, apesar das dificuldades enfrentadas, de certa forma conseguiu-se a manutenção de uma organização comunitária nessa região, auxiliando no processo de gestão local da produção.

Outro aspecto diferente que foi percebido na forma dos moradores visualizarem o espaço ocorreu quando solicitado aos mesmos que informassem no mapa a quantidade de estradas de seringa existentes e exploradas, como também o volume de castanhas coletadas por ano. A partir disso, observou-se que das oito áreas pesquisadas, em duas delas, os moradores informaram que dependiam exclusivamente da produção agrícola e criações. No caso da comunidade Bela Vista, no Seringal São Francisco, foi apresentada como justificativa a ausência de castanha e seringa na região. No Seringal Santa Ana, os moradores informaram que apesar de existir esses produtos, os mesmos não se interessavam por sua comercialização, pois o custo de transporte até a cidade, realizado pelo rio Iaco, não compensa o preço de mercado obtido. Nos outros seis seringais, constatou-se a exploração comercial destes produtos extrativistas, porém, com diferenças na intensidade de extração, tendo em vista a variabilidade da distribuição natural destes na floresta.

Diante dessa constatação, percebe-se que embora a área pesquisada seja uma Reserva Extrativista a atividade extrativista não é exclusiva ou até mesmo a mais importante em determinadas localidades da reserva, não só pelas dificuldades de realização econômica dos produtos dessa natureza. A escassez ou ausência da castanha ou látex pode estar configurando uma condição ambiental de degradação que demanda ações de recuperação da área. Na melhor das hipóteses, essa situação em parte de uma Unidade de Conservação, exige que se equacionem formas de produção que permitam recuperação ao mesmo tempo. A constatação traz à tona, assim, um desafio a mais para os gestores da Unidade de Conservação, ou seja, encontrar alternativas econômicas

sustentáveis capazes de garantir uma qualidade de vida para aqueles que vivem na e sobrevivem “da” floresta.

Durante o debate sobre a forma de utilização e importância dos espaços identificados na elaboração dos mapas, foi possível perceber as temáticas mais relevantes para os moradores da RESEX Chico Mendes, postas em discussão na época da presente pesquisa. Esses temas, com grandes implicações na gestão da referida Unidade de Conservação, foram organização comunitária e produtos importantes na renda.

## 2. As organizações e as instituições públicas na Reserva

Aqui são apresentados os resultados da aplicação da técnica do Diagrama de Venn, sistematizados no Anexo G. Conforme explicado na metodologia desta dissertação, ao todo, foram 127 citações<sup>17</sup> de organizações, instituições ou pessoas que ajudavam os moradores a tocar seu dia-a-dia na Reserva.

Com média de 15 citações por seringal, o seringal que menos citou apontou 11 nomes e o que mais citou apontou 31 nomes. Conforme se pode ver no Anexo G, retirando as citações das organizações representativas e as lideranças locais, há evidência da forte presença de agentes externos na RESEX Chico Mendes. Das citações realizadas, 59 correspondem a instituições públicas e organizações sociais e, apenas 29 se referem a organizações representativas dos moradores. Isto evidencia a condição de controle sob a qual eles se vêem sujeitos. Além disso, os debates deixaram clara a importância das políticas públicas para a sobrevivência na Reserva, como poderá ser verificado, ainda no capítulo que segue, que discute sobre a renda e o destino da produção das famílias de moradores.

As citações de pessoas, organizações e instituições que atuam na Reserva foram realizadas por um processo de *brainstorming*, ou seja, tempestade de idéias. Assim, entende-se que o que foi citado seria o que mais afetaria as pessoas naquele momento, e que essa situação poderia mudar se o contexto fosse outro. Contudo as citações podem ser consideradas indicadores do arranjo existente. No Anexo G, apresenta-se a listagem de organizações, instituições e pessoas mencionadas, pelos moradores por seringal e por ordem de citação. As primeiras citações podem ser consideradas as de referência mais imediata e as demais já surgem fomentadas pelo debate.

Em alguns seringais foram citados mais nomes de organizações e instituições que em outros. Este fato pode ser explicado por, pelo menos, duas razões. O maior engajamento político dos moradores de determinada localidade, seja em organizações representativas, seja na política partidária. Outro fator que influi no maior número de citações é a maior proximidade do local em relação ao centro urbano ou ter melhor acesso a Reserva, pois isso contribui para otimizar o tempo de deslocamento, reduzir o

---

<sup>17</sup> Considera-se como número de citações a quantidade de instituições, organizações ou pessoas mencionadas no decorrer da pesquisa. Mesmo que o nome tenha sido informado por mais de uma vez, nesse computo foram considerados apenas uma vez.

custo de transporte para a Reserva e aumentar os momentos para a diversificação das interações.

Esta situação foi observada no Seringal Dois Irmãos, onde foram citadas 31 organizações. No que se refere ao maior engajamento político, apesar dos moradores deste seringal não terem expressado, abertamente, na pesquisa de campo, a existência atual de um grupo organizado, atuando localmente, percebeu-se o engajamento de alguns destes em organizações representativas de uma instância maior. Vários membros estão, por exemplo, na composição da diretoria da Associação Concessionária AMOPREX e também no CNS. Vale mencionar que desta localidade já saíram importantes lideranças como: Júlio Barbosa de Aquino - ex-prefeito de Xapuri, José Maria Barbosa de Aquino - Atual Secretário Geral da Diretoria Executiva do CNS e Sebastião Aquino - Atual Presidente da AMOPREX, todos integrantes de uma mesma família procedente do Seringal Dois Irmãos. Além disso, o seringal é favorecido por sua proximidade com o centro urbano e sua localização é de fácil acesso, o que acaba colocando o Seringal Dois Irmãos num posicionamento estratégico. Isso contribuiu para um maior direcionamento de ações e políticas públicas para o local.

Já no Seringal Santa Ana, localizado em Sena Madureira, os moradores mencionaram apenas 10 organizações, instituições ou pessoas com alguma atuação na localidade. Neste caso, os próprios moradores reconheceram que a grande distância do seringal em relação à cidade tem inibido a atuação de instituições públicas e organizações na localidade. Com isso, nem mesmo o engajamento político dos moradores, que não apareceu muito nas expressões, consegue atrair ações e políticas públicas para a região.

Do quadro geral das citações (Anexo G) elaborou-se uma outra tabela com a classificação das citações em outras categorias de significado, como se pode ver abaixo.

Tabela 7 – Sistematização do Diagrama de Venn: classificação das citações de pessoas, organizações e instituições, por categorias e abrangência (local, estadual, nacional ou internacional)

<b>ORGANIZAÇÕES POR CATEGORIAS</b>	<b>Nº DE CITAÇÕES</b>
<b>1. ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS</b>	
<i><b>Abrangência Local</b></i>	
Associação de Base Boa Esperança	1
Associação de Base Wilson Pinheiro	1
Associação Verde Floresta	1
Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova	1
Associação Agroextrativista Santa Ana (atualmente Núcleo de Base)	1
Grupo de Mulheres do Cumaru	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia	2
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capixaba	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri	2
Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia (CAPEB)	1
Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX)	2
<i><b>Subtotal de citações</b></i>	<b>16</b>
<i><b>Abrangência Estadual</b></i>	
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE)	4
Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA)	1
Cooperativa dos Trabalhadores em Atividades Florestais das Regiões do Baixo e Alto Acre (COOTAF)	1
Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba (CONDIAC)	1
<i><b>Subtotal de citações</b></i>	<b>7</b>
<i><b>Abrangência Nacional</b></i>	
Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)	5
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	1
<i><b>Subtotal de citações</b></i>	<b>6</b>
<i><b>Total de citações</b></i>	<b>29</b>
<i><b>Total de organizações representativas</b></i>	<b>19</b>
<b>2. ORGANIZAÇÕES DELIBERATIVAS</b>	
<i><b>Abrangência Local</b></i>	
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (AMOPREAB)	2
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia (AMOPREBE)	2
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX)	2

Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB)	1
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira (AMOPRESEMA)	1
Núcleo de Base do Cumaru	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>9</b>
<b>Abrangência Estadual</b>	
Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes	1
<b>Total de citações</b>	<b>10</b>
<b>Total de organizações deliberativas</b>	<b>7</b>
<b>3. INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b>	
<b>Abrangência Local</b>	
Prefeitura Municipal de Assis Brasil	2
Prefeitura Municipal de Brasiléia	1
Prefeitura Municipal de Capixaba	1
Prefeitura Municipal de Sena Madureira	1
Prefeitura Municipal de Xapuri	1
Secretaria Municipal de Agricultura de Brasiléia	1
Secretaria Municipal de Agricultura de Capixaba	1
Secretaria Municipal de Educação de Brasiléia	1
Secretaria Municipal de Educação de Capixaba	1
Secretaria Municipal de Saúde de Brasiléia	2
Secretaria Municipal de Saúde de Capixaba	1
Secretaria Municipal de Saúde de Sena Madureira	1
Escritório Local da Seaprof em Assis Brasil	2
Escritório Local da Seaprof em Brasiléia	1
Escritório Local da Seaprof em Capixaba	1
Escritório Local da Seaprof em Xapuri	1
Câmara Municipal de Vereadores de Xapuri	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>20</b>
<b>Abrangência Estadual</b>	
Secretaria Estadual de Educação	4
Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC) / Programa Luz Para Todos*	3
Secretaria Estadual de Florestas do Estado do Acre (SEF)	2
Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)	1
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	1
Assembléia Legislativa do Estado do Acre	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>12</b>
<b>Abrangência Nacional</b>	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	5

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	3
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	2
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	2
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)	2
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	1
Universidade Federal do Acre (UFAC)	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>19</b>
<b>Total de citações</b>	<b>51</b>
<b>Total de instituições públicas</b>	<b>31</b>
<b>4. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTATAIS</b>	
Banco do Brasil	1
Banco da Amazônia S/A (BASA)	1
Caixa Econômica Federal	1
<b>Total de citações</b>	<b>3</b>
<b>Total de instituições financeiras</b>	<b>3</b>
<b>5. PESSOAS</b>	
Néia (Presidente da AMOPREAB)	1
Tota (Vice-presidente da AMOPREAB e Secretário Municipal de Obras de Assis Brasil)	1
De Araújo (Ex-presidente da AMOPREAB e Diretor da Regional do CNS no Acre)	1
Sr. Silva (liderança local e Secretário Geral da AMOPREBE)	2
Márcia (Presidente da Associação de Base Wilson Pinheiro)	1
João Gomes "Peixoto" (Ex-Presidente da Associação de Base Wilson Pinheiro)	1
Isaías (Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil e Secretário Municipal de Agricultura)	1
Francisco Martins Sales (Sr. "Buchuca") – dono da peladeira de arroz	1
Sr. Tatá (rezador)	1
Carlinhos (Agente de Saúde)	1
Fazendeiro Amândio (vizinho)	1
Manoel Jorge (morador do Seringal São Pedro)	1
Jorge ("dono" da colocação onde ocorreu a reunião)	1
"Patrão" Antero (marreteiro)	1
Elias (Vereador do município de Assis Brasil)	1
Chico Gomes (Vereador do município de Capixaba)	1
Cecílio (Vereador do município de Xapuri)	1
Manoel (Ex-prefeito)	1
<b>Total de citações</b>	<b>19</b>
<b>Total de pessoas</b>	<b>18</b>
<b>6. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS</b>	
<b>Abrangência Estadual</b>	
Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)	2

Fundação Amigos da Amazônia	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>3</b>
<b>Abrangência Nacional</b>	
Igreja Católica	3
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>4</b>
<b>Abrangência Internacional</b>	
WWF-Brasil	1
<b>Total de citações</b>	<b>8</b>
<b>Total de organizações sociais</b>	<b>5</b>
<b>7. EMPRESAS PRIVADAS</b>	
<b>Abrangência Estadual</b>	
NATEX - Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri	4
Empresa de Biscoitos Miragina	1
Fábrica de Tacos de Xapuri	1
<b>Subtotal de citações</b>	<b>6</b>
<b>Abrangência Internacional</b>	
Veja - Empresa francesa de calçados	1
<b>Total de citações</b>	<b>7</b>
<b>Total de empresas privadas</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL GERAL DE CITAÇÕES</b>	<b>127</b>
<b>TOTAL DE INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E PESSOAS CITADAS</b>	<b>87</b>

Fonte: Pesquisa 2010.

Ao se comparar o Anexo G com esta tabela, quanto à categoria *peessoas*, cabe destacar que ela foi citada de imediato em três seringais visitados, indo até mais da terceira citação, a saber: Seringal Porvir, Seringal São Pedro e Comunidade Bela Vista, no Seringal São Francisco. Diante dessas citações acredita-se que possa estar havendo uma referência ainda pessoalizada nesses três seringais. Além disso, a organização social existente não tem como referência imediata instituições públicas ou organizações. Por isso, as instituições públicas e/ou organizações não foram apresentadas de início,

mas, de alguma forma, apareceram como referência no debate, especialmente quando citam que são elas que viabilizam o acesso às políticas públicas.

De forma geral, percebe-se que, nas áreas pesquisadas, as *peessoas* citadas de imediato representam uma referência para a gestão dos problemas locais. Elas seriam estratégicas para a avaliação e planejamento de novos horizontes para a comunidade. Por tanto, mesmo que nesses locais a direção da vida ocorra de forma pessoalizada, mediante uma relação de dependência para com uma liderança, essa é a forma de representação política legítima naquele contexto, no qual os demais moradores prescindem de organização ou mobilização de base. Essas pessoas despontam nas citações porque os moradores as consideram como “mais dispostas a ajudar”, “influentes”, “preparadas”, “articuladas”, “interessadas” ou até mesmo “mais capazes de representar os interesses da comunidade”. Isso pode ser evidenciado quando, na construção do diagrama de Venn, a elas era atribuída uma grande importância e uma ação local forte.

Chama atenção na categoria *peessoas* o fato de que em dois seringais pesquisados, ou seja, Dois Irmãos e Santa Ana, essa categoria não foi nem mencionada, cada um com sua razão. No caso do primeiro seringal, acredita-se que isso talvez tenha ocorrido em virtude dessa localidade estar num estágio mais avançado de articulação interna e mesmo externa com outras organizações e instituições públicas. Essa pode ser a evidência de uma maior experiência militante dos moradores. Contudo, no que se refere ao Seringal Santa Ana, acredita-se que a ausência de citação de pessoas como referência para as demais, decorre do desânimo dos moradores em agir para a coletividade, tendo em vista as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia, principalmente, em virtude da distância do seringal em relação à cidade e do descrédito dos moradores quanto a possibilidade de acesso às políticas públicas.

Assim, se poderia concluir que o grande número de citações de pessoas pode revelar personalismo na representação, mas a ausência de citação de pessoas nos Diagramas de Venn, no contexto de RESEX, pode significar total desmobilização, falta de construção de identidade e de definição de objetivos comuns a serem buscados.

Com certeza a existência de *peessoas* referência nas comunidades é um aspecto importante a ser levado em conta no momento da definição de estratégias de desenvolvimento e intervenções. A depender das situações conjunturais, elas podem ser as pessoas que geralmente animam os demais moradores para a necessidade de maior

organização comunitária e de maior participação nas discussões relativas à Reserva. De foram contrária, elas podem barrar qualquer processo, de mudança ou de mobilização, a ser implementado. A percepção dessas condições de possibilidade vem da análise que é feita a partir da observação. Em áreas cujas citações remetem mais a pessoas que a instituições ou organizações, corre-se o risco de que seus membros apresentem dificuldades em participar de forma autônoma. Os estímulos a uma participação autônoma não lhes fazem sentido e se restringem a uma participação meramente consultiva e/ou passiva dos moradores.

Já a categoria *organizações deliberativas* foram listadas, em primeiro lugar, pelos moradores dos Seringais Dois Irmãos e da comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco, que se referiram às Associações Concessionárias AMOPREX e AMOPREAB, indicando que, nesses locais, há o reconhecimento destas organizações como instâncias de mediação da gestão dentro da RESEX. Contudo essa seria o que se tem chamado de mediação de cima, do Estado. Em depoimentos no campo, os moradores destas localidades informaram que qualquer ação planejada para ocorrer na Reserva ou qualquer intervenção de agente externo, deve, em primeiro lugar, passar pelo aval dessas associações. No entanto, vale mencionar que tanto os moradores quanto as lideranças das Associações Concessionárias e também os demais integrantes do Conselho Gestor da Reserva, visualizam estas associações como representativas dos interesses dos moradores da RESEX. Isso fica muito claro quando se rememora a discussão de paridade no Conselho Gestor, onde as associações concessionárias são referenciadas como integrantes do grupo de organizações consideradas pelo órgão gestor como “representativas”. Contudo, na prática da maioria dos seringais, as mesmas têm funcionado como deliberativas, representando um braço do poder instituído.

A categoria *instituições públicas* foi mencionada de imediato nos Seringais Santa Ana, Vila Nova e Filipinas. Nos dois primeiros, os moradores se referiram ao IBAMA e ICMBio, considerados como órgãos gestores da RESEX. No terceiro, a referência foi a EMBRAPA. A menção a estas *instituições públicas* pelos moradores dos referidos seringais pode indicar uma forte interação burocrática com o Estado. No caso do Seringal Santa Ana, os próprios moradores enfatizaram, durante a pesquisa de campo, que o IBAMA é praticamente o único órgão que vai até a localidade e, por isso, consideram muito importante a atuação do mesmo naquela região. Já no Seringal Vila Nova, apesar dos moradores se referirem, em primeiro lugar, ao IBAMA, os mesmos

revelaram estar insatisfeitos com a instituição, principalmente, por sua ausência na localidade. No entanto, foi possível perceber que o motivo da crítica dos moradores e lideranças locais com a referida instituição pública origina-se da decisão recente, determinada pelo Conselho Gestor da Reserva, de que as associações locais deverão ser (re)convertidas em núcleo de base, o que implicará no impedimento legal das associações locais de acessarem diretamente os recursos de programas federais como o Crédito Moradia. Além disso, não vêem com bons olhos ficarem na dependência das Associações Concessionárias pela distância que essas tem das localidades. Esse tipo de decisão fere o direito dos moradores de se organizarem, fazendo com que eles andem o caminho inverso, ou seja, da autonomia para a dominação.

No Seringal Filipinas os moradores fizeram menção à atuação da EMBRAPA na localidade que, há alguns anos incentivou e capacitou a comunidade para a utilização do método de boas práticas na coleta, transporte e armazenamento da castanha-do-brasil. Porém, ao final do projeto, os moradores não conseguiram dar seqüência a essas atividades incentivadas pela instituição de pesquisa, indicando, principalmente, a dificuldade em estimular ações com vistas à uma participação do tipo automobilização, como descrito no referencial desta dissertação.

Nos três casos mencionados, tudo indica que existe uma relação de subserviência à estrutura burocrática estatal, mas que os moradores desejariam não ter. Além disso, o desejo manifesto seria de caminhar para uma maior autonomia.

Ainda na categoria **instituições públicas**, as mais citadas e também que geraram maior discussão entre os moradores foram as Prefeituras e suas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Agricultura, IBAMA, ICMBio, escritório local da SEAPROF, EMBRAPA, FUNTAC, em virtude do Programa Luz Para Todos e INCRA, por conta do Programa Crédito Moradia.

De forma geral, percebeu-se que os moradores da RESEX Chico Mendes visualizavam nestas instituições públicas a oportunidade de melhoria de qualidade de vida, pois por meio destas acreditavam poder ter acesso aos direitos básicos garantidos a qualquer cidadão. Por isso, nos debates, as ações implementadas ou não por estas instituições foram aquelas que causaram maiores discussões, sendo, em alguns momentos, avaliadas de forma positiva e, em outros, alvo de críticas dos moradores, o que demonstra a dificuldade em se operacionalizar políticas públicas em uma região tão

complexa, heterogênea, de difícil acesso e com particularidades próprias como se pode ver nas expressões sistematizadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Aspectos positivos e negativos nas ações das instituições públicas, na visão dos moradores

<b>Instituição Pública</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Prefeituras Municipais	- Oferece saúde, educação, auxilia no escoamento da produção e manutenção de ramais.	- Só comparece em época de política. - Falta dar apoio para obtenção de peladeira de arroz.
Secretarias Municipal e Estadual de Educação	- Oferece ensino de 1ª a 4ª série, em sistema multiseriado (várias séries na mesma sala). - Disponibiliza Educação de Jovens e Adultos (EJA) de ensino fundamental. - Disponibiliza ensino médio. - Oferece cursos modulares para os professores da zona rural por meio do Programa de Formação de Professores em Educação Básica da Zona Rural (PROFIR). Áreas do curso: História, Biologia, Pedagogia, Educação Física, Letras e Geografia. - Oferece material didático. - Oferece merenda escolar. - Contrata professor da comunidade.	- Não oferece ensino fundamental e médio, causando a migração dos jovens para as cidades. - Não oferece curso técnico na localidade. - Oferece merenda escolar sem regularidade. - Escolas com problema na estrutura física - Falta professor para dar aula e a Secretaria não contrata pessoas da comunidade, exceto no caso de áreas muito isoladas. - Não paga uma servente para preparar a merenda escolar o que obriga o professor a se desdobrar em outras funções.
Secretaria Municipal de Saúde	- Mantém agente comunitário de saúde (ACS) nos seringais, realizando trabalho preventivo (pesagem de criança e distribuição de hipoclorito). - Atende nos seringais por meio do Programa Saúde Itinerante, com oferta de clínico geral, dentista, exames laboratoriais e ginecológicos. - Realiza campanha de vacinação contra rubéola, póliomilite, gripe, etc..	- O agente de saúde não pode aferir pressão e distribuir remédio. - O serviço do agente de saúde não é regular em todas as áreas. - Postos de saúde desativados no interior da Reserva. - Presença de Posto de Saúde Rural no perímetro urbano. - Demora em realizar novos atendimentos pelo Saúde Itinerante. - O Programa Saúde Itinerante não alcança todas as famílias da Reserva. - A campanha de vacinação não ocorre todos os anos, conforme planejado. - A vacinação ocorre apenas nos locais de fácil acesso para a equipe de saúde.
Secretaria Municipal de Agricultura	- Apóia o transporte da produção para comercialização na feira.	- Não mapeou a produção, impedindo o planejamento para o mercado. - Ausência de um calendário de reunião nas comunidades.
Escritório local da SEAPROF	- Fornece a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) para a associação adquirir financiamento com o PRONAF. - Oferece assistência técnica. - Apóia o transporte da produção para comercialização na feira. - Intermedia a venda de produtos para escola, por meio do programa compra antecipada. - Oferece cursos nas áreas de semente e hortaliças. - Ajudou, no passado, para obtenção de financiamento da linha PRODEX junto ao Banco da Amazônia.	- Oferece uma fraca assistência técnica, quase inexistente. - Dispõe de um número insuficiente de técnicos para oferecer assistência técnica. - Ausência da Reserva. - Só atua onde é solicitado apoio para elaboração de projeto.
FUNTAC - Programa Luz Para Todos	- Visitou as áreas dos seringais realizando o cadastro. - Disponibiliza energia.	- Demora a instalar a luz. (“Luz para uns e outros não”) - Lugares com instalação inconclusa (apenas os postes), por causa do inverno. - Ausência de manutenção na rede. - Baixa capacidade do fogão (apenas para cinco lâmpadas e uma televisão.) - Os fogões apresentaram problemas, pois o material que gera a energia que é ligado ao fogão é muito frágil.
INCRA - Crédito Moradia	- Possibilita a construção de casa nova ou melhoria da já existente. - Liberou a primeira parcela do crédito a alguns moradores.	- Bloqueio do crédito por irregularidades (acesso por pessoas de fora, utilização do recurso para atender outros objetivos). - Moradores aguardando a liberação da primeira e segunda parcela do crédito.

		- Muitos moradores que trabalharam na construção das casas ainda não receberam o pagamento.
EMBRAPA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestou orientações sobre as boas práticas na coleta, armazenamento e transporte da castanha-do-Brasil.</li> <li>- Intermediou a comercialização da castanha para a empresa de biscoitos Miragina.</li> <li>- Ajudou a abrir o ramal de acesso ao Seringal Filipinas.</li> <li>- Mantém na Reserva uma base de pesquisa de monitoramento da produção e regeneração das castanheiras</li> <li>- Se dispôs a realizar um trabalho de análise do solo no Seringal Porvir para o cultivo de produtos agrícolas sem a queima.</li> <li>- Se dispõe a ajudar quem busca apoio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualmente está focada apenas em sua base de pesquisa e não desenvolve mais o projeto da castanha melhorada.</li> <li>- Visita a base de pesquisa de dois em dois meses, mas não dialoga mais com os moradores sobre os problemas locais, como ocorria anteriormente.</li> </ul>
IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolve muitos problemas, pois ninguém consegue agir contra a instituição.</li> <li>- Atende as expectativas dos moradores, como a disponibilização de declaração e outras coisas.</li> <li>- Age como defensor da floresta.</li> <li>- Suas ações impedem que os moradores se sintam abandonados.</li> <li>- Através das Associações Concessionárias, possibilita a concessão de benefícios para os moradores como o crédito habitação e luz para todos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Está ausente da Reserva.</li> <li>- Lei rígida quanto à realização de queima pelos moradores para abrir pasto ou botar roçado.</li> <li>- Só lembra da comunidade na época do roçado.</li> <li>- Menor rigorosidade com os fazendeiros quando realizam queima ilegal, pagando apenas uma multa.</li> <li>- Em caso de incêndio acidental, os técnicos da instituição chegam ao local com muita ignorância.</li> <li>- Causa medo aos moradores.</li> <li>- Tem função de multar.</li> <li>- Aplica multas impagáveis.</li> <li>- Injusto na questão do “fogo zero”, pois os moradores não dispõem de outra tecnologia.</li> <li>- Promete as coisas e não cumpre.</li> <li>- Realiza reunião apenas uma vez ao ano.</li> <li>- Mudança frequente na Chefia da Reserva.</li> </ul>
ICMBio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Flexibilização no tratamento de problemas como a criação de gado.</li> <li>- Tem trabalhado na conscientização dos moradores sobre a criação de gado.</li> <li>- Ajudou a mudar o estatuto de associação para núcleo de base.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participa pouco nas reuniões dos núcleos de base, dificultando a identificação das necessidades da Reserva.</li> <li>- Só se aproxima para pressionar os moradores;</li> <li>- Está perto, mas não faz o que devia fazer;</li> </ul>

Fonte: Pesquisa (2010).

De acordo com as discussões surgidas na elaboração do Diagrama de Venn, os moradores informaram que as **instituições públicas mais presentes e atuantes na Reserva** são aquelas que oferecem os serviços de educação e saúde, ou seja, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Saúde, inseridas no contexto das Prefeituras Municipais, sendo consideradas pelos mesmos como importantes e atuantes na localidade.

No que se refere à **educação**, muitos moradores e até mesmo representantes dos órgãos gestores consideram que esta foi a área que mais avançou na Reserva nos últimos anos. Antes da fundação da RESEX, na época dos padrões seringalistas, os seringueiros eram privados do acesso ao ensino, como uma forma de mantê-los subordinados à relação semi-escravagista do sistema de aviamento.

Em princípio, essa deficiência foi compensada por meio da execução do Projeto Seringueiro<sup>18</sup>, um projeto de alfabetização de jovens e adultos, executado em caráter experimental no período de 1981 a 1983, nos seringais onde hoje se situa a RESEX. Por iniciativa do seringueiro, sindicalista e ambientalista Chico Mendes, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, esse projeto surgiu com o apoio da antropóloga Mary Allegretti. Com o objetivo de acolher o projeto, em 1983, foi fundado o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), uma das primeiras organizações não-governamentais do Acre. O projeto não visava somente alfabetizar o seringueiro, mas realizar um trabalho de educação popular voltado para a formação sindical e cooperativista. O diferencial desse projeto foi justamente utilizar as especificidades do modo de vida na mata para orientar as práticas didático-pedagógicas, inspirado na metodologia de Paulo Freire, como também estimular a elaboração participativa de livros didáticos como a cartilha Poronga, para serem usados nas práticas de ensino. Desta experiência, resultou a abertura de escolas em Xapuri, a formação inicial e continuada de seringueiros, como também a formação de professores ou “monitores leigos.”

Posteriormente a responsabilidade da educação na Reserva foi assumida pelo Governo do Acre, que passou a remunerar os monitores e financiar a merenda escolar empregando, ainda, a filosofia original do Projeto Seringueiro. Este Projeto continua em

---

<sup>18</sup> Para maior aprofundamento sobre o Projeto Seringueiro conferir o *site* [http://www.cta-acre.org/pg\\_acoes2.htm](http://www.cta-acre.org/pg_acoes2.htm) e/ou consultar: ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 2002, 827p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) - UnB-CDS, Brasília.

atividade, ainda sob a coordenação do CTA e, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação. Porém, agora tem como foco promover ações de formação em incentivo à leitura e escrita destinadas a coordenadores pedagógicos e professores que atuam em escolas localizadas na RESEX. Além disso, também realiza a publicação de livros didáticos e paradidáticos adequados a vivência do Seringal, escritos mediante parceria entre professores e alunos. Ou seja, não cabe mais ao Projeto a construção e manutenção de escolas na Reserva, mas apenas um apoio à formação de educadores e elaboração de material didático específicos para a realidade de vida na floresta.

Atualmente, o ensino na Reserva é responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação dos municípios onde está localizada. De acordo com a Coordenação de Ensino Rural da Secretaria Estadual de Educação, existem 74 escolas municipais na Reserva, com oferta de ensino primário (1ª a 4ª série), utilizando a metodologia do Programa Escola Ativa, cujo objetivo precípua é melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas rurais. Além destas, existem 22 escolas estaduais que oferecem o ensino fundamental (5ª a 8ª série) e ensino médio (1º ao 3º ano), por meio do Programa Asas da Florestania, idealizado e implantado pelo Governo do Estado do Acre com o propósito de oferecer oportunidade de estudo em áreas isoladas ou de difícil acesso.

Nas reuniões realizadas nas áreas visitadas, os moradores expressaram o quanto valorizam a presença da escola na Reserva:

“A escola é bom demais, porque pelo menos não tem mais um menino que seja analfabeto.” (Morador, Seringal São Pedro)

“A escola é fundamental. Hoje em dia, sem estudo ninguém tá sendo mais nada.” (Morador, Comunidade Bela Vista/Seringal São Francisco)

“Pra mim essa escola foi muito importante porque hoje o que eu sei, eu agradeço ela né. Desde o início, eu comecei a estudar desde quando ela foi fundada a primeira vez até hoje né.” (Moradora, Seringal Dois Irmãos)

Durante o trabalho de campo, os moradores da Reserva mencionaram a existência e funcionamento de sete escolas de ensino primário, quatro de ensino fundamental e uma de ensino médio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também citaram a existência de duas escolas desativadas, uma do primário e outra do ensino fundamental. Além disso, em praticamente todos os locais visitados, os moradores manifestaram o desejo de ampliação do ensino, tanto para o fundamental quanto para o ensino médio. Porém, ao mesmo tempo, se mostraram desanimados, em

virtude da dificuldade de reunir uma turma com o número mínimo de 12 alunos, exigido pela Secretaria Estadual de Educação, já que após a conclusão do primário, muitos jovens mudam para a cidade.

Contudo, apesar dos avanços conquistados na educação, os moradores revelaram que é preciso muita determinação e força de vontade para estudar, pois diariamente precisam transpor grandes barreiras, tais como: a distância das colocações em relação à escola e a necessidade de conciliar o estudo com o trabalho, conforme os depoimentos abaixo.

“[...] o maior problema é só chegar na escola, a viagem. Tem muitos que moram de horas pra chegar na escola. Eu pelo meno, eu gasto uma hora pra vim pra essa escola, todo dia. Tem deles que vem subindo ladeira, descendo ladeira, passando capim. Quando tá chovendo é lama, é sandalhinha na mão, por isso, às vez eu deixo logo em casa, porque eu não tenho como vim de sandália. Outros vem atravessando igarapé cheio, como agora no inverno. A dificuldade maior é essa.” (Morador, Comunidade Bela Vista/Seringal São Francisco)

“Aqui o ganho da gente é pouco e o cara tem de se virar muito pra... Não tem tempo pra estudar. Até os meus filho, lá de casa, pra vim estudar aqui, nessa escola aqui, eles gastam três hora de viagem, trevessando o rio, aí quando é no inverno é num lamaçal mais horrível da vida.” (Morador, Seringal São Pedro)

“Tem deles [alunos] que tá na escola já pensando: quando eu chegar lá, vou ter que ir pro roçado. Chega lá, tira só a roupinha e come e já vai pro roçado. Todos os que estuda de tarde, chega do roçado, vai só tomar um banho, comer, às vez nem come e já vai pra escola.” (Moradora e liderança, Comunidade Bela Vista/Seringal São Francisco)

Um fato curioso, observado em campo, é que apesar das Secretarias Municipais e Estadual de Educação informarem que o método pedagógico utilizado na Reserva adéqua-se a forma de vida e linguagem do povo da floresta, tendo em vista a adesão das escolas aos Programas Escola Ativa e Asas da Florestania, nas discussões com os moradores verificou-se que praticamente não há diferença em relação ao método padrão aplicado nas demais escolas do país. Isso não significa que os programas não sejam adequados, mas que talvez, na prática, haja dificuldade em traduzi-los ou aplicá-los para a vida na floresta, principalmente porque, em grande parte das escolas, os professores não são da localidade, exceto em áreas muito isoladas. De acordo com uma moradora do Seringal Dois Irmãos, o que impede os comunitários de ensinar nas escolas da Reserva é:

“Primeiramente a nossa formação, é questão de formação né. A prioridade para ser professora é que tem que ser pessoas que tenha o magistério ou pessoas que tenha faculdade e aí, em compensação precisa de pedagogia e aí nós num tem né e aí a vaga fica pra outras pessoa que vem de fora.”

Nessa versão de “educação do campo” como “educação da floresta”, outro fato curioso observado é que apesar da existência de convênio entre o CTA e a Secretaria Estadual de Educação para executar ações do Projeto Seringueiro, em todos os momentos da pesquisa, tanto com os moradores quanto com algumas organizações representativas o Projeto foi lembrado com grande saudosismo, como se não estivesse em atividade. Sobre este assunto a Sr<sup>a</sup> Dercyr Teles de Carvalho Cunha - Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri fez a seguinte declaração:

“[...] de todas as escolas que o projeto [Projeto Seringueiro] andou, elas foram adequadas à escola tradicional, inclusive em termos de funcionamento, que é um absurdo você ter uma escola dentro da Reserva extrativista funcionando de segunda a sexta com a mesma carga horária sem considerar as distâncias que existe entre a escola e a moradia dos alunos.”

Provavelmente, a falta de menção dos moradores quanto ao trabalho atual do Projeto Seringueiro na Reserva decorra do fato das ações recentes serem mais pontuais, ou seja, com foco na formação de educadores e no estímulo à leitura e escrita, não visando mais a formação política dos extrativistas. Além disso, a maior proximidade com os professores do que com os alunos pode estar dificultando a visibilidade do Projeto por seus beneficiários.

Outra experiência interessante que se teve notícia durante a pesquisa foi a execução do Projeto Floresta das Crianças (FLOC), desenvolvido em oito escolas municipais, localizadas na RESEX Chico Mendes, em Assis Brasil-AC, no período de 2005 a 2009. Esse projeto foi realizado mediante parceria entre a AMOPREAB, a Secretaria de Educação de Assis Brasil, com o apoio da Universidade Federal do Acre (Parque Zoobotânico-PZ) e a organização não-governamental Asociación por La Niñez y su Ambiente (ANIA). Este projeto tinha o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens a partir da pesquisa em conservação e manejo dos recursos naturais no ensino básico rural. Para isso, as escolas receberam a “doação” de uma área de floresta (1 ha), nas proximidades das mesmas, concedida pela AMOPREAB para ser utilizada como laboratório natural para estudos e pesquisas desenvolvidos de forma participativa, contando com a participação dos pais e representantes comunitários.

O sucesso da iniciativa foi reconhecido mediante a conquista do Prêmio Chico Mendes 2009 (1º lugar na categoria Educação Ambiental), organizado pelo Departamento de Articulação de Políticas para a Amazônia e Controle do Desmatamento. Segundo a Sr<sup>a</sup> Ângela Maria de Araújo – Coordenadora de Ensino da

Secretaria Municipal de Educação de Assis Brasil, atualmente o Projeto FLOC está desativado e as escolas onde o mesmo era executado estão utilizando a metodologia do Programa Escola Ativa, utilizando ainda algumas ferramentas do Projeto anterior que complementam este último como, por exemplo, o Comitê de Gestão. A referida coordenadora esclareceu que a execução do Programa Escola Ativa se revelou mais interessante porque dispõe de mais apoio técnico, em virtude de ser uma iniciativa do Governo Federal. Além disso, os professores têm a oportunidade de receber formação continuada e não apenas inicial.

Com base em todo o exposto, percebe-se que o êxito de qualquer proposta de ensino na Reserva não depende simplesmente da existência de estrutura física, recursos humanos e financeiros ou até mesmo da disponibilidade de programas de ensino voltados para a área rural. Embora, estes recursos sejam importantes para operacionalizar as ações de educação na área, a conquista destes só tem sentido se for resultado de um processo que envolva a comunidade e não uma ação exclusiva de agentes do Estado, pois assim é percebida como ação impositiva. O êxito de um programa de educação para a Reserva depende de que este seja antecedido pela mobilização do desejo comunitário. Ele deverá contemplar a expressão das pessoas da localidade e ser resultado de uma mobilização local. Isso poderá produzir uma mudança de dentro para fora, mediada pelos representantes das bases. Caso contrário, por melhor que sejam as intenções, ele se afigurará como puramente imposto por agentes externos.

Quanto às ações da **Secretaria Municipal de Saúde**, os moradores mencionaram que são de grande importância para a população da Reserva e que, de certa forma, essa instituição está atuante na localidade, uma vez que ela mantém Agentes Comunitários de Saúde (ACS) trabalhando na região.

Entretanto, apesar do reconhecimento de que ela é atuante, isso não significa que os moradores consideram os serviços suficientes e satisfatórios. Na realidade, durante o trabalho de campo, os moradores reclamaram que os serviços do agente de saúde são limitados, já que eles trabalham a saúde apenas de forma preventiva, tendo como principais atribuições: 1. distribuir hipoclorito para tratar água; 2. pesar crianças; 3. distribuir pílula anticoncepcional e camisinha; 4. verificar mulheres que precisam realizar o exame preventivo do colo do útero; 5. acompanhar e encaminhar grávidas para o controle pré-natal; 6. acompanhar hipertensos, diabéticos, etc.; 7. encaminhar pessoa doente para a unidade de saúde mais próxima. Porém, as atividades mais citadas

pelos moradores foram as quatro primeiras, sendo que, as outras foram citadas esporadicamente. Assim, pode-se concluir que a reivindicação é de que os agentes também venham a promover ações de tratamento e não de prevenção.

Nesse sentido, em todas as áreas visitadas, os moradores reclamaram do fato dos ACS serem proibidos pela Secretaria Municipal de Saúde de distribuir remédios e aferir pressão arterial. Em depoimento obtido com uma agente de saúde da Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco, a mesma informou que os moradores:

“[...] pedem remédio, porque eu não levo remédio, assim, pra gripe, pra dor de barriga, pra febre, aí eu digo pra eles que eu não posso dar porque eles [Secretaria Municipal de Saúde] proibem, que num pode dar, porque eu posso dar remédio contra.”

Já em depoimento do ACS do Seringal Porvir, o mesmo esclareceu que “[...] atualmente não pode mais aferir pressão, porque agora só quem faz isso é um enfermeiro capacitado, porque pode causar problema de circulação de sangue.”

Ainda em conversa com alguns ACS das áreas visitadas, os mesmos informaram que as doenças mais freqüentes na RESEX Chico Mendes são: a) doenças comuns - gripe, dor de cabeça, febre, diarreia e verminose; b) doenças crônicas - diabetes, hipertensão e gastrite. Além destas, as Secretarias Municipais de Saúde de Xapuri e Brasília informaram a ocorrência de pano branco, impigem (doenças na pele) e hepatite A, na lista de doenças mais comuns, além da leishmaniose, classificada como doença crônica.

De acordo com agentes e moradores, o tratamento das doenças menos graves, na maioria das vezes, ocorre no interior dos seringais, independente dos agentes. As rezas, remédios homeopáticos ou alopáticos de simples administração (adquiridos por conta própria) são de uso muito freqüentes. Os casos mais graves são encaminhados para as unidades de saúde mais próximas, algumas na área rural, mas grande parte localizada nas cidades, em alguns casos, a uma distância de três dias de barco. Outra forma de atendimento realizada tem sido por meio das ações do Programa Saúde Itinerante, realizando simples atendimentos e também as campanhas de vacinação. No entanto, tudo indica que na maior parte das áreas visitadas, estas ações não foram realizadas no último ano.

Cada agente tem sua área de atuação, com previsão de realizar pelo menos uma visita por mês em cada residência. Durante a pesquisa, a ACS da Comunidade Cumaru,

no Seringal São Francisco informou que cobria uma área com 30 famílias, já a agente da Comunidade Bela Vista, no mesmo seringal informou que cobria uma área com 86 famílias. Com isso, percebe-se que o trabalho de um ACS não é tarefa simples, como muitos podem pensar. Conforme relatado pelos próprios agentes, esse é um trabalho cansativo, já que as visitas normalmente são realizadas a pé, a cavalo e/ou de barco, a locais de longa distância e de difícil acesso. Além disso, é um trabalho muito perigoso, tendo em vista as longas horas de caminhada na floresta, podendo ser atacados por cobra, onça, etc. A esse respeito uma agente comunitária de saúde relatou que “a maior [dificuldade de trabalhar nessa função] é sobre as feras, porque a gente sabe que nesse caminho eu já voltei de viagem escutando o barulho da onça dentro da mata.” Por isso, a agente sugere que a Secretaria Municipal de Saúde deveria pagar um acompanhante, para assim andar de dupla na floresta, tornando o trabalho menos perigoso.

Foram identificados seringais onde não há atuação desses profissionais ou que não dispõem de cobertura completa, como o caso do Seringal São Pedro e Filipinas, onde os moradores mencionaram que “tem agente de saúde pra uns e pra outros não”, causando nos moradores uma sensação de abandono. Enfim, apesar do bravo e árduo trabalho realizado pelos agentes comunitários de saúde nos seringais da RESEX Chico Mendes, os serviços disponibilizados ainda são poucos se comparados às necessidades dos moradores. Por isso, em alguns locais onde se realizou a pesquisa, os moradores foram bem enfáticos ao falar da saúde na Reserva, dizendo: “A saúde é péssima!”

Outra instituição pública que os moradores mencionaram ter uma importante atuação na Reserva foi o **INCRA**, por meio do **Programa Crédito Instalação**, conhecido como **Crédito Moradia**. Este Programa é desenvolvido pelo INCRA, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. O mesmo tem o objetivo de conceder créditos aos moradores dos Projetos de Assentamento (PA) criados pelo INCRA e naqueles criados por outras instituições governamentais, mas reconhecidos pelo INCRA.

As comunidades tradicionais moradoras de Unidades de Conservação, nas categorias Reservas Extrativistas, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional foram reconhecidas como potenciais beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União, Nº 193, de 06 de outubro de 2008 e, assim passaram a ter o direito legal de acessar os recursos do Crédito Instalação.

Os moradores da RESEX Chico Mendes foram beneficiados na categoria de Projetos de Exploração Coletiva e segundo a Instrução Normativa N° 50, de 22 dezembro de 2008, divulgada pelo INCRA, os mesmos passaram a acessar os créditos nas seguintes modalidades: a) Apoio Inicial – destinado à aquisição de gêneros alimentícios, de máquinas, equipamentos e ferramentas de trabalho, insumos agrícolas e animais de trabalho; b) Apoio Mulher – para o desenvolvimento de atividades econômicas como projetos hortifrutigranjeiros, cultivo de plantas medicinais, produção de fitoterápicos, produção de artesanatos, confecção de roupas, beneficiamento de alimentos, entre outras. Esse apoio tem o propósito de realizar a inserção de mulheres na dinâmica produtiva e econômica, devendo as mesmas estarem organizadas em grupos coletivos ou associações detentoras ou não de registro legal; c) Aquisição de Materiais de Construção – consiste na liberação de recursos para a construção de uma nova moradia ou realização de melhoria na atual. Do valor total do crédito poderia ser utilizado até vinte por cento (20%) com mão de obra e o restante na compra de material. A proposta do INCRA é que a casa tenha no mínimo 36 m<sup>2</sup>, porém no caso da Reserva Extrativista ela está sendo construída com tamanho entre 40 m<sup>2</sup> e 49 m<sup>2</sup> (INCRA, 2008a).

De acordo com o INCRA (2008b), no período de 2003 a 2008, 784 famílias da RESEX Chico Mendes foram beneficiadas com o crédito instalação, ou seja, quase 50% do total de famílias residentes na região. Nesse intervalo o valor liberado por família variou entre R\$ 4.500,00 e R\$ 9.400,00, sendo aproximadamente 70% para construção ou reforma de moradia e 30% de apoio inicial. A partir de 2010, cada família passou a acessar o crédito no valor de R\$ 17.400,00 (Tabela 8). A princípio, esses créditos foram acessados mediante instituições representativas como as pequenas associações locais e Associações Concessionárias. No entanto, atualmente, apenas estas últimas têm o direito de receber e gerenciar os recursos.

A partir de meados de 2008 até o início de 2010, a liberação do crédito ficou suspensa quando foram identificadas ocupações irregulares, a falta de controle na aplicação de recursos e os desvios de objetivos, conforme justificado pelo Sr. Sebastião Santos da Silva – ex-presidente do Conselho Gestor e ex-chefe da RESEX Chico Mendes. O crédito só foi liberado após a realização do Recadastramento de Moradores da RESEX Chico Mendes pela Unidade Gestora (ICMbio), por meio do qual, dentre

outras coisas, foi possível identificar os ocupantes irregulares e sem direito a acessar o crédito.

Apesar desse problema não ter sido mencionado claramente na construção dos Diagramas de Venn nas localidades, acredita-se que tais irregularidades no acesso ao crédito moradia tenham motivado as ações de reestruturação da gestão da Reserva, dentre as quais, a decisão do Conselho Gestor de reconverter as associações locais em núcleos de base (sem base jurídica autônoma). Dessa forma, tudo indica que os recursos oriundos de políticas públicas passariam a ser gerenciados pelas Associações Concessionárias, um maior controle estatal por meio da ação dos responsáveis pela gestão da Reserva.

Tabela 8 – Valor do crédito instalação pago por família no intervalo de 2003 a 2008

<b>Crédito Instalação</b>	<b>Valor (R\$) Pago por Família</b>		
	<b>2003</b>	<b>2004/2006</b>	<b>2007/2008</b>
Apoio Inicial	1.500,00	2.400,00	2.400,00
Habitação	3.000,00	5.000,00	7.000,00
<b>Total</b>	<b>4.500,00</b>	<b>7.400,00</b>	<b>9.400,00</b>

Fonte: Superintendência Regional do INCRA no Acre – SR.14.

Contudo, o crédito moradia foi citado em apenas **duas** áreas das oito visitadas, nos Seringais Dois Irmãos e Vila Nova. Contudo, após a sistematização das informações obtidas em campo, verificou-se que ele surgiu nos debates de sete locais pesquisados, com exceção do Seringal São Pedro, onde não foi sequer lembrado. Percebeu-se também que, apesar dos moradores mencionarem que o crédito moradia tinha uma grande importância para eles, estes não discutiram muito sobre o tema nas reuniões, sendo um pouco mais debatido nas duas áreas onde foi citado. Acredita-se que, esta pouca referência ao Programa seja porque grande parte das famílias já havia recebido o crédito e aquelas que ainda não tinham recebido, estavam informadas de que a liberação do mesmo estava provisoriamente suspensa e, ao mesmo tempo, seguras quanto à sua liberação futura, já que tinham conhecimento de que o recurso já estava depositado na conta bancária das associações concessionárias.

Até o encerramento da pesquisa, todos os seringais visitados haviam sido contemplados com o crédito moradia. Conforme informações prestadas pelos próprios moradores, das oito áreas visitadas, pelo menos 83 famílias tinham recebido o crédito

moradia (Tabela 9). Essa quantidade certamente foi bem maior, já que grande parte dos moradores não soube informar o número de beneficiários.

Tabela 9 – Número de famílias beneficiadas e aguardando o crédito moradia

<b>Seringal</b>	<b>Famílias Beneficiadas</b>	<b>Famílias Aguardando</b>	<b>Valor Recebido (R\$)/ Família</b>
Porvir	15	Poucos	4.500,00
Dois Irmãos	20	15	4.500,00
Vila Nova	33	45	4.500,00
Santa Ana	21	44	9.000,00
C. Cumaru/ Seringal São Francisco	Poucos	Não informado	Não informado
Bela Vista	4	Não informado	Não informado
Filipinas	Alguns	Muitos	Não informado
São Pedro	Poucos*	Não informado	Não informado

Fonte: Pesquisa (2010).

\* Informação prestada pelo Srº José Cecílio Evangelista de Oliveira – Originário do Seringal São Pedro e atual vereador de Xapuri-AC.

De acordo com um morador do Seringal Vila Nova, o crédito moradia é muito importante “por que quem mora na casa de paxiúba vai passar a morar em casa serrada, de madeira. [...] A importância dela é muito grande né, porque moradia é muito importante né, uma casa nova dá mais segurança na chuva.”

Além disso, um morador e líder comunitário do Seringal Vila Nova elogiou o fato do valor do crédito ter aumentado, como também, os direitos e responsabilidades dos beneficiários, conforme depoimento abaixo.

“Outra coisa a respeito do crédito do INCRA é que antes era R\$ 4.500,00, mas não era obrigatório você fazer o banheiro, não era obrigado você fazer a cerca, quer dizer, cercar, fazer o quintal. Agora aumentou o valor, mas é obrigatório vocês ter agora que fazer o banheiro e se eu não tô enganado, também o quintal. [...] Quem for receber agora vai receber uma boa baba. Então, eu acho, que é muito importante, porque quem não tem banheiro, vai ter que ter [...]”

Apesar do reconhecimento da importância do crédito, muitos moradores reclamaram da demora na liberação das parcelas e na construção das moradias, pois tem acontecido das famílias receberem todo o material e ficar aguardando por muito tempo, até mesmo por anos, a realização da obra. Os depoimentos abaixo revelam estas questões.

“O Incra tá próximo da comunidade por conta do crédito moradia, mas ainda tem muita coisa a ser feito, pois ainda tem muitas famílias para receber.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

“Eu fiz com R\$ 9.500,00, aí já recebi o material, comprei uns animal pra mim e tá com quatro ano, vai fazer quatro ano agora e diz que já tem gente que tá doidinho pra pegar o serviço pra fazer a casa, que já foi lá primeiro que eu, que eu tô na chuva. Mas antes, ao invés de ter pego material de trabalho, eu tivesse comprado o zinco pra cobrir minha casa, mas antes eu tivesse feito isso, que nós esperamo quatro ano e ainda até hoje não saiu. [...] Eu comprei uns animal [também com o crédito], todo mundo mangava de mim que já deu cria, já tá buchuda [grávida] de novo e essa casa não sai.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Outra crítica que merece destaque foi realizada prioritariamente no Seringal Vila Nova, onde as lideranças e moradores estão revoltados com o fato da associação local não poder mais gerenciar os recursos desse Programa Federal e de outros também. Sobre essa questão, o Srº Manoel Edmar Gomes de Oliveira - Presidente da Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova fez a seguinte crítica:

“Trinta e três famílias já receberam o crédito, agora nós tinha mais quarenta e cinco crédito aprovado pra cá, aí com a mudança, vai pra lá e vem pra cá e vai pra lá e vem pra cá, o certo é que agora [...] não existe mais crédito e foi embora. Nós vamo depender agora do Nem [Domingos - Presidente da AMOPRECARB] fazer o pedido, não sei se já fizeram, e eu também não posso dizer, eu não posso explicar pra você quanto é e quem vai receber, porque o direito que a associação tinha dos crédito foi tirado e passou pra a associação grande, então, eu não sei dizer ... Agora, os moradores vão ser contemplado sob o comando da outra associação. [...] Por hora, a nossa associação existe, mas esse direito não tem mais.”

Finalmente, um aspecto curioso que aconteceu no final da reunião no Seringal Dois Irmãos foi quando um morador, pedindo para fazer uso da palavra, disse que o INCRA está atuante na Reserva no aspecto do crédito moradia, mas que a instituição tem outras coisas a oferecer para os moradores da Reserva como, por exemplo, os cursos de formação para técnico florestal, agroflorestal, ecoturismo e agroindústria, oferecidos por esta instituição pública em parceria com o Instituto Dom Moacyr. No entanto, esses cursos são pouco divulgados na Reserva e, por isso, neste aspecto a referida instituição ainda está muito devagar.

O depoimento que segue abaixo revela não só a consciência de um morador quanto ao papel que deveria ser exercido pelo INCRA, mas, principalmente a sua frustração de não ter conseguido ingressar num dos cursos de formação ofertado por

esta instituição pública que, segundo ele, apenas uma pessoa da localidade conseguiu realizar.

“Quando se fala do Incra, a pessoa vê mais a questão dos crédito [Habitação], mas o Incra também ele tem linhas de recurso pra questão de abertura de ramal, manutenção de ramal... É... essa questão de curso de formação mesmo de técnico, essas coisas ... Tem cursos lá na Escola da Floresta que são turmas que o Incra custeia tudo né e aqui pra comunidade ele tá muito distante nessa parte da capacitação mesmo. Eu mesmo, o ano passado, eu fiquei um período aí na expectativa de ir pra escola formar técnico e depois foi por águas abaixo porque não conseguiu se concretizar. E aqui, dessa comunidade, tem uma pessoa só que se formou técnico, então eu acho que o Incra deveria ser mais presente nessa parte.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Outra moradora do Seringal Dois Irmãos também manifestou o desejo de realizar cursos na área florestal, tais como os ofertados pelo INCRA.

“Rapaz eu acho que assim, alguma coisa que podia melhorar é a questão de aprimorar porque a gente terminou e ficamos parado, aí assim, se pudesse ter outros curso, outras especialização (...), tipo da questão florestal, assim técnico florestal.”

No entanto, na visão da Sr<sup>a</sup> Dercyr Tales de Carvalho Cunha – Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, a questão não é só oferecer cursos, mas trabalhar a formação política dos jovens de forma que estes se sintam motivados a retornar para as suas comunidades e contribuir para o desenvolvimento delas, conforme relatado abaixo.

“[...] o projeto da escola do governo, quer que esses jovens se formem em técnicos pra retornar pra comunidade. Ser útil né, pra sua comunidade. Mas quem disse que eles voltam pra comunidade, voltam não, tá todo mundo aqui [em Xapuri] [...] Isso é porque não é trabalhada essa questão da formação de... como é que eu diria, a formação política mesmo do cidadão, que a gente trabalhou né na metodologia do Paulo Freire né, no início quando iniciou a escola na Reserva.”

A partir da avaliação dos moradores, percebe-se que atualmente o INCRA tem grande importância para os moradores da Reserva, já que ao disponibilizar recursos para a construção de moradia, aquisição de animais, etc., a instituição está de certa forma garantindo uma qualidade de vida melhor para as famílias. No entanto, seria interessante que se discutisse junto com os moradores o tipo de moradia que desejariam ter, pois muitas vezes o modelo proposto pode confrontar os padrões culturais existentes na localidade. Por exemplo, a construção dos banheiros é vista como imposição, mesmo

que se saiba que é essencial para a garantia da higiene. Falta um projeto educativo sobre o tema, pois, tudo indica que, às vezes, são vistos como desnecessários por algumas pessoas. Esse tipo de intervenção, embora, bem intencionada, acaba se configurando numa ação tutorial como explicou Alencar (1990) ou invasão cultural, como diria Paulo FREIRE (1983).

As instituições públicas consideradas pelos moradores como importantes, porém **com pouca atuação na Reserva ou até mesmo ausentes** foram a FUNTAC, por meio do Programa Luz Para Todos, a SEAPROF, responsável por prestar assistência técnica aos agricultores familiares, as Secretarias Municipais de Agricultura, EMBRAPA, ICMBio e IBAMA. No entanto, cabe destacar que essa percepção das quatro últimas instituições serão discutidas no contexto da produção e renda e da gestão da Reserva, nos próximos capítulos.

A **FUNTAC**, por meio do **Programa Luz Para Todos** foi considerada pelos moradores como uma instituição de grande importância, porém, com pouca atuação na Reserva. Este Programa consiste numa iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), que tem a participação da Eletrobrás e suas empresas controladas. No caso do Acre, participam a Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE) e a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE). Além destas, dispõe da parceria de instituições públicas como a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC)/Governo do Acre e Universidade Federal do Acre (UFAC). Contudo, a execução do Programa no Acre está sob a responsabilidade de uma Coordenação Estadual Específica.

O Programa Luz Para Todos foi citado em três áreas das oito visitadas. No entanto, após a sistematização das informações obtidas em campo, verificou-se que ele surgiu nos debates dos oito locais pesquisados. Acredita-se que a citação da FUNTAC pode ter sido induzida involuntariamente pela pesquisadora. Isso porque, os moradores podem ter sido induzidos a substituir a citação do Programa Luz Para Todos ao não conseguirem estabelecer um vínculo do mesmo a uma organização constituída.

Já nas localidades onde foi mencionado, percebe-se que o Programa foi vinculado “erroneamente” à FUNTAC, sendo considerada como a instituição pública responsável por sua execução. É possível que este vínculo estabelecido pelos moradores seja resultado do envolvimento da instituição no Programa na condição de parceira.

Além disso, ela tem difundido uma inovação que tem chamado atenção dos moradores, como, por exemplo, a criação do Fogão Gera Luz<sup>19</sup>.

No entanto, apesar da relação estabelecida entre o Programa Luz Para Todos e a FUNTAC, no momento do debate sobre a importância da instituição para os moradores, percebeu-se que a referência real para eles era o próprio Programa e não a instituição, como outrora mencionado. Por isso, para efeito de análise dos depoimentos obtidos em campo, entende-se que as opiniões expressadas pelos moradores sobre o Programa não devem ser compreendidas como direcionadas à FUNTAC, mas à Coordenação direta do mesmo.

De acordo com o Srº José Alberto R. Rodrigues - técnico do IBAMA, em virtude das particularidades da RESEX Chico Mendes e seus objetivos de conservação da floresta, a instalação de energia nas moradias da localidade foi proposta de duas formas, a saber: a) instalação de poste com fio nos locais onde existem ramais, com a ressalva de que a fiação só pode adentrar em no máximo dois quilômetros de área de floresta; b) em locais de difícil acesso e de inexistência de ramais foram propostas duas alternativas, sendo a primeira a instalação de placa solar e a segunda, a instalação do fogão Gera Luz. No entanto, a segunda opção tem sido implantada pelo Governo do Estado do Acre, em algumas áreas piloto, em caráter experimental.

Mediante observação e debate nas reuniões, verificou-se que a maioria dos locais visitados ainda usa lamparina com diesel, em outros utilizam motor (gerador), bateria de automóvel e/ou a placa solar, sendo esta última instalada por conta própria e normalmente em locais melhor situados.

É importante esclarecer que é muito comum encontrar moradias que combinam a utilização da lamparina com a energia mecânica, sendo esta última utilizada para gerar, pelo menos, o mínimo de energia necessária para as famílias assistirem as programações televisivas durante a noite, de preferência, as novelas. Essa forma de obtenção de energia é também importante para a realização de festas.

Até a época do encerramento desta pesquisa, nenhuma das áreas visitadas havia sido contemplada pelo Programa Luz Para Todos, com exceção do Seringal Dois

---

<sup>19</sup> Este fogão produz eletricidade a partir da queima de lenha, folhas e outras massas vegetais, ou seja, a energia é gerada com a mesma quantidade de combustível utilizada para preparar os alimentos. O fogão é capaz de acender até cinco lâmpadas e manter um ponto de energia para TV, rádio ou geladeira.

Irmãos, que desde 2007, dispõe de energia por placa solar nas 35 moradias ali existentes (Foto 31). Este Seringal compôs o Projeto Piloto do Programa para instalação deste tipo de energia na RESEX Chico Mendes, do qual também participaram os Seringais Albrácea e Iracema, onde foram contempladas 37 e 31 moradias, respectivamente.



Foto 31 – Moradia no Seringal Dois Irmãos com Placa Solar

Durante a pesquisa, os moradores dos Seringais Santa Ana e Vila Nova receberam a promessa de que, ainda no mesmo mês, receberiam a doação do fogão Gera Luz, sendo 22 unidades para o primeiro e 20 unidades para o segundo. No primeiro caso, a informação foi transmitida pelo técnico do Ibama que acompanhava esta pesquisa, durante a reunião realizada na comunidade. Os fogões prometidos foram doados no final do mês de abril de 2010. Porém, de acordo com um dos moradores, o material que gera a energia, que é ligado ao fogão é muito frágil e todos os equipamentos apresentaram problemas. No segundo caso, o comunicado foi realizado por um representante da Coordenação Estadual do Programa que estava na localidade na época da pesquisa. Porém, até o desfecho deste trabalho não se teve conhecimento se a doação foi realizada ou não. Um fato curioso é que após esta intervenção, os moradores mudaram a avaliação negativa, feita inicialmente, sobre a atuação do Programa na área, considerando-o, a partir de então, mais próximo à comunidade.

Os outros cinco seringais, até o término desta pesquisa, tinham apenas recebido a visita dos técnicos do Programa Luz Para Todos que cadastraram as famílias ali residentes. Na Comunidade Bela Vista, no Seringal São Francisco, os moradores informaram que já “[...] cavaram os buracos para colocar os postes. Os buracos já tão

aterrado, vão ter que fazer de novo, mas só não deu certo porque o inverno chegou. A expectativa é que no verão a Prefeitura mande as máquinas pra reabrir o ramal.”

Na Comunidade Cumaru, também no Seringal São Francisco, os moradores estavam super ansiosos, pois a equipe do Programa estava colocando os postes para a instalação da energia em alguns ramais próximos à comunidade. Para apressar a chegada de energia no local, os moradores decidiram na reunião do núcleo de base, realizada no dia desta pesquisa, que iriam sugerir à Coordenação Estadual do Programa a instalação dos postes e energia no ramal Cumaru, ainda no período do inverno. Além disso, também pretendiam oferecer apoio no serviço nos ramais, como também disponibilizar almoço para os trabalhadores, como uma forma de evitar desperdício de tempo.

Um fato curioso nesta reunião foi que para a tomada desta decisão, primeiro os moradores votaram para eleger o que era prioridade para eles naquele inverno, ou seja, o ramal ou a luz, já que tinham entendimento de que o serviço de instalação de energia no período das chuvas prejudicaria muito a trafegabilidade do ramal, sendo decidido por unanimidade em favor da luz, pois ficaram com medo de deixar a luz para o verão e depois não ser instalada.

De forma geral, percebeu-se em campo, que o Programa Luz Para Todos é uma das políticas públicas mais esperadas pelos moradores da Reserva. A expectativa de acesso à energia é muito grande, pois por meio dela, além de possibilitar uma maior qualidade de vida aos moradores, dependendo da distância e acesso, também é possível vislumbrar fontes alternativas de renda. Essa ansiedade está expressa nos depoimentos abaixo.

“[...] acho que [a maior expectativa dos moradores do Cumaru] é chegar a luz né, pra todos aqui, que já tá no projeto e ainda não chegou.” (Moradora, Comunidade Cumaru, Seringal São Francisco)

“Nós tamo ansiosa, ansioso, todo mundo esperando essa luz, pra fazer uma inauguração e a luz não chega.” (Moradora, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

“A equipe do Luz Para Todos já veio no local, fizeram reunião, mas até agora nada.” (Morador, Seringal Filipinas)

O desejo de ver a energia instalada nos Seringais é tão grande que muitos moradores já estão aborrecidos e até desesperançosos. Estes, quando indagados sobre a possibilidade da luz chegar ao local, normalmente dão uma resposta semelhante a estas:

“A luz aqui é para uns e outros não, pra nós é assim!” (Morador, Seringal Porvir)

“Disseram ter um projeto de implantação na área nesse ano [2010] e que um dos primeiros ramal a ser beneficiado esse ano na região será o Porvir, só que o problema que esse é um ano político, aí tem a questão da manobra política que impede.” (Morador e Líder comunitário, Seringal Porvir)

Apesar da grande expectativa quanto à “chegada da energia”, os moradores também revelaram estar conscientes dos possíveis problemas que possam vir junto com este benefício. Isso porque, se tem uma coisa que corre rápido na Reserva é notícia e, como em algumas áreas instaladas ocorreram alguns problemas, os moradores já apresentaram alguns temores e críticas, tais como se segue.

“[...] o negocio é que já tem gente desconfiada porque parece que tá mais apagada do que acesa Eu digo: Ah! Ainda vão ter muita raiva rapaz! Já tão tendo lá, na luz pertinho de lá, já tão tendo raiva. E aqui? Sem saber se vão consertar [...]” (Morador, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

“Essa luz não presta não. É só pra terem raiva. Você sustenta a lamparina e o combustol, porque quando apagar, ninguém sabe quando vai acender né. [risos] Aí outros disseram, tão falando que onde não der pra ir a luz, vão mandar fogão pra fazer energia né [...]” (Morador, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

O que se verificou é que os moradores não estão preocupados apenas com a instalação da energia, mas principalmente com a qualidade e manutenção dessa energia. Sobre este assunto, o Sr. Isaías Flores Lopes - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Assis Brasil e ex-presidente do STR de Assis Brasil (onde militou por 18 anos), expressou a seguinte opinião:

“O sonho de todos que moram aqui é ter a luz, mas é preocupante, porque se você coloca a luz aqui e não dá manutenção, acontece o que tá acontecendo com o Capelão [morador], que tá desde antes de ontem sem luz... Quer dizer, se você coloca e não dá manutenção o resultado é negativo, porque a luz, a velinha, e até a luz da lamparina, vamos dizer assim, antes da luz convencional chegar, a velinha serve que é uma beleza, mas depois que a luz chega que você começa a viciar com ela, aí não serve mais. Quer dizer, tem pessoas aí que tá até querendo vender televisão, geladeira, porque não tá resolvendo o problema, porque passa de mês sem luz. Eu acho que isso é uma das coisas que as comunidades têm que sentar pra conversar. Uma coisa é você colocar, outra coisa é você dar assistência.”

Diante disso, percebe-se o quanto é importante e necessário a existência de organização social nos seringais da RESEX Chico Mendes, pois por maior que seja o esforço do Estado em beneficiar os moradores com essa política pública, além das

dificuldades logísticas, burocráticas, também acontecem as disputas de interesses e poder, induzindo a uma maior lentidão na instalação do Programa. Nesse sentido, a mediação realizada desde dentro, pelas organizações representativas dos moradores, certamente daria maior celeridade ao processo e ainda inibiria o surgimento de uma série de problemas, como os relatados aqui. Assim, as chances de sucesso do Programa seriam bem maiores.

Com relação à **SEAPROF**, os moradores a reconheceram como uma instituição de grande importância para o desenvolvimento da região, porém, em praticamente todos os locais visitados, com exceção da Comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco, os mesmos consideraram muito fraca a sua atuação na Reserva, já que as ações que desempenha têm se limitado a: emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), necessária para acessar políticas públicas, como o PRONAF e os subsídios estadual e federal da borracha; assessoria para obtenção de crédito bancário; e intermediação no acesso ao Programa Compra Antecipada. No entanto, o acesso a esses serviços e outros prestados pela SEAPROF só acontece mediante a solicitação direta dos moradores no escritório da instituição. Por conta disso, a maioria das pessoas presentes nas reuniões da pesquisa considerou a assistência técnica na localidade muito fraca e, em algumas áreas até mesmo inexistentes.

As impressões da maioria dos moradores entrevistados sobre a SEAPROF podem ser lidas nos depoimentos abaixo:

“Até então, é um dos órgão que é credenciado pra passar as DAP aqui né. É um documento onde você faz o financiamento do PRONAF, pro setor produtivo, pra criação de pequenos animais [...]” (Morador, Seringal Porvir)

“A SEAPROF trouxe a compra antecipada. Os moradores que venderam algo, não receberam dinheiro até hoje.” (Moradora, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

“A parte de assistência técnica tá muito devagar.” (Morador, Seringal Porvir)

“A Seaprof é muito importante, mas tá muito distante.” (Morador, Seringal Vila Nova)

Em contraste a estas opiniões, os moradores da Comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco, em Assis Brasil revelaram estar satisfeitos com o trabalho da SEAPROF na localidade, conforme os relatos abaixo.

“A importância da Seaprof pra nós aqui é sobre o transporte dos legumes do pessoal, que quem tira é os carro da Seaprof, quem dá apoio [para levar e vender no mercado em Assis Brasil]. [Além disso,] eles pegam o feijão e os abacates, essa coisas assim, e levam para vender pras escolas, toda terças-feiras eles entrega os legumes pra

escola [...] é um convênio que eles têm lá pra repassar depois [compra antecipada]. Também fizeram um curso de artesanato de semente aqui.” (Moradora, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

“É a Seaprof é que nem eu falei, o gerente dela é muito esforçado. Ele sempre tá visitando aqui a nossa comunidade, ele sempre tá trazendo uns incentivo pra nós, que pode melhorar pra nós, que tem como a gente conseguir, então, ele tá sempre presente aqui. É o Marquinho, é conhecido como Marquinho né? E ele sempre tá aqui e agora na safra do feijão né, que o feijão não tinha preço e ele buscou um mercado pro nosso feijão né. Levou e vendeu [...]” (Morador, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

“Eu pra mim é grande a importância da Seaprof porque tem poucos... lá tem pouca gente dentro da Seaprof, mas eles tão atendendo muita gente, porque dos tempo que o menino é de lá, o Marquinho que é presidente de lá, que eles tem dado assistência pra muita gente [...] Eles faz tudo aqui e em Assis Brasil a SEAPROF registra trabalho [...]” (Moradora, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

“[...] eu já fui em encontro em Xapuri, em Epitaciolândia, por aí, e em todo canto eles [os moradores da Reserva] reclama da Seaprof, reclama que não faz nada, pois eu digo que em Assis Brasil, até agora pra nós, tá sendo beleza, mesmo porque eles vem buscar borracha, vem fazer tudo. Manda pedir pra ir um doente, vai e chega lá eles tem atendido e bem atendido.” (Moradora, Comunidade Cumarú, Seringal São Francisco)

A partir destes depoimentos e das observações realizadas em campo, percebe-se um conjunto de fatores que de certa forma explicam o motivo da satisfação dos moradores da Comunidade Cumarú com o trabalho da Seaprof na Reserva. Inicialmente, acredita-se que isto decorre do interesse e organização social dos moradores que solicitam a sua presença na localidade. Além disso, a presença constante da AMOPREAB na área auxilia na intermediação com a SEAPROF. Outro aspecto favorável refere-se à relação de confiança e amizade existente entre os moradores e o chefe do escritório local da instituição, que apesar da posição ocupada, não abre mão de realizar as visitas de campo.

Em entrevista com o Srº Marcos Antônio da Silva Góes – Chefe do escritório local da SEAPROF em Assis Brasil, o mesmo considera que a diferença na forma de atuação da instituição nos municípios da Reserva se deve às propostas diferenciadas de desenvolvimento traçadas para a regional do Alto Acre, pelo Governo do Estado, tendo como referência o potencial produtivo de cada localidade. No caso do município de Assis Brasil, o mesmo informou que o Governo está incentivando o desenvolvimento das cadeias produtivas de borracha e castanha, apoiando desde a fase de produção até a comercialização. Assim, na área da Reserva localizada em Assis Brasil, a SEAPROF

tem prestado assistência direta na cadeia produtiva da borracha FDL (Folha de Defumação Líquida), cujo processo de produção foi desenvolvido pela Universidade de Brasília (UNB), pela equipe do Profº Floriano Pastore. Essa técnica foi disseminada, há 13 anos, em Assis Brasil, pelo Projeto TECBOR (Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha). No início de 2010, o Governo do Acre declarou apoio oficial à iniciativa, transformando-a em política pública. Dessa forma, a SEAPROF em Assis Brasil está atendendo os dois pólos maiores na produção de FDL, a comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco e comunidade Divisão, no Seringal Icuriã, envolvendo 64 famílias da RESEX Chico Mendes.

No caso dos municípios de Brasiléia e Eptaciolândia, o Chefe da Seaprof em Assis Brasil, informou que o foco do Governo do Acre tem sido a cadeia produtiva do frango, em virtude do frigorífico avícola, instalado em Brasiléia desde 2008. Por isso, os técnicos da SEAPROF nestes municípios estão trabalhando mais diretamente com as famílias produtoras de frango, localizadas nos Pólos Agroflorestais de Brasiléia e Eptaciolândia. Além disso, mencionou que até mesmo o Programa de Aquisição de Alimentos tem sido trabalhado, em grande parte, com as famílias destes Pólos.

Em entrevista com a Srª Elaine da Silva - Técnica do escritório local da SEAPROF em Brasiléia, quando indagada sobre as principais ações da instituição na Reserva, a mesma informou:

“Crédito. Essa é a ação específica na reserva, mesmo porque a gente não tem técnico pra reserva, a gente tem técnico que tenta atingir todas as áreas de Brasiléia, mas infelizmente a reserva não tem técnico específico. A gente trabalha com a demanda do crédito. O produtor vai até o banco, faz o cadastro e quando chega esse cadastro aqui, a gente vê que é da reserva, então, com a necessidade do crédito, o produtor é que vem até a gente, e não a gente que vai lá dá assistência técnica. [...] a atuação da Seaprof não é muito, não é significativa, nem razoável, ruim, nem chega a ser ruim, porque é praticamente inexistente.”

De acordo com a Srª Elaine da Silva, prestar serviço de assistência técnica em uma área como a RESEX Chico Mendes é muito difícil, pois são muitos os desafios a serem superados, contribuindo para uma atuação incipiente da instituição na localidade, conforme relato abaixo.

“Pelo tamanho da reserva a Seaprof não tem como atingir todas as colocações, todos os lugares. O acesso também é muito difícil, somente no inverno. E é longe, né. Uma distância pra você andar atendendo a todos os pontos. Eu acho que a dificuldade é essa, falta de técnicos, falta de infra-estrutura, acesso também que não é às vezes muito bom, em certa época do ano.”

Em Xapuri, a Sr<sup>a</sup> Ermenegilda Gomes Moreira – Chefe do escritório local da Seaprof disse que as principais ações da instituição na Reserva são: implementação da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, visando realizar a certificação da propriedade rural; apoio à produção, por meio do crédito rural; acesso ao subsídio estadual e federal da borracha; apoio logístico no transporte do látex do interior dos seringais até a COOPERACRE, de onde a matéria-prima é comercializada e encaminhada para a Fábrica de Preservativos Masculinos Natex.

Com base no exposto, percebe-se que a atuação da SEAPROF na RESEX Chico Mendes ainda está muito aquém das reais necessidades dos extrativistas, revelando não só as dificuldades de se trabalhar em uma região tão complexa, mas também certo conformismo por parte de alguns escritórios da instituição quanto à essas dificuldades, não demonstrando empenho na busca de alternativas para dispor de uma assistência técnica realmente efetiva.

De acordo com a análise das ações promovidas pelas instituições públicas na RESEX Chico Mendes, conforme síntese no Quadro 2, não é possível perceber ações que estimulem a autonomia e automobilização dos moradores da Reserva, mas apenas a reprodução da condição de dependência em relação ao poder público estatal. Neste modelo, as instituições públicas, ficam de um lado, enquanto que os moradores da Reserva ficam de outro, prestando-se ao papel de meros depositários dos recursos financeiros e conhecimento dos primeiros, que quando encerrados, deixam os seus beneficiários completamente à deriva, como a exemplo do que ocorreu após o encerramento do Projeto RESEX. Nesse meio de campo, muitas vezes, os moradores são envolvidos em processos ditos “participativos”, visando dar legitimidade às decisões previamente estabelecidas em escritório, sem, no entanto, garantir aos mesmos o direito de influenciar o meio onde vivem.

Neste contexto de Reserva Extrativista, as **organizações representativas** exercem um papel fundamental, pois, são elas que fizeram e ainda fazem os encaminhamentos das reivindicações. Essa seria uma mediação de baixo, entre a base que representa, no caso da Reserva, os seringueiros e as instituições públicas e organizações sociais externas. Desta categoria, as organizações mais mencionadas e debatidas na pesquisa foram as associações locais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (Quadro 4).

Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações representativas, na visão dos moradores

Organização Representativa	Positivo	Negativo
Associações Locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum de discussão e resolução dos problemas locais;</li> <li>- Com a situação jurídica legalizada, possibilita a comercialização da produção;</li> <li>- Acesso direto às políticas públicas, sem intermediação das associações concessionárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de regularidade na realização de reuniões.</li> <li>- Estão impedidas de comercializar a produção e acessar as políticas públicas por meio de sua associação local, em virtude da decisão tomada no Conselho Gestor de reverter as associações locais em núcleo de base.</li> </ul>
Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Busca parceiros para a realização de cursos de capacitação nos seringais.</li> <li>- Expede documento para obtenção de auxílio doença, aposentadoria e licença maternidade.</li> <li>- Auxilia na organização de documentos para legalização de associação.</li> <li>- Auxilia no transporte da produção para comercialização.</li> <li>- Abrange outras áreas fora a Reserva e, assim, outros tipos de trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não faz o que devia fazer.</li> <li>- Não está atuando na comunidade.</li> <li>- Não dispõe mais de delegado sindical nos seringais.</li> </ul>
Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É representante dos seringueiros.</li> <li>- Auxilia a associação concessionária e demais associações em tudo o que fazem.</li> <li>- Auxiliou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) em alguns seringais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não está brigando muito pelos assuntos de interesse dos seringueiros, como o preço da borracha.</li> <li>- Está atuando pouco na comunidade.</li> <li>- Não tem representado os interesses dos seringueiros.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa (2010)

Em virtude desse caráter de mediação de baixo, ou seja, de interlocutor entre extremos, as organizações representativas acabam atuando com mais frequência no âmbito regional e nacional. Por isso, o trabalho realizado pelas lideranças destes tipos de organizações, muitas vezes não é visto pelos moradores, como no caso dos STRs e CNS. Dessa forma, muitas vezes, os seringueiros não se sentem representados por estas organizações.

Esse é um problema recorrente na análise da atuação das organizações representativas e deve-se, muitas vezes, aos afazeres distantes de representação, nos quais essas lideranças estão, necessariamente, envolvidas. Esse **dilema da representatividade**, que muitas comunidades e populações excluídas tentam contornar, ainda não é bem equacionado. Mesmo que aqui apenas se poderia registrá-lo, cabe compreendê-lo: a conquista de direitos implica conquista de espaço e voz em outras

instâncias de poder, que implicam em problemas locais decorrentes do distanciamento. Essas razões extrapolam, muitas vezes, o poder de controle das lideranças pelos moradores da reserva.

O papel e importância atribuída pelos moradores às associações locais serão desenvolvidos na próxima seção, onde se discute sobre a organização comunitária na RESEX Chico Mendes.

As organizações deliberativas aqui apresentadas são aquelas que têm o poder de deliberar, decidir sobre temas de interesse da RESEX Chico Mendes. O que as diferencia das organizações representativas é que estas surgiram como uma determinação do Estado para atender as necessidades de gestão da Reserva e não como resultado de mobilização vinda das bases. Assim, no formato de gestão desenhado pelo IBAMA e depois acolhido pelo ICMBio, os núcleos de base funcionariam como espaços de discussão, permitindo que os moradores tratassem sobre os problemas locais e encaminhassem demandas para as Associações Concessionárias que, em contrapartida, representariam os interesses dos moradores diante das instituições públicas, principalmente diante do Conselho Gestor, presidido pelo Chefe da Reserva.

Quadro 5 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações deliberativas, na visão dos moradores

<b>Organização Deliberativa</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Associações Concessionárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Todas as organizações que atuam na Reserva devem estar ligadas à associação maior (associação concessionária).</li> <li>- Tudo o que acontece na Reserva deve ser autorizado pela associação concessionária.</li> <li>- Representam os moradores nas reuniões do Conselho Gestor.</li> <li>- Tem representando bem as necessidades dos moradores da Reserva.</li> <li>- Reivindicam os direitos dos moradores junto ao poder público e organizações que lá atuam.</li> <li>- Intermedia o direcionamento de políticas públicas para a Reserva (ex: luz para todos e crédito moradia).</li> <li>- Tem poder de opinar no processo de formulação de política pública.</li> <li>- Ajuda a levar informação para os moradores da Reserva.</li> <li>- Presta um bom trabalho.</li> <li>- Ajuda na obtenção de auxílio doença e auxílio maternidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionavam melhor quando recebiam recursos do Projeto RESEX.</li> <li>- Antes também auxiliava na parte de educação e saúde que agora está por conta do Município e do Estado.</li> <li>- Não tem mantido muito contato com a comunidade, dificultando o seu papel de representar os interesses dos moradores junto ao órgão gestor.</li> <li>- Pouco diálogo entre os moradores e as associações.</li> <li>- A associação participa das discussões no Conselho Gestor, mas não tem tido poder de decisão.</li> <li>- Faltam recursos financeiros para trabalhar melhor.</li> <li>- Duas associações estão inadimplentes.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lutam pelo direito dos moradores de colocarem roçado (realizar a queima).</li> <li>- Se envolve com os problemas dos seringueiros (ex.: preço da borracha).</li> <li>- Tem a responsabilidade de analisar todos os projetos direcionados para a Reserva.</li> <li>- Negocia a produção dos moradores (AMOPREAB).</li> </ul>	
Conselho Gestor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem grande importância para a Reserva.</li> <li>- Para tomar uma decisão há a participação de várias organizações e de representantes dos moradores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muitos conselheiros não conhecem a Reserva na prática.</li> <li>- Rotatividade grande dos representantes das organizações e instituições que compõem o conselho.</li> <li>- Muitas vezes toma decisões sem saber o que os extrativistas querem.</li> <li>- Toma decisões que atendem mais aos interesses das instituições/ organizações e às necessidades políticas.</li> <li>- As organizações representativas são minoria no conselho e não tem voz.</li> <li>- É mais conhecido pelas lideranças e, por isso, os moradores não compreendem bem seu funcionamento.</li> <li>- Está trabalhando pouco a questão da conscientização ambiental.</li> <li>- Falta ter um visão de planejamento para a Reserva.</li> </ul>
Núcleo de Base	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilita a discussão dos problemas locais e a tomada de decisões pelos moradores (ex. realização de mutirão para limpeza de ramal, para pelar arroz, para limpeza do roçado, etc.)</li> <li>- Em alguns lugares é organizado e cumpre as datas das reuniões.</li> <li>- Consegue alcançar melhorias para as comunidades (ex: ramal, escola, peladeira, etc.).</li> <li>- Consegue encaminhar as questões discutidas para a associação concessionária e influenciar na gestão.</li> <li>- Recebe mais apoio do órgão gestor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não tem o envolvimento de todos os moradores.</li> <li>- Não reúne regularmente, por problema de desunião.</li> <li>- Funcionava melhor quando recebia recursos do Projeto RESEX.</li> <li>- Não tem situação jurídica legal para comercializar a produção.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa (2010).

Apesar dos primeiros **núcleos de base** terem surgido, em meados da década de 90, por incentivo do CNPT/IBAMA, durante a pesquisa de campo, ficou evidente o quanto os moradores valorizavam esse tipo de organização, demonstrando até mesmo, certo saudosismo das ações que realizavam coletivamente, tais como: abertura de ramais, limpeza de varadouros, construção de pontes, etc.. Assim, em praticamente todas as áreas visitadas, percebeu-se que os moradores vinculavam a imagem dos

núcleos com os tempos de bonança, em referência ao passado, quando os recursos do Projeto RESEX corriam facilmente dentro da área. Hoje em dia, quando se fala em núcleos na Reserva, parece que a primeira lembrança que vem na mente dos moradores refere-se à decisão do Conselho Gestor em reativar os núcleos de base e/ou (re)converter as associações locais em núcleos, causando discussões polêmicas. Ao que tudo indica, a dificuldade maior da proposta não reside exatamente na existência dos núcleos, cujo modelo é até interessante, já que na prática possibilitaria a maior participação dos moradores em espaços de discussão. O problema está na idéia de que este deve substituir as associações locais, retirando dos moradores o direito a autonomia.

Percebeu-se que em grande parte das áreas visitadas, os moradores consideram as **Associações Concessionárias** como a organização de maior importância para eles, pois as reconhecem como representantes de seus interesses, afirmando, inclusive, que tudo que acontece na localidade deve ter o consentimento e apoio destas associações. No entanto, quando perguntados sobre como estava a presença das mesmas na Reserva, as respostas variaram nas localidades.

Em Brasília, nos dois Seringais visitados, Porvir e Filipinas, os moradores informaram que a AMOPREB estava distante e que precisava voltar a fazer as mobilizações com a comunidade, estar realmente presente, no dia-a-dia, pois só aparece quando a comunidade solicita. Além disso, acreditam que a associação deve conscientizar os moradores quanto à conservação da floresta, e, ao mesmo tempo, oferecer outros caminhos para os moradores não morrerem de fome. Mencionaram, ainda, que a associação precisava melhorar a sua representação diante do Conselho Gestor.

Em Xapuri, a avaliação foi um pouco diferente, pois no Seringal São Pedro as pessoas revelaram que a AMOPREX já foi muito importante, mas que na atualidade está muito distante, que além de não comparecer muito, não está lutando pelo preço da borracha, por crédito, etc. No Seringal Dois Irmãos, os moradores já acharam que a associação está trabalhando melhor na atualidade do que no passado e, ainda, porque tem o poder de opinar quando uma política pública está sendo formulada. É provável, que esta avaliação tenha sido influenciada pelo fato do atual presidente ser originário da localidade.

Em Assis Brasil, os moradores avaliaram o desempenho da AMOPREAB como muito bom. Um morador da Comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco disse: “A Amopreab é o centro da reserva. [...] É de lá que sai todos os trabalhos do seringueiro. A Amopreab está trabalhando bem, mas só precisa ter mais gente na equipe para trabalhar.” Na Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco, uma moradora disse que a AMOPREAB “tem guardado [protegido] bastante os moradores. [...] É a mãe de todos os grupos. A Amopreab é a porta voz da comunidade”. Um aspecto positivo que mencionaram foi o bom senso da associação em liberar a comunidade para realizar a queima de forma controlada, mesmo quando proibida.

Em Sena Madureira, não foi possível avaliar a atuação da AMOPRESEMA, já que na época da pesquisa, a mesma estava com pouco tempo de fundação. Mesmo assim, os moradores revelaram a expectativa de muita melhora na região.

No município de Capixaba, no Seringal Vila Nova, os moradores demonstraram total insatisfação com a criação da AMOPRECARB, principalmente por que a mesma irá gerenciar os recursos dos programas federais, destinados para a área. Como a nova associação tem uma área de abrangência maior, os moradores temem que fiquem esquecidos.

Mediante conversas, reuniões e até entrevistas com os Presidentes das Associações de Moradores, foi possível perceber que a Associação mais organizada é a Amopreab, justamente porque tem uma forte atuação na base, apoiando desde a produção até a comercialização. Além disso, das três mais antigas, é a única adimplente e que inclusive mantém a estrutura de cantina comunitária na Reserva, fornecendo mercadorias e comprando a produção para negociar. Ao que tudo indica, parece que foi a associação que melhor soube aproveitar os investimentos realizados na época do Projeto RESEX, no aspecto financeiro, mas, sobretudo na parte de formação de recursos humanos.

Quanto ao **Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes**, grande parte dos moradores informou não conhecer direito e nem mesmo saber a sua função. Porém, em praticamente todos os lugares onde ocorreram as reuniões, surgiram pessoas, geralmente as lideranças locais, que de alguma forma expressaram sua opinião sobre a atuação do Conselho.

De forma geral, os moradores reconheceram a importância do Conselho para a Reserva, principalmente por reunir várias instituições públicas, organizações e representantes dos moradores para decidir sobre os caminhos e futuro da Reserva.

No entanto, na visão dos moradores, muitas instituições que têm assento no Conselho não conhecem de fato a realidade de vida das famílias da Reserva e, por isso, muitas vezes acabam tomando decisões em desacordo com o desejo e necessidade dos moradores. Na verdade, muitos deles acham que os conselheiros estão muito mais voltados a atender seus interesses pessoais, da instituição que representa e até mesmo cedendo às pressões políticas.

Outra questão criticada pelos moradores refere-se a falta de paridade na composição do Conselho. Apesar do regimento interno do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes não fazer menção à questão da paridade, este tema foi alvo de críticas realizadas tanto pelos moradores quanto pelos representantes das organizações representativas dos moradores, pois os mesmos consideram que os interesses dos moradores da Reserva acabam prejudicados no momento de uma votação, já que eles participam em menor número no Conselho, apesar de representarem a maioria, ou seja, toda a população da Reserva. Porém, de acordo com o Sr. Sebastião Santos da Silva – ex-presidente do Conselho Gestor e ex-chefe da RESEX Chico Mendes, a dificuldade das organizações representativas não reside na falta de paridade, mas na pouca habilidade de argumentação e persuasão para convencer os demais conselheiros quanto ao que seria mais apropriado para a Reserva. Além disso, os moradores consideram que a constante mudança na chefia da Reserva e, por conseguinte, do Conselho também prejudica muito as ações na Reserva.

Observando as organizações deliberativas, verifica-se que o importante não é o espaço em si, mas a oportunidade efetivamente criada de participação pelos moradores.

As **organizações sociais** mais mencionadas pelos moradores foram a Igreja Católica, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia e WWF/Brasil. Porém, apesar de mencionados, não estimularam muito o debate. (Quadro 6)

Quadro 6 - Aspectos positivos e negativos nas ações das organizações sociais, na visão dos moradores

<b>Organização Social</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Igreja Católica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os encontros na igreja favorecem a comunicação entre os moradores e maior organização dos mesmos.</li> <li>- Aproveitam os encontros para passar avisos.</li> <li>- Mantém grupos de oração nos seringais (grupos de evangelho).</li> <li>- Permite a discussão do evangelho.</li> <li>- Trabalha para unir as pessoas, ensinando-as a se amarem e se perdoarem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não trabalha mais a questão da organização social das comunidades como antes da fundação da Reserva.</li> <li>- Pouca participação dos moradores nos encontros.</li> <li>- Dificuldade dos moradores cumprirem as doutrinas da igreja.</li> </ul>
Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiou a organização de um grupo de mulheres que desenvolve artesanato de borracha (apoio financeiro para participação em feiras, auxílio na obtenção de material para construção de casinha para trabalhar o artesanato, apoio para alguns moradores realizarem curso de agente florestal).</li> <li>- Realizou o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) em algumas áreas da Reserva, sob a execução do Governo do Acre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Outras instituições assumiram suas atribuições.</li> <li>- Não está mais tão presente na Reserva.</li> </ul>
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representa outras organizações do país inteiro.</li> <li>- Desenvolve um projeto de certificação da castanha em algumas áreas da Reserva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho mais difícil de visualizar.</li> </ul>
WWF Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiou os inventários do manejo florestal madeireiro no seringal Dois Irmãos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não está mais tão presente na Reserva.</li> </ul>

Fonte: Pesaquisa (2010).

A **igreja católica** foi mencionada como importante e próxima dos moradores em três locais pesquisados, Seringal Dois Irmãos, Comunidade Bela Vista/ Seringal São Francisco e Comunidade Cumaru/ Seringal São Francisco. Apesar de presente nas comunidades, atualmente seu foco é basicamente espiritual, trabalhando com grupos de orações ou do evangelho. Além disso, à medida que reúne pessoas para as atividades da igreja, acaba favorecendo a mobilização social, de acesso a informação.

O **CTA** foi mencionado em apenas dois locais, no Seringal Dois Irmãos e na Comunidade Cumaru/ Seringal São Francisco. Segundo os moradores, foi muito importante logo que a RESEX Chico Mendes foi fundada, pois executava o Projeto Seringueiro de alfabetização de jovens e adultos e formação política. Na ocasião da pesquisa de campo, essa organização social esteve na Comunidade Cumaru à serviço do

Governo do Estado do Acre, para realizar dois dias de oficinas com os moradores para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitário.

O **WWF Brasil** só foi citado no Seringal Dois Irmãos, onde financiou os inventários do manejo florestal madeireiro. Porém, agora está bem distante e, por isso, não foi considerado muito importante para os moradores, apesar do seu envolvimento atual nas ações de fortalecimento da estrutura de gestão da Reserva.

Dentre as **empresas privadas** (Quadro 7), a mais citada pelos moradores foi a Fábrica de Preservativos Masculinos Natex, localizada em Xapuri – AC, que compra o látex da seringueira de aproximadamente 500 famílias residentes na RESEX Chico Mendes, como também de famílias do Projeto Assentamento Extrativista (PAE) Cachoeira e dos Seringais São José e Equador. A fábrica produz em torno de 100 milhões de preservativos/ ano, destinados ao Ministério da Saúde, para doação nos estados do Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quadro 7 - Aspectos positivos e negativos nas ações das empresas privadas, na visão dos moradores

<b>Empresas Privadas</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Natex – Fábrica de Preservativos Masculinos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compra o látex de seringueira dos moradores.</li> <li>- Fornecem o material para a coleta.</li> <li>- Criou oportunidade para os extrativistas venderem o látex a um preço melhor.</li> <li>-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não disponibiliza material ou roupa para dar mais segurança ao trabalho do extrativista.</li> <li>- Poderia agregar mais valor no látex.</li> </ul>
Veja - Empresa francesa de calçados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compra a produção de borracha FDL de um grupo de seringueiros da Reserva.</li> <li>- Negocia com contrato, por intermédio da Associação Concessionária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preço baixo pago pelo produto.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa (2010).

De acordo com o Srº João Pereira da Silva - Gerente de Produção da COOPERACRE e Gerente de Campo da Natex, além da fábrica comprar a produção de látex da Reserva, também desenvolveu uma série de ações, integradas com o Governo do Estado, para recuperação de ramais, reabertura de varadouros, instalação de módulos sanitários e fornecimento de energia elétrica (placa solar e fogão gera luz).

No entanto, dos locais visitados, apenas no Seringal São Pedro um morador comentou que os representantes da fábrica haviam prometido reabrir o ramal, mas que segundo ele não ocorreu.

Vale ressaltar que a importância que os moradores atribuem à Fábrica decorre do incremento proporcionado na renda das famílias. No entanto, este aspecto será discutido no próximo capítulo que trata sobre produção e comercialização.

A partir da identificação das instituições, organizações e pessoas, com atuação na RESEX Chico Mendes, indicadas por aqueles que delas dependem, foi possível perceber o quanto elas são importantes no contexto da vida diária, sobretudo, as instituições públicas, já que são estas que, bem ou mal, levam a educação e saúde para as famílias da Reserva e, ainda possibilitam o acesso as políticas sociais e de apoio à produção. Em virtude dessa importância, estas são também o alvo das principais críticas realizadas pelos moradores, pois muitas vezes as coisas não acontecem como o planejado e prometido. Por um lado, isso revela a dificuldade de se executar ações em uma área com características e necessidades diversas. Por outro, revela a ineficiência do Estado em se aplicar adequadamente os recursos destinados à região. Quando se usa o termo ineficiência não se pretende ajuizar que os recursos não sejam investidos, o que também acontece, mas o foco que se pretende dar aqui é que muitas vezes são mal empregados, ou seja, utilizados como instrumento de manobra para fins eleitoreiros, deixando muitas localidades à mercê da sorte. Normalmente, investe-se onde o trabalho pode tornar-se facilmente visível, criando com isso algumas vitrines dentro da Reserva, a exemplo do que é realizado pelos projetos piloto, mas que na prática não expressam a dura realidade da maioria das famílias que lá residem. Nessa luta por acesso aos recursos “disponíveis”, ganha-se mais a comunidade com maior engajamento político, estabelecendo na Reserva a cultura de eleger um representante da localidade. No entanto, o que se observou em campo é que essa prática só se torna eficaz em comunidades socialmente organizadas, pois caso contrário, a comunidade mantém-se no lugar comum da dependência e subserviência. Nesse contexto, os debates e discussões na base, mediados pelas organizações representativas, são fundamentais para estimular a organização com vistas a automobilização.

### 3. Organização Comunitária<sup>20</sup>

A discussão sobre a organização comunitária surgiu a partir da identificação espacial da associação local ou núcleo de base. Este tema foi bastante discutido e polêmico, sendo problematizado em seis das oito localidades visitadas.

Conforme mencionado na seção anterior, a organização comunitária na RESEX Chico Mendes foi estruturada com o propósito de auxiliar na gestão da Unidade de Conservação tendo, inicialmente, três associações representativas dos moradores, sendo posteriormente ampliada para cinco, denominadas como Associações Concessionárias. Além destas, na estrutura de gestão, oficialmente também existem os núcleos de base nas comunidades. Estes devem funcionar como uma extensão das associações e servir como um espaço para discussão, resolução dos problemas locais e encaminhamentos para a associação a qual pertencem.

Nas áreas visitadas, a partir das discussões dos moradores no mapeamento, foram identificados três núcleos de base e três associações locais, conforme descrito na tabela 10. Dos núcleos de base encontrados, dois permanecem em atividade, desde a sua fundação, no tempo da execução do Projeto RESEX, nos anos 90, estando um deles reunindo regularmente e outro com menor frequência, mas tentando se fortalecer. O terceiro núcleo de base, fundado em 2009, por força de atendimento às determinações da Resolução Nº 10, de 31 de outubro de 2008, no intuito de substituir a associação local existente, até o momento da pesquisa, não havia realizado sequer uma reunião.

Das associações identificadas, de acordo com os depoimentos dos moradores, uma está funcionando ativamente, outra está tentando se reorganizar, estando inclusive se empenhando para regularizar sua documentação e mais outra está se reunindo com menor constância, por desânimo quanto à resolução tomada na reunião do Conselho de 2008 de que deverá ser transformada em núcleo de base novamente.

---

<sup>20</sup> Durante a pesquisa de campo observou-se que as expressões comunidade e comunitária são habitualmente utilizadas pelos moradores da RESEX Chico Mendes, indicando um conjunto de colocações localizado em determinado seringal da Reserva. Provavelmente, a utilização destes termos foi popularizada a partir do contato estabelecido com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, no início da década de 70, quando estas contribuíram com os movimentos sociais dos seringueiros, esclarecendo os trabalhadores rurais sobre os seus direitos (DUARTE, 1987). Além disso, as organizações internacionais que atuam na área também utilizam o termo “comunitários” para se referir aos moradores do norte do Brasil.

Tabela 10 - Organização local encontrada nas áreas visitadas

Nº	Área Visitada	Município	Nome da Organização Local
1	Comunidade Bela Vista (Seringal São Francisco)	Assis Brasil	Núcleo de Base do Bela Vista
2	Comunidade Cumaru (Seringal São Francisco)	Assis Brasil	Núcleo de Base do Cumaru
3	Seringal Santa Ana	Sena Madureira	Núcleo de Base Santa Ana <sup>1</sup> Associação de Base Wilson Pinheiro
4	Seringal Porvir	Brasiléia	Associação Verde Floresta
5	Seringal Filipinas	Brasiléia	Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova
6	Seringal Vila Nova	Capixaba	
7	Seringal São Pedro	Xapuri	Associação desativada
8	Seringal Dois Irmãos	Xapuri	Não mencionaram

<sup>1</sup> O Núcleo de Base Santa Ana foi fundado no ano passado (2009), em substituição a Associação Agroextrativista Santa Ana.

Fonte: Pesquisa (2010).

No âmbito da discussão sobre a forma de organização local, de maneira geral, os moradores logo enfatizaram a importância da existência de um grupo, núcleo de base ou associação. Essa importância é atribuída, pois essas organizações de base são vistas como um **meio de conquista de melhoria de vida** e como um **meio de representação de seus interesses** diante de instituições públicas e governamentais, inclusive frente aos órgãos gestores da Unidade de Conservação.

Segundo os próprios moradores,

“Todas as referência que tem aqui na comunidade é através desse núcleo. Sem esse núcleo, sem essa associação a gente não teria nenhuma referência, porque a gente não teria uma organização. Através da associação, nós conquistamos o ramal, e esse aqui é uma das referência maior que a comunidade tem, é esse ramal, a outra coisa é a escola, a outra coisa é todas essas estrutura que nós temo, a peladeira, o armazém e essa questão de a gente tá podendo também participar das organizações, por exemplo, capacitação. [...] Outra coisa é esses núcleos que foram criados que muitos é a associação, e esse representante da comunidade, ele participa das reuniões do governo do Estado, da Prefeitura, dos Conselho Gestor [...] Então, é através desse núcleo de base, dessa organização que foi feita é que a gente tá conseguindo..., por exemplo, essa questão das boas práticas da castanha que é a castanha orgânica e fazendo as boas práticas [...]” (Morador e Líder Comunitário, Seringal Porvir)

“Eu acho que deve ter grande importância porque quanto mais reunir, porque alguma coisa que nós já tem aí, a peladeira, foi porque a gente tava mais unido. Depois que sempre espalhou, ninguém faz uma reunião nem nada, ninguém conseguiu nada. Eu sei que a importância do grupo é isso, tem que

todo mundo tá unido pra conseguir mais alguma coisa pro grupo.” (Morador, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

“Nós ganhemo ó, através do grupo [...] esse rádio amador, ganhemo essa peladeira, ganhemo a peladeira completa, com motor e tudo. Outra coisa que nós ganhemo, o motor pro rio. Nesse tempo era o tempo que ninguém tinha barco, aí ganhemo o motor de barco pro rio. Aí, nisso aí, era porque o grupo tava forte né, tava unido, mas depois foi um grupo pra li, outro pra li, outro pra li, mas nem assim, nós vamo abandonar nosso grupo, porque diz que onde tem cinco pessoa, avali que nós somo cinco família aqui, que já tem seus filho grande e adulto, nem assim nós vamo deixar o grupo.” (Moradora e Líder do núcleo de base, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

À medida da intensificação do debate os moradores não só reconheciam a importância da existência de um grupo ou associação em si, mas, passavam a destacar a necessidade de existência de **um grupo organizado, atuante**. Essa atuação se daria na medida em que esse grupo fizesse reuniões com regularidade para discutir os problemas locais. É assim que eles conseguiriam levar suas necessidades e reivindicações às organizações com poder de intervir positivamente, encaminhando solução para os problemas por eles levantados. Tudo indica que, para algumas localidades, está claro que esse encaminhamento seria mediado pelas Associações Concessionárias, responsáveis pela gestão da Reserva, conforme pode ser verificado nos depoimentos a seguir.

“Eu acho que o grupo é que, o grupo, ele organizado, ele anda bem né. Organizando o grupo, ele vai andar bem. [...] se não existe reunião, o grupo sempre dá uma quedazinha, fica com um pouco de dificuldade pra andar, mas se organizar o grupo, eu acredito que vai ser muito bom pra gente trabalhar porque [...] uns pra um lado, outros pra outro, nunca vai conseguir se entender, aí a gente não vai conseguir fazer nada aqui [...]” (Morador, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

“Se nós tiver só reunião aqui e aqui ficar, num sai do que tá. Acredito que a gente tem que conversar, ver o que vai pra AMOPREAB ou vai pra onde seja preciso.” (Morador, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

Outro aspecto abordado sobre o tema diz respeito ao **enfraquecimento dos núcleos de base e associações locais** existentes na Reserva. Esse assunto surgiu porque os moradores ao falarem da atuação do núcleo de base ou da associação local expressaram não estar reunindo regularmente, com exceção da Associação de Base Wilson Pinheiro e Núcleo de Base do Cumarú. Além disso, destacaram não haver mais tanta união para a realização de ações coletivas como os mutirões para a limpeza dos ramais<sup>21</sup> que ainda ocorrem, porém não mais com o mesmo envolvimento e colaboração dos moradores, dispensado nos tempos do “início da Reserva”. Essa

---

<sup>21</sup> Sem essa limpeza, os ramais ficam intrafegáveis.

referência ao início da Reserva evidencia como o aporte de dinheiro investido no início, pode ter deixado uma idéia de funcionamento organizativo não autônomo.

Segundo a Odinéia Araújo (Néia) – Presidente da AMOPREAB que estava presente na reunião realizada na Comunidade Bela Vista (Seringal São Francisco):

“Esses núcleos de base que foram criados no início da Reserva, eles tavam sempre bem ativo porque no início existia capacitações pros núcleos de base sabe. Quando a Associação [AMOPREAB] sobrevivia do Projeto RESEX, o projeto inicial, então existia recursos, eram alocados recursos pra fazer a reunião no núcleo de base, pra construir o núcleo de base. Foram construídos, aí eles continuaram né levando em frente as reuniões freqüentes, fazendo os mutirões e tal. Houve um tempo que o projeto acabou, então desandou tudo. A associação quase que acabou também né e aí, isso fez com que os núcleos de base também, alguns até deixaram de existir e os que continuaram é assim um pouco fraco sabe. O pessoal deixou mais de se reunir, deixou mais pra fazer os mutirões, pois é, como eles falaram, antes o pessoal se reunia mais pra limpar o ramal. Hoje já tá todo mundo mais distante porque um limpa mais o da sua colocação, não faz mais aquele mutirão bonito sabe. Porque um pouco com essa ausência da associação, os grupos também se esfacelaram sabe, assim deixaram de se reunir mais, então houve esse fracasso no grupo, por conta também da ausência da associação em tá incentivando e aí, agora que a gente tá começando a fazer os pequenos grupos. O grupo nunca deixou de existir. Eles sempre se reuniram, mas não freqüente que nem era antes.”

Com relação à regularidade das reuniões, um morador do Seringal Filipinas disse: “nós era mais freqüente, nós reunia uma vez por mês, nas discussões e era mais do que agora. Agora o Estatuto dela está dizendo que de dois em dois meses que a gente poderá se reunir né, então já mudou também pelo Estatuto.” Aqui fica evidenciada a desmobilização que acontece nos processos de formalização das organizações sociais.

O mesmo morador do Seringal Filipinas fez uma avaliação interessante sobre o enfraquecimento da associação local, tanto assumindo a responsabilidade como morador quanto também demonstrando sua insatisfação com as promessas recebidas e não cumpridas, desestimulando a participação na associação, conforme pode ser percebido no depoimento a seguir:

“Quando a gente se esforça mais, acontece mais coisa. Quando a gente se esforça menos, menos acontece né. Naquele tempo, nós era mais esforçado um pouco, o pessoal acreditava mais que agora né. Agora tá muito a desejar né, também que a gente tem muita promessa que não é cumprida e isso desestimula o pessoal e o pessoal vão se afastando né.”

Quanto à realização dos mutirões, um morador do Seringal Vila Nova desabafou: “falta mais organização da comunidade para fazer mutirão. É que a comunidade tem o braço curto.” Nesta frase, percebe-se não só o reconhecimento dos moradores da necessidade de se organizarem, como também de suas limitações, muito

vinculadas à idéia de dependência de recursos externos, sinalizando, no mínimo, a necessidade de realizar ações na forma de parcerias.

No entanto, apesar do enfraquecimento da organização comunitária na Reserva, os moradores demonstraram ter ainda a esperança de que essa situação melhore, conforme depoimento a seguir.

“Às vez, as pessoas quer, assim desanimar. Aí a gente diz assim: não vamos se desesperar, vamos ficar sempre unido, esperando, porque vai que um dia ela volte a ser como ela era antes né, porque antes, a associação [Associação Concessionária] era uma associação forte, uma associação de fé mesmo, assim que quando a gente se reunia, negócio de grupo pra fazer os mutirão, a associação ajudava nós também e agora ela não tava com condições nem de se manter ela. [...] não vamo se desesperar, não vamo acabar nosso grupo, porque se nós acabar com esse grupo... através do grupo foi que nós ganhamo alguma coisa que nós tem né, na nossa associação [Associação Local] e se nós acabar com a associação, nós num somo considerado nem morador da Reserva, porque num tem que diz que a pessoa só ganha as coisas, né Néia, se for através de grupo né, através de união. Se a pessoa não tiver unido, ninguém consegue nada.” (Moradora e Líder do núcleo de base, Comunidade Bela Vista, Seringal São Francisco)

Nesse depoimento fica claro um tipo de interpretação de resistência, ou seja, é interpretando que a associação local só existiu por pressão dos grupos e que são espaços autônomos de constituição e obtenção de direitos. Há aqui uma tentativa de ação mobilizatória, de colocar em evidência nos arranjos da memória, uma lógica de organização local determinando a constituição de organizações superiores. Essa interpretação difere da anterior, pela qual a “comunidade tem o braço curto”.

Diante desta última fala, é possível interpretar que haveria uma força desmobilizadora no processo de formalização de Núcleos de Base como desejado pelo órgão gestor, em razão da falta de recursos, de parcerias para a comunidade dar prosseguimento nas ações do mutirão. Para alguns seringais e no discurso mais ativo existente entre moradores, a expressão “grupo” ou até “associação” tem um significado muito mais efetivo de mobilização e realização de seus desejos que a expressão Núcleo como propõe a autoridade gestora. Não se trata apenas de uma questão semântica (uma palavra pela outra) ou de forma. Cada termo carrega um significado, um sentimento, uma ação. Em campo, foi possível observar que em todos os lugares onde tinha núcleo de base, os moradores também se referiam a ele como grupo. Tudo indica que para eles núcleo e grupo é a mesma coisa. Isso aparece até nas entrevistas que tenho gravadas.

Acredita-se que, por isso, a questão mais polêmica surgida nos mapeamentos apareceu em torno do tema organização comunitária. A resolução tomada pelo órgão gestor de reativação dos núcleos de base e, portanto, a **reconversão das associações**

**locais em núcleos de base** provocou mais desmobilização do que correção de rumos e democratização da gestão. A preocupação com essa questão foi manifestada prioritariamente nas áreas onde existe uma associação local. Nas localidades onde já havia um núcleo de base em funcionamento, logicamente não foi expresso nenhum tipo de preocupação com esse assunto, pois entendem que a resolução tomada vem fortalecer o trabalho que já estavam desenvolvendo.

Sobre este aspecto existem ainda muitas dúvidas e incertezas, tanto por parte dos moradores quanto pelas lideranças dessas associações. Eles não discordam da idéia de criação de novos núcleos e fortalecimento dos existentes, no entanto, questionam a real necessidade de acabar com as associações ou as transformar novamente em núcleos. Para eles, os núcleos são um plano anterior à formalização de uma associação.

Esta preocupação decorre do fato de que através destas pequenas associações, os moradores da Reserva têm conseguido viabilizar a venda da produção, encaminhar projetos para pleitear recursos junto às instituições governamentais e acessar recursos dos programas de governo estadual e federal como, por exemplo, o crédito moradia. Os moradores preocupam-se com os procedimentos que terão que realizar para dar baixa na associação na Receita Federal, como forma de evitar problemas futuros tanto para os dirigentes quanto para os associados. No caso específico do Seringal Filipinas, os moradores estão preocupados porque atualmente estão regularizando alguns documentos da Associação Verde Floresta e não querem realizar trabalho em vão.

Além do mais há certa falta de credibilidade por parte dos moradores e lideranças comunitárias na capacidade de gestão das Associações Concessionárias, sobretudo a AMOPREB e AMOPREX que estão inadimplentes e, portanto, impedidas de operar financeiramente. A abrangência de ações, a situação de inadimplência, talvez a distância, dificulta a ação local, daí a falta de credibilidade.

Contudo, há que se considerar que esse é um processo difícil para os moradores, já que há algum tempo estão articulando seus interesses de forma direta e reportando-se à Associação Concessionária apenas como gestora da Reserva, ou seja, como mera organização social a serviço das instituições oficiais.

As angústias e preocupações dos moradores e lideranças podem ser melhor compreendidas ao se ler os depoimentos a seguir:

“[...] A informação que nós tem é que a matriz [AMOPREAB] vai ficar gerenciando todos esses núcleo e por lá não entra nenhuma condição financeira porque ela é bloqueada [...], não entra nada né por ela, aí como é que esses produtor vão viver dentro da Reserva se for ficar esperando só pelo Instituto [ICMBio], por tudo, em tudo? A não ser que eles venha, que nem eu

falei né, venha trazendo alguma solução de resolver esse problema do produtor, aí sim a gente fica regido por ele né, em tudo, em tudo, seja em termos de lei, seja mercado e tudo [...]” (Moradora, Seringal Filipinas)

“[...] só que essa questão do novo modelo de Reserva Extrativista Chico Mendes que diz o Instituto [ICMBio], esse é que é o mais complicado, porque o novo modelo que eles falam é essa mudança da nossa associação pro núcleo de base e uma nova reorganização dos núcleo de base. Eu acho meio difícil né, pra mim, pro meu ver é muito difícil ficar mexendo com todas essas coisa, mas não é impossível, agora tá muito difícil porque a própria Associação AMOPREB ela tá atrevesando uma dificuldade muito grande. Essa questão de documento, tá atrasada desde a outra gestão, então tem lá um monte de coisa e o Anselmo [Analista Ambiental ICMBio] com a gente na direção da AMOPREB que tá na coordenação dessa organização, eles tão onde já foi registrado o núcleo de base. Só que dizendo assim ó: a gente tá registrando, mas vocês por associação vão caminhando, pra que a gente mexa nisso aí só depois que a AMOPREB se organizar nas suas documentações, porque aí faz os projetos, as coisas e vai incluir todas as programação dos núcleo de base pra levar e fazer os projetos pra mandar o que necessita pro pessoal na Reserva Chico Mendes, então eu acho que não é muito difícil porque assim dentro de uma coisa bem feita, eu acho que não vai ter muito problema, agora tem aquele costume, por exemplo, a Associação aqui, ela poderia fazer um projeto, ela poderia pegar um financiamento por ela também né, então isso muda um pouco? Muda. Agora isso só vai depender da gestão AMOPREB que se lá não tiver uma boa gestão, praticamente acabou a Reserva, aonde tá abrangendo aquele pedaço ali. Eu acho que é mais ou menos por aí. Agora eu acho que vale a pena a gente começar a pensar isso e o Instituto Chico Mendes não vai também dar dinheiro pra ninguém pagar essas coisas de Associação, porque quando foi criada a nossa associação, na época que foi criado [...] era criado o núcleo de base, não era a associação. [...] Agora eu acho que nas pequena associação tem que começar a pensar como vão sair da questão de Associação pra núcleo de base, fazer a ata né, na comunidade, ir na receita, procurar ver como é que dá baixa nisso, porque, por exemplo, quem aprovou o estatuto, que isso tá em estatuto, quem aprovou o estatuto foi os extrativista, então, não é ninguém que vai desmanchar porque, por exemplo, eu fui lá e assinei uma coisa e a senhora talvez não vai desmanchar por mim porque fui eu mesmo lá que assinei né, então, eu acho que a gente mesmo é que tem que cuidar disso.” (Morador e líder comunitário, Seringal Porvir)

No trabalho em campo notou-se, ainda, uma grande insatisfação por parte dos moradores e lideranças do Seringal Vila Nova não somente quanto à transformação da Associação local em núcleo de base. A criação da Associação Concessionária para atuar na região de Capixaba e Rio Branco, a AMOPRECARB, é para eles preocupante. As principais reclamações dos moradores dizem respeito à perda do direito de acessar o crédito moradia pela associação local que já estava com o recurso em conta, mas que foi bloqueado e transferido para a nova associação que passou a gerenciar os mesmos. Também consideram desvantajoso depender exclusivamente dessa “Associação grande”, como chamam. De acordo com depoimentos, a associação pequena conseguia resolver as questões locais, como mercado, e agora estarão sob a coordenação de uma

Associação com uma área de abrangência muito maior, atuando na região de Capixaba e Rio Branco e, portanto, com mais problemas para resolver.

Outra crítica dos moradores refere-se ao fato da Presidência da Associação ter ficado com um morador do Seringal Bom Fim, distante da localidade onde vivem e, e que, na visão deles, também não tinha muito envolvimento com a Associação. Além disso, disseram que apesar de terem participado da Assembléia Geral, na qual foi eleita a primeira diretoria da AMOPRECARB, os mesmos estavam em número menor e assim não influenciaram muito na tomada de decisão, realizada pela maioria que era do Seringal Bom Fim. Na mesma ocasião, foram escolhidos os Coordenadores dos Núcleos de Base do Seringal Vila Nova, gerando outro problema na comunidade, pois a Associação continua em atividade e o Coordenador do Núcleo de Base Sede, criado no lugar da referida associação, entendeu que não iniciará seu trabalho enquanto não for oficializada a sua posse e resolvida a questão do funcionamento da associação e do núcleo, ou seja, enquanto o órgão gestor não comparecer na localidade para dirimir as dúvidas e realizar os encaminhamentos necessários.

Sobre este tema, o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação/ICMBio, Adalberto Iannuzzi fez a seguinte observação:

“eles tem certa razão porque você tinha uma associação que representava. Tava perto daquele grupo de pessoas né, daquele grupo de morador e de repente ela não está em lugar nenhum, então ela está lá no Bom Fim, o presidente tá no Bom Fim, ou seja criou uma dificuldade logística pra aquela população, esse é um dos pontos. Um outro ponto, ela é uma unidade federal mas ela tá no município, o município de Capixaba tem interesse naquela área, ele faz investimento de saúde e educação dentro da área, então a administração tem interesse de agregar aquelas famílias e tal, enfim, mas essas contradições elas sempre vão existir, sempre. É difícil você fugir a essas contradições, porque você imagina como gestor uma determinada organização pra facilitar, mas o que facilita pra uns dificulta pra outros, é o que tá acontecendo com o Vila Nova, eu acho que eles têm razão de certa forma, apesar de terem decidido fazer nesse formato, decidido em assembléia [...]. De repente a proposta não tá se mostrando a melhor possível pra eles. É preciso repensar, eu acho que a administração é isso, erros e acertos. Não vou dizer que isso é um erro eu não pondero como erros mais não é um belo formato, esse no caso do Vila Nova, pode-se repensar se vale apenas você ter mais uma associação como é que você pode resolver, mas o certo é que ficou longe do morador a estrutura.”

Vale ressaltar que no caso da criação da Associação Concessionária na região de Sena Madureira (AMOPRESEMA) não se percebeu qualquer tipo de insatisfação, nem mesmo quanto ao fato da substituição das associações locais pelos núcleos de base. Talvez essa situação se explique pelo isolamento em que vivem, certamente dificultando a atuação das Associações locais existentes, como também uma maior articulação

institucional com fins de pleitear recursos para a localidade. Acredita-se que, neste caso, a criação de uma Associação Concessionária, com representação na gestão da Reserva, pode proporcionar uma maior visibilidade para aquela região e seus moradores. Apesar de não se ter verificado qualquer manifestação de insatisfação nesta localidade, isso não significa que não tenha ocorrido, uma vez que os líderes veteranos das associações locais não compareceram à reunião da presente pesquisa, o que impediu uma análise mais acurada da situação. Porém, essa ausência pode significar o não reconhecimento local da nova associação criada.

Finalizando a discussão sobre a reativação dos núcleos de base, em substituição às associações locais, foi interessante a avaliação realizada por uma liderança comunitária do Seringal Porvir, ao dizer que:

“Essa discussão é uma discussão muito complicada [...] porque toda a decisão da Reserva Chico Mendes são tomada em Assembléia. Essa decisão de mudar de núcleo de base pra Associação foi em Assembléia Geral, então, foi feita reunião nas base e convidado pra Assembléia e aprovar o novo estatuto da AMOPREB. Então, lá foi aprovado que as associações irá ser núcleo de base, como era anterior, então, é uma discussão meio complicada que eu digo porque lá nós é pela maioria. Numa assembléia né, se tiver a maioria que tá dizendo que assim tá bom, então se eu não tô satisfeito, mas eu tô entre cinco, então a Assembléia aprovou, passou a ser núcleo de base, então agora é meio que... [...]. Agora no dia da Assembléia, se todos tivessem dito, nós não aceitamos, então, nós só aceitamos a pequena associação, então por isso que eu acho, muitas vez a gente num tem nem como conversar muito...”

Sobre este mesmo assunto, um morador do Seringal Vila Nova criticou dizendo que “muitos [...] assinam um documento, ou, aliás, pega um papel assim como se fosse uma lista de presença e não sabe nem o que tá acontecendo.”

Todos os aspectos mencionados apenas reforçam a necessidade e importância da organização comunitária na RESEX Chico Mendes. Uma organização atuante, participativa, questionadora, propositiva e, sobretudo, que age por iniciativa própria para a transformação da sua realidade é uma necessidade vital e imprescindível, mesmo que no momento ainda seja falha em algumas localidades dentro da reserva. É até possível encontrar este tipo de organização ou com características similares. No entanto, percebe-se que as organizações existentes estejam enfraquecidas, já que grande parte de seus associados encontram-se desanimados, desmotivados, justificados pela falta de recursos financeiros e até mesmo humanos para realizar seus projetos. Além do mais, muitos demonstrarem incrédulos quanto à execução de ações específicas na Reserva por meio da Associação oficial do Conselho Gestor.

## **CAPÍTULO 6 - OS IMPASSES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

Nesta parte do trabalho são apresentados dados sobre as formas de produção das famílias de moradores, um aspecto muito importante quando se discute a sustentabilidade na Reserva. A compreensão sobre o modo de vida e sobrevivência das famílias foi viabilizada quando da aplicação das técnicas de Mapeamento de Diagrama de Venn. A partir da identificação espacial das benfeitorias coletivas destinadas à comercialização e autoconsumo, como também da configuração espacial das colocações, foi possível, naturalmente, iniciar o debate sobre os produtos considerados mais importantes na geração de renda para as famílias. Este tema foi motivo de muita discussão e polêmica, sendo abordado em todas as áreas visitadas durante a pesquisa.

É importante esclarecer que não se pretende realizar aqui uma análise de eficiência econômica dos produtos, mas apenas apresentar as discussões realizadas pelos moradores sobre as dificuldades de produção e renda na RESEX Chico Mendes. Para uma análise mais aprofundada sobre a viabilidade econômica dos produtos comercializados na área, recomenda-se consultar o site do Projeto ASPF/UFAC22 que analisa a produção familiar rural do Estado do Acre.

De acordo com a Tabela 11, percebe-se que os produtos extrativistas, castanha e borracha, ainda têm uma grande participação na renda das famílias. Dos locais visitados, os únicos onde não mencionaram estes produtos como importantes na renda foram a Comunidade Bela Vista do Seringal São Francisco e o Seringal Santa Ana. De acordo com os moradores, na primeira área não existem árvores de seringueira e castanheira e, na segunda há escassez de castanha. Além disso, os moradores desta segunda área informaram não ter interesse em comercializar tais produtos, pois o custo de transporte para a cidade de Sena Madureira não compensaria o ganho obtido.

---

<sup>22</sup> <http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>

Tabela 11 - Produtos considerados pelos moradores como mais importantes na renda, na ordem em que foram mencionados

Nº	Área Visitada	Município	Produtos Mais Importantes na Renda
1	Comunidade Bela Vista (Seringal São Francisco) <sup>1</sup>	Assis Brasil	- Mandioca - Goma - Mamão - Banana - Criações (gado, porco)
2	Comunidade Cumaru <sup>2</sup> (Seringal São Francisco)	Assis Brasil	- FDL <sup>3</sup> - Borracha CVP - Farinha - Criações (gado, porco, galinha)
3	Seringal Porvir	Brasiléia	- Castanha de Boas Práticas - Látex - Criações
4	Serinal Filipinas	Brasiléia	- Castanha tradicional - Látex - Farinha - Criação de gado
5	Seringal São Pedro <sup>2</sup>	Xapuri	- Criações - Látex - Borracha CVP - Castanha tradicional
6	Seringal Dois Irmãos	Xapuri	- Castanha de Boas Práticas - Látex - Borracha CVP - Criações (gado, galinha, porco) - Frutas (melancia, banana) - Feijão - Arroz - Farinha
7	Seringal Santa Ana	Sena Madureira	- Arroz - Feijão - Fumo - Farinha - Criações (gado, porco, galinha)
8	Seringal Vila Nova	Capixaba	- Castanha tradicional - Borracha CVP - Farinha - Arroz - Feijão - Milho

<sup>1</sup> Não existe castanha e seringa na região.

<sup>2</sup> Nesta localidade há pouca disponibilidade de castanha.

<sup>3</sup> A partir da FDL também confeccionam sapato artesanal, mas ainda não é uma das atividades principais. Porém, está em expansão na comunidade.

Fonte: Pesquisa (2010).

## 1. Produtos do extrativismo: produção e destino

Dentro da categoria **produto borracha**, observa-se o predomínio da comercialização do **látex da seringueira**, explorado na metade das áreas visitadas, com a finalidade de fornecer matéria-prima para a fábrica de preservativos masculinos

Natex, instalada no município de Xapuri - AC. Segundo o João Pereira da Silva, que acumula a função de Gerente de Produção da COOPERACRE e Gerente de Campo da Natex, a partir de 2009, a compra do látex foi terceirizada para a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) que passou a comprar o produto diretamente dos seringueiros e posteriormente revender para a Fábrica de Preservativos Natex. O mesmo esclareceu que este procedimento foi uma solução encontrada pelo governo do Estado do Acre para facilitar o pagamento à vista do látex ao seringueiro, já que a Fábrica deveria seguir um conjunto de normas e regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e ISO 9000 e não poderia mais realizar pagamento com base em previsão, mas de acordo com a quantidade exata entregue dentro da fábrica. Diante desta situação, o pagamento estava sendo realizado mensalmente, ou seja, após quatro entregas do látex para a Fábrica, causando desânimo nos seringueiros e desistência da entrega do produto. A partir do momento que a COOPERACRE assumiu a compra do látex, o seringueiro passou a receber o pagamento à vista, no valor de R\$ 4,80/kg de borracha seca que constitui a soma do preço de mercado atual de R\$ 3,40 ao valor do subsídio de R\$ 1,40. Dessa forma, a COOPERACRE está garantindo o pagamento à vista do preço de mercado e também está adiantando o valor do subsídio que ela acessa somente ao final do processo de coleta mensal, quando encaminha para a SEAPROF uma nota solicitando o pagamento do subsídio que já adiantou.

Os seringueiros da RESEX Chico Mendes fornecem o látex há aproximadamente três anos para a referida fábrica. O procedimento de coleta do látex é o mesmo utilizado para a produção da borracha em prancha e a produção colhida é entregue quinzenalmente no Ponto de Recolhimento (PR) da Fábrica (Foto 32), que constitui numa pequena casinha, localizada em local estratégico dentro dos seringais, onde na data combinada o gerente daquele PR passa para recolher a matéria-prima. Segundo o João Pereira da Silva, o duplo gerente, a diferença no procedimento é que o seringueiro após a coleta do látex deverá coá-lo e em seguida despejá-lo em um balde de 30 litros, contendo um litro de hidróxido de amônia para garantir a conservação do mesmo, onde deverá ficar por um período de oito a 15 dias, guardado à sombra. Além disso, deve-se ter o cuidado de entregar o produto dentro do prazo estabelecido, de 15 em 15 dias, no Ponto de Recolhimento (PR) da Fábrica Natex, localizado no interior dos seringais.



Foto 32 – Ponto de Recolhimento do Látex no Seringal Porvir.

É importante compreender que no momento em que o gerente recebe o látex, o mesmo realiza uma análise prévia da qualidade do leite para verificar se não existe qualquer impureza ou mistura no produto, procedimento que é repetido na Fábrica Natex. Além disso, o gerente calcula o peso do látex em quilo de borracha seca, descontando a água presente no leite entregue. Para isso, o mesmo pesa cinco gramas de látex em uma balança de precisão e depois aquece no fogo, em uma pequena fôrma. Em seguida, retira a pele que fica envolta na borracha e volta a pesar o que restou daquelas cinco gramas. A proporção perdida em peso consiste na quantidade de água existente no látex, podendo ser em torno de 40 a 60%, sendo descontado da quantidade total de látex entregue, encontrando-se assim o peso em borracha seca. Após o cálculo, o gerente realiza o pagamento do látex em quilo de borracha seca e realiza o registro dessas informações numa ficha de controle de entrega do látex onde consta o número do PR e também o número de matrícula do seringueiro, também identificados no balde fornecido.

Habitualmente, em cada PR reúne-se a produção de no mínimo 20 famílias, sendo que cada uma delas fornecem, no mínimo, 30 litros quinzenal, ou seja, 60 litros de látex por mês. Das áreas visitadas que fornecem látex para a Fábrica, três delas entregam mensalmente essa quantidade mínima de 60 litros. Apenas o Seringal São Pedro apresenta uma média maior, entregando em torno de 240 litros mensal. No entanto, conforme informado pelo Gerente de Produção da COOPERACRE, existem na Reserva 18 PRs que, em média, fornecem 240 litros/mês de látex para a Fábrica.

Considerando-se uma perda de aproximadamente 50 % no produto, verifica-se que, no mínimo, um seringueiro tem uma produção mensal de 30 quilos de látex (convertido em borracha seca), gerando uma renda mensal com o látex de R\$ 144,00 e anual de R\$ 1.296,00, obtido no período de estação seca (abril a dezembro), quando se realiza a exploração do látex. No entanto, em média, os seringueiros da Reserva fornecem para a Fábrica 240 litros de látex/mês, ou seja, 120 litros (em borracha seca), gerando uma renda mensal de R\$ 576,00 e anual de R\$ 5.184,00, para suprir as necessidades das famílias.

Em geral, os seringueiros avaliam de forma positiva a comercialização do látex para a Fábrica, principalmente pelo pagamento à vista, conforme o depoimento a seguir.

“A vantagem de entregar o leite pra Fábrica é que pagam na hora, de 15 em 15 dias, quando eles vem pegar o leite, eles já pagam.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Além disso, quando se discute sobre o preço pago pelo látex, a maioria considera que é bom se comparado aos outros tipos de borracha produzidos na Reserva. No entanto, isso não significa que estejam conformados, pois reclamam do fato do preço ser fixo e não acompanhar o aumento de preço dos gêneros de primeira necessidade, vendidos na cidade. Além disso, consideram que, pelo trabalho dispensado na coleta do látex, deveriam receber um pouco mais, conforme alguns depoimentos abaixo.

“Pra mim e, eu acho, que pra eles também é muito bom [entregar o leite para a fábrica], porque é assim..., esses dias eu tive com um pessoal, aí nós fomos fazer umas análise com os cara e fomos ver quem é que entrega borracha (látex) e quem é que entrega FDL, aí nós fomos no lugar que disse que era R\$ 7,00 a folha, aí quando nós chegamo lá, o rapaz disse que era R\$ 4,50, então, pra nós aqui tá muito melhor, que tamo vendendo a R\$ 4,80, então, pelo o que eu entendi nessa análise aí que nós fizemos com os cara vendo essa questão do preço do produto borracha, o melhor lugar que se tão vendendo a borracha é esse mesmo onde tamo entregando o látex. Essa é a melhor forma de vender a borracha. Agora nesse momento é a melhor forma, não tem outro.” (Morador e Liderança Comunitária, Seringal Porvir)

“Eu tô gostando (de entregar o látex para a fábrica) que a borracha [tipo CVP] não vale nada.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

“É! Dizer que é bom num é né [o preço] porque os que sabe, a gente cortar e colher num é fácil não. Agora dizer que é pouco é. O preço dela podia ser mais um pouco né, que a gente vende só a borracha limpa, a água já é toda descontada né, a gente vende ela pura. [...] Agora com certeza que é uma ajuda né, que se a gente vai fazer ela com a CVP e a outra em prancha, com certeza é um real e vinte que você vai chegar lá e vai receber de um quilo e aí a gente já recebe quatro e oitenta. Na verdade, a outra você vende ela do jeito que for né, mas essa daí você vai vender ela limpinha. Ninguém sabe também é dizer aqui direito, quantos preservativos eles aproveita lá.” (Morador, Seringal Porvir)

“Agora é o seguinte, de primeiro eles pagavam um quilo de leite de R\$ 4,80, mas eles paga ali o ano todinho, desse preço. Aí esse ano ele teve um aumentozinho logo no começo, aí pronto ficou cerrado nesse total, mas do jeito que as coisa anda né, porque você vai na rua, chega lá compra um quilo de açúcar, por exemplo, por R\$ 1,00 e quando é no outro mês tá um R\$ 1,30, as coisas tá subindo e o preço que a gente ganha é o mesmo o tempo todinho.” (Morador, Seringal São Pedro)

Conforme mencionado pelos moradores, a Fábrica fornece o material para aqueles que vão iniciar a venda do látex. Porém, da segunda vez em diante o material fica por conta do próprio seringueiro. Esse conjunto de materiais fornecidos a Fábrica denomina como kit seringueiro, nos quais constam: 700 tigelas de plástico de 600 ml, 700 bicas, 01 estopa para carregar o leite, 01 saco de napa, 01 peneira de coar, 01 lona, 01 cabrita (faca de cortar seringa) e 01 balde para colher o látex. Contudo, mesmo assim, um morador no Seringal Porvir desabafou: “Pra mim, eu acho muito pouco [o preço do látex], assim mesmo com tudo isso que eles tão dando né, material que eles tão dando, eu acho pouco né.”

Além dessas questões, alguns seringueiros também consideram o preço do látex baixo, porque não recebem exatamente pela quantidade de litros fornecidos no Ponto de Recolhimento da Fábrica, mas apenas pela quantidade de borracha seca, após deduzido o percentual de água existente no leite da seringa. Os seringueiros sabem e conhecem melhor que qualquer pessoa que para se produzir, por exemplo, 1.000 quilos de borracha, provavelmente serão necessários quase o dobro de látex, tendo em vista, a grande quantidade de água existente na matéria-prima. Contudo, eles fazem esse questionamento com base na comparação com a borracha CVP ou prancha que mesmo após pronta ainda retém muita umidade e os seringueiros recebem o preço por quilo, sem ser realizado qualquer tipo de desconto. A seguir, um depoimento que esclarece melhor a questão.

“A borracha [CVP ou prancha] contém água né, que nem a gente tava discutindo lá na reunião que a borracha agora vai passar pra R\$ 5,40 né, mas ela contém água, ela tem água nela né e esse leite que nós vende, o quilo é a seco, se fosse o quilo de leite por R\$ 4,80 tá muito bom né, mas nós vende em borracha e aquilo ali é seco no fogo, era pra ser um preço mais além da borracha né. Porque olha, de cem litros de leite, não dá cinquenta quilos de borracha, vai dar quarenta por cento né, em borracha. De cem quilos, vamos dizer, é que vai dar quarenta quilos, então era pra ser um preço melhor né. Se não tiver um aumento, não tem boca não, cortar borracha.” (Moradora, Seringal Filipinas)

Outro tipo de borracha muito comercializada pelos seringueiros é o **CVP (Cernambi Virgem Prensado) ou prancha**. Das áreas visitadas, quatro mencionaram comercializar esse tipo de borracha (tabela 11) e, mesmo assim, foi informado que são

poucos os seringueiros que trabalham com ela, pois estão preferindo vender o látex para a Fábrica. No caso dos seringueiros da comunidade Cumaru (Seringal São Francisco), estão preferindo trabalhar com a FDL, uma outra forma de tratamento do látex após a colheita, como será melhor explicado mais adiante. O preço de mercado da borracha CVP está de R\$ 1,20/kg, podendo chegar à R\$ 3,50/kg, depois de acrescido R\$ 2,30 referente ao subsídio estadual da borracha. No entanto, nem todos os seringueiros conseguem acessar o subsídio, pois para tal é necessário que estejam filiados à uma Associação ou Cooperativa e cadastrados na Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF).

Considerando os dados da pesquisa do Projeto ASPF para o ano agrícola 2005/2006, verifica-se que, em média, uma família extrativista vende 325 quilos de borracha por ano, gerando uma renda anual de R\$ 1.137,50 e mensal de R\$ 94,79, diluindo o valor total para o ano civil de 12 meses. No entanto, conforme mencionado anteriormente, nem todos os seringueiros conseguem acessar o valor do subsídio e, assim, a renda anual obtida com o produto acaba reduzindo para aproximadamente R\$ 390,00 e mensal de R\$32,50.

Das quatro áreas mencionadas que comercializam a borracha CVP, duas delas em particular, o Seringal São Pedro e Dois Irmãos, têm enfrentado uma dificuldade maior, pois além de não existir uma organização social na comunidade que possibilite os seringueiros acessar o valor do subsídio estadual, os mesmos também não têm mais como vender para a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), pois a mesma está inadimplente e, portanto, sem possibilidades de negociar a produção de borracha. Na mesma situação encontra-se a Cooperativa Agroextrativista de Epitaciolândia e Brasília (CAPEB). Além disso, também não estão aptos para negociar com a COOPERACRE, pois como a mesma se trata de uma Central de Associações e Cooperativas, os seringueiros precisariam estar vinculados à alguma estrutura organizativa formal. Nesse aspecto, nota-se a gravidade da determinação do Conselho Gestor em retroceder as pequenas associações locais para núcleos. O significado das associações para os gestores do ICMBio pode estar sendo muito distinto do significado para os seringueiros.

Em geral, os seringueiros das áreas visitadas reclamaram à respeito do preço pago pela borracha CVP, mas sobretudo da dificuldade e até mesmo impossibilidade de acessar o subsídio estadual da borracha, pois além dos fatos mencionados acima, consideram muito complicado não receber o valor do subsídio no ato da entrega, mas

apenas 60 dias após ou até num prazo maior, acarretando em mais despesa para os mesmos retornarem à cidade. Este é outro exemplo de questões burocráticas com as quais uma gestão compartilhada deveria se ocupar.

Assim, os seringueiros que trabalham com a borracha CVP são na maioria das vezes impelidos a vender para os marreteiros ou atravessadores, recebendo apenas o preço mínimo de mercado ou até menos. Conforme Costa Filho (1995, p. 14), este marreteiro é o “comerciante que adentra a floresta, substituindo o seringalista, aviando o seringueiro [‘autônomo’] com produtos industrializados a preços bem acima do normal e comprando a borracha a preços aviltados.” A entrada deste novo agente na cadeia da borracha, revela a permanência do seringueiro no esquema de dominação econômica. Este marreteiro é um elemento da composição do que se chamou arranjo institucional da Reserva.

Em alguns casos, como os seringueiros do Seringal Santa Ana, em Sena Madureira, as dificuldades de acesso à cidade são tantas que eles preferem não comercializar a borracha, por entenderem que não compensa. Alguns depoimentos, a seguir, esclarecem melhor a insatisfação dos seringueiros com a borracha CVP.

“A borracha, antigamente o comércio era a borracha. Agora é poucos que tão cortando também. A borracha deu aquele pobrema e agora ela só tem valor se tu pegar subsídio dela. No ano passado, eu ainda peguei um subsídio dela porque a associação pequena era registrada na Seaprof e pegava, aí a partir desse ano a Seaprof não faz mais, então tem que ser registrado na Cooperativa, na Cooperacre né [...]” (Morador e Presidente da Associação Local, Seringal Vila Nova)

“A cooperativa [Agroextrativista de Xapuri] parece que não compra mais nem borracha. [...] Nós já vendemo borracha mesmo pra cooperativa, mas a cooperativa parou de comprar, num sei nem porquê.” (Morador, Seringal São Pedro)

“[...] nenhum aqui de nós tem condições de levar 10 kg de borracha pra cidade e chegar lá e receber de R\$ 1,20 que não dá pra comprar nem o combustível pra voltar, num tem como voltar. E aí, pra ficar lá todo mês, esperando o subsídio chegar, a família do cara vai comer o quê? Então, é por isso que não compensa. Não adianta o cara se meter em cortar seringa que não dá! O problema é esse! Se ela tivesse um preço mais melhor né e pelo menos que pagasse à vista, pra chegar lá o cara comprar o que precisa e voltar pra casa né, mas num tem. Muita gente até poderia voltar a cortar seringa.” (Morador, Seringal Santa Ana)

Vale a pena mencionar que em uma das áreas visitadas, na Comunidade Cumaru (Seringal São Francisco), em Assis Brasil, os seringueiros trabalham na produção e comercialização da **borracha FDL (Folha de Defumação Líquida)**. De acordo com Campos (2010), o processo de produção da FDL divide-se em quatro fases. Na primeira fase, os seringueiros realizam a coleta do látex da forma tradicional. Na segunda fase,

cada litro de leite é coagulado com dois litros de água e uma medida de ácido Pirolenhoso (APL), o qual substitui o processo de defumação tradicional. Após coagulado, o látex fica em repouso em badejas de plástico por 24 horas, até atingir o ponto ideal para ser passado pela calandra, na sua terceira fase, até atingir a espessura desejada. Ao final, o passo seguinte é a secagem e a armazenagem das folhas.

Apesar de não ter sido possível aplicar as técnicas de concepção participativa neste seringal, mesmo mediante as conversas informais, entrevistas realizadas e também por meio da participação na reunião do Núcleo de Base do Cumaru percebeu-se que a produção e comercialização deste produto é de extrema importância para os moradores da localidade, sendo mencionado por todos como o principal gerador de renda para as famílias da região.

A produção da FDL é comercializada para a empresa francesa de sapatos Veja, servindo como matéria-prima para a produção de solas de tênis, fabricados com algodão orgânico. Os seringueiros dessa área da Reserva já negociam com a empresa há três anos, contando com a intermediação do Governo do Estado do Acre, por meio da SEAPROF, UFAC, WWF e Prefeitura Municipal de Assis Brasil, sobretudo da AMOPREAB que assina o contrato em nome dos moradores da Reserva.

No ano passado, os seringueiros da Reserva em Assis Brasil tinham o compromisso de vender à empresa cinco mil quilos de FDL, sendo repassados seis mil quilos. O preço pago ao seringueiro foi de R\$ 4,50/kg<sup>23</sup>. No entanto, os seringueiros que conseguiram produzir acima de 1.000 quilos receberam um bônus de produtividade de R\$ 1,00 por quilo produzido, podendo o preço total chegar ao valor de R\$ 7,00/kg.

Neste ano, quando da ocasião da pesquisa de campo, os moradores estavam ansiosos pela visita do representante da empresa francesa para a renovação do contrato, o que ocorreu no mês de maio, quando foi acertada a entrega de 10 toneladas do produto no final de 2010. O preço combinado foi de R\$ 7,00/kg, independente de produtividade, acrescido R\$ 0,70 de subsídio estadual e R\$ 0,70 de subsídio municipal, totalizando R\$ 8,40/kg. Vale mencionar que o subsídio municipal da borracha surgiu de uma discussão realizada pela AMOPREAB, encaminhada pelo vereador Elias Marques de Araújo, natural da Comunidade Cumaru (Seringal São Francisco) para a Prefeitura Municipal de Assis Brasil que elaborou um Projeto de Lei, sendo sancionado pela Câmara Municipal

---

<sup>23</sup> Conforme um morador do Seringal São Francisco (Cumaru), 01 (um) quilo de FDL corresponde à aproximadamente 05 (cinco) lâminas de FDL.

de Vereadores em 29/12/2009. O município de Assis Brasil é o único no Estado que paga subsídio para a borracha.

Além de produzir a borracha FDL, os moradores da Comunidade Cumaru também confeccionam **sapato artesanal e outros produtos** como chaveiros, bolsas, etc., os quais comercializam em eventos realizados no Estado do Acre, como também em São Paulo e Rio de Janeiro. (Foto 33) Essa atividade foi idealizada pelo morador José Rodrigues de Araújo, conhecido como Doutor da Borracha, que em 2003 realizou o curso de capacitação sobre a FDL, oferecido pela equipe do Profº Floriano Pastore da UNB para 40 moradores da RESEX Chico Mendes em Assis Brasil.



Foto 33 – Sapato artesanal fabricado com a FDL, na comunidade Cumaru, Seringal São Francisco, em Assis Brasil.

A partir deste curso, o referido morador teve a idéia de confeccionar diversos tipos de artesanato com a FDL. Com o sucesso do trabalho, outros moradores solicitaram que o mesmo oferecesse uma capacitação para os demais, realizada no ano passado, do qual participaram 14 pessoas da região. A partir daí, no mesmo ano, organizaram um grupo de mulheres, do qual também participam homens, para trabalhar o artesanato a partir da borracha FDL de forma coletiva. Porém pela falta de um local apropriado para o trabalho, muitas vezes produziram de forma individual. Recentemente, o grupo estava trabalhando na construção de um galpão grande, específico para o artesanato, sendo inclusive um dos pontos de pauta discutido na reunião do Núcleo de Base na ocasião em que a equipe de pesquisa esteve lá.

Segundo uma das integrantes do “grupo de mulheres”, o preço do sapato varia: “aqui eu tô vendendo de vinte e cinco o par. Na feira lá em Brasiléia nós tava vendendo de trinta os de mulher né e os de homem quarenta e no Rio de Janeiro o Doutor já foi vender duas vezes. Lá é sessenta setenta reais um par, e não chega, ele vem sem nada.”

Apesar da produção da borracha FDL se mostrar eficiente e rentável, essa técnica ainda não está muito disseminada na Reserva. De acordo com Campos (2010), neste ano, o Governo do Estado do Acre beneficiará 260 famílias com cursos de capacitação sobre o processo produtivo da FDL, atendendo seringueiros dos municípios de Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Marechal Thaumaturgo e do Projeto de Desenvolvimento Bonal. O curso será ministrado por profissionais da UNB e ofertado através da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF).

Desses exemplos, nota-se que quando se fala em organização dos moradores para a sustentabilidade não se refere apenas à organização para reivindicação de direitos. Nota-se também a importância da articulação de formas de produção extrativista, da definição de canais de comercialização, da transformação artesanal da produção e da divisão de tarefas com atribuição de responsabilidades.

Ainda, dentro da categoria produtos extrativistas, a **castanha-do-brasil** (*Bertholletia excelsa*) foi indicada como o produto de maior valor para as famílias, sendo mencionada como atividade principal em quatro áreas e atividade importante na renda em uma área, do total das oito localidades visitadas (tabela 11), das quais três comercializaram a castanha coletada pelo **sistema tradicional** e duas a castanha coletada com base nas **recomendações de boas práticas**.

A castanha coletada no sistema tradicional é aquela em que o seringueiro realiza a amontoa e quebra dos ouriços diretamente no solo, como também a lavagem dos ouriços para tirar o barro e, ao final, o armazenamento e transporte sem cuidados específicos. Por este método, além de ser possível ocorrer a presença de umbigos, ouriços e castanhas estragadas, em meio, à safra comercializada, há também maior possibilidade de contaminação do produto com fungos e aflatoxinas, comprometendo não só a qualidade do produto e sua comercialização, como também a saúde do consumidor. Já a castanha coletada com base nas recomendações de boas práticas é aquela em que o seringueiro segue um conjunto de cuidados específicos em relação ao manejo do produto em cada etapa do processo, ou seja, coleta, quebra, transporte e

armazenamento, com o objetivo de evitar o problema de mofo ou umidade e garantir a qualidade final do produto<sup>24</sup>.

Os seringais que trabalham com a **castanha orgânica** ou “**castanha melhorada**”, como os seringueiros denominam, iniciaram essa atividade por incentivo de algumas organizações. No caso do Seringal Dois Irmãos, os moradores receberam apoio do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) que no ano passado realizou uma oficina sobre as recomendações de boas práticas na comunidade, como também uma capacitação para três moradores da região, que integram a comissão de monitoramento de aplicação do projeto de certificação da castanha na localidade. Na ocasião da pesquisa de campo, alguns representantes da referida organização estiveram no Seringal Dois Irmãos para tratar sobre a venda coletiva da castanha (em fase de teste) e entregar os kits de certificação da mesma para os seringueiros interessados em participar da venda coletiva, sendo entregue cinco kits. Estes kits foram financiados pela Fundação Banco do Brasil e são compostos por: paneiro (cesto de cipó), mão de onça (pegador de castanha), arreio para animal, cangalha, lona, luva, bota, terçado, esmeril e capacete de obra. (Foto 34) No entanto, como se tratava de um pacote, alguns moradores ficaram insatisfeitos em comprar itens que poderiam ser confeccionados na própria localidade como, por exemplo, o paneiro. Contudo, o trabalho com a castanha melhorada, nessa localidade, ainda está em fase inicial. A partir desse exemplo, nota-se a dificuldade de adequação das políticas públicas à cultura das populações tradicionais. Com isso, perde-se a oportunidade de valorizar o artesanato local e, conseqüentemente de aquecer a economia local.

---

<sup>24</sup> Para maiores detalhes sobre as recomendações em cada etapa do processo, ver o site da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE), no endereço <<http://www.cooperacre.com/sustentabilidade.html>>.



Foto 34 – Equipamentos para utilização na coleta de castanha melhorada, entregues aos moradores do Seringal Dois Irmãos, em Xapuri – AC.

No Seringal Porvir, os moradores receberam apoio da EMBRAPA que no período de 2001 a 2006 trabalhou de forma mais intensa a questão da castanha melhorada, realizando reuniões, oficinas, etc. Além da comunidade do referido seringal, também houve o envolvimento dos moradores do Seringal Filipinas, uma das áreas da presente pesquisa. Segundo o Sr<sup>o</sup> Silva – Morador e Liderança Comunitária no Seringal Porvir o programa da castanha foi iniciado no Seringal Filipinas e depois transferido para o Porvir, tendo em vista a dificuldade de “trabalhar a comunidade pra esse sistema”, em virtude da complexidade de normas a se cumprir.

De acordo com a Dr<sup>a</sup> Lúcia Wadt – Pesquisadora da Instituição de Pesquisa, o trabalho na região foi iniciado com um mapeamento das castanheiras, seguido de uma pesquisa sobre o controle de cipó em castanheiras, realizados no Seringal Filipinas, onde há a predominância de castanhais com as características necessárias para o estudo. Porém a parte de reuniões e oficinas sobre as boas práticas da castanha ocorreram no Seringal Porvir, com maior organização social e capacidade de mobilização, mas sempre reunindo as duas comunidades. No entanto, a partir de 2006 até a atualidade, a instituição está trabalhando em sua base de pesquisa, localizada na Colocação Rio de Janeiro, no Seringal Filipinas, focando exclusivamente na pesquisa de monitoramento da produção e regeneração das castanheiras.

Em suma, as orientações prestadas por meio da EMBRAPA quanto às recomendações de boas práticas para a castanha surtiu um grande efeito no Seringal Porvir que ainda realiza todo o processo produtivo com base nas mesmas, como também mantém e utiliza o armazém construído com o apoio da referida instituição. Além disso, os moradores da localidade demonstraram acreditar muito no produto

trabalhado e um grande empenho para a identificação de mercado. No caso do Seringal Filipinas, os seringueiros voltaram a trabalhar com a castanha tradicional, pois ficaram desmotivados com um problema ocorrido na venda da castanha para a CAPEB (o qual será explicado a seguir) como também com a dificuldade de encontrar mercado para o produto diferenciado. Além disso, a ausência de um grupo organizado e motivado para lidar com um mercado cheio de regras para cumprir, dificultou e muito a continuidade.

Vale ressaltar que o incentivo e disseminação da exploração de castanha, no Estado do Acre, com base nas recomendações de boas práticas é resultado do esforço conjunto de uma rede de instituições. Segundo Maciel (2007), a primeira fase do trabalho ocorreu entre os anos de 2001 e 2004, por meio de uma parceria entre a Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativista dos Municípios de Brasília e Epitaciolândia (CAPEB), o Instituto de Ecnegócios da Amazônia (Ecoamazon) – ONG acreana, Embrapa/AC e WWF. Estas instituições atuavam juntas no Projeto de certificação da castanha-do-brasil comercializada pela CAPEB, com financiamento da WWF e Fundação Avina, visando identificar os “os gargalos tecnológicos no processo produtivo da exploração da castanha e a partir daí, resolver os problemas e buscar a certificação desse produto – orgânico (IBD) e florestal (FSC).” (MACIEL, p.118) Em 2004, a CAPEB conseguiu obter os selos de certificação orgânica e comércio justo (fair trade) do produto, beneficiando seus associados como, por exemplo, os extrativistas dos Seringais Porvir e Filipinas que passaram a ter a oportunidade de acessar o mercado europeu.

Segundo Silva (2010), a partir de 2006, a iniciativa foi ampliada pelo Sebrae/AC que também passou a atuar na atividade extrativista de castanha através do Projeto Castanha. Além disso, as duas cooperativas, CAEX e COOPERACRE também adquiriram o selo de certificação. Apesar da gama de organizações envolvidas na atividade, identificadas durante a pesquisa de campo, os moradores referiram-se especificamente às ações desempenhadas pela EMBRAPA e GTA.

É importante esclarecer que o fortalecimento do mercado de castanha-do-Brasil do Acre não se deve exclusivamente às ações executadas pela rede de organizações citadas, mas também às políticas governamentais criadas a partir de 1999, dentre as quais se destaca o Programa Estadual de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil, ainda em execução. “Esse programa visa fortalecer os processos de extração, beneficiamento, diversificação e comercialização da produção de castanha-do-brasil em todos os elos de sua cadeia.” (SILVA, 2010, p.282) Além disso, a

disponibilização de recursos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através de um programa de crédito antecipado do Ministério de Desenvolvimento Agrário, tem possibilitado a capitalização das cooperativas compradoras e vendedoras de castanha-do-brasil, garantindo mercado e preço para os extrativistas.

Percebe-se assim que a castanha-do-brasil, que há algumas décadas se tornou o principal componente da renda familiar de grande parte dos seringueiros, sobretudo após o declínio do preço da borracha, mediante tais incentivos tem sua importância reafirmada. Apesar do curto período de exploração, ou seja, de três meses, realizada durante a estação chuvosa (janeiro a março), a castanha consegue gerar uma renda capaz de superar aquela obtida na produção de borracha, com ciclo de exploração bem maior.

Conforme informações obtidas em campo, em média, os seringueiros coletam 350 latas de castanha na safra, variando entre o mínimo de 20 e o máximo de 1.000 latas, sendo que, cada lata corresponde a aproximadamente 10 kg de castanha seca. Considerando o preço de mercado da safra 2009 para a castanha tradicional, no valor de R\$ 14,00/lata, verifica-se que, em média, cada família obteve uma renda anual em torno de R\$ 4.900,00 e mensal de R\$ 408,33, diluindo o valor total para o ano civil de 12 meses. No entanto, nem todos os extrativistas obtiveram essa renda, já que muitos deles venderam a produção para atravessadores que estavam pagando na mesma época o valor de R\$ 12,00/lata, reduzindo sobremaneira a renda obtida com o produto.

No caso da castanha melhorada, os dados do Projeto ASPF revelaram que, em média, cada família coleta 75 latas por ano. De acordo com os moradores da Reserva, no ano de 2009, o respectivo produto foi vendido ao preço de R\$ 20,00/lata para a CAPEB, valor este que receberam em duas parcelas de R\$ 10,00, ou seja, metade no ato da entrega do produto à cooperativa e o restante após a comercialização da safra, transação possibilitada pelo acesso ao mecanismo de compra antecipada da produção. Com base nestas informações verifica-se que a castanha melhorada proporcionou uma renda anual de R\$ 1.500,00 e mensal de R\$ 125,00 para cada família. Percebe-se que a renda auferida com a castanha melhorada só não foi surpreendentemente maior que aquela proporcionada pela castanha tradicional em virtude da quantidade inferior negociada. Supondo que a quantidade vendida fosse a mesma, ou seja, de 350 latas, verificar-se-ia que a castanha melhorada seria capaz de gerar uma renda 43% acima daquela conquistada com a castanha coletada pelo método tradicional.

É importante esclarecer que os responsáveis pela maior parte de volume produzido e comercializado de castanha-do-brasil, no Estado do Acre são a Cooperativa

Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE), Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (COOPERIACO), Cooperativa Agroextrativista dos Produtores de Epitaciolândia e Brasiléia (CAPEB) e a Cooperativa Agropecuária Extrativista de Xapuri (CAEX). No entanto, a COOPERACRE é a maior do Estado, exatamente por ser uma Central que agrega 20 cooperativas e associações, atendendo aproximadamente 1.800 famílias extrativistas das regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus. Além da castanha, a referida cooperativa também compra e vende os produtos borracha e óleo de copaíba. (COOPERACRE, 2009)

Todavia, segundo os dirigentes da CAPEB e CAEX, José Sabino da Silva e Francisco Ramalho de Souza, respectivamente, as cooperativas estão enfrentando sérios problemas financeiros, decorrentes de má administração de diretorias anteriores, má aplicação de recursos financeiros, operações comerciais mal sucedidas e ainda ao que chamam de “ingerência do Estado”. Esta situação contribuiu para que as mesmas acumulassem dívidas exorbitantes, inclusive com a CONAB. Com isso, as mesmas ficaram impossibilitadas de acessar os recursos federais das políticas de crédito criadas pelo governo federal, como a política da compra antecipada. Além disso, a situação irregular das cooperativas também impediu a revalidação do contrato de certificação, fechando as portas de acesso ao mercado europeu, outrora conquistado.

Contudo, acredita-se que, a princípio, esse mercado foi prejudicado em razão de testes realizados e que identificaram a presença de aflatoxina na castanha-do-brasil. Este problema ocorreu em 2001 e depois disso, para corrigir esse problema, uma rede de organizações no Acre (citadas anteriormente), passou a disseminar a exploração da castanha com base nas recomendações de boas práticas. Anos depois do problema ocorrido, em 2004 e 2006, as cooperativas CAPEB, CAEX e COOPERACRE adquiriram o selo de certificação, indicando não só que o processo produtivo da castanha era ambientalmente e socialmente sustentável, mas também que o problema da aflatoxina estava controlado, não trazendo mais riscos para a saúde humana. Com isso, entendo que a perda do mercado europeu foi mais motivada por problemas relacionados à gestão das cooperativas.

Nos anos de 2008 e 2009 os seringueiros do Porvir e Filipinas, comercializaram a castanha orgânica para a CAPEB por R\$ 28,00 e R\$ 20,00/lata, respectivamente, preços conquistados em virtude do selo de certificação. Como se tratava de uma castanha de qualidade superior, a mesma foi direcionada para países como Itália e Alemanha. Todavia, a última negociação da safra não foi satisfatória para os

seringueiros, uma vez que, a maioria deles não recebeu a segunda parcela e outros nem mesmo a primeira, evidenciando as dificuldades de gestão da cooperativa. Essa insatisfação com a cooperativa pode ser melhor compreendida no seguinte depoimento:

“Se eles [CAPEB] tivesse levado direitinho como era pa ser, todos nós tava praqueles altos de boa venda né, mas é que eles começaram a negociar com o nosso produto e daí se esqueceram de pagar o retorno como eles vinham pagando. Começaram a pagar pra meia dúzia e os outros..., até hoje tem pessoas que nem o primeiro pagamento nunca mais recebeu.” (Moradora, Seringal Filipinas)

Além disso, por intermediação da Embrapa, os mesmos também venderam a castanha melhorada para a fábrica de biscoitos Miragina, por um período de aproximadamente dois anos, representando uma ótima oportunidade de incremento na renda das famílias. No entanto, apesar da oportunidade criada, os moradores revelaram que na época da venda da castanha, não estavam muito satisfeitos com o preço recebido, pois, a empresa queria pagar o mesmo preço da castanha comum. Por isso, solicitaram aumento no preço do produto, sendo concedido um acréscimo de R\$ 1,00/lata. Contudo, por iniciativa da própria Miragina a negociação foi interrompida.

Segundo a Dr<sup>a</sup> Lúcia Wadt - Pesquisadora da EMBRAPA, o problema foi na parte comercial do negócio, pois havia sido combinado o preço e quantidade de produção a ser entregue pelos extrativistas. Porém, no momento da entrega, alguns não entregaram a quantidade acordada e, além disso, solicitaram um aumento no preço do produto, causando a insatisfação dos dirigentes da fábrica. Apesar disso, a Miragina concedeu o acréscimo de R\$ 1,00 por lata, pois percebeu que com a compra de castanha de boa qualidade, havia uma redução no custo de mão-de-obra, destinada a trabalhar no processo de seleção das amêndoas. Contudo, o problema na entrega persistiu e apesar de reconhecer a qualidade da castanha, a fábrica considerou que não valia mais a pena o trabalho de negociar e de buscar o produto na localidade e, então, desistiu. Por outro lado, a comunidade também não procurou mais a empresa, o que na visão da pesquisadora demonstrou que faltou uma organização da comunidade, como também o entendimento e capacitação de como funciona um negócio.

De acordo com o exposto, percebe-se a dificuldade dos seringueiros em comercializar os seus produtos, sobretudo, a castanha, tendo em vista a desestruturação das cooperativas que os representam. A esta situação soma-se aquela mencionada no capítulo anterior quanto à reconversão das associações locais em núcleos de base que não têm legitimidade para negociar a produção e ainda a inadimplência de duas associações concessionárias da RESEX Chico Mendes, a AMOPREX e AMOPREB.

Assim, com a situação irregular das cooperativas e associações ou até mesmo a inexistente ou fraca organização social no âmbito da RESEX Chico Mendes, resta aos seringueiros duas opções de comercialização: individualmente na COOPERACRE ou para atravessadores. Contudo, na primeira opção o seringueiro precisa enfrentar o inconveniente de negociar a castanha-do-brasil na sede da organização, pois a mesma só concede o benefício de buscar a produção na comunidade para associações ou cooperativas filiadas. Diante desta circunstância, grande parte dos seringueiros se vê obrigada a vender a castanha-do-brasil para os atravessadores que compram a produção na própria comunidade. Estes, por sua vez, revendem a castanha para a Tahuamanu, uma indústria de beneficiamento boliviana. Assim, para os seringueiros, a negociação com os atravessadores, embora a um preço inferior ao praticado pelo mercado, torna-se a opção de mercado mais cômoda e segura.

Sobre este aspecto uma moradora do Seringal Filipinas fez a seguinte declaração: “a Cooperacre, na hora que você chegar lá, com produto lá, ela compra e paga né, mas você também não tem a garantia dela ir buscar na comunidade e o atravessador não, ele faz os negócio dele por lá, vem né, pega a castanha e paga.”

Nas atividades em campo, verificou-se que a relação do seringueiro com o atravessador ou marreteiro, remonta a relação de exploração entre o patrão seringalista e o seringueiro, estabelecida desde o período áureo da borracha. Atualmente, em momentos de dificuldade de acesso ao mercado, bem como de aquisição de gêneros de primeira necessidade nos centros comerciais, a figura do marreteiro substitui a presença do “patrão provedor”, com o diferencial que o seringueiro “não é compelido” a estabelecer esta relação como nos tempos remotos. Assim, percebe-se que apesar do caráter de exploração existente nessa relação, a figura do marreteiro tem sido reconhecida como a salvação para muitos seringueiros, já que na maioria das vezes não lhes resta alternativa de mercado, conforme descrito no relato abaixo.

“Pra segurar o pipino mesmo só o véio Antero que é o que compra castanha mesmo, compra castanha, compra borracha. É assim o ano todinho, só que... Ele tem o seringal dele aqui, o Pinda, Pindamonhangaba.” (Morador, Seringal São Pedro)

Outro aspecto importante observado na pesquisa de campo refere-se à insatisfação dos seringueiros com o preço de mercado atual da castanha-do-brasil, embora os mesmos a considerem como o produto de maior importância na renda das famílias. Esta reclamação foi realizada tanto por seringueiros que comercializam a castanha tradicional quanto a melhorada, apesar da evidente evolução do preço de

mercado do produto na última década. Segundo a SEPROF (2006) apud Martins et.al. (2008), até o ano de 1998 o preço da castanha in natura variava entre R\$ 1,90 e R\$ 2,50/lata, chegando a R\$ 4,10/lata no ano subsequente. Conforme Silva (2010), no ano de 2005 o preço médio de mercado atingiu o seu ápice, ou seja, o valor de R\$ 17,64, graças aos recursos do programa compra antecipada. Com base nisso, entende-se que realmente seja difícil para os extrativistas se conformarem com o atual preço de mercado, variando entre R\$ 14,00 e R\$ 15,00/lata<sup>25</sup>, quando já experimentaram valores mais elevados.

Um morador do Seringal São Pedro se expressou sobre o assunto com a seguinte declaração:

“A castanha também o ano passado [2009] a gente vendia de R\$ 5,00 uma lata de castanha e esse ano diz que já tá de R\$ 11,00 lá pelo Xapuri, mas é assim né, a gente vê que é pouco todo o tempo. Porque já vendemo castanha até de R\$ 14,00, R\$ 15,00. Um tempo aí atrás a Cooperativa comprou a castanha de R\$ 17,00 e desse tempo pra cá baixou que ... naquela época as coisa era outro preço e a castanha tava um preço bom né, dava bem assim pra gente sobreviver, mas aí caiu. Tá com bem três anos que deu essa queda e nunca mais voltou nem a R\$ 17,00.”

No caso dos seringueiros que trabalham com a castanha melhorada a insatisfação demonstrada foi ainda maior, pois nos anos de 2008 e 2009 conseguiram negociar o produto ao preço máximo de R\$ 28,00/lata e mínimo de R\$ 20,00/lata, respectivamente, sendo indesejável vender a um preço inferior aqueles auferidos anteriormente.

Em trabalho de campo, os moradores do Seringal Porvir informaram estar à procura de mercado para a castanha melhorada, havendo um contato estabelecido com a COOPERACRE que se dispunha a pagar R\$ 14,00/kg da castanha, ou seja, R\$ 10,00 no ato da venda acrescido de R\$ 4,00 de retorno. Contudo, os extrativistas não aprovaram a proposta, por considerarem que o preço oferecido não valoriza o trabalho dispensado na produção de uma castanha de qualidade como a deles.

Segundo um morador do Seringal Porvir,

“A intenção é que dentro da Reserva possa tá fazendo isso, porque o pessoal da Reserva eles precisa de ter **melhor preço no produto**, mas se não tiver essas boas práticas, se não tiver esse produto de qualidade, não vão ter, porque ninguém vai vim aqui e dar dinheiro num produto que não é produto. [...] Nós temos esse trabalho com a castanha e aí, por isso, que a gente tava naquela discussão e nós vamos tentar conversar com a Cooperacre, vamos ver o quê que eles vai exigir. Ano passado eles tavam pagando R\$ 14,00 pela castanha, eles pagava dez e mais quatro e nós não quer só quatro, porque nós tamo vendendo é produto mesmo e sabemos ... porque lá na Itália uma lata dessa castanha é R\$ 60,00.” (grifos nossos)

---

<sup>25</sup> Este era o preço de mercado vigente no mês de maio de 2010, conforme informado pelo Sr. Manoel José da Silva – Presidente fundador da COOPERACRE.

Entretanto, apesar dos moradores do Seringal Porvir considerarem importante a valorização da castanha, sobretudo, aquela trabalhada com base nas recomendações de boas práticas, os mesmos se declararam contrários à política de preço mínimo estabelecida para o produto pelo governo federal.

De acordo com o MMA (2010), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi instituída no ano passado, para sete produtos do extrativismo, sendo eles açaí, babaçú, borracha, castanha-do-Brasil, carnaúba, pequi e piaçava. O interessante é que esta política consiste numa iniciativa coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com recursos repassados aos extrativistas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estatal ligada ao Ministério da Agricultura, com o propósito de proteger as comunidades extrativistas das oscilações de preço das matérias-primas e assim ajudar na conservação da floresta. Por meio desta, o governo se compromete a pagar a diferença quando o preço de mercado do produto encontra-se abaixo do valor mínimo estipulado.

Embora a PGPM tenha sido estabelecida visando garantir a sustentação de preços aos extrativistas, durante a pesquisa de campo, na ocasião em que se discutia sobre a necessidade de valorizar o preço da castanha, os moradores do Seringal Porvir se referiram a esta política de forma negativa dizendo que “esse negócio de preço mínimo não tem que existir, porque o mínimo é aquele que ninguém quer, por exemplo, eu só posso colocar preço mínimo numa coisa quando eu não interessar, quando não tem saída, não tem mais valor.” Eles avaliam que essa política pode até ser interessante para comunidades desorganizadas que não têm como exigir muito do mercado, conforme mencionado na declaração abaixo.

“Quem é organizado não pode comparar com quem não é, por exemplo, eu tô certo de que as comunidades que não são organizada, aí sim, tem que trabalhar essas coisas, preço mínimo e tal, pra eles vai render, pra ter um melhor preço. Mas aonde já tem organização, não tem que ter esse negócio de preço mínimo, porque preço mínimo é aquele preço que pra mim não tem valor mesmo. Eu acho que o cooperado, o cara organizado, as comunidades organizadas, as cooperativas têm que buscar o máximo para dar valor a eles porque senão desestimula, depois o cara também não quer se organizar mais.” (Morador e Líder Comunitário, Seringal Porvir)

A discordância dos extrativistas quanto à política de preço mínimo para a castanha é compreensível, pois estes têm pleno conhecimento do trabalho dispensado na exploração do produto, sobretudo, da castanha orgânica, das dificuldades de se manter um grupo organizado e motivado, além de estarem cientes das possibilidades de

mercado existente para um produto de maior qualidade. Por outro lado, é preciso reconhecer o mérito de uma política que se propõe a compensar as oscilações do preço de mercado, garantindo certa estabilidade aos extrativistas e ao mesmo tempo contribuindo com uma atividade sustentável.

No entanto, acredita-se que por mais que haja um fortalecimento no preço de determinado produto como a castanha, por exemplo, este evento de forma isolada de nada terá proveito. Os seringueiros da Reserva Extrativista só sentirão os benefícios de uma alta de preços ou qualquer outra política de incentivo ao extrativismo se à princípio se dedicarem à organização comunitária, pois só por meio desta serão capazes de discernir e administrar os problemas locais, tais como a organização da produção e identificação de mercado e, sobretudo, acessar os recursos de programas federais e até influir no aprimoramento e definição de políticas públicas.

Durante as atividades de campo, constatou-se uma grande preocupação dos moradores nesse sentido, visando fortalecer as estruturas organizativas existentes ou pelo menos criar mecanismos para a comercialização coletiva da produção. Das oito localidades visitadas, observou-se que apenas uma não se referiu ou atribuiu alguma importância ao tema organização comunitária. Curiosamente, esta é aquela que já tinha uma estrutura de produção e comercialização desenvolvida e apoio ao desenvolvimento técnico. Analisando a Tabela 5 (organização local encontrada nas áreas visitadas), verifica-se que a localidade onde não foi mencionada a importância da organização comunitária foi o Seringal São Pedro, onde informaram que a associação local está desativada há muitos anos.

Na verdade, das áreas visitadas, essa pareceu ser a mais desmobilizada em termos comunitários, talvez em razão de suas especificidades políticas e econômicas. Para se ter uma idéia, em todas as áreas visitadas existia, no mínimo, uma liderança, legalmente constituída ou não, que motivava os demais e realizava o papel de mediador junto às organizações e instituições públicas. Nesta localidade, não foi identificada nenhuma liderança com esse papel e nem eles mesmos se referiram a alguém com essa função. Eles até relacionaram umas duas pessoas importantes para eles, mas na função de auxiliar diante de necessidades imediatas e não de articulação ou mediação para trazer melhorias para a localidade.

A função próxima a de representante é de um vereador, o Cecílio, que tem família na localidade, mas que não mora lá há cinco anos. As coisas só acontecem por meio da articulação do vereador, ou seja, os demais ficam esperando pela atitude dele.

Além dele, citaram um fazendeiro vizinho que os ajuda, também por intermediação do vereador. Por exemplo, eles utilizam o telefone da fazenda, jogam bola no campo da fazenda, pegam carona para a cidade no caso de doença, etc. Diante disso, é possível supor que os moradores do Seringal São Pedro não manifestaram a questão da organização comunitária porque tem uma cultura política personalista. Ao disporem de alguém para atendê-los em suas necessidades imediatas, vivem numa relação de dependência sustentada por certa segurança na renda, já que sobrevivem principalmente da criação de gado e da venda do látex. Inclusive, quando foi entrevistado o “duplo gerente” (Fábrica e Cooperacre) ele informou que o Seringal São Pedro, de todos os seringais da Reserva, é o que fornece maior quantidade de látex para a Fábrica, ou seja, o mais produtivo.

Dentre aquelas comunidades que manifestaram preocupação com o tema da organização comunitária, vale mencionar a comunidade do Seringal Dois Irmãos. Durante a presente pesquisa, a pesquisadora teve oportunidade de acompanhar uma reunião para discutir sobre a venda coletiva da castanha melhorada, contando inclusive com a presença de representante de uma cooperativa interessada em comprar a produção. Esta iniciativa revelou o despertar da comunidade para a importância do trabalho integrado e não mais individual como habitualmente realizavam, conforme pode ser verificado nos depoimentos a seguir.

“Cada qual ia se virando da forma que achava mais conveniente fazer. [...] Nós vendia a castanha no mercado convencional, pra qualquer um, inclusive a cooperativa comprava também, mas entrava no mesmo jogo do marreteiro. Uns vendiam, outros não vendiam, mas esse ano a gente tá entrando mais nessa discussão do coletivo.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Segundo outro morador do Seringal Dois Irmãos, o objetivo da venda coletiva “é essa coisa de agregar valor. A idéia central mesmo é essa, de melhorar a produção com o sentido de ganhar mais dinheiro. [...] Uma coisa que fez a gente fazer isso foi o preço que caiu né (risos) e aí a gente procurou uma saída melhor né.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

## **2. Outros produtos: a diversificação da produção na Reserva**

Além dos produtos extrativistas, outros com importante participação na renda são aqueles de origem **agrícola** (tabela 11). Das áreas visitadas, a Comunidade Bela

Vista do Seringal São Francisco e o Seringal Santa Ana informaram depender mais da agricultura, justamente as localidades onde inexistem ou há pouca disponibilidade de castanha, como também onde o custo benefício para o escoamento dos produtos extrativistas não compensa. De acordo com os debates e entrevistas, verificou-se que nas demais localidades a agricultura tem um papel complementar à renda, mas, sobretudo, visa garantir o autoconsumo das famílias.

Dentre os produtos agrícolas com maior participação na renda, destacam-se a farinha de mandioca e o arroz. Conforme dados do Projeto ASPF, em média, cada família da Reserva comercializa 1.000 quilos de farinha por ano. De acordo com os moradores da região, em 2009, o respectivo produto foi vendido ao preço de R\$ 1,50/kg, gerando uma renda anual de R\$ 1.500,00 e mensal de R\$ 125,00 para cada família, estando logo atrás do látex e da castanha, em escala de participação na renda.

No caso do arroz, em média, cada família comercializa 500 quilos por ano. Em 2009, o arroz beneficiado obteve o preço médio de R\$ 1,50/kg, gerando uma renda anual de R\$ 750,00 e mensal de R\$ 62,50. No entanto, é importante enfatizar que esse preço varia conforme o período de safra e entre-safra e também dependendo da forma como for comercializado, ou seja, com casca ou sem casca.

É importante ressaltar que habitualmente o processo de beneficiamento do arroz era realizado na Reserva, pois grande parte dos seringais dispunha de uma peladeira comunitária, obtida com recursos do Projeto RESEX ou doado pelas Prefeituras. A mesma costumava ser administrada por uma pessoa específica da comunidade, conhecida como pelador, para o qual os demais moradores pagavam um percentual da produção, sendo a maior parte reservada para cobrir as despesas de manutenção do equipamento e a menor repassada ao pelador como pagamento pelo trabalho efetivado.

Porém, com o passar dos anos, a maioria destas peladeiras pararam de funcionar, por problemas de falta de manutenção, indicando certa dificuldade de gestão local da benfeitoria. Esta situação obrigou os moradores a adotar a prática de levar o arroz para beneficiar na cidade, elevando ainda mais os seus custos de produção, pois além de pagar pelo beneficiamento, os moradores passaram a ter despesas com o transporte do grão, o que tem implicações sobre a qualidade do produto e a segurança alimentar, na medida em que, para poupar tempo, faz-se o beneficiamento de maior volume por vez, o que deixa o arroz exposto a deterioração por carmelio e mofo. Cabe destacar que durante a pesquisa de campo não se ouviu nada à respeito deste problema de

deterioração. Das localidades visitadas, somente no Seringal Porvir a peladeira comunitária estava em atividade.

Outro produto mencionado como importante na renda das famílias da Reserva são as **criações** de pequeno, médio e grande porte, como as galinhas, porcos e bois. Contudo, em todos os locais visitados, o gado foi citado como a atividade mais importante dentro desta categoria. Além disso, apesar de não declarado abertamente pelos moradores, percebeu-se que para muitas famílias a criação de bois tem adquirido uma importância até mesmo maior que outras atividades praticadas nas colocações.

Isso ocorre por que esta atividade na forma como é conduzida, tem a vantagem de exigir um baixo investimento tecnológico, resultando em baixos custos de produção, como também tem maior facilidade no transporte, tendo em vista, que o próprio animal sai caminhando em direção ao seu destino final. Além disso, é um produto com grande demanda e preço de mercado garantido. Assim, o boi representa uma poupança para o seringueiro utilizar nos momentos de dificuldades.

Na ocasião da pesquisa de campo, a importância atribuída ao gado foi observada no momento quando se perguntava aos moradores quais as atividades consideravam mais importantes para a geração da renda das famílias. Na maioria das localidades mencionaram a castanha, o látex e a produção agrícola, referindo-se às criações por último. No entanto, sempre ocorria de alguns moradores falarem um pouco mais e, então, expressarem o que realmente pensavam sobre a atividade, caindo em contradição. O boi era um tema delicado.

No Seringal Dois Irmãos, por exemplo, quando os moradores foram indagados sobre o assunto, prontamente um deles apontou o gado como uma das bases da economia. Porém, isso gerou muita polêmica, pois outros disseram: “a exploração mais importante que eu acho aqui mesmo é a castanha e a borracha, o gado não. Não é nada importante.” Então, outro morador retrucou e disse: “não é importante, mas é o que dá mais dinheiro. Não é importante assim, pro ponto de vista ambiental.” Este debate não só reafirmou a importância econômica do gado, como também revelou certa consciência quanto aos danos ambientais gerados por esta atividade e, ainda trouxe à tona o receio dos moradores em abordar este tema, alvo de críticas nos últimos anos.

No final de 2008, o crescimento dessa atividade na Reserva ganhou espaço na mídia local, nacional e internacional, causando controvérsias sobre a sustentabilidade da Unidade de Conservação. As matérias veiculadas apontavam dados do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), informando que 6,3% da área total da Reserva haviam sido

desmatadas. Além disso, apresentavam os dados do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (IDAF), enfatizando a presença de 8.431 cabeças de gado na Reserva, causando grande pressão sobre a floresta. Segundo o IDAF, em 2008, o cadastro de vacinação identificou criações com até 648 cabeças na Reserva, ou seja, 21,6 vezes acima do máximo permitido pelo Plano de Utilização da Unidade. (SALOMON, 2008) Ao ser questionado sobre este tema, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reconheceu “na pressão da pecuária sobre unidades como a Chico Mendes, tanto uma alternativa de sobrevivência na floresta como resultado das dificuldades do Estado para zelar por áreas protegidas.” (SALOMON, 2008, p.1).

A atratividade econômica da pecuária para os moradores da Reserva pode ser percebida no comentário a seguir, parecendo praticamente impossível para qualquer outro produto competir com esta atividade.

“Deixa eu falar, esse ano você produziu 1.000 litros de leite, não foi Raimundo mais ou menos? Você pode pegar 1.000 litros de leite e já sabe quantos quilos de borracha vai dar, ele vai dar menos de 500 quilos de borracha e 500 quilos de borracha vendido a R\$ 4,80 não dá nada. Dá dois mil e pouco. Eu vendi mais de 8 bezerro, as minhas vaca tão produzindo uns 10 bezerro, eu peço e vendo a R\$ 320,00 e faço três mil e pouco, só nos bezerro lá, sem mexer em nada. Já num tá diferente?” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Este tipo de depoimento revela que apesar das políticas públicas de incentivo ao extrativismo, a criação de gado ainda representa uma tentação constante para as famílias que vivem da floresta. Essas evidências demonstram a necessidade urgente em tornar as políticas públicas mais acessíveis aos demais moradores da Reserva, como também de incentivar e/ou fortalecer a exploração de outros produtos florestais.

No Seringal Santa Ana, em Sena Madureira, ocorreu uma situação semelhante. Quando indagados sobre os produtos que mais contribuíam na renda, os moradores responderam: “a renda principal vem do arroz, feijão, fumo, farinha (quem produz), porco, galinha, gado, mas o gado é pouquinho. Castanha só tem um pouquinho na sede.” [Grifos nossos] Com esse relato, parecia que o gado praticamente não tinha valor para eles. Contudo, na ocasião em que estavam criticando o preço de mercado da borracha CVP e explicando a inviabilidade de exploração deste produto naquela área da Reserva, um dos moradores fez o seguinte desabafo: “Se num mudar as coisas, isso aqui ou vai virar fazenda de gado direto ou o cara vai ter que ir embora. Vai ter que mudar, daqui e pronto. Sobreviver em outro canto. Que cada ano que a gente passa, vai só piorando sabe.”

Após a declaração acima, outro morador do Seringal Santa Ana fez o seguinte alerta: “fazenda de gado num vira, né, se não nós entra na bala. Fazenda de gado num consegue virar né, porque é Reserva.” Em seguida, o morador citado anteriormente persistiu na defesa da criação de bois dizendo: “mas aí de qualquer maneira ou vai virar [fazenda de gado] ou o cara vai morrer [risos geral], porque do jeito que tá, num pode ficar. Eu acho que é melhor morrer na bala do que morrer na greve de fome.”

Por meio destes comentários percebe-se a necessidade urgente de se encontrar alternativas econômicas sustentáveis, capazes de superar os ganhos obtidos com a pecuária, pois caso contrário, os moradores, apesar de estarem cientes que a expansão desta atividade não é desejável e nem ideal para a RESEX Chico Mendes, não hesitarão em ampliar o rebanho e, conseqüentemente, a área de pasto, mesmo correndo o risco de serem notificados, multados ou até mesmo expulsos da localidade pelos órgãos gestores.

É importante esclarecer que a versão do Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, revista em 2006, previa que a criação de grandes animais, como o gado, só seria “permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares [fixada em 10% do total da área].” (BRASIL, 2006, p. 54) No entanto, através da Resolução N°07/2008, do Conselho Deliberativo, este critério foi redigido de maneira mais clara, estabelecendo que:

“A criação de animais de grande porte, principalmente de gado bovino, no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, somente poderá ocorrer no limite máximo de 2 (duas) cabeças/ha, dentro do limite máximo permitido de 15 (quinze) hectares de pastagem, sendo permitido um número maior de cabeças somente em caso de comprovação de viabilidade técnica e econômica, por meio de projeto técnico a ser submetido à análise e aprovação do órgão gestor, mediante anuência prévia da Associação Concessionária da área de jurisdição do projeto.”

Contudo, este item foi modificado novamente na VI Reunião do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizada em 30/09 e 01/10/09, sendo decidido que não haverá mais limite de quantidade de gado por hectare, deixando à critério do proprietário determinar a quantidade de animais que ele pode criar dentro da pastagem já existente em sua propriedade. Portanto, ficou proibida apenas a expansão da área de pastagem.

As sucessivas alterações no Plano de Utilização sobre a criação de gado na RESEX Chico Mendes demonstram o quanto a questão da expansão da pecuária tem sido motivo de grande preocupação para o ICMBio, principal órgão gestor da referida Unidade de Conservação. Acredita-se até que estas mudanças sejam fruto da **Operação**

**Reserva Legal**, realizada em 2008, com o objetivo de investigar sobre a criação de gado na Reserva. Esta operação foi iniciada após uma denúncia formalizada no Ministério Público pelo Conselho Nacional dos Seringueiros quanto à transformação da Reserva em fazenda, exigindo que o IBAMA tomasse providências.

A operação foi conduzida pelo IBAMA e Polícia Federal. Segundo Sebastião Santos da Silva, gestor da Reserva no período de agosto de 2008 à dezembro de 2009, na operação foram identificados 280 moradores irregulares e 200 moradores ilegais. Os primeiros teriam sua situação regularizada mediante a recuperação do passivo ambiental (meio ambiente degradado), enquanto que os últimos além de serem multados deveriam ser expulsos da Unidade de Conservação e ainda responder a processos penais.

A forma como foi conduzida a operação, com a presença da Polícia Federal deixou os moradores apreensivos e até mesmo chateados. Durante a pesquisa de campo, alguns desabafaram dizendo que se sentiram como bandidos, quando na realidade são pessoas desejando uma melhor qualidade de vida. Segundo um morador do Seringal Dois Irmãos, a Operação Reserva Legal “fez uma zuada danada, um auê danado, uns tinha que tirar o gado, outros tinha que isolar o campo, não sei mais o quê e só quem sofreu mais foi o mais pequeno, os maiores tão aí tudo do mesmo jeito, continuando do mesmo jeito, tão mangando dos outro né.”

A preocupação com este tema é legítima e a realização de operações como esta se fazem necessárias, pois o “deixar solto” abre espaço para oportunistas que nem são trabalhadores seringueiros como, por exemplo, o caso de fazendeiros que arrendavam áreas de pasto no interior da Reserva. Porém, a medida da repressão pode extrapolar os objetivos e, por isso, é preciso ter o cuidado em não alarmar demasiadamente sobre o problema e incorrer no erro de generalizar a situação entre todos os moradores. Outra medida que afeta a efetividade legal e das autoridades é quando se realiza cobrança de multas impagáveis. Além disso, para a gestão da Reserva fica uma questão operacional de reconhecimento social da autoridade. Diante disso, uma questão fica em aberto: Como ser gestor da Reserva numa estrutura que se pretende ser democrática e, ao mesmo tempo, cumprir a necessária função de polícia?

Além das atividades econômicas mencionadas, também foi citado o manejo florestal madeireiro comunitário e apesar deste ainda não ser praticado dentro da Reserva, este tema foi alvo de muita discussão e polêmica, sentindo-se, portanto, a necessidade de apresentá-lo aqui.

De acordo com a FUNTAC (2010), o manejo florestal define-se como:

“a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal.”

Em 1998, o manejo florestal madeireiro passou a ser incentivado pelo governo do Estado, resultando na instalação do Pólo Moveleiro no Distrito Industrial, em Rio Branco – AC e na Fábrica de Piso, em Xapuri - AC. Em 2006, a atividade foi incluída no Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo elencada no contexto dos possíveis cenários para o futuro da Unidade de Conservação. No entanto, para o Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário ser operacionalizado, o mesmo deve ser obrigatoriamente licenciado pelo IBAMA, o qual será o responsável por seu monitoramento. Atualmente, existem duas áreas na Reserva aguardando o licenciamento do IBAMA, sendo elas o Seringal Dois Irmãos e Seringal Floresta. (BRASIL, 2006)

Segundo Adalberto Iannuzzi Alves - Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação/ICMBio, o licenciamento para a atividade na Reserva ainda não foi concedido por falta de encaminhamento de alguns documentos por parte das associações concessionárias, necessários para a conclusão do processo, não configurando, portanto, má vontade por parte do IBAMA.

Apesar da expectativa quanto à exploração madeireira na Reserva, este é um tema que desperta muita polêmica e opiniões diversas, tanto entre os moradores quanto entre membros dos movimentos sociais e representantes de governo, chegando ao ponto de dividi-los em dois grupos, ou seja, dos madeireiros e não-madeireiros. A queda de braço sobre o tema pode ser percebida nas reuniões do Conselho Gestor da Reserva, onde os conselheiros, representantes dos grupos mencionados influenciaram o rumo da atividade madeireira na RESEX Chico Mendes. Para se ter uma idéia da inserção gradativa da proposta de comercialização de madeira na RESEX Chico Mendes, basta analisar as mudanças realizadas sobre este item no Plano de Utilização da Unidade.

Na primeira versão do Plano (1995), permitia-se extrair madeira apenas para uso próprio, sendo estritamente proibido qualquer tipo de comércio de madeiras na localidade, como também a entrada de madeireiros na área para realizar exploração comercial. Na versão revisada de 2006, manteve-se a autorização da extração da madeira para uso próprio, porém acrescentando a proibição de retirada de árvores como seringueira, castanheira, copaíba, andiroba, mogno e outras madeiras protegidas por lei.

Além disso, a comercialização da madeira na Reserva foi permitida, sendo para isso obrigatória a apresentação de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, aprovado pelo IBAMA e com anuência do Conselho Deliberativo. Neste Plano deveriam constar todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva. (CNPT/IBAMA, 1995; BRASIL, 2006)

Na versão revisada de 2008, foram acrescentados três sub-itens para o item referente à comercialização de madeira na RESEX Chico Mendes. No primeiro, estabeleceu-se a proibição da retirada de madeira da Reserva em forma de tora, devendo sair beneficiada ou pré-beneficiada, visando a agregação de valor ao produto. No segundo, recomendava-se que a operação de arraste da madeira deveria priorizar o uso de tração animal, salvo quando estudos técnicos comprovassem a viabilidade da utilização de outros equipamentos de forma a reduzir os impactos ambientais na área explorada. No terceiro, determinava-se que pelo menos 20% da madeira explorada pelo PMFS Comunitário fossem destinadas para suprir as necessidades do mercado local no Município em que se localizasse a área de exploração. (ICMBio, 2008a)

Na última versão do Plano de Utilização (não publicado), revisado na VI Reunião do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizada em 30/09 e 01/10/09, o texto relativo à extração de madeira foi modificado, expressando claramente a permissão para extração de madeira para uso próprio, comunitário e comercial, mantendo-se a proibição para as árvores especificadas anteriormente. Além disso, foi autorizado o reaproveitamento pelos moradores de árvores caídas por causa natural, com exceção da castanheira e seringueira, desde que apresentado o aval da associação comprovando o fato. Manteve-se o item sobre a obrigatoriedade do PMFS Comunitário, sendo acrescentado que para a operação de arraste da madeira deveriam ser usadas as técnicas de menor impacto. O item sobre a necessidade de beneficiamento ou pré-beneficiamento da madeira retirada e proibição da saída de madeira em tora foi mantido. No entanto, não foi mencionado na ata da reunião do Conselho se permaneceram ou foram retirados os itens que recomendavam o uso prioritário de tração animal para a retirada da madeira, bem como sobre a destinação de pelo menos 20 % da madeira retirada para o mercado local. (CONSELHO, 2009)

Durante as atividades de campo perceberam-se opiniões aparentemente diversas entre os moradores da RESEX Chico Mendes sobre o manejo florestal madeireiro. Das oito localidades visitadas, em cinco foi mencionada, de alguma forma, a temática e três

não mencionaram. Entre aquelas que se referiram ao tema, duas se declararam prontamente a favor, uma se posicionou contra a exploração na atualidade e duas informaram não ter interesse. Porém, ao analisar separadamente o posicionamento de cada comunidade, percebe-se que de forma geral as cinco localidades que discutiram sobre o assunto gostariam de realizar o manejo florestal madeireiro.

As localidades onde os moradores se posicionaram a favor do manejo madeireiro são o Seringal Dois Irmãos e Seringal São Pedro, ambos em Xapuri – AC, sendo que, o primeiro localiza-se numa área de fácil acesso e próximo à Rio Branco, já o São Pedro é mais distante. O Seringal Dois Irmãos está mais avançado nessa discussão e também no processo de implantação, uma vez que já está com o PMFS-Comunitário aprovado, aguardando a concessão do licenciamento ambiental pelo IBAMA.

A expectativa em iniciar o manejo da madeira nessa localidade é muito grande, tendo em vista a possibilidade de lucro prometida pela atividade. Os moradores demonstraram mais ânimo ainda ao relatar os ganhos obtidos com o manejo florestal madeireiro no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Cachoeira, em Xapuri – AC, conforme o depoimento a seguir.

“O manejador lá na Cachoeira, ele pega 10 hectares lá no mato né, ele não vai nem lá, ele não vai nem lá, ele financia uma empresa, a empresa vai lá tira e no final do ano dá R\$ 5.000,00 pra ele. Isso no mínimo, e ele não vai nem lá. Sem pegar num terçado. É lucro. Agora cortar seringa, vender borracha e castanha é difícil.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Esse depoimento revela um dos principais motivos de crítica à possibilidade de realização do manejo florestal madeireiro comunitário na RESEX Chico Mendes, pois nas demais localidades onde a proposta ocorre no Estado do Acre, a responsabilidade de extração da madeira é atribuída às empresas especializadas, colocando em dúvida o caráter comunitário desse tipo de atividade. A contratação destas empresas é realizada pela Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA), constituída em agosto de 2005, com o objetivo principal de:

“desenvolver políticas comuns de estruturação do manejo florestal madeireiro comunitário, nos processos de licenciamento, produção, beneficiamento e comercialização, encurtando o caminho até o mercado e agregando valor à produção florestal, consolidando dessa forma a cadeia produtiva comunitária” (COOPERFLORESTA).

Atualmente, a Cooperfloresta congrega sete comunidades no Estado do Acre, totalizando 100 famílias cooperadas. De acordo com informações disponíveis no site da cooperativa, verificou-se que os seringais Dois Irmãos e Floresta, com PMFS Comunitário aprovado, mas, ainda, aguardando o licenciamento ambiental do IBAMA

para iniciar a extração madeireira, já fazem parte do grupo de comunidades cooperadas. Além disso, no site também informa que todas as comunidades têm suas áreas certificadas e a cooperativa possui certificação de sua cadeia de custódia.

Apesar do parecer favorável à atividade, declarado no depoimento acima, essa opinião não foi unânime, já que após o comentário anterior, na seqüência, outra pessoa disse: “lucro pro bolso da pessoa né, porque pro próprio meio ambiente não é lucro.” Em outro depoimento, um morador também se revelou preocupado com o aspecto ambiental dizendo:

“A gente não tem que visar só o lucro, tem que visar que onde você tira uma área verde de 1 hectare, dentro daquela área vai passar máquina, vai passar trator, vai passar tanta coisa ali, aí vai danificando não só aquela área que ele tirou, mas várias outras ao redor, aí é por isso que eu sou contra.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Porém, o que se observou mesmo é que a maioria das pessoas que se revelaram contra a atividade. Em verdade não estavam preocupadas com o meio ambiente, mas eram contrárias porque na área onde residem não há potencial madeireiro para ser explorado ou porque estavam desmotivadas devido à demora para a liberação do licenciamento ambiental, impedindo o início da atividade.

Segundo os moradores do Seringal Dois Irmãos existem alguns entraves para a implantação do manejo florestal madeireiro na comunidade, conforme mencionado no depoimento a seguir.

“A gente tem a expectativa de manejar a madeira porque tá com seis ano que a gente iniciou o processo de trabalhar com a madeira e ainda se esbarra na questão das leis ambientais, do plano de utilização e a questão do acesso, são os entraves que tá tendo pra gente alavancar essa economia.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Segundo alguns moradores, a maior dificuldade em viabilizar o manejo florestal madeireiro no Seringal Dois Irmãos refere-se ao impasse quanto à forma de retirada da madeira, ou seja, pré-beneficiada/beneficiada ou em tora, e a técnica utilizada no transporte. Apesar do Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes recomendar a retirada da madeira na forma pré-beneficiada ou beneficiada e a utilização de técnicas de menor impacto na operação de arraste da madeira como, por exemplo, a tração animal. Curiosamente, alguns moradores da área revelaram a preferência por extrair a madeira em forma de tora, como também o uso de maquinário, mesmo não os possuindo, nem dos grandes, nem dos de pequeno porte. Tudo indica que há consenso entre os moradores quanto à ação menos impactante do uso de maquinário, como

também que este gera um menor custo de produção, conforme justificado nos depoimentos abaixo.

“Uma das coisas que deixa o manejo pra dentro da Reserva inviável hoje é a questão que é relacionada ao impacto que é a questão de tirar a madeira da comunidade já pré-beneficiada e com tração animal. Aí isso, cientificamente já tá comprovado, tecnicamente, aliás, já tá comprovado que a tração animal ela gera impacto maior que a tração maquinária né, mecânica, mas ainda até hoje não conseguiu passar em nenhuma reunião do Conselho essa coisa. Os técnico que vão lá votar acha que o impacto maior é com máquina e que não sei o quê e que a gente sabe que num é. Só pra se ter um exemplo, se você for tirar um cumaru ferro de dentro da floresta, só pra você traçar ele no motosserra e fazer ele em bloco e um boi fosse arrastar, você vai gastar um absurdo de diesel e dinheiro pra fazer isso e pra fazer um carreador pra que esse boi consiga trafegar com essa madeira, a árvore dessa grossura pra baixo você tem que eliminar tudo pelo chão, pra puder ele passar sem enganchar e a máquina não, ela vai só clicando aquilo pra frente, ela vai passando por cima assim, depois que ela passa, ela volta de novo e com três ano você não vê mais onde ela passou, não vê mais.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

“Pra desmanchar um camaru ferro todinho no motosserra fica um monte de pó lá, fica um monte de bagaço lá, de resíduo lá. E nem dá madeira de boa qualidade.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Para os moradores, a resolução deste problema está mais difícil porque as instituições que compõem o Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes não concordam com o seu posicionamento, impedindo a realização da mudança nas regras específicas sobre o manejo madeireiro, constantes no Plano de Utilização.

“Quando eu falei dos entrave pro manejo acontecer na Reserva é justamente a questão do Plano de Utilização porque tem umas instituição que faz parte do Conselho da Reserva que é aonde toma umas decisão que eles não compreende dessa forma, aí eles na hora de aprovar as mudança no Plano de Utilização, eles não aceitam, não concordam. Por exemplo, a gente sabe hoje que as instituição de pesquisa que nem a Universidade, Embrapa, Funtac são os que são mais contra o manejo porque até hoje a gente nunca conseguiu é, contar com o voto dessas instituição no Conselho, porque eles ainda não mudou o entendimento deles.” (Morador, Seringal Dois Irmãos)

Outra localidade onde os moradores se manifestaram favoráveis ao manejo florestal madeireiro é o Seringal São Pedro, em Xapuri - AC. Segundo os mesmos, já foram realizadas muitas reuniões na comunidade para tratar sobre o assunto, sendo que a última aconteceu há cinco anos, mas não souberam informar com quais instituições.

De acordo com um morador da região, o local é propício para a realização do manejo florestal madeireiro, pois “madeira aqui tem demais, as madeira aqui dentro dessas mata é... , tem muita madeira boa, é aguano, é tudo quanto é madeira boa pra tábuas. Vixe, tem muita madeira boa. Logo uma, que ninguém nunca tirou não é.”

Da mesma forma que no seringal citado anteriormente, a expectativa de renda dos moradores do São Pedro foi formada com base nas histórias que ouviram sobre a

renda obtida em outras áreas onde ocorre o manejo florestal madeireiro e isso os enche de esperança com vistas a ter uma melhor qualidade de vida.

Em outra área pesquisada, a comunidade do Seringal Porvir se declarou contra o manejo florestal madeireiro, pelo menos, na atualidade, pois consideram muito mais vantajoso manter a floresta em pé e explorar os recursos que ela tem a oferecer. No entanto, não descartaram a possibilidade de trabalhar com a atividade no futuro, quando a madeira estiver mais valorizada, conforme o relato a seguir.

“a intenção dessa comunidade não é tirar madeira pra vender, a gente queria vender a madeira em pé. Como é que a gente vai vender a madeira em pé? É..., ganhando o dinheiro com a semente que dá, não sei o que é..., alguma coisa que essa floresta produz, que a gente pudesse tá vendendo pra que deixasse ela em pé né. Eu acho que tem que fazer muito mais pesquisa dentro da Reserva, pra ter mais conhecimento e daí de dentro da floresta poder tá vendendo muitas outras coisas, além de tá só cortando seringa e quebrando castanha. E a intenção é, pra mim, não sei, mas pra um bocado aqui também é assim..., a intenção não é fazer plano de manejo e vender madeira, a intenção é que essa madeira que não dá dinheiro, pelo que eu conheço, os cara vendendo aí, vende só por mixaria, é que essa madeira permanecesse aí e fosse vendida quando desse dinheiro, porque vai ficar mais difícil ainda. Daqui um tempo a madeira vai tá muito mais difícil e aí ela vai dá dinheiro, então é, aí que a gente poderia ter o plano de vender. Do ano passado pra cá a gente fez um planejamento que nós vamo passar dez ano pra nós ver, pra poder entrar no plano de manejo madeireiro e ver se nós vende ou se não vende. Porque eu acho que não é o momento ainda.” (Líder comunitário e morador, Seringal Porvir)

Os moradores informaram que no momento só teriam interesse em realizar o manejo se fosse para aproveitar as árvores caídas na floresta. No entanto, lamentaram não poder colocar essa idéia em prática, em virtude da proibição do IBAMA, já que ocorreu de alguns moradores furarem as árvores com trado e colocarem óleo queimado para que elas morressem. Vale ressaltar que na ocasião da pesquisa o Conselho Gestor havia aprovado em sua última reunião, realizada no final de 2009, o aproveitamento de árvores caídas, contudo, a informação ainda não havia chegado à comunidade.

A proposta dos moradores consiste em realizar um mapeamento das árvores caídas para, então, reaproveitá-las em um pólo moveleiro construído na própria comunidade, no qual poderiam fabricar cadeiras, mesas, portas, janelas, etc. para atender as repartições públicas do Estado, ou seja, agregar valor à matéria-prima para gerar renda in loco e não para outras organizações. Além disso, um empreendimento dessa magnitude no Seringal Porvir seria uma ótima oportunidade para envolver os jovens, qualificando-os para a atividade e ao mesmo tempo garantindo sua permanência na RESEX Chico Mendes. No entanto, os próprios moradores ponderaram que para uma proposta como esta ser viável precisariam dispor da estrutura dos órgãos gestores,

IBAMA e ICMBio, para dar suporte na fiscalização e também uma grande organização comunitária. O posicionamento cauteloso dos moradores do Porvir reflete o grau de consciência socioeconômica e ambiental e de organização comunitária existente na localidade, contribuindo para tomada de decisões mais equilibradas e sustentáveis.

Das localidades visitadas que mencionaram sobre o manejo florestal madeireiro, duas se posicionaram contrárias, sendo elas, o Seringal São Francisco, na Comunidade Bela Vista, em Assis Brasil e Seringal Santa Ana, em Sena Madureira. No caso da Comunidade Bela Vista, os moradores informaram que já aconteceram algumas reuniões na localidade para tratar sobre o assunto, porém, na região há muito ocorrência de igarapés e grotas, impossibilitando a realização do manejo. No caso do Seringal Santa Ana, o desinteresse pela atividade provém do distanciamento da localidade em relação ao centro comercial, inviabilizando a atividade. Com isso, percebe-se que se possível estas comunidades também gostariam de realizar o manejo florestal madeireiro em suas áreas, possibilitando um grande incremento na renda das famílias, sobretudo, destas localidades onde a atividade extrativista é inexpressiva ou até inexistente.

Acredita-se, que o manejo florestal madeireiro possa até consistir numa alternativa promissora para a renda das famílias extrativistas. No entanto, há que se considerar que a Reserva foi criada sobre a base do extrativismo da seringueira e castanheira e qualquer alternativa produtiva para a localidade deveria ser em caráter de complementaridade e, sobretudo, guiada pelos princípios de sustentabilidade. Contudo, embora a atividade de manejo florestal madeireiro comunitário seja vislumbrada como alternativa sustentável, até mesmo em virtude dos limites estabelecidos para a exploração da mesma, acredita-se que será necessário um árduo trabalho educativo, de acompanhamento e fiscalização. Nesse trabalho terão parte os órgãos oficiais gestores da Reserva, como também as demais instituições envolvidas nos locais, para se evitar que os ganhos “fáceis” auferidos com a comercialização da madeira levem os moradores a extrapolar os limites de exploração. A ação persuasiva das madeireiras merece ser considerada e repudiada, tanto oficialmente quanto pelos moradores conscientes dos efeitos perversos da devastação da floresta para a sua terra, sua família, enfim, para sua localidade. Além disso, seria fundamental criar formas de agregação de valor à matéria-prima na própria Unidade de Conservação, sob pena dos moradores da Reserva assumirem o papel de meros fornecedores de matéria-prima para as grandes empresas madeireiras e assim se beneficiarem com a menor fatia do bolo monetário e a maior fatia do passivo ambiental.

## **CAPÍTULO 7 - A GESTÃO DA RESEX CHICO MENDES NA OPINIÃO DOS MORADORES**

A realização da gestão de uma Unidade de Conservação por si só, não consiste em tarefa fácil e torna-se muito mais complexa quando se trata da Reserva Extrativista Chico Mendes, uma das pioneiras no país, freqüentemente apontada como um modelo de sustentabilidade a ser seguido. No entanto, sabe-se que embora a sua constituição tenha sido eficiente no sentido de legitimar a posse e reconhecer os direitos à terra dos seringueiros, desde a sua criação a sustentabilidade econômica tem se revelado um constante desafio para os moradores, ameaçando assim a própria sustentabilidade ambiental e social.

Esse dilema foi percebido durante todo o trabalho de campo, onde se constatou que todas as discussões promovidas nas localidades, de alguma forma, recaíam sobre a preocupação de promover o desenvolvimento da Reserva com a conservação dos recursos naturais. Assim, a promoção do desenvolvimento da Unidade de Conservação pautado nos princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental tem revelado o desafio principal a ser superado tanto pelos moradores, quanto pelos gestores e demais atores envolvidos.

Pretende-se apresentar a seguir a visão de alguns moradores quanto à forma que tem sido conduzida a gestão da RESEX Chico Mendes, bem como as dificuldades e potencialidades para a sua implementação.

Nas entrevistas realizadas com os moradores da Unidade de Conservação, a maioria deles informou considerar o IBAMA como responsável maior pela gestão, sendo que poucos atribuíram a responsabilidade ao ICMBio. Outros mencionaram as Associações Concessionárias e apenas um entrevistado considerou o morador como responsável primário pela gestão (tabela 12). Tudo indica que a extensão territorial, isolamento e a fraca organização comunitária muitas vezes tornam-se empecilhos para a disseminação de informações na Reserva como, por exemplo, sobre a criação de um órgão específico para gerenciar as Unidades de Conservação e a mudança de atribuições para o antigo órgão gestor. Além de ocorrer freqüentemente a divulgação de informações de forma distorcida, o que acentua as dificuldades de gestão.

Tabela 12 - Avaliação da Gestão da RESEX Chico Mendes na Visão dos Moradores

Comunidade/ Seringal	Município	Referencial de Gestores	Avaliação da Gestão	Aspectos que dificultam a Gestão	Aspectos que potencializam a Gestão
Porvir	Brasiléia	AMOPREB/ ICMBIO	Razoável	- Falta de conhecimento dos moradores e conscientização sobre a importância de uma Reserva Extrativista; - Falta de formação escolar (1º e 2º grau) dos moradores, impedindo a compreensão de leis ambientais.	- As pessoas da Reserva são: muito boas, educadas, receptivas, respeitam a todos e gostam de participar de reuniões.
São Francisco/ Bela Vista	Assis Brasil	AMOPREAB	Razoável	- Acesso (ausência de ramal); - Ausência de energia.	- Não expressaram.
São Francisco Cumaru	Assis Brasil	AMOPREAB/ IBAMA	Razoável	- Difícil acesso para chegar às casas das pessoas; - Distância da sede dos município; - Número grande de moradores na Reserva; - Número reduzido de técnicos para fiscalizar a Reserva; - O não cumprimento de leis sobre caça, pesca e queima pelos próprios moradores e também por invasores.	- Existência de organização comunitária, facilitando a obtenção de recursos para a comunidade. Porém, poucas estão organizadas.
Dois Irmãos	Xapuri	IBAMA	Razoável	- Acesso, pois existem lugares que é preciso realizar 30 horas de caminhada para chegar lá e os gestores não têm conhecimento do que acontece.	- Não expressaram.
São Pedro	Xapuri	IBAMA	Boa	- Número grande de moradores na Reserva para os gestores administrar; - Número reduzido de técnicos para fiscalizar a Reserva;	- Não expressaram.
Santa Ana	Sena Madureira	Moradores/ IBAMA	Boa	- Distância da Reserva em relação à cidade (centro comercial), maior que nas outras localidades da Reserva.	- Não expressaram.
Vila Nova	Capixaba	ICMBIO	Não expressou explicitamente.	- Difícil acesso; - Ter que lidar com a dificuldade econômica dos moradores, impelindo os gestores a identificar alternativas sustentáveis de renda para as famílias.	- Não expressaram.

Obs.: Não foi possível realizar entrevista com moradores do Seringal Filipinas, em Brasiléia – Acre.

Fonte: Pesquisa (2010).

O reconhecimento das Associações Concessionárias como sendo responsáveis pela gestão pode ser visto como uma avaliação positiva dos moradores, pois durante as entrevistas e também na ocasião das reuniões com os moradores, percebeu-se o quanto

estes se sentem representados por estas organizações, identificando nas mesmas a responsabilidade em administrar os problemas cotidianos. Além disso, essas associações têm função de mediar, entre a comunidade e agentes externos, a implementação de propostas de desenvolvimento nas localidades. Contudo, essa representatividade e mediação ocorrem de forma mais satisfatória em áreas onde há maior organização social como, por exemplo, os seringais Porvir, em Brasiléia e São Francisco, em Assis Brasil.

Todavia, o fraco reconhecimento do morador quanto ao seu papel de co-responsável pela gestão pode ser considerado um aspecto negativo para a gestão. Não somente nas entrevistas, mas também nas reuniões realizadas, pouco se percebeu a existência de um tipo de consciência do morador quanto à sua responsabilidade na gestão. Embora, eles expressem consciência de seus direitos e deveres como moradores, normalmente atribuem a responsabilidade “por tudo o que ocorre na Reserva” ao poder público, principalmente aos administradores diretos, ou seja, IBAMA e ICMBio. É claro que para toda regra há uma exceção, existindo moradores conscientes quanto aos seus deveres e dispostos a conscientizar outros. Mas, na época da pesquisa, não eram a regra.

Durante as entrevistas, chamou atenção o depoimento de um morador do Seringal Santa Ana, em Sena Madureira – AC. Seu discurso pode ser entendido como uma interessante justificativa para o morador se convencer de que ele é o primeiro responsável pela gestão da Reserva e secundariamente o IBAMA, conforme descrito a seguir.

“eu penso assim, na minha colocação é se eu não faço coisa errada né, nenhum órgão do governo vai chegar aqui e me prender né, eu não tô fazendo derrubada, eu não tô vendendo madeira, eu não tô vendendo jabuti né, eu não tô autorizando gente da cidade caçar aqui né, e um monte de mais coisas. No próprio instante que o órgão do IBAMA ta lá em Rio Branco e eu não vou autorizar derrubada na nossa comunidade, por que a nossa comunidade tem um lago aqui que a gente usa que é pra sustentar o povo da área né, então, vem o cara aí do rio, que tá viajando e pode encostar aqui no lago da Reserva e ir lá pegar cinco quilo de peixe, dez quilo de peixe, que é pra se sustentar. Na hora que vem o pescador de Sena [município do Acre] né, pescar aqui e levar o peixe pra lá, então já prejudicou por que o nosso mercado daqui da nossa área é um lago que nós temos e a caça do mato, mas é pra sustentar quem mora aqui. No próprio instante que eu fazer isso aí, vender jabuti, pegar peixe e levar prá cidade, eu vender madeira sem autorização, eu tô fazendo uma coisa que não tá legal, eu não tô sendo o responsável pela Reserva, certo? Eu tô entendendo, eu acho que, é como diz aquele velho ditado dos nossos pais e dos nossos avós, ‘a justiça pra ser boa começa de casa’, né.”

De acordo com a tabela 12, percebe-se que a maioria dos moradores avaliou a gestão da RESEX Chico Mendes como razoável. Na visão deles, na época do

CNPT/IBAMA a gestão era melhor, era muito boa, pois a instituição tinha estrutura e trabalhava junto com a comunidade, conhecia os problemas da Reserva e contribuía para a solução deles, principalmente por meio do Projeto RESEX, época, também, de maior injeção de recursos. No entanto, atualmente consideram a gestão apenas regular, sob a justificativa de que os gestores não comparecem tanto na localidade como deveriam e não percorrem toda a sua extensão territorial, assim, acabam não conhecendo profundamente o que acontece dentro da área.

Sobre este aspecto, um morador do Seringal Dois Irmãos fez o seguinte desabafo:

“porque tem muitas coisa que acontece e eles não tão dando fé, né. Então por isso eu digo que a gestão podia ser melhor, né. Eles enxerga as vez uma coisa que não... que... assim que não tem nem muito futuro, mas as coisa que tem mais futuro eles não enxerga né, porque, pelo meno o fundo da Reserva eles não vê, acontece muitas irregularidade eles não vão lá pra ver né. E as vez a gente quer fazer uma coisa, que nem tem tanta assim né... tão grave e eles não quer né..., é por isso que eu acho que a gestão da Reserva não é muito boa.”

Na visão deste morador, os técnicos do órgão gestor deveriam andar mais na Reserva, sobretudo, nas áreas mais distantes, para tomarem conhecimento dos acontecimentos na localidade, e assim não penalizarem somente os moradores das áreas de acesso mais fácil. Esse desabafo pode ser melhor entendido em razão da Operação RESEX Legal que ocorreu no ano anterior à pesquisa

Além disso, alguns moradores consideram que o órgão gestor é eficiente em cobrar os seus deveres, mas que não cumpre a sua parte. Um exemplo apresentado por eles refere-se à determinação de que até o ano de 2012 os moradores não poderão mais derrubar e queimar para fazer roçado, devendo substituir tais práticas por outras tecnologias, como o plantio da leguminosa mucuna para adubar a área. Porém, criticam a ausência de apoio governamental para isso.

É importante esclarecer que a decisão de “fogo zero no Acre até 2012” foi uma determinação da Justiça Federal no Acre, atendendo à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado (MPE) para determinar que as autoridades dos governos federal e estadual que fiscalizam crimes ambientais impeçam gradualmente o uso do fogo na região. Contudo, nas reuniões e entrevistas o MP não aparece como personagem institucional de importância para os moradores. Como alternativa, a Justiça Federal no Acre apresenta nos autos quatro propostas: adubação orgânica, com a utilização de leguminosas como a mucuna preta;

adubação química; mecanização agrícola; implantação de sistemas agroflorestais ou silvipastoris. (MACHADO, 2009) Sobre este assunto, alguns moradores foram enfáticos ao afirmar que não será tarefa fácil modificar a prática tradicional de se realizar a queima para a abertura de roçado. Além disso, há de convir que a implantação de algumas destas alternativas, como a adubação química e mecanização agrícola são inviáveis e insustentáveis em muitas localidades da RESEX Chico Mendes.

Além destas críticas, um morador da comunidade Cumaru, no Seringal São Francisco reclamou da falta de fiscalização na Reserva, criando oportunidade para a entrada de invasores que caçam jabuti e levam para a cidade para vender. Outro problema mencionado refere-se a ocorrência de caça com cachorro na localidade, apesar de ser uma prática proibida, realizada por pessoas de fora e até mesmo por alguns moradores. O referido morador disse “não entender porque estas coisas acontecem”, pois os recursos que têm na Reserva deveriam ser para quem mora na Reserva. Ou seja, esse não entendimento pode ser interpretado como uma crítica a falta de fiscalização e impunidade.

Os moradores do Seringal Vila Nova preferiram não avaliar a gestão da Reserva pelo fato do ICMBio ser um órgão novo que está apenas iniciando o seu trabalho, mas acreditam que a instituição tem tudo para realizar um bom trabalho, principalmente se contar com o apoio dos núcleos de base, essenciais para estabelecer contato com as bases e assim conhecer de perto os anseios e necessidades dos moradores.

Contudo, após a sua criação, a RESEX Chico Mendes mudou de gestor duas vezes dificultando ainda mais a realização de uma avaliação da gestão. Nesse sentido, ressalta-se ainda, que alguns moradores do Seringal Vila Nova demonstraram-se insatisfeitos com a gestão da Reserva, pelo fato desta não reconhecer mais os direitos da Associação Vila Nova. Para eles, o fato deles terem sido impedidos de acessar os recursos do crédito moradia concedidos pelo INCRA, transferindo-os à AMOPRECARB, Associação Concessionária da região de Rio Branco e Capixaba, criada recentemente, foi uma afronta.

Os moradores que analisaram a gestão da Reserva Chico Mendes como positiva, consideraram que o órgão gestor têm realizado um importante trabalho de orientação sobre a necessidade de preservação da Unidade de Conservação, estando faltando orientações mais concretas sobre os recursos de vida para a manutenção das famílias. Além disso, avaliaram positivamente a flexibilização dos gestores quanto à criação de gado, como também quanto a necessidade dos moradores abrirem área de roçado. No

caso do Seringal Santa Ana, percebeu-se que a avaliação positiva da gestão decorre do fato de que o IBAMA é uma das poucas instituições que visita a localidade e se preocupa com a região.

Com base no exposto, os moradores da RESEX Chico Mendes propõem algumas recomendações para a melhoria da gestão da Unidade de Conservação, tais como: a) que os gestores percorram com mais frequência a área da Reserva para ter maior conhecimento da realidade e, assim, poder prestar melhor assistência aos moradores, pois muitas vezes as coisas só funcionam com a presença dos mesmos; b) que os gestores possam prestar algum apoio à produção dos moradores da Reserva, como também ao transporte, principalmente, daqueles que moram em áreas muito isoladas, como o Seringal Santa Ana, em Sena Madureira - AC; c) que os dirigentes das associações concessionárias, co-responsáveis pela gestão, procurem obter maior conhecimento sobre: as características e funcionamento do extrativismo, a RESEX Chico Mendes, gestão pública e sobre o que é uma conservação para sobreviver dentro dela.

Apesar das críticas realizadas pelos moradores quanto à gestão da Unidade de Conservação, os mesmos reconhecem que existem inúmeras dificuldades para a sua concretização na prática (Tabela 12).

De acordo com os moradores, não deve ser fácil administrar uma área com uma absurda extensão territorial como a RESEX Chico Mendes, contendo áreas isoladas como o Seringal Santa Ana, aonde se chega com grandes dificuldades, tanto no período seco quanto no chuvoso ou com grandes distâncias entre as colocações, dificultando ações mínimas de gestão como a fiscalização do território.

Além destas dificuldades, foi mencionado o grande número de moradores existentes na localidade, com formas diferentes de pensar e agir e muitas vezes sem o devido conhecimento ou consciência da importância de se morar em uma Unidade de Conservação, resultando na violação de regras e acordos previamente estabelecidos no Plano de Utilização.

Consideram, ainda que, a própria dificuldade de formação escolar na Reserva limita o avanço no entendimento dos moradores quanto às leis ambientais. Finalmente, apontaram o número reduzido de técnicos no órgão gestor como um fator limitante para se operacionalizar as ações específicas da gestão.

No entanto, de todas as dificuldades mencionadas, provavelmente o maior desafio enfrentado pela gestão da RESEX Chico Mendes é o de ter que lidar com a

dificuldade econômica dos moradores, impelindo os gestores a buscar alternativas sustentáveis de renda para as famílias, sob pena de ver os recursos naturais da localidade ameaçados de destruição.

Por outro lado, também existem alguns aspectos positivos na Reserva que potencializam a gestão, tais como a “bondade”, educação e receptividade dos moradores, facilitando a comunicação destes com qualquer tipo de pessoa que chegar à localidade, inclusive os gestores. Além disso, os moradores também consideram positivo o fato de gostarem de participar de reuniões, apesar de muitas vezes ficarem cansados de ouvir tantas promessas. Porém, para eles o aspecto que mais potencializa a gestão é a organização comunitária, contudo, poucas comunidades da Reserva estão organizadas.

## CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES

A partir da experiência de investigar a gestão compartilhada da Reserva Extrativista Chico Mendes, percebeu-se que muito mais que uma estrutura formalmente constituída, com todos os seus instrumentos de gestão criados e institucionalizados, a efetividade desse tipo de gestão depende da organização comunitária dos moradores, da criação de condições para a reprodução econômica das famílias. Além disso, a capacidade produtiva deve, necessariamente, ser ambientalmente sustentável para o que se faz necessário um maior controle e interação com as organizações e instituições públicas, o que pode se dar por meio de programas e projetos de ação.

No que se refere aos instrumentos de gestão, durante a pesquisa, percebeu-se uma preocupação constante dos técnicos do órgão gestor (ICMBio), com a revisão/atualização e o cumprimento dos instrumentos legais de gestão como, por exemplo, o Plano de Utilização. Essa preocupação é justificável se considerarmos a pressão da expansão de atividades predatórias no interior da RESEX Chico Mendes, tais como: a pecuária, exploração madeireira e caça ilegal. Contudo, qualquer revisão realizada nas regras e normas inseridas nesses instrumentos deve ter a participação efetiva dos moradores. Na atualização mais recente do Plano de Utilização da Reserva, realizada em 2009, o representante do órgão gestor informou ter a preocupação de promover essa participação. Entre querer e conseguir há uma distância considerável, posta por muitos fatores, como descritos ao longo do trabalho.

Apesar da intenção declarada pelo ICMBio de realizar a revisão para uma forma mais participativa, verificou-se que os métodos utilizados não foram apropriados e nem os moradores os aprovaram, por uma série de motivos: 1) pouco tempo disponível para a análise do documento pelos moradores e encaminhamento das sugestões para a sede das associações na cidade; 2) dificuldade de entendimento do morador do que estava sendo solicitado, acarretando em pedidos de bens materiais, políticas públicas, etc., ao invés da realização de críticas e recomendações sobre o próprio Plano; 3) desinteresse dos moradores pelo assunto, ocasionado por desânimo ou pouca compreensão do objetivo do Plano; 4) dificuldade de leitura ou analfabetismo o que dificultou ou impediu uma análise mais acurada do Plano; 5) pouca discussão sobre o Plano nos Núcleos de Base ou organizações locais, sendo que os primeiros eram considerados fóruns específicos para este tipo de debate e as segundas ilegítimas para

tal atividade; 6) a impessoalidade do procedimento induziu a uma participação meramente consultiva, sem abrir oportunidade para o debate entre os moradores; 7) despreparo dos cadastradores para esclarecer e instruir os moradores quanto ao objetivo do Plano e a necessidade de sua atualização.

Considerando que, o Plano de Utilização determina a forma como o morador irá manejar os recursos naturais, a realização de qualquer mudança (ou reconstrução) neste, exige um debate amplo, mediante a promoção de atividades pedagogicamente pensadas com vistas a captar aspectos considerados relevantes para a vida na Reserva. Para estímulo à participação efetiva dos moradores seria interessante que o mediador das reuniões não fosse um técnico do órgão gestor que cumpre função de polícia em determinadas ocasiões. Da mesma forma, o agente dos encontros problematizadores não deveriam ser os presidentes das associações concessionárias, porque, embora sejam considerados pessoas representativas dos moradores, estas podem ser identificadas como um braço do ICMBio na Reserva, desgastando-os em funções inadequadas. Além disso, o exercício dessa função pedagógica problematizadora pode redundar no que aqui se chamou de “dilema da representatividade”, já que há expectativa de que as associações concessionárias se caracterizem pela competência representativa de interesses. Essa ação pedagógica problematizadora é uma forma de delegação de poder. Para que ela seja exercida de forma democrática com vista na instituição da autonomia entre os moradores, a pessoa que assume essa função deve ser um agente com condições de liberdade e clareza para o exercício de sua função de mediador do Estado. Em princípio, o ideal seria utilizar pessoas-chave existentes na comunidade para garantir que a mediação ocorresse de dentro para fora, dando assim maior legitimidade às sugestões finais propostas. Contudo, o que se observou, é que há necessidade de outras competências para além da capacidade de liderança local e o processo tem levado a um desvirtuamento no reconhecimento social dessa pessoa em sua capacidade de representatividade. A delegação do trabalho de mobilização e problematização exclusiva a lideranças locais tem levado a desgaste dessas lideranças locais e à desmobilização, tão necessário ao compartilhamento real da gestão.

Quanto à exigência de cumprimento do Plano de Utilização, a maioria dos moradores considera que as ações do órgão gestor são orientadas por uma postura fiscalizadora e repressora, raramente educativa. Como exemplo, foi mencionada a Operação Reserva Legal, através da qual foram identificados ocupantes irregulares e ilegais na Reserva. O encaminhamento dado foi a regularização dos primeiros, mediante

a recuperação do passivo ambiental, já os ilegais seriam multados, expulsos e responderiam a processo penal. Esse fatos explicitam a complexidade na qual convivem gestores e população numa reserva extrativista na região amazônica. No entanto, apesar de ações coercitivas como essas serem necessárias, a forma como a ação foi executada, foi reprovada por muitos moradores, pois foram tratados como bloco homogêneo e se sentiram ser tratados como criminosos, enquanto que para alguns, as pessoas estavam apenas tentando “garantir a sua sobrevivência”. A identidade construída foi com os “infratores” e não com as ações de regulação.

Os moradores reprovaram, também, os valores das multas considerados por eles como impagáveis. Este é um aspecto extremamente difícil para os órgãos gestores: como tratar essa situação de forma diferenciada, tendo em vista o fato de que a lei é genérica e há a pressão de outros agentes externos (movimentos sociais, organizações não-governamentais, etc.) e o próprio Governo (Estadual e Federal). Além disso, existe a dificuldade do técnico modificar a conduta já incorporada pelos moradores desde a formação da reserva.

Apesar de se reconhecer a relevância e necessidade dos instrumentos de gestão que coíba usos impactantes sobre os recursos da reserva acredita-se que a base para a efetividade de uma gestão compartilhada seja a organização comunitária autônoma, porém, não imposta de cima para baixo, mas despertada, problematizada com os moradores, ou seja, engendrada desde dentro da Reserva.

No entanto, tudo indica que as ações do órgão gestor é ainda marcada pelo formalismo e quando direcionadas para a organização comunitária refletem muito mais o interesse de fortalecimento da estrutura oficial de gestão do que a preocupação em estimular uma organização local capacitada para organizar direitos e, sobretudo buscar oportunidades de trabalho e renda. Essa situação é observada na recente resolução tomada pelo Conselho Gestor de reativar os núcleos de base. Em princípio, essa proposta poderia se revelar interessante, pois a expectativa era de criar oportunidade aos moradores para solucionarem, de forma rápida e simples, os problemas locais, deixando para as instâncias maiores de decisão, como as Associações Concessionárias e o Conselho Gestor, apenas as questões mais complexas. No entanto, essa deliberação tornou-se um problema para os moradores, já que em alguns seringais o efeito foi inverso, de reconversão das associações locais em núcleos de base. Com isso, as comunidades que dispunham de associação local e se valiam dela para pleitear recursos

e/ou acessar benefícios de programas federais ficaram impedidas de atuar, tornando a comunidade dependente das Associações Concessionárias. O fato se agrava quando se evidencia que duas dessas maiores Concessionárias estão inadimplentes e, portanto, impedidas de operar financeiramente e acessar os benefícios federais.

Tendo em vista a desconexão do discurso apregoado pelo ICMBio e a ação das Associações Concessionárias, as justificativas são diversas. O ICMBIO justifica a situação problema em razão do número excessivo de associações locais no interior da Reserva, o que entende que atrapalhava a disponibilização de políticas públicas para as localidades, já que muitas associações eram criadas apenas na intenção de obter financiamentos e muitas vezes não são liquidados. Isso motiva os moradores para a criação de outras associações para possibilitar o acesso a outros empréstimos. Mediante a centralização das ações na figura das Associações Concessionárias, pretendia-se evitar estes tipos de problemas. Em contraponto, os representantes de algumas destas associações locais em situação inadimplente chegam até a dar sugestões. Eles sugerem a possibilidade dos moradores continuarem viabilizando a comercialização da produção pela associação local, enquanto caberia às Associações Concessionárias, entendidas como representantes legais na Reserva, seriam as responsáveis por gerenciar os recursos de Programas Federais, como o Crédito Moradia. Essa distribuição de funções evitaria os problemas de desvio e dos objetivos dos Programas públicos.

Essa sugestão dos presidentes das Associações Concessionárias parece ser interessante. Porém, se a questão continuar sendo encaminhada da forma defendida pelo ICMBio, os moradores estarão sendo impedidos de exercer o direito de organizar autonomamente algumas atividades fundamentais para sustentabilidade da vida na reserva. Ao invés de correção de rumos e democratização da gestão, esta formalização (acabar com associações locais e criar Núcleos de Base) estimula a ilegalidade, aumenta o não reconhecimento social do poder regulador do órgão gestor e desmobiliza os moradores para superação das dificuldades do dia-a-dia.

Apesar de se reconhecer a importância da organização comunitária na Reserva, de forma geral, é necessário também reconhecer que, na época da pesquisa, as organizações locais, bem como os Núcleos de Base já existentes, recentemente instituídos ou reativados, se apresentaram enfraquecidos, salvo raras exceções. A escassez ou ausência de recursos financeiros para operacionalizar ações de interesse dos

moradores, tem contribuído sobremaneira para o desânimo e desinteresse para a organização local.

A gestão efetivamente (com)partilhada se dá ou se mantém em razão de motivações não meramente econômico-produtivas. Entretanto, acredita-se que uma das pré-condições da existência e reprodução desse tipo de gestão, também, seja a criação de condições para a reprodução econômica e capacidade produtiva ambientalmente sustentável. Essa preocupação tem motivado a implementação de uma série de programas e projetos específicos para o setor extrativista, os quais têm contribuído de certa forma para o fortalecimento da produção extrativista na Reserva, principalmente da cadeia produtiva da castanha-do-brasil.

Apesar destes incentivos, ainda se observa a realização de práticas predatórias no interior da Reserva como a criação de gado acima do limite permitido e a realização de caça, pesca e exploração madeireira de forma ilegal. Nesse contexto, “novas” alternativas de renda vão se apresentando como atividades sustentáveis, tais como a produção de borracha FDL, mesmo que esta opção ainda esteja restrita a um pequeno grupo de privilegiados. Outras atividades tentam surgir repaginadas, como o manejo florestal madeireiro “comunitário” que ainda é um o sonho entre muitas famílias extrativistas da Reserva.

Por enquanto, o que se observa na RESEX Chico Mendes é que o extrativismo é insustentável como única atividade voltada para a renda e qualidade de vida das famílias, em algumas regiões. Esses traços de insustentabilidade podem ser confirmados por algumas evidências como necessidade de pagamento de *látex* no ato da comercialização. A pouca capitalização dos moradores ainda não lhes permite qualquer folga nas trocas. O extrativismo, por si só, não tem se revelado como condição de autonomia para os extrativistas. A dependência da compra de outros produtos para manter o autoconsumo é, talvez, uma condição limitante da reprodução social da família extrativista. Além disso, são também limites para reprodução dessa condição, os problemas de transporte e redes de troca para venda dos produtos extrativistas, o que tem contribuído para a manutenção da dependência para com os atravessadores.

Na leitura desse contexto é que se pode entender o desejo de se promover o sonhado desenvolvimento sustentável na RESEX Chico Mendes, por parte de uma série de instituições e organizações que atuam na área. Dentre as ações executadas, observou-se que aquelas implementadas pelas instituições públicas são as que despertam o maior

interesse dos moradores, representando para eles o acesso a direitos básicos garantidos a qualquer cidadão e, por conseguinte, a oportunidade de melhoria da qualidade de vida.

Muitas ações promovidas pelas instituições públicas podem até ter se revelado, de certo modo, eficientes, se analisarmos sua execução em algumas áreas e de forma isolada. No entanto, quando vislumbradas num contexto multifacetado e complexo de toda a RESEX Chico Mendes, sua eficácia pode estar sendo comprometida, pois estas ações nem sempre se adequam às condições ambientais, culturais e necessidades de uma população tão diversa. Acredita-se que para o sucesso de ações voltadas para sustentabilidade socioeconômica e ambiental da Reserva, seja necessário, em primeiro lugar, conhecer melhor os significados atribuídos ao espaço pelos moradores. Para tanto é preciso saber de sua história, problematizar as expectativas, analisar a importância das pessoas de referência local, buscar compreender as relações sociais e de poder ali presentes para, a partir daí, planejar o que deve ser mudado e onde se poderia chegar.

Além do mais, toda mudança necessita ser pensada em termos metodológicos. Ou seja, iniciar por um processo de problematização dos problemas com os próprios moradores, para que se possa captar sob que lógica esses moradores definem os problemas e suas possíveis soluções. Ao exprimirem as necessidades que querem ser satisfeitas, o povo que vive na floresta descreve seu olhar sobre o passado, os problemas do presente e aponta sob que perspectivas têm pensado o futuro. As mudanças são, assim, não só induzidas, mas desejadas por meio de significados próprios. Sabe-se que grande parte dos programas e projetos de Estado foram criados como políticas públicas na suposição de que seriam corretos. A implementação dessas políticas depende, para sua efetividade mais do que recursos, de que essas políticas passem por processos pedagógicos de resignificação local.

A partir do exposto percebe-se que a efetivação de uma gestão compartilhada não é tarefa nada fácil, sobretudo, pelos desafios a ela colocados como, por exemplo, ter que lidar e interagir com um número tão grande de organizações e instituições atuando na Reserva. O que se verifica é que, na prática, ainda existe grandes dificuldades nessa articulação, sobretudo, na troca de informações e experiências das ações realizadas na Reserva.

No que se refere à participação e envolvimento dos moradores nas decisões que implicam na gestão da Reserva, percebe-se que ainda há muito a avançar, pois a Reserva constitui um universo complexo, formado por diversos contextos locais e por

pessoas com experiências políticas diferentes e formas variadas de expressão e reação. Para que os membros do Conselho Gestor e ICMBio consigam captar essa diversidade e estimular a participação na região faz-se necessário mais do que visitas informais em campo e/ou reuniões para apresentar, discutir e “aprovar” propostas. Acredita-se que é preciso romper a barreira da formalidade de maneira estratégica, mudando as técnicas de comunicação para formas mais dialógicas, fazendo uso de outras metodologias verdadeiramente participativas. Assim, para se colocar realmente em prática a proposta de gestão compartilhada, a intervenção exige que se antecipe as ações por um diagnóstico participativo, que se elabore programas e projetos que valorizem o conhecimento e a experiência local.

Acredita-se, ainda, que a dificuldade de comunicação existente entre o órgão gestor e população local é perfeitamente compreensível se considerado o fato de que os moradores podem se sentir pouco à vontade com o órgão gestor em razão de este acumular as funções de regulação, de polícia e de agente motivador da participação social e do exercício democrático de direitos. Nessa difícil articulação, no cotidiano o compartilhamento das decisões fica comprometido. A desmobilização e o desinteresse dos moradores reinam onde deveria ser o motor das articulações sociais de processos de mudança. Muito menos que compartilhada, tudo indica que, por enquanto, a gestão é apenas partilhada, partida e desconectada.

## **1. Recomendações para a gestão**

A) Incentivar o fortalecimento da organização comunitária mediante a problematização constante de sua importância junto com os moradores em todas as atividades realizadas em campo.

B) Estimular maior articulação e integração entre as ações desenvolvidas pelas diferentes instituições atuantes na Reserva mediante a promoção de seminários para a apresentação dos resultados de trabalho, troca de informações e experiências, bem como a construção conjunta de proposições para a melhoria nas ações de gestão de forma a se alcançar a sustentabilidade da Reserva;

C) Criar grupo de pesquisa interdisciplinar, envolvendo poucas instituições, mas representativas de diferentes áreas de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais dos seringueiros, visando subsidiar as problematizações sobre alternativas sustentáveis de renda para as famílias extrativistas, bem como sobre os mecanismos necessários para a sua implementação;

D) Organizar visitas às diferentes áreas da Reserva, planejadas de forma articulada entre as instituições componentes da estrutura de gestão, de forma a promover maior conhecimento sobre a vida e as necessidades sentidas pelos moradores, com vistas na promoção de debates sobre a operacionalização da gestão compartilhada e na integração entre as instituições e os moradores;

E) Para fortalecer a participação dos moradores na gestão da Reserva, elaborar e executar programas de capacitação de agentes públicos que contemple a educação para autonomia e suas metodologias. Para as lideranças locais (representativas e das Associações Concessionárias), capacitações sobre os temas gestão administrativa e financeira, legislação ambiental e formação política. Vistas como agentes multiplicadores dessa formação, elas poderiam receber incentivos para realização de encontros de capacitação para os demais integrantes dos núcleos de base e moradores.

## CAPÍTULO 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial.** Disponível em:

[http://74.125.47.132/search?q=cache:k2dNinYMn38J:www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/2006/Relatorio\\_final\\_portugues.doc+Governan%C3%A7a+ambiental&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=19&gl=br](http://74.125.47.132/search?q=cache:k2dNinYMn38J:www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2006/Relatorio_final_portugues.doc+Governan%C3%A7a+ambiental&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=19&gl=br). Acesso em 01 jan. 2009. 11:04.

ACRE, (Estado). Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico:** recursos naturais e meio ambiente - documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. 1 ACRE. 2000. ZEE FASE I.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). **Projeto RESEX Sustentável.** Xapuri, dez. 2009a. 34 slides apresentados na Semana Chico Mendes 2009a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Gestão – DEPAG. **Acre em Números 2009.** Rio Branco, 2009b. 181 p.

\_\_\_\_\_. ZAP Unidade de Conservação. **Plano Resex Sustentável.** 2010. 81 slides.

\_\_\_\_\_. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II:** documentos Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 356p.

ALENCAR, E. **Intervenção Tutorial ou Participativa:** dois enfoques da extensão rural. Cad. Adm. Rural. Lavras: UFLA. 2(1). p.23-43, jan/jun, 1990.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. R. **Para Desenvolvimento.** Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 3-29, jan./dez. 1989.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 2002, 827p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) - UnB-CDS, Brasília.

ALMEIDA, Mauro W. B. & FRANCO, Mariana C. P. **A Justiça Local:** Caça e Estradas de Seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá. (2ª versão, Campinas, 25 de julho de 2000). XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, Jul./2000.

APPENDINI, Kirsten & NUIJTEN, Monique. **El papel de las instituciones en contextos locales.** Revista de La CEPAL, abril/2002. p.71-88.

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de Desenvolvimento Sustentável:** o caso da RESEX Chico Mendes e das Ilhas de Alta Produtividade. 2004. 93p. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

BERGER, Peter e LUKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. (cap 1 e 2, p.35-172)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo: Reserva Extrativista Chico Mendes**. Xapuri-AC, 2006. 91p.

BUARQUE, Sérgio C.. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 177p.

CAMPOS, Tatiana. **Seringueiros renovam contrato de venda com empresa francesa**. mai. 2010. 5p. Disponível em: <[http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12633&Itemid=26](http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12633&Itemid=26)>. Acesso em: 05 jun. 2010. 12:31.

CARDOSO, Raimari. **Sindicato protesta contra 'RESEX Legal' a operação do IBAMA é uma violência contra os trabalhadores**. dez. 2008. 2p. Disponível em: <[http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver\\_noticia.php?id\\_noticia=5789&editoria=28](http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=5789&editoria=28)>. Acesso em: 08 jun. 2009. 17:11.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **A polêmica em torno do conceito de Reserva Extrativista enquanto atividade econômica sustentável**. Rio Branco: UFAC/DE, 1993. 61f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, 1993.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas**. 2002. 223f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), Campinas, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hégio (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes/Porto Alegre: CIPEDDES, 1999. p.211-23.

CNPT/IBAMA. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes - Acre**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: IBAMA, 1995. 32p.

\_\_\_\_\_. Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7. **Projeto Reservas Extrativistas**. Relatório Final da 1ª Fase/1995-1999. Brasília: CNPT/IBAMA, 1999. 102p.

\_\_\_\_\_. **Cadastro dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes**. 2003.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 139p.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/o\\_conceito\\_de\\_instituicao\\_nas\\_modernas\\_abordagens\\_institucionalistas.pdf](http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/o_conceito_de_instituicao_nas_modernas_abordagens_institucionalistas.pdf)>.

CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES. Xapuri - AC. **Ata da III Reunião Ordinária realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2006.** Fls. nº 287 e 288.

CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES. Xapuri – AC. **Ata da 5ª Reunião Ordinária realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2008.** 11p.

CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES. Brasília – AC. **Ata da 6ª Reunião Ordinária realizada nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2009.** 15p.

COOPERACRE. **Boletim Cooperacre.** N° 01 – jun/2009.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista:** desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. 1995. 156p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1995.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental:** contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez - Universidade Federal do Acre, 1992. 189p.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Reservas Extrativistas:** Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade. 42p. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2009. 17:06. (S/D)

CUNHA, C. C. & LOUREIRO, C. F. B. RESERVAS EXTRATIVISTAS: Limites e Contradições da Territorialidade Seringueira. *In:* XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/ XIX ENGA. 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009, p. 1-25.

DALY, Herman E. **Beyond Growth:** the economics of sustainable development. Boston: Beacon Press, 1996. 254 p.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da Natureza:** enfoques alternativos. *In:* \_\_\_\_\_. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais.** *In:* DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C.C. (Orgs.) Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: NUPAUB- USP, 2001a. pp.97-124.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001b.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre:** a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, 134p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1987.

FADELL, Mário Jorge da Silva. **Viabilidade Econômica das Reservas Extrativistas Vegetais da Amazônia.** 1997. 61p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa- UFV, Viçosa, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.  
FUNTAC. **Conceito de Manejo Florestal.** Disponível em:  
<<http://www.funtac.ac.gov.br/index.php/manejo>> Acesso em: 13 nov. 2010. 20:59.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, (2002).

GODARD, Olivier. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: Conceitos, Instituições e Desafios de Legitimação. *In:* VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (org). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a questão ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 201-266.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 1999. 120p.

HALL, Anthony. Introduction. *In:* HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads: The challenge of sustainable development.** London: ILAS, 2000. p. 1-7.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades.** Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

IBAMA. **Concessão de Direito Real de Uso.** Procuradoria Geral. Fls. Nº 30-35. 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Institucional.** O Ibama e sua História <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2003. 17:00.

\_\_\_\_\_. **Relatório preliminar sistematizando todos os resultados obtidos junto às lideranças comunitárias como subsídio para a elaboração do plano de manejo de uso múltiplo da RESEX Chico Mendes.** Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **CNPT.** Histórico do CNPT. <<http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2009a. 10:28.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **História do Ibama.** <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 04 jun. 2009b. 09:41.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros Resultados do Censo 2010.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censo2010\\_primeiros\\_resultados](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censo2010_primeiros_resultados)>. Acesso em: 03 jan. 2011.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Reserva Extrativista Chico Mendes. Conselho Gestor. **Resolução N° 07**, de 31 de outubro de 2008a. Estabelece novos critérios e regulamentos a serem inseridos no Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Reserva Extrativista Chico Mendes. Conselho Gestor. **Resolução N° 09**, de 31 de outubro de 2008b. Referenda deliberação de exclusão e propõe a inclusão de novos membros na composição do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Reserva Extrativista Chico Mendes. Conselho Gestor. **Resolução N° 10**, de 31 de outubro de 2008c. Institui a nova geopolítica e a nova estrutura de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Nossa Estrutura**. <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2009. 12:13.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa N° 50**. 22/dez. 2008a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quadro Demonstrativo dos Beneficiários com Crédito Instalação da RESEX Chico Mendes – Ano 2003 a 2008**. Rio Branco – AC, 11/fev. 2008b.

IRVING, Marta de Azevedo; MILLIKAN, Brent H. (1997). **Relatório de Avaliação Independente**. Brasília: s/i, 1997. Mimeo. (Projeto Reservas Extrativistas)

KAGEYAMA, Paulo. **Reserva Extrativista: um modelo sustentável para quem?** São Paulo, 1996. 4 p. (trabalho apresentado na mesa redonda sobre Reserva Extrativista dentro do programa da reunião anual da SBPC).

LEITE, Arthur C. P. *et al.*. Programa de Produtos Florestais Não Madeireiros. **Projeto de manejo florestal comunitário para o aproveitamento do óleo de copaíba (Copaifera spp.)**. Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – Acre/Brasil. Rio Branco: set. 2004.

LOPES, Leonardo L. L.. **Relatório Parcial de Atividades**. Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre. Período: Maio a Dezembro de 2009. 09/Nov/2009.

MACHADO, Altino. **Justiça Federal decide a favor de “fogo zero” no Acre a partir de 2012**. Blog da Amazônia. jul. 2009. Disponível em <<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2009/07/08/justica-federal-decide-a-favor-de-fogo-zero-no-acre-a-partir-de-2012/>>. Acesso em: 12 mai. 2010. 11:38.

MACIEL, Raimundo C. G. Projeto ASPF busca alternativas de desenvolvimento

sustentável. **Jornal Rio Branco**, Rio Branco, 07 de nov. 1999. Caderno 1 , p.02.

\_\_\_\_\_. **Certificação ambiental: uma estratégia para a conservação da floresta amazônica**. Campinas, SP: [s/n], 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, São Paulo, 2007. 175p.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. 1985. 368p. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 1985.

MARTINS, L.; GOUVEIA E SILVA, Z. P.; SILVEIRA, B. C. **Produção e Comercialização da Castanha do Brasil (Bertholletia Excelsa, H.B.K.) no Estado do Acre – Brasil, 1998-2006**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER., 2008, Rio Branco-AC. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER., 2008.

MCKEAN, Margaret A. & OSTROM, Elinor. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente Uma Relíquia do Passado? *In*: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001a. p. 79-95.

MING, Lin Chau. **Zoneamento de ambientes na Reserva Extrativista Chico Mendes**. Recife: NUPEA/EDUFRPE/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2007.93p.

MING, Lin Chau. **Plantas Medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes – Uma Visão Etnobotânica**. São Paulo: Unesp, 2009. 164p.

MMA. 2000. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei nº 9.985**, de 18 de Julho de 2000.

MMA. 2010. **Tabela\_pgpm.pdf. Preços mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade**. 2p.  
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=155>. Acesso em: 06/11/2010, às 22:12.

MMA. Ministério de Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação Federais, Centros Especializados e Coordenações Regionais**. Brasília: ICMBio, jan./2009. Escala: 1:5.000.000.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana**. Belo Horizonte: UFMG, 1982, 145p. Tese (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte.

PIMBERT, Michel P. & PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. *In*: DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP, 2000. p. 183-223.

PONDÉ, João Luiz. Instituições e Mudança Institucional: uma Abordagem Schumpeteriana. In: **IX Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia: SEP, 2004. (mesa 05 - Economia Mercado e Instituições I). Disponível em: <[http://www.sep.org.br/arquivos/s\\_nove/05\\_ponde.zip](http://www.sep.org.br/arquivos/s_nove/05_ponde.zip)>.

PROJETO ASPF. Análise Econômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado do Acre (ASPF). **Relatório de Pesquisa realizada na RESEX Chico Mendes no período de 2005/2006**. Disponível em: <[http://www.ufac.br/projetos/aspf/resex\\_chicomendes2\\_xls.html](http://www.ufac.br/projetos/aspf/resex_chicomendes2_xls.html)>. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC). Acesso em: 19/06/2009, às 18h30min.

**Regimento Interno**. Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes. 2005.

RÊGO, José Fernandes do (coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. Disponível em: <<http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>>. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

\_\_\_\_\_. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar.1999.

\_\_\_\_\_. **Estado e Políticas Públicas: a recuperação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002. 420 p.

RÊGO, J. F.; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Editores). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80p.

RESENDE, Roberto Ulisses. As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2002. 198p.

ROMEIRO, Ademar R. **Economia ou economia política da sustentabilidade**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001. 28 p.

RUEDA, Rafael Pinzón. **Evolução Histórica do Extrativismo**. abr. 2002. 25p. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2002. 23:20.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SALOMON, Marta. **Gado avança na reserva extrativista Chico Mendes, no Acre. Fábrica estatal de camisinhas reativa mercado de látex**. set. 2008. 4p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2109200819.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2009. 10:28. Jornal Folha de S. Paulo.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO FEDERAL. 2007. **Lei Nº 11.516**, de 28 de agosto de 2007.

SERRÃO, Emanuel Adilson S. **Pecuária na Amazônia: a evolução da sustentabilidade**

das pastagens substituindo florestas. R. **Para Desenvolvimento**. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 117-127, jan./dez. 1989.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre:** movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1990, 79 p. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. 1990.

SILVA, J. S. de. **Jose Sabino da Silva:** entrevista [Abril. 2010]. Entrevistadora: Gisele Elaine de Araújo Batista Souza. Escritório da capeb: sede– AC, 2010. 01 arquivo digital (**1:37:50min**). Entrevista concedida a Gisele Elaine de Araújo Batista Souza - estudante de mestrado em Extensão Rural/UFV.

SILVA, Sheila Maria Palza Silva. **Estado e políticas públicas no mercado de castanha-do-brasil no Estado do Acre:** uma análise pela abordagem do desenvolvimento local. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 265-290, jun./jul. 2010.

SILVA, Walmir Brito da. **Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epitaciolândia (AMOPREBE).** Jun./2009.

SOUZA, Alexandre Dias de. **IAP's - Ilhas de Alta Produtividade:** Racionalização da Produção Gumífera em Áreas de RESEX - Reservas Extrativistas. Rio Branco: UFAC/Parque Zoobotânico, 1997. 25p. (Projeto de Pesquisa)

SOUZA, Gisele Elaine de A. B. **Relatório de Visita à Reserva Extrativista Chico Mendes (Região de Sena Madureira – AC).** Rio Branco – AC. Abr. 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SZTOMPKA, Piotr. Os movimentos sociais como forças de mudanças. *In:* \_\_\_\_\_. **A Sociologia da Mudança Social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.463-502.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável - O desafio do Sec. XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WWF/Brasil. **Plano de trabalho.** Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre. 2009.

## ANEXOS

### Anexo A - Autorização para atividades com finalidade científica



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

#### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 21927-1	Data da Emissão: 18/11/2009 11:58
<b>Dados do titular</b>	
Nome: Giselle Elaine de Araújo Batista Souza	CPF: 612.733.412-87
Título do Projeto: Reserva Extrativista Chico Mendes - AC: os desafios de gestão.	
Nome da Instituição: UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de campo	12/2009	02/2010
2	Sistematização e processamento dos dados	02/2010	03/2010
3	Redação da dissertação	03/2010	04/2010
4	Defesa da dissertação e correções finais	05/2010	05/2010

De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto.

#### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização não exime o titular e a sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade.
3	Esta autorização não poderá ser utilizada para fins comerciais, industriais, esportivos ou para realização de atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico.
6	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.
7	As atividades contempladas nesta autorização NÃO abrangem espécies brasileiras constantes de listas oficiais (de abrangência nacional, estadual ou municipal) de espécies ameaçadas de extinção, sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração.

#### Outras ressalvas

1	A pesquisa deve apontar para soluções dos problemas encontrados tecendo recomendações para a melhoria da gestão da Unidade. A coleta de dados na Unidade deve sempre ser comunicada previamente à chefia e às associações locais. Os resultados e relatórios finais devem ser encaminhados à Unidade para serem utilizados como ferramentas para a gestão da Unidade.
---	---

#### Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Franco Maria Gonzio Coelho	Orientadora	320.233.916-87	M705696 SSP-AC	Brasileira
2	Fernanda Henrique Cupertino Alcântara	Co-orientadora	045.141.366-03	10624961 SSP-MG	Brasileira
3	Raimundo Cláudio Gomes Madel	Co-orientador	195.998.902-53	144602 SSP-AC	Brasileira

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		AC	RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 35288927



Página 1/2

## Anexo B - Pedido formal de autorização para realização da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Rio Branco - AC, 08 de janeiro de 2010.

Ao Senhor  
Fernando Franca Maia  
Chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Vimos, por meio deste, solicitar autorização para realização de pesquisa na Reserva Extrativista Chico Mendes, no período de janeiro a fevereiro de 2010. Esta pesquisa será utilizada como subsídio para elaboração de dissertação de mestrado em Extensão Rural, cursado pela estudante Gisele Elaine de Araújo Batista Souza (CPF 612.733.412-87, RG 0271386 SSP/AC), na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A referida pesquisa tem como objetivo geral, descrever o arranjo institucional responsável pela gestão e analisar em que sentido ele tem contribuído para o desenvolvimento com conservação da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Informamos que esta proposta foi devidamente cadastrada e submetida à aprovação no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), com o título "Reserva Extrativista Chico Mendes - AC: os desafios de gestão", sendo concedida à referida estudante autorização para a realização de atividades com finalidade científica, emitida no dia 18/11/2009, 11:58, sob o número 21927-1, conforme documento em anexo.

Ciente da necessidade de anuência da referida instituição, solicitamos vossa compreensão e apoio.

Atenciosamente,

*Gisele Elaine de Araújo B. Souza*  
Gisele Elaine de Araújo Batista Souza  
Mestranda em Extensão Rural  
gisele.batista@ufv.br / gigi\_acre@yahoo.com.br  
(68) 3221 - 4355 / 9979-3190

**IBAMA/PROTOCOLO**  
**RECEBIDO EM, 08/01/10**  
**HORA** \_\_\_\_\_

*Luiz*  
\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

*Nº 02002.000033/10-10*

## Anexo C - Autorização de Pesquisa na RESEX Chico Mendes Concedida pela Chefia da Unidade de Conservação



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
Reserva Extrativista Chico Mendes

### AUTORIZAÇÃO N.º 001/2010

**Origem:** Documento 02002.000033/10-10

**Objeto:** Autorização de Pesquisa na RESEX Chico Mendes – “ Reserva Extrativista Chico Mendes – AC: os desafios de gestão”.

O Chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes, no uso de suas atribuições;  
Considerando a solicitação da estudante Gisele Elaine de Araújo Batista Souza através de requerimento datado de 08 de janeiro de 2010, protocolado sob o N.º 02002.000033/10-10;

Considerando que a Reserva Extrativista Chico Mendes é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, criada pelo Decreto N.º 99.144, de 12 de março de 1990, de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, cujas atividades são regidas por Plano de Manejo e Plano de Utilização, devidamente aprovados;

Considerando que objeto da solicitação trará elementos importantes para gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes com impactos positivos;

**CONCEDE**, Autorização para Gisele Elaine de Araújo Batista Souza na forma do contido no requerimento em apreço, o qual é anexado e passa a ser parte integrante desta.

O resultado final da pesquisa deverá ser encaminhado ao Instituto Chico Mendes (RESEX Chico Mendes) para fins de consulta pública.

Esta Autorização tem validade de 150 dias.

Rio Branco – Acre, 15 de janeiro de 2010.

FERNANDO FRANÇA MAIA  
Chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes  
ICMBIO-AC

## Anexo D - Roteiro de Entrevistas com a Comunidade

### Informações para início da entrevista:

Nome/Função/Cidade/Seringal/Colocação/Dia/Hora

- 1) Na visão do Sr. como é realizada a gestão da Resex Chico Mendes? Ela é boa ou não? Podia ser melhor? Em quê ou como?
- 2) Como vocês participam ou contribuem na gestão da Reserva?
- 3) Como o Sr. analisa a atuação e influência das demais organizações/instituições na gestão? Quais organizações o Sr. citaria como sendo as mais importantes na gestão? Elas têm contribuído para o desenvolvimento da Reserva?
- 4) Na sua opinião, quais os aspectos que mais dificultam a gestão da Reserva? Quais os que mais facilitam?
- 5) O que o Sr. acha das regras que existem para uso dos recursos (Plano de Manejo e Utilização)? Elas têm servido para alguma coisa?
- 6) O Sr. acha que sem esses planos estaria melhor?
- 7) O Sr. acha que os planos poderiam ser melhor? O que vocês poderiam fazer para influir nisso?
- 8) Vocês foram convidados para participar da elaboração/revisão dos planos? Vocês conseguiram ir? Como vocês participaram?
- 9) Vocês acham que as opiniões de vocês foram consideradas no documento final desses planos?
- 10) Vocês acham que as regras contidas nos planos estão de acordo com a realidade de vocês, quer dizer, é possível cumpri-las?
- 11) De tudo que vem acontecendo em relação ao manejo da Reserva, o que vocês mais gostam e o que menos gostam?
- 12) Aqui na região existe algum conflito com os vizinhos do entorno?
- 13) Quais são os sonhos e expectativa de futuro de vocês?
- 14) Na sua opinião, como é possível o desenvolvimento da Reserva com a conservação dos recursos naturais?

## Anexo E - Roteiro de Entrevistas com as Organizações\*

**Informações para início da entrevista:** Nome/Função/Instituição /Dia/Hora

1) Na visão do Sr. como é realizada a gestão da Resex Chico Mendes? Ela é boa ou não? Podia ser melhor? Em quê ou como?

2) Como o Sr. descreveria sua experiência de gestão na Reserva Extrativista Chico Mendes? Quais as principais ações desenvolvidas por sua instituição na Reserva? Algumas dessas ações ocorrem em parceria com outras instituições? Como vocês se articulam?

2.1) *No caso de Associações e Sindicatos realizar as perguntas abaixo, caso contrário, seguir para a número três.*

a) A sua instituição tem atuado diretamente junto às bases, ou seja, participado das discussões/ resolução dos problemas da Reserva *in loco*?

b) Como isso acontece? Existe alguma programação ou calendário de atividades na Reserva?

c) Como a Associação se mantém financeiramente?

3) Na sua visão, como tem sido o envolvimento/participação dos demais componentes (conselho gestor) do arranjo institucional no processo efetivo de gestão?

4) Para o Sr., quais são os limitantes/dificuldades para efetivar uma gestão que tem o objetivo de conciliar o desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais? Quais os aspectos que potencializam a gestão?

5) Na sua visão, o arranjo institucional que gerencia a Reserva tem conseguido promover o desenvolvimento da comunidade? Por quê?

6) Na sua opinião, os instrumentos de gestão existentes (Plano de Manejo e de Utilização) tem contribuído para o desenvolvimento da Reserva? Quais as suas maiores vantagens e em que poderia ser melhorado? Como?

7) Os moradores da Reserva foram envolvidos na elaboração e revisão dos Planos de Manejo e Utilização? De que forma isso ocorreu?

8) No que se refere ao “*empoderamento*” (qualificação para a gestão) dos moradores para uma efetiva participação na gestão da Unidade, alguma estratégia tem sido pensada e executada por sua instituição para melhorar a ação da população local?

9) Como o Sr. analisa a atuação e influência das demais organizações (não integrantes do Conselho) na gestão? Quais organizações o Sr. citaria como sendo as mais importantes na gestão?

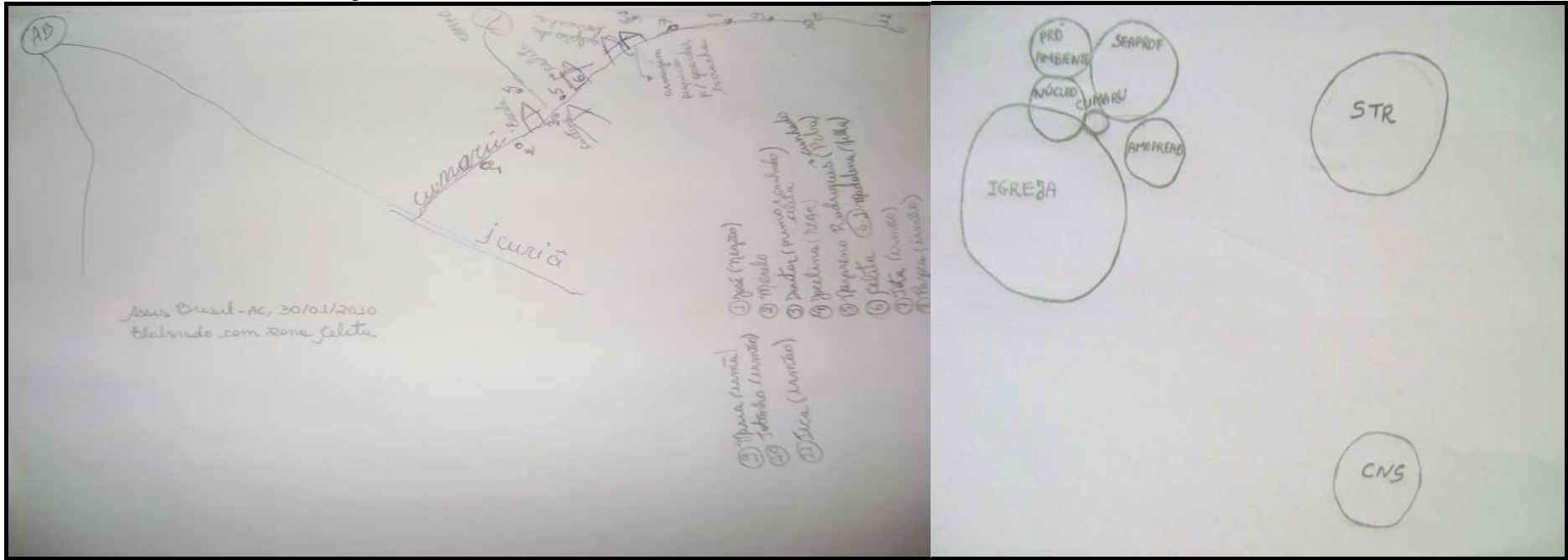
10) Na sua opinião, como é possível o desenvolvimento da Reserva com a conservação dos recursos naturais?

\* No caso de entrevista com **instituições dos movimentos sociais**, antes de iniciar a entrevista pedir ao entrevistado para relatar brevemente a história da instituição e sua trajetória no movimento. No caso de entrevista com **instituições participantes do Conselho Gestor da Resex CM**, antes de iniciar a entrevista perguntar desde quando participa do Conselho Gestor e como ocorreu sua inserção no mesmo.





### 3 - Comunidade Cumaru (Seringal São Francisco)

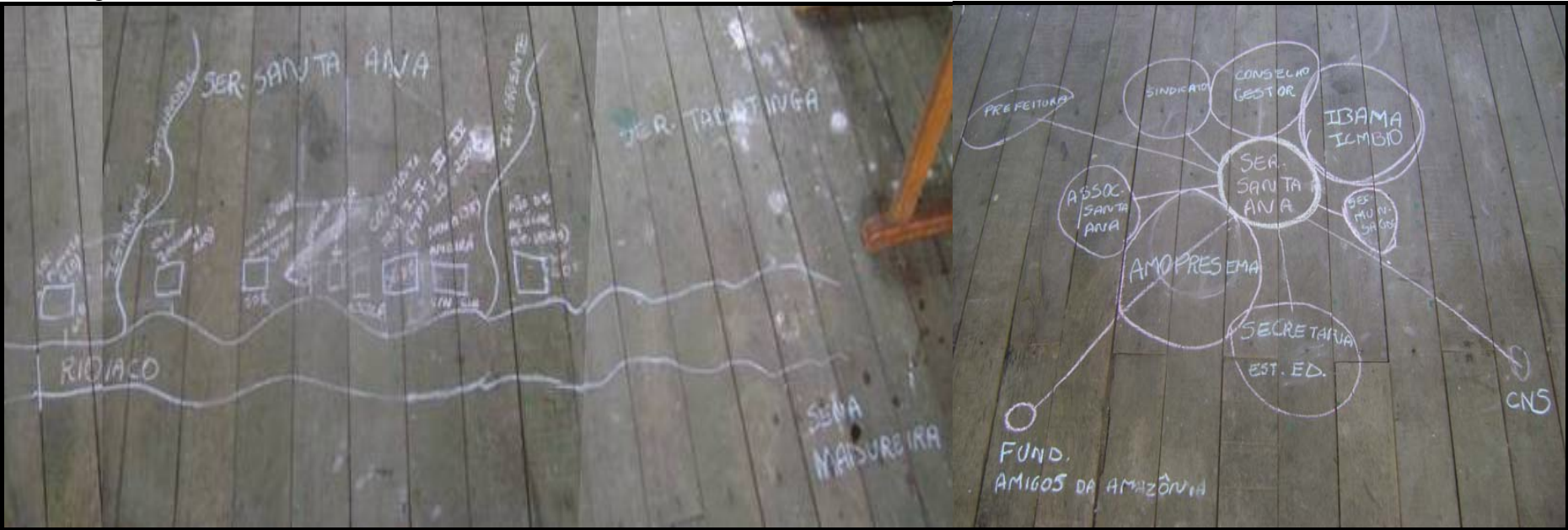








7 - Seringal Santa Ana





**Anexo G - Organizações e pessoas citadas na listagem inicial do Diagrama de Venn, por ordem de citação**

Nº	Seringal Porvir (Brasiléia)	Seringal Dois Irmãos (Xapuri)	Seringal São Francisco - Cumaru (Assis Brasil)	Seringal São Pedro (Xapuri)	Seringal São Francisco - Col. Bela Vista (Assis Brasil)	Seringal Filipinas - Com. Verde Floresta (Brasiléia)	Seringal Santa Ana (Sena Madureira)	Seringal Vila Nova (Capixaba)
1	Sr. Silva (liderança local e Secretário Geral da AMOPREBE)	AMOPREX	AMOPREAB	Cecílio (Vereador do município de Xapuri)	Isaías (Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil e Secretário Municipal de Agricultura)	EMBRAPA	IBAMA/ICMBio	IBAMA
2	Márcia (Presidente da Associação de Base Wilson Pinheiro)	Igreja Católica	STR Assis Brasil	Fazendeiro Amândio (vizinho)	AMOPREAB	Sr. Silva (liderança local e Secretário Geral da AMOPREBE)	Fundação Amigos da Amazônia	Prefeitura Municipal de Capixaba
3	Carlinhos (Agente de Saúde)	CAEX	SEAPROF	Jorge ("dono" da colocação onde ocorreu a reunião)	STR Assis Brasil	STR Brasiléia	CNS	Programa Luz para Todos
4	João Gomes "Peixoto" (Ex-Presidente da Associação de Base Wilson Pinheiro)	STR Xapuri	Igreja Católica	Manoel Jorge (morador do Seringal São Pedro)	Prefeitura Municipal de Assis Brasil	SEATER/ SEAPROF	STR Sena Madureira	INCRA
5	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	CNS	CNS	AMOPREX	IBAMA	Prefeitura Municipal de Brasiléia	Secretaria Estadual de Educação	Secretaria Municipal de Saúde
6	Secretaria Municipal de Saúde	GTA	Veja - Empresa francesa de calçados	IBAMA	ICMBio	CNS	Associação Agroextrativista Santa Ana (atualmente Núcleo de Base)	SEATER
7	FUNASA	CTA	Elias (Vereador do município de Assis Brasil)	STR Xapuri	Igreja Católica	CAPEB	AMOPRESEMA	Secretaria Municipal de Educação
8	AMOPREBE	Prefeitura Municipal de Xapuri	Tota (Vice-presidente da AMOPREAB e Secretário Municipal de Obras de Assis Brasil)	CAEX	Secretaria Estadual de Educação (Programa EJA)	NATEX	Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes	Chico Gomes (Vereador do município de Capixaba)
9	Secretaria Municipal de Agricultura	SEAPROF	De Araújo (Ex-presidente da AMOPREAB e Diretor da Regional do CNS no Acre)	Secretaria Estadual de Educação	SEAPROF	COOPERACRE	Secretaria Municipal de Saúde	Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova
10	STR Brasiléia e Epitaciolândia	EMBRAPA	Néia (Presidente da AMOPREAB)	NATEX	Francisco Martins Sales (Sr. "Buchuca") - dono da peladeira de arroz	Empresa de Biscoitos Miragina	Prefeitura Municipal de Sena Madureira	AMOPRECARB

## Anexo G, Continuação

11	ICMBio	FUNTAC	Grupo de Mulheres do Cumaru	"Patrão" Antero (marreteiro)	Manoel (Ex-prefeito do município de Assis Brasil)	Associação de Base Wilson Pinheiro (Sr. Silva)		SEAPROF
12	EMBRAPA	SEF	Prefeitura Municipal de Assis Brasil	Sr. Tatá (rezador)		Associação de Base Boa Esperança		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capixaba
13	CNS	SEBRAE	CONDIAC			Secretaria Municipal de Saúde		COOPERACRE E
14	SENAR	WWF Brasil	Núcleo de Base do Cumaru					FUNASA
15	SEF	COOPERFLORESTA	CTA					Secretaria Municipal de Agricultura
16	SEAPROF	CUT	Programa Pró-ambiente					
17	SEBRAE	UFAC						
18	COOPERACRE	COOTAF						
19	NATEX	COOPERACRE						
20		ICMBio						
21		IBAMA						
22		NATEX						
23		Fábrica de Tacos de Xapuri						
24		BASA						
25		Banco do Brasil						
26		Caixa Econômica Federal						
27		Câmara Municipal de Vereadores de Xapuri						
28		Assembléia Legislativa do Estado do Acre						
29		ELETROACRE						
30		INCRA						
31		IMAC						
<b>TOTAL DE CITAÇÕES: 127</b>				<p>Legenda:</p> <p><b>AMOPREAB</b> - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil; <b>AMOPREBE</b> - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia; <b>AMOPREX</b> - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri; <b>AMOPRECARB</b> - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco; <b>AMOPRESEMA</b> - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira; <b>BASA</b> - Banco da Amazônia S/A; <b>CUT</b> - Central Única dos Trabalhadores; <b>CTA</b> - Centro dos Trabalhadores da Amazônia; <b>ELETROACRE</b> - Companhia de Eletricidade do Acre; <b>CNS</b> - Conselho Nacional dos Seringueiros; <b>CONDIAC</b> - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba; <b>CAPEB</b> - Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia; <b>CAEX</b> - Cooperativa Agroextrativista de Xapuri; <b>COOPERACRE</b> - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre; <b>COOPERFLORESTA</b> - Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários; <b>COOTAF</b> - Cooperativa dos Trabalhadores em Atividades Florestais das Regiões do Baixo e Alto Acre; <b>EMBRAPA</b> - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; <b>FUNTAC</b> - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre; <b>FUNASA</b> - Fundação Nacional de Saúde; <b>GTA</b> - Grupo de Trabalho Amazônico; <b>IBAMA</b> - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; <b>ICMBio</b> - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; <b>IMAC</b> - Instituto de Meio Ambiente do Acre; <b>NATEX</b> - Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri; <b>SEAPROF</b> - Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar; <b>SEATER</b> - Secretaria Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre; <b>SEF</b> - Secretaria Estadual de Florestas do Estado do Acre; <b>INCRA</b> - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; <b>SEBRAE</b> - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; <b>SENAR</b> - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; <b>STR</b> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais; <b>UFAC</b> - Universidade Federal do Acre.</p>				

Fonte: Pesquisa 2010.